

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Programa de Pós-graduação em Educação – Conhecimento e Inclusão Social

Talítha Maria Brandão Gorgulho

**A EDUCAÇÃO COMO HERANÇA DAS ELITES COLONIAIS EM TRÊS
COMARCAS DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS:
Rio das Mortes, Rio das Velhas e Vila Rica (1750–1810).**

Belo Horizonte
2020

Talítha Maria Brandão Gorgulho

**A EDUCAÇÃO COMO HERANÇA DAS ELITES COLONIAIS EM TRÊS
COMARCAS DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS:
Rio das Mortes, Rio das Velhas e Vila Rica (1750–1810).**

Versão final

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Professora Dra. Thais Nívia de Lima e Fonseca

Belo Horizonte
2020

G667e
T

Gorgulho, Talítha Maria Brandão, 1983-

A educação como herança das elites coloniais em três comarcas da capitania de Minas Gerais [manuscrito] : Rio das Mortes, Rio das Velhas e Vila Rica (1750–1810) / Talítha Maria Brandão Gorgulho. - Belo Horizonte, 2020. 304 f. : enc, il.

Tese -- (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora: Thais Nívia de Lima e Fonseca.

Bibliografia: f. 252-265.

Anexos: f. 266-304.

1. Educação -- Teses. 2. Educação -- História -- Séc. XVIII -- Teses. 3. Famílias de classe alta -- Aspectos educacionais -- História -- Séc. XVIII -- Teses. 4. Elites (Ciências sociais) -- Teses. 5. Sociologia educacional -- História -- Minas Gerais -- Séc. XVIII -- Teses. 6. Minas Gerais -- Educação -- História -- Séc. XVIII -- Teses. 7. Rio das Mortes (MG) -- Educação -- História -- Séc. XVIII -- Teses. 8. Rio das Velhas (MG) -- Educação -- História -- Séc. XVIII -- Teses.

I. Título. II. Lima e Fonseca, Thais Nívia de. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.9

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

A educação como herança nas elites coloniais de três comarcas da Capitania de Minas Gerais: Rio das Velhas, Rio das Mortes e Vila Rica (1756-1810).

TALÍTHA MARIA BRANDÃO GORGULHO

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, como requisito para obtenção do grau de Doutor em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.

Aprovada em 18 de fevereiro de 2020, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Thais Nivia de Lima e Fonseca - Orientador
UFMG

Prof(a). Álvaro de Araújo Antunes
UFOP

Prof(a). Ana Maria de Oliveira Galvão
UFMG

Prof(a). Luciano Raposo de Almeida Figueiredo
UFF

Prof(a). Justino Pereira de Magalhães
Universidade de Lisboa

Belo Horizonte, 18 de janeiro de 2021.

Dra. Vanessa Ferraz Almeida Neves

Vice-Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação

Para minha mãe, Selma, por seu amor e eterno acolhimento...

Para meus filhos, Pedro e Cora, pela parceria.

Agradecimentos

Adoro ler os “agradecimentos” dos trabalhos. Emociono-me e muitas vezes com eles me identifico. Imagino que seja porque, ao final dessas jornadas, temos tanto a agradecer que, ao condensar em algumas poucas páginas, deixamos tudo mais denso, mais intenso, mais profundo... apesar de mais injusto também.

Enfim, chegou a minha vez. Vamos lá!

Em primeiro lugar quero agradecer à minha orientadora, professora Thaïs, que me levou para o século XVIII, há anos atrás, e que caminhou comigo com tanto profissionalismo, competência, compreensão e carinho. Para mim, um grande exemplo de professora e pesquisadora a ser seguido.

Agradeço às professoras e aos professores que compõem a banca de avaliação da minha tese por aceitarem este convite.

Ao professor Justino Magalhães, pela acolhida na Universidade de Lisboa, pela atenção e cuidado com que me recebeu e me orientou na ocasião do meu estágio de doutorado sanduíche em Portugal.

À professora Ana Galvão, agradeço pelo parecer do projeto (que me tirou o sono). Obrigada igualmente pela leitura atenta e tantas contribuições na ocasião da qualificação. Admiro muito seu modo, sempre assertivo e inovador, de olhar os trabalhos dos seus alunos.

Ao professor Álvaro que, também na ocasião da qualificação, me deu orientações fundamentais para que este trabalho fosse possível. Recortar meus sujeitos na “Lista dos Homens Ricos” foi uma delas. Que norte!

À professora Kelly, uma grande amiga, pelas nossas conversas sempre tão produtivas... pela troca das angústias e das delícias... das pesquisas e, agora, da maternidade. Por sempre me acudir no whatsapp.

À professora Christianne Cardoso Morais... sempre. Por ter me colocado na pesquisa e por ser uma grande mestra.

Às minhas amadas e eternas amigas de faculdade, Livia, Pati, Vanessa, Mel e Nathy. Cada uma de vocês me inspira de uma forma diferente e me enche de orgulho. Quero mais da gente juntas.

Às queridas e ao querido: Denise, Edriana, Carol, Karine e Luís Gustavo, por terem sido meus braços e olhos nos arquivos do Brasil quando eu estava fora, sempre me atendendo com extrema disposição.

À equipe da Revista Docência do Ensino Superior, do Giz. Que lugar e que pessoas incríveis! Como aprendo com vocês! Agradeço poder fazer parte desta equipe e, ainda, a compreensão quando minha ausência foi necessária.

Ao Celbero e ao GEPHE, grupos de pesquisa do qual faço parte, por me possibilitarem vivências profissionais e pessoais tão importantes para a minha formação.

À Faculdade de Educação da UFMG, pelo orgulho que me dá por fazer parte desse lugar de luta e do saber.

Agradeço ainda, imensamente, às pessoas que a FAE colocou na minha vida.

Aos professores e colegas da UFMG, em especial aos meus parceiros de orientadora, Faber, Nelian, Juliano e Francis.

Agradeço demais a Fabrício Vinhas, Gyna Fernandes, Priscilla Verona, Ana Cláudia Avelar, Fabiana Bernardo, Keu Apoema e Eliana Oliveira... sem vocês, não daria. Nossos cafés, nossos grupos de whatsapp, nossos vinhos, nossas viagens, nossas gargalhadas, nosso suor e nossas lágrimas deram mais brilho e leveza a essa árdua caminhada que foi o doutorado. Que a gente possa estar sempre trombando por aí. À Eliana preciso agradecer, inclusive, o incentivo para que eu participasse do processo de seleção para o doutorado no final de 2015. A culpa também é sua.

É imprescindível deixar registrado meu agradecimento a Ana, Fabi e Pri, que estiveram tão próximas e tão disponíveis para me ouvir e acolher em todos os momentos, por qualquer que fosse o motivo. Vocês são mulheres lindas, fortes, competentes, guerreiras e muito generosas. Minha admiração, amor e gratidão eternos.

À Priscilla Verona, irmã que o doutorado sanduíche me deu. Que aventura, amiga!!! Obrigada pela parceria e confiança durante o período em que concorremos à bolsa, quando éramos só nós a saber das idas e vindas desse processo. Pelos estímulos nos estudos e nas provas de inglês. Conseguimos!!! Por não ter desistido e por não ter me deixado desistir. Por ter sido da nossa família lá em Lisboa. Pela companhia, nos passeios, na busca pelas escolas das crianças, nas longas filas para ajeitar a documentação, nos piqueniques, nas palestras, nas aulas de Yoga, no pôr do sol e em tantos outros momentos. Por ter feito a ceia do Natal de 2018 comigo. Pela Kombucha, contrabandeada, que foi tão útil. Por me ajudar a carregar uma TV de 32"

para o apartamento novo, mesmo estando de ressaca. Pelo seu otimismo com os meus problemas. Pelo carinho, de tia, com que trata meus filhos. Por tanto mais. Pri é uma grande parceira. Sinto muitas saudades da gente juntas.

Agradeço imensamente a CAPES, por possibilitar que eu me dedicasse à pesquisa, concedendo-me a bolsa durante quase todo o período do doutorado. Essa bolsa foi fundamental para que eu conseguisse realizar meu trabalho. Um país sem ciência é um país sem futuro.

Agradeço ainda por me contemplar com a bolsa de doutorado sanduíche em Portugal. Foi a realização de um sonho.

No estágio de doutoramento intercalar, agradeço aos colegas e professores do grupo de pesquisa em História da Educação da Universidade de Lisboa, em especial ao professor Joaquim Pintassilgo, pela acolhida e pelos riquíssimos encontros em que tive a oportunidade de discutir sobre minha pesquisa e aprender com tantas outras.

Em terras de além-mar, conheci tanta gente boa, acolhi e fui acolhida com tanto carinho que tenho certeza que essas trocas teceram laços fortes de lindas amizades.

Deixo aqui um denho especial e cheio de saudades para Kadine, Madá, Tetê, Maurício, Rodrigo, Cati, Pri (morena), João, Carol, Patrícia, Luíza, Júnior, Reislá, Lívia, Luciano e Geovana. Como foi bom ter vocês por perto nesses meses de distâncias!

De volta à minha cidade, Cristina-MG, onde precisei ficar ao final deste processo, agradeço à Pollyanna que, com as aulas de pilates, tornou possível minhas inúmeras horas de escrita, sentada e sem dor. Ufa!

À minha querida tia Totonha, por nos receber com tanto carinho, por incluir a Cora no seu bando e adotá-la como sua neta.

À minha amiga, sobrinha, comadre e irmã Régia... que também estava lá terminando sua tese, o que fez com muito sucesso! Pela inspiração. Pelas manhãs deliciosas de café doce, prosa boa, muito amor e fofura encarnada em Clarissa e Elisa. Queria ter estado mais presente... obrigada por nunca me cobrar nada e por me fazer sentir sempre tão bem-vinda. Estendo esse agradecimento à Lalá, ao Cláudio e a toda família. Agradeço ainda o amor com que tratavam a Cora nas inúmeras tardes que ela passou na casa de vocês.

À minha grande amiga Lílian e a sua linda Liz, pelas prosas boas, por cuidarem do Maní, por levarem a Cora para nadar, por fazerem Tik Tok com ela. Tio Amilton, Tia Ritinha e Diego, muito obrigada por isso também. Agradeço à Lílian, principalmente,

pela insistência para que acontecessem nossos encontros. Não seria fácil viver em Cristina se não tivesse você e a Régia. A ambas agradeço a nossa história.

Aos meus familiares: tias, tios, primas, primos, cunhadas, cunhados, sobrinhas e sobrinhos... pelos apoios e torcidas. Pelos encontros sempre regados a tanto afeto. Vocês me ajudam a não me perder de mim.

Aos meus pais. Palavras não dão conta de tanta gratidão. Vocês me incentivaram, apoiaram, se preocuparam, torceram, sentiram muitas saudades e depois nos receberam com tanto amor que jamais vou conseguir retribuir. Como sou grata! No fundo, eu tento mesmo é dar orgulho para vocês. E é uma delícia sempre que consigo!

Aos meus irmãos, que me dão tanto amor. Por estarem sempre presentes mesmo à distância. Pelas mágicas, maravilhosas e, infelizmente, raras vezes em que estamos nós três, a mãe, o pai, as crianças e os agregados, sentados na mesa de casa contando prosa. São as melhores conversas. Vocês são os melhores... os mais perfeitos!

Ao Vi, meu companheiro, pela certeza de que eu daria conta, apesar disso me irritar muitas vezes. Pelo incentivo e apoio. Por me ajudar a voltar quando eu me perdia no meu caos. Por compreender minha ausência. Por me esperar.

Ao Pedro e a Cora. Ah, meus filhos... agradeço tanto. Obrigada também por compreenderem a minha ausência, mas principalmente por cobrarem a minha presença. Por cada beijinho, cheiro e carinho dados de forma rápida para não atrapalhar a escrita. Agradeço até as inúmeras vezes em que atrapalharam. Por torcerem e comemorarem cada página finalizada deste trabalho. Obrigada por me acompanharem. Por entrarem no desarrumado vagão dos meus sonhos, sentarem-se na janela, admirarem a paisagem e curtirem a viagem. Por terem se adaptado tão bem às várias mudanças que fizemos durante o meu doutorado. O mundo é de vocês. Obrigada por aguentarem firmes! Vocês foram incríveis. Vocês são sempre incríveis! Não posso deixar de lhes agradecer por serem as melhores companhias de viagem. Muito mais ainda está por vir. Vocês me fazem inteira.

Ao Maní, que chegou nesse finzinho trazendo tanta graça, leveza e amor para a nossa família.

À Nossa Senhora Desatadora dos Nós, que, mesmo sem eu acreditar, me ajudou a terminar essa tese. Obrigada, santinha!!!

Inevitável e injustamente, algumas pessoas não entraram nestas páginas de agradecimento de forma pontual, mas deixo aqui registrada minha gratidão por todos que, de alguma forma, contribuíram para este processo.

*“Há que sentar-se na beira
do poço da sombra
e pescar luz caída
com paciência.”*

Pablo Neruda

RESUMO

A presente tese tem como objetivo analisar a educação como herança nas elites de três comarcas da Capitania de Minas Gerais (Rio das Mortes, Rio das Velhas e Vila Rica), na segunda metade do século XVIII e primeira década do século XIX. Pretende-se entender qual o lugar que a educação ou o legado de um patrimônio ligado a preceitos educativos, destinados aos membros do grupo familiar, mas também à sociedade, ocupavam na intenção das elites locais de manter, aumentar e perpetuar suas posições sociais e seus privilégios. Para tanto, elegemos como fonte inicial uma lista dos "*Homens Ricos de 1756*". Esta lista foi elaborada em 1756 a mando do Conselho de Marinha e Ultramar e teve o propósito de indicar ao Rei os nomes dos homens mais ricos da Capitania de Minas Gerais. A partir dela, procuramos aqueles indivíduos que possuíam inventários e testamentos concomitantemente. Tais documentos foram eleitos para formarem o *corpus* central desta pesquisa, pois permitem observar o *patrimônio educativo* deixado. O embasamento teórico utilizado para as presentes análises foi, fundamentalmente, a *teoria dos capitais* de Bourdieu. Essa abordagem tem ajudado a pensar como os indivíduos da elite nas Minas setecentistas – muitos deles vindos jovens de Portugal – buscaram, através da construção de um *capital social* ligado ao grande acúmulo de *capital econômico*, efetivar a constituição de uma nobreza da terra, *capital simbólico, social e cultural*, e as estratégias usadas para tanto. Dentre essas estratégias, procura-se, em particular, perceber o lugar que a educação, especialmente relativa ao legado de um *patrimônio educativo*, ocupava na reprodução social desses mesmos sujeitos.

Palavras chave: Patrimônio educativo, educação na Colônia; elite colonial

ABSTRACT

The present thesis aims to analyze the education as an inheritance of the elites of three districts of *Minas Gerais* Captaincy (*Rio das Mortes*, *Rio das Velhas* and *Vila Rica*), in the second half of the 18th century and the first decade of the 19th century. It is intended to understand which place did education or the legacy of a patrimony linked to educative precepts, intended for the family group members, but also for society; occupy with the intention of local elites to maintain, increase and perpetuate their social positions and their privileges. For that, we chose as a starting source a list of "*Rich Men of 1756*". This list, which was elaborated in 1756 at the behest of the Navy and Overseas Council, had the purpose of indicate to the King the names of the richest men in the Captaincy of *Minas Gerais*. From the list, we looked for those individuals who concomitantly had inventories and wills. Such documents were chosen to form the central corpus of this research once they allow to observe the *educational heritage* left by. The theoretical basis used for the present analyzes was, fundamentally, *Bourdieu's theory of capitals*. This approach has been helping to think how the individuals from the elite in the eighteenth-century *Minas* – many of them young people that came from Portugal – have sought, through the construction of a social capital linked to the large accumulation of *economic capital*; to effect the constitution of the land nobility, *symbolic, social and cultural capital*, and the used strategies to do so. Among these strategies, one seeks in particular to notice the place that education, especially related to the legacy of an *educational heritage*, used to occupy in the social reproduction of these same subjects. Key words - educational heritage, education in Colony, colonial elite.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Homens ricos analisados na pesquisa, por comarca.....	83
Tabela 2 - Comparação entre a fortuna média (em libras) dos homens ricos listados pelo ouvidor do Serro Frio e nos inventários e testamentos dos homens ricos, por comarca.....	85
Tabela 3 - Médias do monte-mor dos homens ricos desta pesquisa.....	85
Tabela 4 - Comparação entre o percentual de inventários com patrimônio acima de 5 mil libras no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais/população em geral e Minas Gerais/homens ricos.....	91
Tabela 5 - Média do plantel de cativos por comarca e geral.....	99
Tabela 6 - Patentes e atribuições.....	116
Tabela 7 - Média das proles, legítimas e ilegítimas/naturais para as três comarcas analisadas (1750–1809).....	135
Tabela 8 - Tipos de legados educativos (1750–1809).....	165
Tabela 9 – Médias de monte-mor e plantel de cativos comparadas entre os que legavam as letras e o geral (1750–1809).....	187
Tabela 10 – Escala de níveis de leitura e escrita.....	195

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparação da concentração de fortuna por quantidade de sujeitos nas comarcas e no geral(1750–1809).....	88
Gráfico 2 - Plantel de cativos comparado com a distribuição de riqueza (1750–1809).....	94
Gráfico 3 - Média de cativos por faixa de riqueza por comarca (1750–1809).....	97
Gráfico 4 - Porcentagem de inventariados descritos em cada atividade na lista dos homens ricos (1750–1809).....	102
Gráfico 5 - Comparação entre a porcentagem de cativos e as atividades exercidas em cada comarca e no geral (1750–1809).....	104
Gráfico 6 - Origem dos homens ricos por comarca (1750–1809).....	106
Gráfico 7 - Porcentagem de sujeitos com patentes militares na amostragem para cada comarca (1750–1809).....	117
Gráfico 8 - Porcentagem de cargos relativos à amostragem por comarca (1750–1809).....	119
Gráfico 9 - “Estado civil” dos homens ricos por comarca (1750–1809).....	131
Gráfico 10 - Porcentagem de homens ricos com e sem filhos (1750–1809).....	133
Gráfico 11 - Distribuição, em porcentagem, dos filhos legítimos e ilegítimos/naturais entre os Homens Ricos das comarcas analisadas (1750–1809).....	139
Gráfico 12: Ocorrências das categorias dos legados educativos encontrados (1750–1809).....	166
Gráfico 13: Relação entre o “estado civil” daqueles que deixavam legados educativos Moral (1750–1809).....	167
Gráfico 14 – Percentual de Legados Educativos Moral, combinados e exclusivos, em comparação com os demais por comarca.....	168
Gráfico 15 – Legados Educativos das Letras por comarca.....	183

LISTA DE MAPA E ESQUEMAS

Mapa 1 - Mapa da Capitania de Minas Gerais com divisão das comarcas (1778).....	32
Esquema 1 - Categoria de legados encontrados nos inventários e testamentos dos homens ricos (1750–1809).....	158
Esquema 2 – Composição da família de José Ribeiro de Carvalho na data de seu falecimento (1770).....	198
Esquema 3 – Composição da família de Bernardo Gonçalves Chaves na data de seu falecimento (1767).....	214
Esquema 4 - Composição da família de Manoel da Cunha Osório na data de seu falecimento (1771).....	223
Esquema 5 - Composição da família de Antônio da Rocha Lima na data de abertura de seu primeiro inventário (1764).....	232
Esquema 6 - Composição da família de Sebastião Gonçalves Chaves na data de abertura de seu inventário (1768).....	239

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Assinatura do Capitão José Ribeiro de Carvalho.....	197
Figura 2 – Assinaturas de Dona Quitéria Maria de Barros.....	201
Figura 3 – Assinatura das órfãs Dona Anna e Dona Mariana.....	203
Figura 4 – Texto escrito e assinado por Dona Joaquina.....	205
Figura 5 – Um dos recibos feito pelo Professor de primeiras letras João Fernandes Santiago a D. Quitéria.....	207
Figura 6 – Um dos recibos feito pelo Professor de Gramática Latina, José Félix de Aguiar, a Dona Quitéria.....	208
Figura 7 - Assinaturas de José Ribeiro de Carvalho (filho).....	210
Figura 8 - Assinaturas de Bernardo e sua esposa Dona Francisca Maria.....	213
Figura 9 – Escritos, contas, assinatura de Boaventura Gonçalves Chaves.....	216
Figura 10 - Escrito e assinaturas de Amaro Gonçalves Chaves.....	217
Figura 11 - Escrito e assinatura de Francisca Maria Esperança de Mendonça.....	218
Figura 12 - Assinaturas de: Amaro Gonçalves Chaves (filho); Frutuoso Dias de Oliveira (casado com Teresa); José Pereira Carvalho (casado com Teodora); Domingos Pereira de Carvalho (segundo marido de Escolástica) e Doutor Francisco Vieira de Souza Ferraz (segundo marido de Francisca).....	219
Figura 13 – Assinatura de Frutuoso Dias de Oliveira (inventariante e testamenteiro).....	220
Figura 14 – Assinatura de Antônio de Moraes Pessoa (primeiro marido de Escolástica).....	220
Figura 15 - Fragmento de carta escrita e assinatura de Joaquim da Cunha Osório.....	226
Figura 16 - Assinatura de Manoel da Cunha Osório (pai).....	227
Figura 17 – Assinatura de José da Cunha Osório.....	228
Figura 18 - Assinatura de Domingos Antônio da Cunha Osório.....	229
Figura 19 - Assinatura de Antônio da Cunha Osório.....	229

Figura 20 – Assinaturas de Luis da Silva Pompeu; Francisco da Rocha Lima; Manoel Machado Evangelho.....	236
Figura 21 – Assinatura de Manoel da Rocha Lima.....	237
Figura 22 - Assinatura de João Gonçalves Chaves.....	240
Figura 23 - Assinatura de Francisco Gonçalves Chaves.....	240

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Leg. – legado

Educ. – Educativo e/ou educação

Alf.- Alferes; **Cap.-** Capitão

Cel. – Coronel

CM – Capitão Mor

Dr. – Doutor

Lic. – Licenciado; **Pe.** – Padre; **SM** – Sargento Mor; **Srg.** – Sargento; **TC** – Tenente Coronel; **Ten.** - Tenente

CRM – Comarca do Rio das Mortes

CRV – Comarca do Rio das Velhas

CVR – Comarca de Vila Rica

SJDR – São João del Rei

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

CSM – Casa Setecentista de Mariana

MI – Museu da Inconfidência

CP – Casa do Pilar

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

CBG – Casa Borba Gato

MO - Museu do Ouro

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

CPO - Cartório do Primeiro Ofício

CSO - Cartório do Segundo Ofício

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1 - <i>Elites, famílias e concepções de educação na sociedade mineira setecentista em seus caminhos historiográficos</i>	48
1.1 As elites coloniais – debates, configurações e abordagens.....	49
1.2 Famílias nas Minas do século XVIII.....	65
1.3 Concepções de educação.....	71
CAPÍTULO 2 - Caracterizando as elites locais: Fortunas, ocupações, mercês e famílias	78
2.1 <i>A Lista dos Homens Ricos</i>	79
2.2 As fortunas dos homens ricos - Monte-mores, cativos e tendências econômicas.....	83
2.3. Origens dos sujeitos da pesquisa.....	105
2.4 Patentes e outras mercês.....	111
2.5. Matrimônio, concubinato e procriação.....	128
CAPÍTULO 3 - “E por ser esta a minha última vontade que tenho dito e disposto...”	141
3.1 Legados/heranças: concepções ampliadas.....	141
3.2 Possibilidades e realizações acerca das heranças das elites coloniais.....	144
3.2.1 Legados post mortem – ligações de uma vida.....	157
3.2.2 Patrimônio Educativo – esboço de um conceito.....	162
3.2.3 Legados Educativos das elites coloniais.....	164
CAPÍTULO 4 - Patrimônios educativos – Legados em diferentes arranjos familiares	192
4.1 - Famílias tradicionais – a fé e as letras.....	196
4.2 - Ofícios e letras – Homens solteiros e seus filhos ilegítimos/naturais.....	231
4.3 Educando a sociedade – Homens solteiros e sem filhos.....	241
CONSIDERAÇÕES FINAIS	244
FONTES	249
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	252
ANEXO	266

INTRODUÇÃO

Apresentando o objeto de Pesquisa

Entender as estratégias e os processos educativos nas camadas mais privilegiadas da sociedade mineira no século XVIII tem sido nossa preocupação desde o mestrado.¹ Partindo dos inventários e testamentos referentes à segunda metade desse século, mapeamos como se configuravam econômica e socialmente os 20% dos sujeitos mais abastados dessa população e analisamos como esses indivíduos encaminhavam a educação de sua prole. Buscamos ainda entender quais eram as estratégias adotadas pelas famílias abastadas da comarca do Rio das Velhas para alcançar as práticas educativas pretendidas.

Assim, juntando a inquietação inicial de estudar a educação das camadas mais privilegiadas da sociedade mineira do século XVIII com a intenção de se pensar um problema de pesquisa que ajudasse a avançar os estudos sobre a educação no período colonial, chegamos ao recorte atual deste trabalho que desenvolveremos a partir de agora.

O objetivo do presente estudo é analisar a educação como herança das elites de três comarcas da Capitania de Minas Gerais (Rio das Mortes, Rio das Velhas e Vila Rica), na segunda metade do século XVIII e primeira década do XIX. Pretendemos verificar qual o lugar que a educação, ou o legado de um patrimônio ligado a preceitos educativos, ocupava na intenção das elites locais de manter, aumentar e perpetuar seus privilégios. Entendendo educação de uma forma ampliada, buscamos analisar o patrimônio educativo que era destinado tanto aos indivíduos, membros dos grupos familiares, quanto à sociedade, quando observamos legados de cunho mais coletivo ou institucional, como é o caso de quando são deixadas obras de arte para uma igreja ou livros a alguma biblioteca.

¹ GORGULHO, Talítha Maria Brandão. “Aos órfãos que ficaram”: estratégias e práticas educativas dos órfãos de famílias abastadas na comarca do Rio das Velhas (1750–1800). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2011 (Dissertação de Mestrado em Educação).

As perguntas que orientam essa abordagem são as seguintes: quanto do legado² deixado pelos membros das elites locais está relacionado com a educação? Que tipo de educação era legado para os descendentes e para a sociedade? Podemos afirmar que a educação, ou o seu legado, era um dos meios utilizados para se obter maior distinção na sociedade colonial? Em que medida e de que maneira isso se dava?

Destarte, procuramos entender a educação para além da escola, instituição ainda embrionária no contexto abordado. Buscamos, dessa forma, explorar a educação que é legada de forma intencional quando os indivíduos deixam condições e indicações para que os filhos recebam algum tipo de educação de tipo ou natureza escolar e aprendizado de ofícios mecânicos. Por exemplo, podemos analisar quando um pai lega ao filho o aprendizado das primeiras letras, ou quando deixa em testamento uma condição para esse filho frequentar a Universidade; ou ainda quando deixa em legado o aprendizado de ofícios mecânicos. Contudo, não nos ateremos somente aos filhos, teremos sob nosso foco esse tipo de educação legada a quem quer que seja: aos sobrinhos e agregados, por exemplo, quando recebem condição de se instruírem de alguma forma; ou até mesmo ao escravo, quando este é direcionado para aprender algum ofício.

Além desses enfoques, interessa-nos ainda a educação deixada sem intencionalidade explícita, através da expressão de um comportamento ideal: quando havia a transmissão de algum bem via testamento, muitas vezes material – mas não exclusivamente –, ele poderia estar condicionado a um tipo de comportamento considerado ideal para aquela sociedade; ou ainda, quando era deixado esse tipo de legado à sociedade. Exemplos desse tipo de legado de cunho educativo, não necessariamente intencional, são as liberdades remetidas aos escravos condicionadas à sua obediência e sua servidão, ou os espólios deixados às meninas, exclusivamente para serem usados na composição de seus dotes. Tais preceitos de

² Existia no período um entendimento jurídico daquilo que poderia ser ou não legado conforme a legislação da época. Porém, assim como temos adotado uma visão mais ampliada acerca da educação, trabalhamos com uma visão mais ampliada sobre legado. Entendemos como legado não apenas aquilo que é deixado nos testamentos de forma declarada, mas também aquilo que foi feito durante a vida dos inventariados/testadores aqui analisados para que, por exemplo, seus filhos fossem educados, recebessem o aprendizado das primeiras letras, de algum ofício mecânico ou ainda o encaminhamento para algum casamento. Estamos entendendo como legados dessas elites locais também aquilo que foi feito durante a vida desses homens ricos na intenção de manter seus arcabouços de capitais, para si e para sua família.

cunho educativo transmitidos em vida por esses sujeitos também serão considerados, pois entendemos que assim, inclusive, o *patrimônio educativo* é legado. Como *patrimônio educativo* estamos englobando tudo o que é deixado como herança nos inventários e testamentos, ou o que foi construído em vida pelos homens ricos, e que entendemos se relacionar com a educação de forma intencional ou não. Conforme veremos a seguir, tomaremos esse *patrimônio educativo* por dois vieses: um relacionado às práticas e outro aos valores e exemplos.

Pretendemos neste estudo apresentar as regularidades dos espólios, isto é, como os legados se apresentavam nos testamentos e nos inventários, o que era comum de ser deixado como herança pelos homens ricos e, a partir daí, entender qual o papel desse *patrimônio educativo* no processo de manutenção e perpetuação dessa elite colonial.

Sobre a história da educação no período colonial

A produção sobre o período colonial na Historiografia da Educação brasileira foi, por muito tempo, desprestigiada, cenário que vem mudando ao longo dos anos com iniciativas de pesquisadores e de grupos de pesquisa que estão se dedicando a esse tema.

Thaís Nívia de Lima e Fonseca (2015) fez um levantamento a respeito da produção historiográfica sobre educação na América portuguesa. Dando ênfase à produção sobre a Capitania de Minas, a autora deixa visível a trajetória das pesquisas em História da Educação para o período colonial e como vêm se ampliando os interesses de pesquisadores sobre esse período. Segundo Fonseca, as pesquisas sobre o período colonial, durante o século XIX, estavam circunscritas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838. Naquele momento da história do Brasil, tínhamos uma recente independência política combinada com a manutenção da mesma dinastia no poder; essas características resultaram em uma historiografia que valorizava o passado colonial, ao mesmo tempo que tinha como tarefa a construção de uma identidade para seu povo no processo de formação do Estado nacional.

Para a autora, a partir da Proclamação da República em 1889, iniciou-se na produção histórica um olhar mais crítico sobre os efeitos da colonização. Nas primeiras décadas do século XX, houve várias discussões sobre as razões do atraso

do Brasil e as dificuldades de se sair da posição de um país periférico. Observou-se, então, a necessidade de se olhar para o período colonial com a intenção de se obterem respostas para as questões que aquele momento trazia. Autores como Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda deram o tom desse momento historiográfico e têm sido bastante estudados pelos historiadores desde a década de 1990.

Freyre, Prado Júnior e Holanda elaboraram reflexões bastante diferentes da historiografia tradicional ao trazerem para as discussões temas como escravidão, cultura, cotidiano e relações sociais. Essa complexidade do período colonial, bem como a necessidade de compreendê-la, foi apontada por esses autores; no entanto, esse movimento de reflexão só foi sistematicamente contemplado a partir da década de 1980. Os historiadores, a partir desse momento, elaboraram estudos acerca de assuntos que estavam descolados do Estado e da Igreja. Apesar de ter havido, nessa altura, um grande interesse de pesquisas com abordagens relacionadas à vida social colonial, a educação foi praticamente ignorada.

Ainda de acordo com Fonseca (2015), a historiografia da Educação não seguiu a mesma trajetória que a historiografia colonial. Ela constituiu-se mais tardiamente, na segunda metade do século XX, procurando sintonizar-se com a historiografia geral. Buscando a escola, o processo de escolarização e a constituição de um sistema escolar no século XIX, as pesquisas visaram entender melhor esses processos em virtude da formação do Estado brasileiro e, a partir daí, encontrar respostas para os quadros do regime republicano.

A historiografia da educação tem uma concentração muito maior de estudos que tratam dos períodos do Império e da República. Além dos interesses acima citados, pode-se ainda explicar a preferência dos historiadores por esses períodos devido às dificuldades de pesquisa referentes ao período colonial. A documentação maciçamente manuscrita é mais exigente para a leitura e compreensão, e a identificação das fontes apresenta dificuldades específicas, já que o sistema administrativo era extremamente complexo nas estruturas do Antigo Regime, com diferenças marcantes em relação ao Estado brasileiro independente. As abordagens tradicionais que afirmam que a educação no período colonial estava a cargo da Igreja e que, a partir das reformas pombalinas em 1759, essa educação teria sido praticamente inexistente, também serviram de justificativa para a falta de estudos

sobre a educação na colônia. Como expoente dessas ideias, temos Fernando de Azevedo (1943).

A educação na colônia foi apresentada pela historiografia, há até pouco tempo, como estritamente de caráter escolar, a cargo, em especial, da Igreja, marcadamente da Companhia de Jesus. Até a década de 1970, os estudos mostravam a atuação da Igreja no campo educacional através das ordens religiosas de forma positiva, chegando alguns autores, como o já citado Azevedo, a defender a ideia de um “vazio educacional” que teria tomado conta da colônia com a expulsão dos jesuítas por ocasião das Reformas Pombalinas.

Tomando o sistema das aulas régias como total fracasso, esses autores defenderam que apenas com o advento republicano é que se teve a retomada da composição de um sistema educacional. Para Fonseca (2015), esse tipo de abordagem, cuidando apenas de uma história legal e institucional, impossibilitou que se percebessem e, por consequência, se estudassem outras formas de educação amplamente presentes nesse contexto e profundamente importantes, além do fato de essa historiografia da educação ter tratado seus objetos de análises utilizando como referência os processos educativos do presente, partindo de uma concepção de educação e de escolas do século XX.

De acordo com a mesma autora (2009), a maioria dos estudos existentes sobre a história da educação na colônia, realizados até a década de 1980, tratavam de análises sobre a atuação da Companhia de Jesus e as Reformas Pombalinas,³ principalmente a criação e a implantação das aulas régias. Essas pesquisas concentravam-se em uma tradição historiográfica que, conhecidamente, tem como principal sujeito a ação das instituições dominantes – Estado e Igreja –, considerando a educação colonial quase que exclusivamente na perspectiva institucional, ou seja, a da educação escolar. Os principais representantes dessa historiografia são: José Ricardo Pires de Almeida (1889); D. Moreira (1892); Feu de Carvalho (1933); Raul Briquet (1944); Hélio Viana (1945); Antônio Alberto Banha de Andrade (1978); Fernando de Azevedo (1978) e Laerte Ramos de Carvalho (1978). Em comum, as obras desses autores têm, ainda, o fato de que outros processos educativos do

³ Em seu livro *Letras, ofícios e bons costumes*, a autora demonstra, através de levantamentos bibliográficos, que a porcentagem de trabalhos sobre o período colonial nos Congressos de História da Educação não passa de 2% do total dos trabalhos inscritos, p.7.

período colonial, para além dos escolares, acabaram por ser deixados em segundo plano.

Podemos citar, ainda, os estudos que se destacaram por tratarem das características de suas regiões, observadas na efetivação das Reformas Pombalinas e na implementação das aulas régias. São eles: José Ferreira Carrato (1968), Diana de Cássia Silva (2004) e Christianni Cardoso Morais (2011), para a capitania de Minas Gerais; Tereza M. R. Fachada Levy Cardoso (2002), para a capitania do Rio de Janeiro; Myriam Xavier Fragoso (1972), para São Paulo; Adriana Maria Paulo da Silva (2008), para a capitania de Pernambuco; José Carlos de Araújo Silva (2006). Esses estudos sobre tais capitanias são importantes pois ajudam na percepção da heterogeneidade da educação no período colonial. Vale salientar que nem todos os trabalhos que tratam da educação escolar adotam um viés de interpretação tradicional. Há alguns trabalhos que abordam a educação de tipo ou natureza escolar de uma maneira mais crítica e não estanque. Nossa intenção é demonstrar que os trabalhos que têm uma abordagem mais tradicional acabavam por tratar apenas da educação escolar. Assim sendo, deixavam de lado as diversas dinâmicas educativas presentes no século XVIII, uma vez que, na sua maioria, elas não estavam relacionadas com uma educação escolar.

Com uma leitura mais crítica sobre os trabalhos tradicionais, alguns pesquisadores têm levado em conta a educação para além da questão escolar. Assim, através de uma perspectiva menos estática de educação, conseguem percebê-la na colônia com suas nuances nesse complexo contexto. Têm tratado, a partir desta visão, de uma educação de natureza ou de tipo escolar para o período colonial, sem confundi-la com a “educação escolar”, reconsiderando, desse modo, o papel das instituições religiosas e do Estado. A partir da abordagem mais ampliada dessa dimensão institucional da educação na colônia, há uma necessidade, também, de se investigarem outras possíveis dimensões dos processos educativos, além dos escolares.

Os processos e práticas educativas estavam presentes no cotidiano da sociedade colonial, e para alcançá-los é fundamental, além da reorientação conceitual, que se tenha uma ampliação das fontes analisadas, passando-se a incluir, no rol de fontes exploradas pela história da educação, mais do que as fontes legais e administrativas, também as fiscais, as jurídico-processuais e as notariais.

Nos últimos dez anos, temos observado resultados mais sistemáticos com relação à produção historiográfica sobre educação no período colonial no Brasil. De acordo com Fonseca (2015), esses estudos trouxeram um novo olhar sobre a educação no período. Novos resultados foram alcançados graças às novas abordagens, novos objetos e novos problemas de pesquisa que permitiram alcançar dinâmicas educativas não apenas oficiais ou formais, mas de naturezas diversas.

Por estarem inseridos nessa nova vertente da historiografia, que entende os processos educativos como processos sociais, alguns historiadores de outras áreas acabam tocando o tema da educação ao desenvolverem suas pesquisas sobre diversos assuntos para o período colonial. São exemplos desses autores: Luis Carlos Villalta (2007) e Álvaro de Araújo Antunes (2005), que vêm desenvolvendo estudos sobre a cultura escrita; José Newton Coelho Meneses (2011), sobre o ensino e aprendizado de ofícios mecânicos; Cláudia Maria das Graças Chaves (1995), sobre as aulas de comércio; e Antônio César de Almeida Santos (2011), sobre a instrução dos homens de negócio.

Há, ainda, nessa mesma perspectiva, os pesquisadores da história das mulheres, que, observando como as mulheres de diferentes qualidades e condições se inseriam na sociedade colonial, acabam, inevitavelmente, passando por temas ligados à educação. São eles: Mary Del Priore (2000), Leila Algranti (1993/1996), Luciano Figueiredo (2000), Arilda Ribeiro (2000), entre outros.⁴

No entanto, nos últimos anos, alguns estudos vêm sendo desenvolvidos, em especial para a Capitania de Minas Gerais, pelo grupo Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos – CEIbero. Com análises que visam entender outros processos e práticas educativas, para além dos limites escolares,⁵ as novas pesquisas têm permitido, nas palavras de Fonseca (2010:9), “compreender mais claramente os diferentes meios pelos quais a população colonial, particularmente na Capitania de

⁴ Os temas não se encerram em tais autores, trago aqui apenas alguns exemplos; outros ainda podem ser citados: Silva (1977) e Fernandes (2003).

⁵ A educação escolar não é descartada nesses estudos; no entanto, devido ao estado incipiente de sua estruturação na época, as dinâmicas educativas de caráter não escolar eram apresentadas de maneira mais visível que as de caráter escolar. Atualmente a educação de natureza ou de tipo escolar vem sendo estudada de forma sistemática e com abordagens diferentes das tradicionais, em especial quando buscam analisar os caminhos da implantação do ensino régio. O destaque que os estudos acerca da educação não escolar têm tido se deve ao fato de esse tipo de abordagem ser mais recente nas pesquisas do grupo.

Minas Gerais, procurava educar-se e instruir-se, por diferentes motivos”, além de abrir espaço para uma gama de novas fontes, já consagradas pela historiografia colonial, a serem exploradas também pela História da Educação.⁶

Parte expressiva dos pesquisadores do Grupo vem ajudando a renovar a visão acerca da educação nas Minas setecentistas e nas primeiras décadas do século XIX: Fonseca (2009, 2010, 2011, 2013 e 2014) e seus orientandos têm desenvolvido estudos relacionados tanto ao processo de implantação e funcionamento do ensino régio, quanto às estratégias e práticas educativas de diferentes segmentos da população e suas relações com a estrutura política e jurídica daquela sociedade.⁷

Dentre esses trabalhos, três em particular, desenvolvidos sob orientação da professora Dr^a. Thais Fonseca, dialogam diretamente com o estudo aqui apresentado. A pesquisa de Leandro da Silva Paula, tese defendida em 2016,⁸ que trata da educação de órfãos durante o período de tutela nas últimas décadas do século XVIII e primeiras do século XIX, procurou analisar em quais momentos a educação direcionada aos órfãos era resultado de estratégias ou intervenções dos tutores e quando estava determinada pela qualidade das pessoas e fazendas dos tutelados, percebendo que, em muitas vezes, ocorria uma combinação de ambas as situações.

Abordando o termo de Mariana, por meio, principalmente, das contas de tutelas presentes nos inventários, o autor observou que, apesar de a legislação da época –

⁶ O CEIbero – Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos – é um grupo de pesquisa que tem colocado seus esforços nesta direção. Constituído por pesquisadores de universidades brasileiras – de Minas Gerais, Paraná e Maranhão – e de universidades portuguesas e colaboradores de outros países, é um grupo de pesquisa integrante do GEPHE – Centro de Pesquisa em História da Educação – da UFMG. Sob a coordenação geral da Profa. Dra. Thaís Nívia de Lima e Fonseca, o Grupo tem como propósito promover e aprofundar discussões que tenham como tema a cultura escrita em suas relações entre a instrução e a educação para a formação de quadros administrativos do Império Português; as relações entre as atividades econômicas, a formação profissional e os projetos educacionais no império; e, em especial na América, as relações entre o Iluminismo e a cultura escrita e entre a cultura escrita e as práticas culturais e educativas. O grupo desenvolve ainda pesquisas acerca de sociabilidades, bem como estudo de instituições e de seus componentes num mundo supostamente ilustrado. Sobre o CEIbero, seus integrantes, eventos e publicações, acessar: <https://ceibero.wordpress.com>

⁷ Sobre esses temas, ver os trabalhos de: Cláudia Fernandes de Oliveira (2008), Fabrício Vinhas Manini Angelo (2017), José Newton Coelho Meneses (2008, 2011, 2013), Kelly Lislie Júlio (2007, 2016), Leandro Silva de Paula (2016), Paola Andrezza Bessa Cunha (2007), Sílvia Maria Amâncio Rachi Vartuli (2014), Solange Maria da Silva (2011), Talítha Maria Brandão Gorgulho (2011).

⁸ PAULA, Leandro Silva de. O papel dos tutores na educação e na inserção social de órfãos no Termo de Mariana (1790–1822). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2016 (Tese de Doutorado em Educação).

as Ordenações Filipinas –indicar que os órfãos deveriam receber uma preparação compatível com o nível social de sua origem e voltada para exercer um ofício semelhante ao de seus pais, na região analisada uma série de fatores e interesses levavam alguns tutores a escolherem uma educação que ia além daquilo que era exigido na lei. Paula afirma ainda que os motivos que levavam os tutores a optarem por tais escolhas e adotarem variadas estratégias eram diversos, assim como os fatores que determinavam a educação recebida pelos órfãos. Ao constatar um grande número de órfãos encaminhados para o aprendizado das letras, o autor aponta para a necessidade de estudos mais detidos sobre tal prática para o período, e, também na intenção de ajudar com tal lacuna, o estudo por nós desenvolvido coloca foco sobre o tema.

A tese de doutorado de Kelly Lislie Júlio, defendida em fevereiro de 2017,⁹ tratou da participação das mulheres tanto na manutenção e sustento de suas famílias como na educação das crianças e jovens no termo de Vila Rica, entre os anos de 1770 e 1822. Utilizando fontes de natureza notarial, da mesma forma que o estudo anterior, Júlio analisa a família como instituição educativa e, em particular, o papel das mulheres de diferentes grupos sociais nesse processo. A autora trabalha particularmente com mulheres solteiras, viúvas ou com “maridos ausentes”, por acreditar que, nesses casos, a autonomia dessas mulheres se torna mais visível.

Em um estudo documental de muito fôlego e com análises amparadas pelos instrumentos teórico-metodológicos e as perspectivas da História Social, além dos conceitos de Pierre Bourdieu como *capital social*, *hábitus* e *estratégias*, Júlio mostra-nos que essas mulheres, independente do estrato social a que pertenciam, aproveitaram as oportunidades estabelecidas pela legislação, valeram-se da situação posta, isto é, tanto das necessidades produzidas no cotidiano quanto das oportunidades estabelecidas por essa legislação, e construíram estratégias para garantir a sobrevivência dos seus, inclusive delas mesmas, e promover alguma forma de educação dos menores. Tal trabalho aproxima-se do nosso especialmente nas concepções de educação e de família adotadas para as análises e, ainda, na

⁹ JULIO, Kelly Lislie. “Os têm tratado e educado” – As mulheres e suas ações para a manutenção da família e a educação de menores no termo de Vila Rica, MG (1770–1822). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2017 (Tese de Doutorado em Educação).

preocupação com a observação das estratégias desenvolvidas para a educação dos descendentes.

Os estudos de Fabrício Vinhas Manini Angelo, tese defendida em agosto de 2017,¹⁰ também utilizaram a concepção da família como instituição educadora e buscaram analisar suas práticas educativas nos termos da Vila de Sabará e da Vila Rica entre 1721 e 1780. O autor utilizou-se, principalmente, de testamentos como fonte para entender o papel que a família tinha na trajetória educacional das futuras gerações e quais as estratégias educativas empreendidas por essas famílias para com sua descendência. Um diálogo crítico e as análises das possibilidades de utilização dos conceitos cunhados por Bourdieu para entender um período anterior ao estudado por esse autor, ou seja, para os estudos em história da educação no século XVIII, são a grande contribuição desse trabalho para a área e para o estudo aqui proposto.

Assim, esses trabalhos¹¹ aproximam-se da nossa pesquisa em diversos aspectos: nas concepções acerca da educação para o século XVIII, que são entendidas de forma mais ampla, em que se observa, para além de uma educação de natureza ou de tipo escolar, também uma educação não escolar; na utilização do arcabouço teórico-metodológico próximo aos utilizados pela história social, história da família e, em alguma medida, da demografia histórica; na utilização dos conceitos de Bourdieu para entender as dinâmicas sociais e educativas no contexto analisado e os tipos de fontes utilizadas para alcançar as estratégias, práticas e/ou processos educativos pretendidos.

Como se pode observar, a pesquisa sobre educação no período colonial tem avançado bastante. Apesar disso, o estudo dos processos educativos não institucionalizados, ou seja, não diretamente ligados ao Estado ou à Igreja, que tiveram suas origens nas relações e trocas cotidianas dos sujeitos como atores sociais, continua necessitando de uma exploração ainda mais detida. Como demonstrado nos estudos acima, essas investidas apresentam-se como um trabalho

¹⁰ ANGELO, Fabrício Vinhas Manini. Herdeiros: o papel da família na educação das futuras gerações nos Termos de Sabará e de Ouro Preto (1721–1780). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2017 (Tese de Doutorado em Educação).

¹¹ As teses mencionadas estão disponíveis on-line em: <https://repositorio.ufmg.br>

lento e minucioso no que tange não só à exploração das fontes, mas também à necessidade de se propor uma discussão sobre os conceitos possíveis de serem utilizados para análise em um contexto tão específico quanto diverso. Nesse panorama, portanto, é que se insere a proposta trazida por esta tese, que pretende contribuir para o preenchimento de algumas lacunas existentes sobre a educação nesse período.

Caminhos metodológicos de organização e desenvolvimento da pesquisa

Elegemos como sujeitos para a atual pesquisa os membros das camadas mais privilegiadas que se encontravam estabelecidos nas comarcas do Rio das Mortes, Rio das Velhas e Vila Rica da Capitania de Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII e primeira década do XIX.

Interessam-nos, então, os indivíduos que estavam em certa medida enraizados nesse espaço, ou seja, os que, nascidos na Capitania de Minas Gerais ou não, aqui se fixaram, viveram parte significativa de suas vidas e morreram, deixando registrados os seus testamentos e tendo seus inventários elaborados. Alguns desses sujeitos, como veremos, eram nascidos nessa Capitania; já outros vieram para as Minas tanto de outras Capitanias de aquém-mar quanto da Corte e nessa região se estabeleceram.

Recorte espacial

O recorte espacial proposto para este estudo são três das quatro comarcas que compunham a Capitania de Minas Gerais no período estudado.¹² Tal recorte dá-se tanto por questões de ordem prática quanto por questões de ordem metodológica.

As questões de ordem prática apresentam-se por serem nessas divisões judiciais que encontramos os documentos mais bem conservados e mais acessíveis.

¹² Segundo Graça Filho (2002), a criação das três primeiras comarcas ocorreu por meio de um Alvará Régio de 6 de abril de 1714. A Comarca de Serro Frio (com sede na Vila do Príncipe) foi criada em 1720, ano também da separação da Capitania de Minas Gerais da Capitania de São Paulo, que até então se configuravam como uma única capitania. Somente no início do século XIX, em 1815, houve o estabelecimento da Comarca de Paracatu, que tinha como sede a Vila de Paracatu, antes pertencente à Comarca do Rio das Velhas.

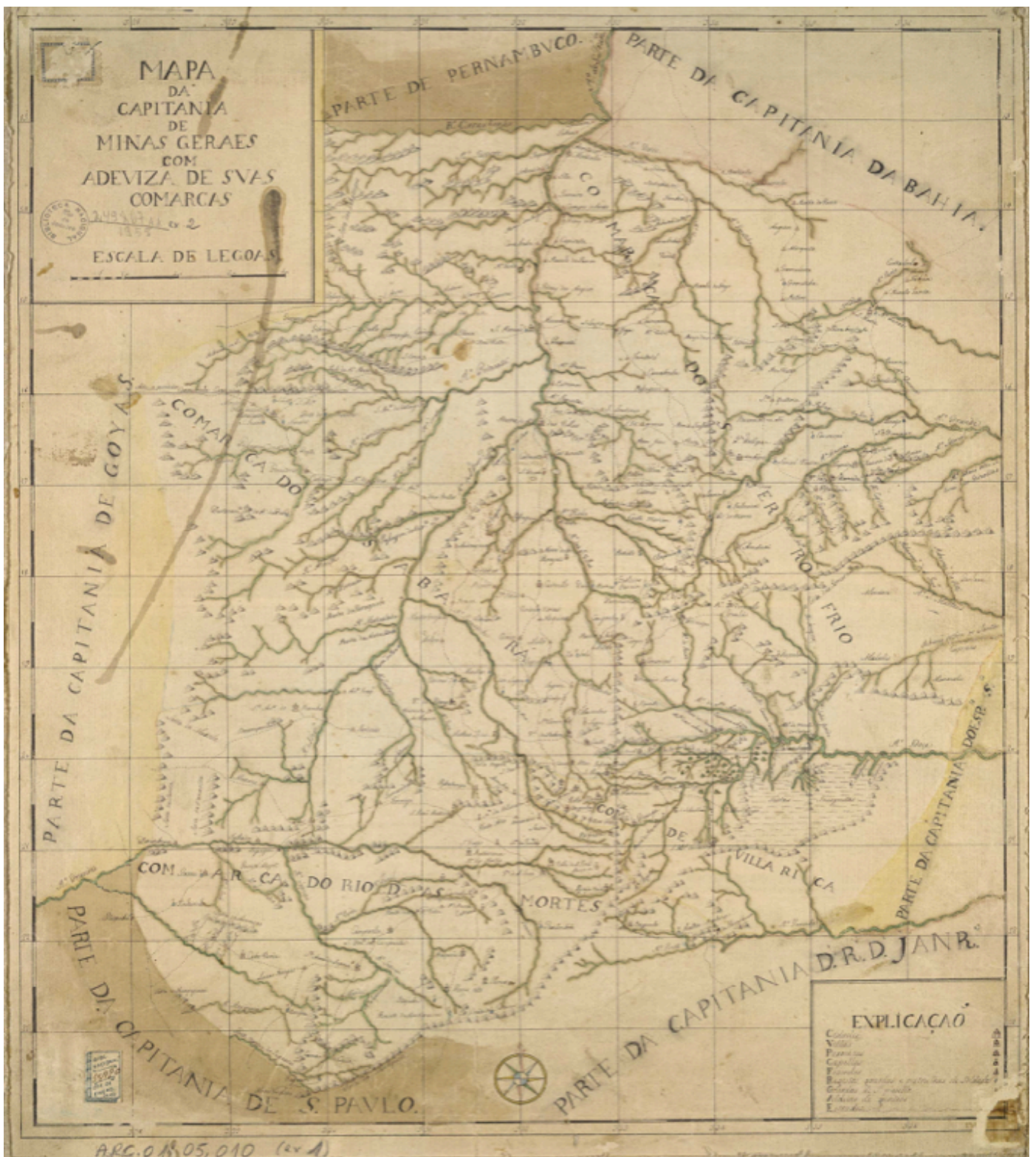
Grande parte dos inventários e testamentos referentes a essas comarcas está disponível para exame em arquivos.¹³ Já a maior parte dos documentos referentes à Comarca do Serro Frio, outra comarca que fazia parte da Capitania de Minas Gerais no período, não se encontra liberada para consulta. Além desta, outra questão de ordem prática vem da nossa experiência na pesquisa da dissertação de mestrado. Como já mencionado, naquela ocasião investigamos os inventários e testamentos da Comarca do Rio das Velhas, e essas análises renderam-nos um rico banco de dados com informações que instigaram as questões que acabaram por dar origem a esta pesquisa de doutorado.

Mas a facilidade de acesso e familiaridade com a documentação não foi o único motivo que nos levou a escolher tais comarcas como delimitação espacial do presente estudo. As questões metodológicas que se destacam são: primeiro, o fato de que essas comarcas abarcavam um importante território na Capitania de Minas Gerais, considerado, como nos mostra Carla Maria Carvalho de Almeida (2010:23), o principal centro de efervescência econômica. As três comarcas tinham uma grande densidade populacional e um contato forte com o Rio de Janeiro. Eram ainda importantes centros religiosos, comerciais, militares e administrativos.

Essas comarcas foram criadas ainda nas primeiras décadas do século XVIII, e, segundo Afonso de Alencastro Graça Filho (2002) e Almeida (2010), se a princípio a Capitania de Minas foi explorada buscando-se a extração aurífera, com a crise do ouro passou a desempenhar um importante papel no eixo central da economia, com o desenvolvimento de atividades como a agropecuária. Além de serem as comarcas mais antigas de Minas e uma das regiões mais ricas e dinâmicas do período, o que por si só já seria interessante para esta análise, essas comarcas encerram características muito peculiares e diversas entre si. Identificando-as no mapa a seguir, passemos agora a observar cada uma delas.

¹³ Para a Comarca do Rio das Mortes, a documentação analisada encontra-se no Arquivo do IPHAN, na cidade de São João del Rei; para a Comarca do Rio das Velhas, no arquivo do IBRAM/Casa Borba Gato, na cidade de Sabará; para a Comarca de Vila Rica, no arquivo do IPHAN/Casa do Pilar, na cidade de Ouro Preto, e no arquivo do IPHAN/Casa Setecentista, na cidade de Mariana.

Mapa 1 - Mapa da Capitania de Minas Gerais com divisão das comarcas (1778).



Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL – Mapa da capitania de Minas Geraes: com a deviza de suas comarcas. [S.l.: s.n.], [1778?]. 1 mapa ms, col, 43 x 36,5. Disponível na Biblioteca Nacional em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart249867/cart249867.html

Comarca do Rio das Mortes

Graça Filho (2002:36) afirma que a Comarca do Rio das Mortes era um importante centro de abastecimento para a Província do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX. Segundo o mesmo autor, já em fins do Setecentos, José João Teixeira, desembargador, comentaria ser esta “a mais vistosa, e a mais abundante de toda a Capitania em produção de grãos, hortaliças e frutos ordinários do país, de forma que além da própria sustentação provê toda a Capitania de queijo, gados, carne de porco e etc.”¹⁴ Caracterizada por Graça Filho (2002) como o “celeiro de Minas Gerais”, na Comarca do Rio das Mortes, em certa medida diferente das demais comarcas abordadas neste estudo, a exploração do ouro nunca chegou a ser a principal atividade. Isso se explica pelo fato de que, tendo sua origem nas fazendas de cultura e criação às margens do Rio das Mortes, ao se descobrir e se explorar o ouro nessa região, poucos foram os mineradores que não mantiveram suas roças ao mesmo tempo que faziam a exploração mineral. E, assim sendo, com o declínio do ouro, a comarca retornou às atividades anteriores de sua economia, sem grandes percalços.¹⁵

Sendo a segunda comarca mais populosa¹⁶ da Capitania na segunda metade do século XVIII, era também proporcionalmente aquela com a maior população branca. Abarcava um contingente de aproximadamente 19% de pardos, 45% de negros e 37 % de brancos.¹⁷ Essa observação vem corroborar a concepção exposta acima de que essa característica está intimamente ligada às principais atividades econômicas exercidas pela comarca: mineração, agropecuária e comércio.

¹⁴ TEIXEIRA, Des. José João, “Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais – 1780”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VIII, p. 502. Apud Graça Filho (2002:36).

¹⁵ Sobre o assunto, ver também: Zemella (1990); Boschi (1986); Holanda (1982).

¹⁶ De acordo com Cláudia Damasceno Fonseca (2011:375-385), os dados demográficos sobre Minas Gerais são muito lacunares, sendo que o primeiro recenseamento a fornecer informações sobre os totais da população livre e escrava data de 1776. Basendo-se nos dados trazidos por esse recenseamento, José Pedro Xavier da Veiga (1998:194) demonstra que, conforme mostrado acima, a comarca mais populosa em 1776 era a do Rio das Velhas, com 99.576 habitantes. A Comarca do Rio das Mortes tinha 82.781 habitantes e era seguida pela Comarca de Vila Rica, com 78.618 habitantes. A Comarca do Serro era a menos populosa do período nesta Capitania, com 59.794 habitantes.

¹⁷ Para a Comarca de Vila Rica, a comarca com a população mais negra das três, os números são: brancos representavam 16% do total de habitantes; pardos, 21%; e negros, 63%. Chama atenção para essa comarca o grande número de homens negros, que somavam mais de 43% de toda a população.

Deparamo-nos, portanto, com características peculiares dessa parte da sociedade das Minas setecentistas que, acreditamos, irão influenciar as interações entre os membros dessa comunidade e a relação que estes têm com a educação.

Comarca do Rio das Velhas

A Comarca do Rio das Velhas estava localizada na região centro-norte da Capitania. Encontrava-se em sertão muito fértil e recebeu esse nome por ser banhada, em grande parte de sua extensão, pelo Rio das Velhas.

A atividade mineradora predominava na região sul, que fazia divisa com a Comarca de Vila Rica e era impulsionada pela produção aurífera. Paralelamente à atividade mineradora, ocorria a ocupação urbana. Essa ocupação era intensa especialmente nas regiões central e sul. No entorno, mais sertanejo, estabeleceram-se roças e fazendas voltadas para criação de gado, destacando-se a região de Pitangui. Além disso, era uma comarca muito bem posicionada geograficamente e se tornou ponto de convergência para as rotas de comércio, tanto internas (como exemplo, a rota centro-sul) quanto externas (principalmente as rotas de comércio com a Corte e a Capitania da Bahia).

Por apresentar tanto áreas urbanas quanto rurais, além do sertão do Rio São Francisco, que cortava a região no sentido sul-norte, a Comarca do Rio das Velhas possuía um perfil sócio-econômico muito diversificado. Na segunda metade do século XVIII, a comarca abrigava uma população bastante significativa,¹⁸ sendo a mais populosa da Capitania no período. Essa comarca tinha¹⁹ um contingente maior de negros (51%) e pardos (34%) do que de brancos (15%). Tudo indica que essa característica está diretamente relacionada às principais atividades econômicas

¹⁸ De acordo com José Joaquim Rocha, em 1778 a Vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará tinha 850 fogos e mais de 7.600 almas, Rocha (1995:106).

¹⁹ Os dados referentes aos números de categorização da população das comarcas foram retirados da Taboa dos habitantes da Capitania de Minas Gerais no ano de 1776, Veiga (1998:194). Sobre a demografia da Capitania de Minas Gerais no período, ver ainda: Stumpf, Roberta Giannubilo. Minas contada em números. A capitania de Minas Gerais e as fontes demográficas (1776–1821). In: *R. bras. Est. Pop.*, Belo Horizonte, v.34, n.3, p.529-548, set./dez. 2017.

exercidas na região – mineração, agropecuária e comércio –,²⁰ já que a quantidade de mão de obra escrava utilizada por essas atividades se apresenta de forma decrescente, seguindo a ordem das atividades expostas. Essas características darão à Comarca do Rio das Velhas contornos muito próprios, que serão observados no decorrer das análises.

Comarca de Vila Rica

A Comarca de Vila Rica talvez fosse a que tinha maior visibilidade perante a Coroa. Em seu território ficava Vila Rica, atual Ouro Preto, que, além de cabeça de sua comarca, era ainda a capital da Capitania de Minas Gerais. Essa vila desempenhava um significativo papel na estrutura administrativa e era ainda o centro comercial mais importante e movimentado das Minas, concentrando um enorme vaivém de tropas que levavam mercadorias da Bahia ao Rio de Janeiro, fazendo escalas no interior.

O território dessa comarca abrigava a cidade de Mariana, que recebeu esse título em 1745, tornando-se também a sede episcopal. Esta cidade destaca-se por sua função como fundamental centro religioso e educacional, por ali estar estabelecido o famoso Seminário de Mariana.²¹ A Comarca de Vila Rica era a comarca com o maior contingente de negros e pardos dentre as três. Tinha como principal atividade econômica a mineração, mas, como as demais, desenvolvia várias outras atividades produtivas, como a agropecuária e o comércio.

Fazendo um estudo detalhado sobre as formas de ocupação nas Minas setecentistas, Cláudia Damasceno Fonseca (2011) reequaciona o argumento de que

²⁰ Importante perceber que não apenas nesta, mas em todas as comarcas da Capitania de Minas Gerais, temos, nesse período, o desenvolvimento de várias outras atividades, tais como atividades artesanais ligadas aos mais diferentes ofícios: alfaiates, sapateiros, latoeiros, costureiras, fiadeiras, bem como a venda de quitandas e as funções de lavadeiras, parteiras, como setores majoritariamente femininos. Sobre o tema, ver: Cunha e Godoy (2003), Costa (1981), Júlio (2016).

²¹ De acordo com Selingardi (2007), o Seminário foi fundado em 20 de dezembro de 1750 pelo primeiro bispo da diocese de Mariana, Dom Frei Manuel da Cruz, que buscava respeitar a orientação da Reforma Católica de aprimorar a formação dos clérigos e evitar as despesas que os moradores de Minas faziam para mandarem seus filhos aos estudos no Rio de Janeiro e na Bahia. Selingardi ainda afirma que, segundo Carrato (1968:179), no Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, os alunos eram preparados para a carreira sacerdotal e também podiam fazer seus preparatórios, inclusive para a Universidade de Coimbra: assim que esse seminário abriu suas portas, “ (...) tornou-se mais fácil às famílias mineiras, opulentadas pela abundância do ouro que tiravam de suas lavras, enviar seus filhos mais frutuosos à Coimbra, para se formarem doutores (...)”.

Minas teria uma intensa urbanização. A autora concorda que, para os padrões do contexto, a Capitania podia ser considerada como urbanizada, mas chama a atenção para o fato de que a urbanização mineira não se equipara com a de grandes centros urbanizados na Europa, como Flandres. Nas Minas, segundo Fonseca (2011), o tipo de urbanização dominante foi o dos pequenos aglomerados, sem os atributos mais formais indispensáveis nos centros urbanos europeus, como câmaras municipais ou mesmo o estatuto de vilas, e salienta ainda que o conflito estava fortemente presente nos centros mineiros.

As povoações das Minas, de acordo com Fonseca (2011:32), "contrastando com os vastos sertões que as envolviam", eram percebidas como "lócus de vida social e religiosa" que tinham a função de controlar e submeter a população heterogênea. O que dominava nas Minas setecentistas, como vimos ao analisarmos cada comarca a ser trabalhada nesta tese, era a multiplicidade das formas de ocupação e organização. Essa autora questiona ainda a tradicional vinculação da atividade mineradora com o processo de urbanização. Para ela, em consonância com os autores acima tratados, se a princípio a exploração mineral foi a grande responsável pela formação dos núcleos urbanos, com o tempo o comércio e a agricultura começam a ter maior destaque.

Isso exposto e entendendo que, conforme afirma Fonseca (2003), o encontro de diferentes culturas e as condições materiais concretas de vida e de trabalho são fatores que marcam profundamente o tipo de sociedade em que se encontram, acreditamos que o recorte espacial nessas três comarcas nos ajudará a olhar o prisma dessa história por seus vários ângulos e assim complexificar nossas análises.

Recorte cronológico

Com a descoberta do ouro na última década do século XVII, teve início um intenso fluxo de pessoas vindas de vários pontos do Império português para as Minas. Antes terra de feras e índios, como habitava no imaginário português, com a descoberta do ouro essa região se tornou, em pouco tempo, uma das mais ricas e dinâmicas capitanias do Brasil no século XVIII. Pesquisas sobre o período mostram que a maior parte das pessoas que formaram a primeira geração da elite das Minas

veio de Portugal.²² Migrando principalmente do norte, aqui se estabeleceram e rapidamente enriqueceram. Fizeram das terras coloniais sua morada e foram fundamentais na conformação da sociedade luso-americana.

Dessa forma, o recorte cronológico estabelecido por esta pesquisa, a segunda metade do século XVIII, dá-se por ser este um íterim, dentro do período colonial, em que acreditamos ser possível encontrar uma sociedade mineira já mais enraizada, possibilitando avistar, portanto, os sujeitos pretendidos para esta análise, conforme expusemos acima.

Além do exposto, neste período de 1750 a 1809, temos a oportunidade de observar dois momentos econômicos de suma importância para a sociedade mineira setecentista: o auge e o declínio da produção aurífera. De acordo com Almeida (2010:22), os anos entre 1750 e 1770 são considerados o auge do período minerador.²³ Entretanto, com o declínio da produção aurífera, nas décadas seguintes teremos uma rearticulação econômica, passando a agropecuária, atividade que durante o auge do período minerador já era tida como de extrema importância, a ocupar o papel de atividade principal. Esta dinâmica já pode ser percebida a partir de 1780.²⁴

Acreditamos que essas mudanças nas características econômicas podem ter afetado diretamente as camadas mais privilegiadas dessa sociedade, onde se encontram os sujeitos desta pesquisa. Nesse sentido, o recorte temporal ora proposto mostra-se capaz de permitir que acessemos os sujeitos pretendidos, membros de uma

²² Ver Brettel (1991) e Almeida (2010).

²³ De acordo com seus estudos, Almeida (2010:22) aponta para o fato de que, apesar de a produção do ouro ter atingido seu máximo entre 1735–1739, no decênio de 1750 a quota de 100 arrobas foi excedida. Na década seguinte, há uma queda, e a média anual passou para 86 arrobas. No entanto, foi apenas entre 1774–1785 que se observou uma grande diminuição dessa média – 68 arrobas. Com esses números, a produção aurífera, ainda que em queda, mostrava-se forte o bastante para ser considerada a principal atividade e conservar as estruturas produtivas intactas, segundo a autora.

²⁴ A mesma autora da nota anterior adota para seus estudos o período representante desse segundo momento na economia mineira, os anos de 1780 a 1822, considerando que, a partir de 1822, o comércio do excedente da produção agropecuária deixa de ser local e passa a ser realizado também com o Rio de Janeiro. No entanto, para a presente pesquisa, acreditamos que o período fechar-se na primeira década do século XIX seja suficiente pois, primeiro, de acordo com Libby (1988), o grande contingente populacional herdado do período da exploração aurífera era responsável por mercados locais bastante significativos. Em segundo lugar porque, fechando no início do XIX, conseguiremos alcançar duas décadas de economia baseada na mineração, uma década de transição e um pouco mais que duas décadas de economia baseada na agricultura e comércio, tendo assim uma equivalência de períodos.

elite enraizada nessas terras, ao mesmo tempo que traz mais diversidade a esta pesquisa.

As fontes eleitas

Sob a perspectiva documental, o ponto de partida para as demais fontes eleitas para este estudo foi a lista dos "*Homens Ricos de 1756*". Esta lista foi elaborada em 1756 a mando do Conselho de Marinha e Ultramar e teve o propósito de indicar ao Rei os nomes dos homens mais ricos das Minas, provavelmente para que eles pudessem ajudar a custear a reconstrução de Lisboa, pós-terremoto de 1755. Utilizando os nomes encontrados na *Lista dos Homens Ricos* como ponto de partida, procuramos, em um primeiro momento, em quatro arquivos²⁵ referentes às três comarcas que formam o recorte espacial desta pesquisa, aqueles indivíduos que possuíam inventários e testamentos concomitantemente.

Tais documentos, inventários e testamentos, foram eleitos para formarem o *corpus* central desta pesquisa, pois nos permitem, por um lado, ter acesso a informações de forma seriada; por outro, observar um *patrimônio educativo* deixado pelos membros das camadas mais elevadas dessa sociedade. Esse patrimônio pode ser observado a partir de indícios contidos nessa documentação, que, vez ou outra, se revelam de maneira clara, mas que na maior parte das vezes aparecem de forma muito sutil, exigindo do pesquisador muita atenção e minúcia.

Citamos algumas situações de como encontramos tais indícios nas fontes eleitas. Alguns desses indícios se explicitam quando os membros da elite deixam alguma herança relacionada com as letras ou o letramento, como o aprendizado da escrita e/ou da leitura, frequência em aulas régias ou particulares, em seminário, recolhimento e universidade. Essas indicações podem ser retiradas das contas de tutela. Esses processos, muitas vezes anexados aos inventários, trazem esse tipo de informação quando o juiz pergunta ao tutor sobre o estado geral do órfão. Na sua resposta, o tutor informa com quem o órfão está vivendo, com que idade está e como está sua educação. Além dessas, traz ainda informações sobre se o órfão frequenta

²⁵ Os arquivos utilizados nesta pesquisa foram: Arquivo do IPHAN – São João del Rei; arquivo do IBRAM/Casa Borba Gato – Sabará; Arquivo do IPHAN/Casa do Pilar – Ouro Preto; e arquivo do IPHAN/Casa Setecentista – Mariana.

ou frequentou alguma aula/escola, se aprendeu algum ofício mecânico, etc. Desta forma, temos acesso a alguns processos educativos pelos quais os órfãos passaram. Nesses mesmos documentos, os indícios acerca da educação desses órfãos podem ser também observados por meio dos recibos dos professores e mestres de ofícios que eram contratados para ensinar os filhos do inventariante e, ainda, suas assinaturas.

Nos testamentos, além das indicações deixadas pelo testador de como se devia proceder para a educação do futuro órfão, somos capazes de perceber a presença da educação voltada para as letras quando o testador deixava livros ou algum instrumento relacionado à leitura e à escrita (pena, tinteiro, mesinha) para um determinado filho ou sobrinho. Quanto a ofícios mecânicos, temos indício ainda quando o testador deixava alguma ferramenta específica de algum ofício para uma determinada pessoa. Em ambos os tipos de documentos, podemos inclusive verificar a educação relativa às artes manuais, como o aprendizado de coser e bordar para as meninas.

Outra ocasião documental em que podemos averiguar indícios de educação é quando os órfãos davam quitação das legítimas, geralmente encontradas ao final do processo de inventário, pois naquele momento, muitas vezes, eles indicavam como viviam, na companhia de quem, quais atividades exerciam, se eram casados ou não e, em alguns casos, chegavam a explicitar se passaram por algum processo educativo ligado às letras ou aos ofícios mecânicos.

Pensando na abordagem do outro viés do patrimônio educativo legado pelos homens ricos, atemo-nos ao que chamamos de educação voltada para a sociedade, para o coletivo. Ao buscarmos analisar o papel educador da elite, defendido pelos pensadores iluministas do período,²⁶ é possível observarmos a herança desse patrimônio educativo quando analisamos algum espólio, e que pode ser associada à educação pelos valores ou pelo modelo de civilidade e comportamento a ser seguido. Como demonstrativo desse tipo de indício encontrado nas fontes, pode-se destacar quando o testador deixava um dote para uma órfã “tomar estado”, ou seja, pare que essa mulher seguisse os preceitos que eram desejáveis a uma mulher de seu tempo. Outro indicativo desse tipo de educação surge quando o testador deixava um escravo

²⁶ Como exemplo desses pensadores, trazemos John Locke (1632–1704) e Jean-Jaques Rousseau (1712–1778).

"quartado" a um sócio, com a condição de que, "se tiver bom comportamento e for obediente ao seu senhor", teria sua liberdade depois de determinado tempo. Assim observamos, mais uma vez, qual o comportamento desejável para essa camada social, condicionando-se uma espécie de "prêmio", a liberdade, caso o comportamento desejável fosse cumprido. Citamos, ainda, o caso de quando se deixavam pinturas ou esculturas a alguma Igreja, o que, em certa medida, poderia ser usado como mais um instrumento para educar os fiéis que frequentassem esse espaço.

Nesses casos, parece-nos ser possível inferir que os inventariados e testadores orientavam ou tentavam passar um exemplo de civilidade, de ideal social. Acreditamos que a educação por meio da orientação de um comportamento social considerado por eles como desejável está exposta por esses sujeitos na ocasião em que deixam esse tipo de legado. Ainda que esses testadores não tivessem total consciência dos fins de seus atos, mesmo que por convenção ou para cumprir protocolos da feitura dos documentos ou protocolos sociais, a educação via orientação pode ser observada.

Outras fontes que nos auxiliaram, especialmente, a caracterizar o grupo analisado foram os processos de habilitação para ingresso em Ordens religiosas e pedidos de mercês régias, que ainda permitiram entender as estratégias de ascensão social desses indivíduos. As matrículas em seminário ou na Universidade de Coimbra mostram-se importantes fontes de confronto para se tentar determinar possíveis graus de educação. Outras fontes são as Ordenações Filipinas, legislação vigente no período, e os dicionários da época, que ajudam a definir e entender melhor os conceitos abordados.

Os Inventários eram feitos quando havia órfãos menores de 25 anos e/ou bens a serem partilhados; e os Testamentos, de produção facultativa, eram uma prestação de contas, por parte do testador, a Deus e à sociedade e tinham, portanto, um caráter mais espiritual do que material ou temporal. Importante percebermos que o testamento, de certa forma, era a "voz do próprio sujeito" dizendo de seus bens e de suas relações, e o confronto com o inventário, que era a "voz do outro", mostra-se tão essencial quanto interessante na tentativa de nos aproximarmos minimamente das relações sociais vividas por esses sujeitos no século XVIII.

Aporte conceitual

Baseando-nos em metodologias de análises da história demográfica, econômica, da família, mas principalmente da história social, o aporte conceitual adotado para apoiar nossas análises são, basicamente, os conceitos elaborados por Bourdieu, que, de forma resumida, expomos agora.

A teoria dos capitais, desenvolvida por Bourdieu (2015), o conceito de distinção, bem como o de estratégias, são fundamentais para as nossas análises. Esses conceitos têm nos ajudado a pensar como os indivíduos das elites nas Minas setecentistas – muitos deles vindos jovens de Portugal – buscaram, através da construção de um capital social ligado ao acúmulo de capital econômico, efetivar a constituição de um tipo de "nobreza da terra" e as *estratégias* usadas para tanto. Dentre essas estratégias, interessa-nos, em particular, perceber o lugar que a educação, especialmente relativa ao legado de um *patrimônio educativo*, ocupava na reprodução social desses mesmos sujeitos.

Angelo (2018:139) resume o conceito de *capital* desenvolvido por Bourdieu afirmando que o *capital* não se restringe às propriedades ou aos bens materiais. Há que se levar em conta os *capitais*, que podem ser *econômico*, *cultural* e *social*, e seus estados, para uma boa compreensão das disputas que estão em jogo. Partindo dessa abordagem, ao analisarmos os inventários e testamentos desses sujeitos, por *capital econômico* entendemos os seus bens, posses de terras, imóveis e escravos.

De acordo com Bourdieu (2013:82-88), o *capital cultural*, por sua vez, pode existir sob três estados: *incorporado*, *objetivado* e *institucionalizado*. O autor define *capital cultural* como incorporado quando este capital passa por um processo de interiorização, por meio de ensino e aprendizagem, e que demanda um investimento de tempo pessoal. De acordo com Angelo,

o *capital cultural incorporado* é parte integrante de uma determinada pessoa, não podendo ser trocado ou legado instantaneamente. Porém, isso não quer dizer que seja impossível a sua transmissão hereditária que se produz sempre em doses homeopáticas e de forma quase imperceptível ao longo de uma vida (2018:139).

O *capital cultural*, de acordo com Bourdieu (2013:85-86), no estado objetivado, é um objeto, podendo, portanto, ser transferido para qualquer pessoa. Contudo, o que o diferencia do objeto ou bem identificado exclusivamente como *capital econômico* é o fato de que, para que este *capital cultural objetivado* seja desfrutado, existe a necessidade de haver um *capital cultural incorporado* bem estabelecido; ou seja, sem

determinadas capacidades culturais, não é possível que um indivíduo desfrute deste capital. Estamos, então, tratando de objetos como livros, escritos, pinturas, objetos de arte, de decoração, instrumentos musicais, dentre outros, encontrados descritos na documentação analisada neste estudo.

Já o *capital cultural institucionalizado* apresenta-se sob a forma de títulos, diplomas e certificados, ou seja, trata-se também de um *capital cultural incorporado*, mas vai além, pois são garantidores de determinadas posições em campos específicos, já que são sancionados legalmente. O *capital social*, por sua vez, entendemos, de acordo com a concepção do mesmo autor, como sendo os recursos que poderiam ser utilizados de imediato ou de forma potencial por meio de redes duráveis de relações. Nesse sentido, acreditamos que é possível a utilização da noção de *capital social* para analisarmos as redes de sociabilidades que esses indivíduos construíam e os benefícios que conseguiam decorrentes dessas redes. Tais relações mostravam-se necessárias tanto para a conquista de bens simbólicos, que aparecem como os espaços sociais de distinção, quanto para estabelecer e fortalecer laços com outros membros das próprias elites. Esses laços podiam ser efetivados por meio de casamentos endogâmicos, por exemplo. Tais casamentos podem ser entendidos, ainda, como estratégias para a manutenção do *capital econômico* conquistado.

Deste modo, *distinção* apresenta-se como outro conceito de Bourdieu que nos auxilia nas análises propostas. O conceito de *distinção*, para além de se referir a um lugar social de destaque e que, por essa condição, possibilita acesso a diversos privilégios, ajuda-nos também a entender um importante papel exercido pelas famílias: o papel de espaços instituidores de competências necessárias aos agentes para atuarem nos diferentes campos. Por meio dessa concepção, buscamos compreender como as famílias se utilizavam das estratégias, e em especial as estratégias educativas, para buscarem distinção social, bem como sua manutenção e ampliação.

Em outras palavras, trabalhamos com a concepção de que, nessas elites coloniais, definidas neste estudo a partir do ponto de vista econômico, podemos observar um trânsito do *capital econômico* para o *capital cultural e social*, dando a esses sujeitos um *status* distinto dos demais indivíduos dessa sociedade. Tal *distinção* traz consigo privilégios que, conseqüentemente, acabam por gerar mais acúmulo de *capital econômico*. Assim, pretendemos analisar de que maneira se dá esse trânsito entre os *capitais*, observando desde quais seriam os mais acessados para a manutenção e ampliação dos privilégios desses homens ricos e suas famílias, até

constatarmos quais seriam as *estratégias* empreendidas para tal. Ressaltamos sempre que o nosso foco é perceber o papel que o legado de um patrimônio educativo ocupa nesse processo.

Estratégia, mais um conceito de Bourdieu, é aqui entendida, segundo Fonseca (2009:11), como as ações que podem ser pensadas e explícitas, mas, também, oriundas de processos interiorizados das regras do jogo, ou seja, o movimento de elaboração e execução dessas ações. Bourdieu (2004) afirma que a estratégia é o produto do sentido prático, que por sua vez se identifica como a origem das práticas rituais que estabelecem a coerência parcial em um determinado campo.

Temos acesso a diferentes tipos de *estratégias* na documentação trabalhada nesta tese, como as utilizadas para estabelecer ou estreitar vínculos com o centro do Império. Essas estratégias podem ser observadas quando os membros das elites coloniais enviavam seus filhos para se formarem na Universidade de Coimbra, colocando, assim, “um dos seus” em relativo contato direto com o centro. Ana Cristina Araújo afirma que era comum, até certo ponto, as elites mineiras irem se formar em terras metropolitanas, criando assim um fluxo formativo, porém não necessariamente migratório de fato. Para Valadares (2004), o interesse em mandar o filho para a Corte estava ligado a um perfil de família que, além de possuir um grande cabedal, dava expressivo valor ao letramento, à inserção de seus descendentes nos mais altos níveis do mundo letrado. A autora destaca ainda que enviar os filhos para a Universidade de Coimbra era um componente de interesse familiar.²⁷

Outro conceito de Bourdieu que acreditamos ser útil para se alcançar o objetivo desta pesquisa é o de *habitus*. De acordo com Bourdieu (2009:87), por se tratar de um sistema aberto de disposições, ações e percepções que os indivíduos adquirem com o tempo em suas experiências sociais, *habitus* é entendido como “princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los...” (grifos nossos).

Esse conceito tem-nos ajudado a compreender, por exemplo, porque o legado de um patrimônio educativo, relativo à educação de tipo escolar dos órfãos, é poucas vezes encontrado nos testamentos. No entanto, quando analisamos os inventários

²⁷Analisaremos diversas outras estratégias empreendidas pelas famílias dos homens ricos especialmente no capítulo 3 deste trabalho.

observamos que os filhos desses indivíduos recebiam, em sua imensa maioria, educação voltada para as letras, antes ou depois da morte de seus pais.

As elites mineiras setecentistas viviam em uma conjuntura de sociedade letrada. A cultura escrita estava, ao menos entre essa camada mais privilegiada, consideravelmente presente na vida dessas pessoas. Nas camadas mais distintas, o escrito ocupava um importante papel, fosse no mundo civil, militar, fosse no eclesiástico ou econômico. Muito provavelmente por esse motivo, o saber ler e escrever, ao menos para os homens, fazia parte de um cotidiano de vivência social; mas, ao mesmo tempo, como veremos, não era propriamente uma questão se esses sujeitos iriam ou não letrar seus filhos. Surge assim uma hipótese que, já adiantamos, não está fechada e precisa ser mais detidamente verificada, mas se mostra possível. Posto este cenário, há que se cogitar se o letramento dos homens das camadas mais privilegiadas na sociedade não pode ser entendido como um *habitus*.

Uma outra perspectiva de análise em que este conceito nos ajuda a compreender melhor o contexto refere-se às ações observadas nos inventários e testamentos dos membros das elites locais que nos permitem analisar o papel que essa camada desempenhava como educadora e civilizadora das camadas populares.

Todas essas abordagens se potencializam ao entendermos que o conceito de *habitus* busca ir além do indivíduo, referindo-se também às relações nas quais o indivíduo está inserido, possibilitando a compreensão tanto do seu lugar social, quanto de seu conjunto de capitais. Para Vasconcellos (2002:81), é através do *habitus* que os indivíduos elaboram suas trajetórias e asseguram a reprodução social.

Em resumo, a *teoria dos capitais* possibilita-nos analisar os papéis dos capitais, bens simbólicos e materiais, e as *estratégias* de utilização desses capitais para a conquista de *distinção* desses sujeitos na sociedade mineira setecentista.

Aporte metodológico

No que tange às metodologias de análise, um estudo quantitativo, aos moldes da história demográfica, foi essencial para que conseguíssemos caracterizar o grupo estudado. Quantos são os indivíduos dos quais partimos as análises,²⁸ como se

²⁸ Vale ressaltar aqui que, quando tratamos dos sujeitos da pesquisa, não estamos nos referindo aos sujeitos analisados como um todo, e sim aos sujeitos dos quais partimos para a realização dessas análises, isto é, os inventariados e testadores. A partir deles, teremos acesso a uma gama de pessoas

dividem dos grupos escolhidos para as análises e qual a representatividade desse grupo frente à sociedade que testava e tinha seus inventários feitos – isto nos faz ter uma visão mais geral da elite nas Minas na segunda metade do século XVIII. Esta percepção mais coletiva serve de ponto de partida para as análises mais qualitativas que se seguem.

Além de análises quantitativas, a metodologia para se alcançar o *patrimônio educativo* legado pelos sujeitos da elite nessa sociedade e tentar entender o que esse patrimônio representa, a quem ele atinge e qual é a sua finalidade aproxima-se, em certa medida, dos métodos da micro-história.²⁹ Faz-se necessário debruçarmo-nos de maneira intensa sob as fontes eleitas. Tais fontes, como já demonstrado, são por vezes muito ricas em detalhes, os quais, quando iluminados pelas perguntas formuladas nesta pesquisa, nos ajudam a analisar as redes de sociabilidades e a educação no século XVIII. Acreditamos que, a partir do olhar cuidadoso e criterioso do historiador, essas minúcias, que aparecem ora explícitas e de maneira direta, ora quase que subjetivas, ajudam-nos a atingir os objetivos propostos neste estudo.

Além da observação criteriosa dos detalhes, há a necessidade de se utilizar da confrontação das informações encontradas em outras fontes. Os sujeitos das elites mineiras setecentistas possuem um relativo número de documentos, sobre si e os seus, em que podem ser verificadas tais informações. No presente estudo, tentamos trabalhar os inventários e testamentos, processos matrimoniais, processos de habilitação para ingressos em Ordens religiosas, matrículas em seminário ou na Universidade de Coimbra, e vários outros documentos avulsos já descritos acima, sendo o tempo todo confrontados com a legislação da época, representada pelas Ordenações Filipinas, bem como com outros estudos sobre o tema que abordam as realidades do Brasil e de Portugal. Intencionamos, com esse movimento, realizar um jogo de escalas que nos permita explorar não só o macro e o micro, mas as diversas camadas de uma realidade, e assim nos aproximarmos, o máximo possível, daquela sociedade e seus membros.

com diferentes relações entre si, através das quais vamos conseguir verificar o papel do legado educativo na manutenção e ampliação dos privilégios dessa camada distinta da população.

²⁹ São referências em trabalhos que utilizam metodologia da micro-história autores como Ginzburg (1989), Revel (1998) e Levi (1992, 2000).

Entendemos ainda que a tentativa de nos aprofundarmos nas fontes, fazendo essas análises mais densas, é fundamental para que consigamos não só identificar as indicações de educação expressas pelos homens ricos, como também entender a rede de relações em que eles estão inseridos de maneira qualitativa. Isto se faz necessário para que possamos compreender os diferentes vieses de educação na prática dessas famílias e/ou desses sujeitos. Tais elementos permitem-nos aproximar das ações das elites locais e, em certa medida, compará-las com o todo dessa sociedade.

A organização da tese

A presente tese está estruturada em quatro capítulos. No primeiro deles, dividido em quatro partes, tivemos a intenção de estabelecer os debates historiográficos que permeiam a tese. Tratamos inicialmente da historiografia acerca do termo elite e das produções sobre a educação dessa camada social. Isso se mostrou importante pois percebemos uma necessidade de compreender e classificar os sujeitos eleitos para esta pesquisa. Fez-se necessário entender como essa classe mais privilegiada da sociedade se formou, quais as suas características e quais as peculiaridades que trazia por estar situada em terras coloniais. Ainda neste capítulo, buscamos refletir sobre a família, seus contornos e sua função educativa. A partir de um levantamento historiográfico, buscamos apresentar as diferentes conformações dos grupos familiares existentes no período e, ao mesmo tempo, evidenciar a noção de “família” utilizada no presente estudo. Na terceira parte, pretendemos trazer as concepções acerca da educação no século XVIII a fim de compreendê-las segundo o entendimento da época. Finalmente, num quarto momento, trazemos de forma mais aprofundada os conceitos teóricos utilizados nas análises realizadas para responder às questões postas ao término deste estudo.

O segundo capítulo ficou reservado para estabelecer o cenário da pesquisa. É o momento do trabalho dedicado aos sujeitos do qual partimos para realizarmos as análises e suas características. Iniciamos o capítulo fazendo uma contextualização da produção da “Lista dos Homens Ricos”, fonte que é o ponto de partida deste estudo. Em seguida, com base na historiografia econômica e demográfica, fazemos um quadro geral dos sujeitos da pesquisa. Iniciamos com um levantamento e análises acerca da composição de suas fortunas para os grupos de

cada uma das três comarcas eleitas, quais as atividades desenvolvidas por esses sujeitos e quais as origens. Neste capítulo analisamos ainda aspectos da distinção social desses sujeitos: se tinham ou não patentes militares, a quais irmandades pertenciam e quais outras mercês possuíam.

No terceiro capítulo tratamos dos legados desses sujeitos. Nesse capítulo buscamos traçar o perfil relacional dos indivíduos ora estudados. A fim de compreendermos mais detidamente como se estruturavam as sociedades analisadas, fizemos um levantamento sobre o estado civil desses sujeitos, se tinham filhos ou não e qual a natureza desses filhos, se legítimos ou ilegítimo/naturais. Partindo dessa base, analisamos quais as possibilidades e as realizações acerca dos legados dessa elite colonial. Primeiramente observamos na legislação o que era permitido legar e para quem, então fizemos um levantamento, ao mesmo tempo quantitativo e qualitativo, buscando perceber quais os tipos de legados eram explicitados nos testamentos e para quem se destinavam. Em seguida, passamos a analisar os legados acerca da educação e os papéis desta na manutenção e ampliação dessa camada privilegiada da sociedade mineira colonial.

No quarto capítulo, nos ocupamos em realizar uma análise mais densa e aprofundada. Para isso foram escolhidas algumas famílias com as quais realizamos estudos de caso. Fizemos um levantamento mais detalhado de algumas relações desses sujeitos, da educação que deram e receberam, das estratégias adotadas para a manutenção e ampliação de suas posições de distinção social e da efetividade das mesmas.

CAPÍTULO - 1 Elites, famílias e concepções de educação na sociedade mineira setecentista em seus caminhos historiográficos

Tendo em vista que nosso problema de pesquisa é entender o papel do legado relativo à educação das elites coloniais para a manutenção, perpetuação e ampliação dos privilégios em busca da distinção social, faz-se necessária uma discussão mais apurada acerca das problematizações que a historiografia vem realizando sobre os temas que consideramos ser pilares para nossa análise: elite, família e educação.

Assim sendo, concentramos neste capítulo os debates historiográficos sem os quais não seria possível nos aproximarmos da sociedade e dos sujeitos analisados e tampouco conseguiríamos desenvolver possíveis respostas às questões colocadas nesta tese.

Este capítulo encontra-se dividido, portanto, em três partes. Em um primeiro momento, tratamos do termo *elites*. Apresentamos levantamentos historiográficos de estudos que enfocam o tema e suas diversas abordagens, buscando contemplar trabalhos pertencentes desde as principais correntes até as mais atuais. Com esse levantamento pretendemos observar como os estudos historiográficos vêm discorrendo, de forma interpretativa e conceitual, sobre as camadas mais privilegiadas da sociedade, a fim de nos posicionarmos quanto aos nossos sujeitos e quanto às nossas abordagens.

Em seguida, trazemos uma discussão sobre a família mineira no século XVIII. Ao tratar importantes estudos que trabalham com o conceito e a caracterização das famílias no contexto analisado, intencionamos demonstrar os traços que as compõem, bem como a importância dessa instituição na constituição sociocultural das Minas setecentistas. Entretanto, para além disso, pretendemos evidenciar a relevância de suas condutas na promoção e efetivação de variados processos educativos existentes no período.

Finalizando o capítulo, em um terceiro ponto, vamos nos debruçar sobre as concepções de educação existentes na época estudada. Nesse momento, analisaremos os diversos tipos de processos educativos que podemos verificar no século XVIII. Essa análise mostrou-se fundamental para que conseguíssemos observar os indícios da educação na documentação trabalhada e, posteriormente, analisá-los. Da mesma forma, acreditamos ajudar a esclarecer nosso leitor sobre o que estamos entendendo como indícios de educação para o período.

1.1 As elites coloniais – debates, configurações e abordagens

Elegemos como sujeitos do nosso estudo os membros das famílias pertencentes às classes mais privilegiadas da sociedade, que se encontravam estabelecidos nas Minas na segunda metade do século XVIII. Interessam-nos, então, os indivíduos que estavam, em certa medida, enraizados nessas terras, isto é, os que, nascidos na Capitania de Minas Gerais ou não, ali prosperaram em seus negócios e se destacaram econômica e socialmente. Esses indivíduos fixaram-se nessa região até a morte, a ponto de deixarem seus testamentos registados e terem seus inventários elaborados em uma das três comarcas compreendidas neste trabalho.

As concepções de elites tratadas nesta tese aproximam-se das discussões que vêm sendo realizadas pela historiografia que procura entender as dinâmicas das elites coloniais. Ao buscarmos compreender o termo elites e caracterizar os sujeitos identificados como pertencentes a esses grupos, deparamo-nos com a necessidade de observar as abordagens historiográficas propostas acerca do próprio processo de colonização. Sentimos, assim, a imposição de entender esses trabalhos que abordam o processo colonizador, suas motivações e intenções, os mecanismos utilizados e suas consequências.

Neste momento do texto, exploraremos mais detidamente um trabalho de Maria Fernanda Bicalho (2005), intercalando-o com importantes estudos posteriores ao levantamento da autora. Acreditamos que uma análise mais aprofundada do texto de Bicalho se faz importante por este ser mais que um mero levantamento bibliográfico. Nesse trabalho, a autora demonstra as transformações interpretativas acerca do processo colonizador pelas quais a historiografia passou. Estas análises ajudam-nos a entender tanto a constituição das elites coloniais, em diversas regiões do Brasil, quanto os papéis sociais que elas ocupavam e suas dinâmicas relacionais, quer sejam relações com o centro de poder, quer sejam os vínculos que esses sujeitos estabeleciam nas sociedades em que viviam. Além disso, permitem-nos ainda perceber como o termo "elite" tem sido utilizado pela historiografia brasileira. Uma vez que um dos tripés desta tese é entender as elites e os trabalhos produzidos sobre elas, esse citado trabalho nos auxilia, principalmente, na escolha da nossa abordagem interpretativa.

Maria Fernanda Bicalho (2005)³⁰ inicia seu levantamento com os estudos que considera sistêmicos, estruturais e de cunho marxista. De acordo com a autora, esses trabalhos foram inspirados pelo estudo de Caio Prado Júnior (1942), *A Formação do Brasil Contemporâneo*, e defendem que a colonização se deu por interesses econômicos em decorrência do desenvolvimento industrial europeu. O movimento em busca da conquista e colonização de novas terras teria se dado, portanto, buscando atender aos interesses mercantis da metrópole portuguesa.

Outros autores que se aproximam desse tipo de abordagem, mas ao mesmo tempo o ampliam, segundo Bicalho, são Fernando Novais (1979), Luis Felipe Alencastro (2000), Ilmar de Mattos (1987), Evaldo Cabral de Mello (1995; 1997; 2000) e Gabriel Almeida Frazão (2002).

Em *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777–1808)*, Novais aprofunda a teoria de Caio Prado Júnior, assim como o conceito de *pacto colonial* fundado no *exclusivo metropolitano*.³¹ Nessa perspectiva, as atividades econômicas coloniais, somadas à formação social, seriam as linhas de força do sistema mercantilista. Para Novais, as economias coloniais precisavam se organizar de forma a possibilitar esse sistema e o trabalho compulsório, que, no seu limite, era o escravismo. O tráfico abria, portanto, um novo setor comercial. Bicalho destaca que, para esse autor, é a partir do tráfico que se entende a escravidão africana colonial, e não o contrário.

Alencastro, em *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico-Sul*, saiu do binômio colônia-metrópole, afirmando que as duas partes unidas pelo Atlântico-Sul, Angola e Brasil se completam num sistema de exploração colonial. Aponta Bicalho (2005) que uma das maiores contribuições desse livro é a concepção de que a colonização não surge acabada, mas que emerge de múltiplos aprendizados.

De acordo com a autora, Alencastro sustenta ainda que apenas quando os colonizadores entendem que a intenção da colonização precisa coincidir com a do mercado é que se conseguem a exploração e a dominação colonial. A tese desse

³⁰ Dentre os trabalhos analisados nesta parte da nossa tese, nem todos foram consultados por nós diretamente, estamos apenas fazendo um levantamento das considerações dessa autora.

³¹ De acordo com Bicalho (2005:74), o autor afirma que o conceito de *pacto colonial* seria o mecanismo que regulava a dependência e a subordinação da colônia com relação à metrópole, conferindo sentido ao processo de colonização. O *exclusivo metropolitano* fundava-se na relação metrópole – como centro de decisão – versus colônia – subordinada.

autor é a de que o tráfico no Atlântico muda o sistema colonial contraditoriamente. Reproduzindo a produção colonial, o tráfico negreiro alavanca o Império Ocidental. O autor defende ainda que paulatinamente essa atividade transcende do quadro econômico para o político metropolitano. Bicalho salienta que esse trabalho foi o responsável pela transmutação do conceito de *escravidão* para *escravismo*, afirmando que o tráfico molda o conjunto da economia, demografia, sociedade e política no ultramar.

O trabalho de Ilmar de Mattos (1987) segue essa mesma linha de interpretação acerca do processo de colonização, segundo Bicalho. O autor, buscando analisar as relações entre os agentes da colonização, utiliza-se da analogia desses agentes com as duas faces de uma moeda. De um lado estariam os *colonizadores*³² e, do outro, na outra face da moeda, estariam os *colonos*.³³ O compromisso entre eles estava na relação assimétrica fundada pelo *pacto colonial*. Esses dois grupos seriam diferentes dos *colonizados*.³⁴ Estes últimos estavam excluídos do *pacto colonial*. O autor entende os *colonos* como agentes ativos do processo. Assim sendo, a concepção de *pacto colonial*, que deixa de ser a relação entre a metrópole e a colônia, em que uma explora e a outra é subordinada, passa para o entendimento de uma relação assimétrica, mas de reciprocidade. Nessa perspectiva, *colonos* e *colonizadores* fariam parte do desdobramento do *pacto colonial* e formariam as *elites coloniais*.

Ao observar as transformações dessa historiografia, Bicalho defende a necessidade de reavaliação do *sentido da colonização* no contexto da Época Moderna. Reafirma que as singularidades das elites locais, no que tange à América Portuguesa, só podem ser vislumbradas se resgatarmos a complexidade das relações de poder central e local e abordamos tais relações de forma mais alargada.³⁵

³² Mattos entende os *colonizadores* como os que ditavam a política colonial assegurando a transferência de renda para a metrópole, ligavam-se à administração e, sobretudo, aos comerciantes de grosso trato. Ver Bicalho (2005:76).

³³ Como *colonos*, Mattos considera aqueles que se apresentam como o primeiro produto da produção colonial. Eles eram os geradores da opulência, detentores do monopólio da mão de obra, de terras e dos meios de trabalho. Ver Bicalho (2005:76).

³⁴ *Colonizados*, para o autor, eram formados de escravos, agregados (homens que servem a outros por soldada) e índios bravos. Ver Bicalho (2005:76).

³⁵ Além desses, há ainda autores que mais recentemente têm trabalhado com o tema, a saber: Thiago Kraysser, Avanete Sousa, Carmen Alveal, Arthur Curvelo, Breno Lisboa, Helidacy Corrêa, Adriano Comissoli, Thiago Gil, Fernanda Luviani, Fernanda Fioravante, Lívia Monteiro, Simone Faria, Gabriel Nogueira, Rodrigo Ricupero, Leonardo Câmara e Carla Almeida

Nesse sentido, outra autora que vai debater sobre a importância de se observarem as particularidades das sociedades coloniais para se entenderem tais relações é Laura de Mello e Souza (2006). A autora pondera sobre duas importantes abordagens utilizadas nos estudos históricos que trabalham com o período colonial. São elas: por um lado, uma historiografia pautada na concepção de *sistema colonial*, em que, por meio do *pacto colonial*, as colônias americanas estariam submetidas à dominação política e exploração econômica por parte da metrópole;³⁶ por outro, uma historiografia que sustenta a ideia do *Antigo Regime nos Trópicos*, defendendo, de maneira bastante resumida, que as relações entre colonial e metrópole eram de mútua dependência, já que é possível se observarem na América dinâmicas do Antigo Regime, assim relativizando o caráter absoluto e centralizador da Coroa Portuguesa, bem como enfatizando a força e relativa autonomia das elites locais.

Ao analisar ambas as correntes, a autora traz uma alternativa interessante para se pensar a sociedade, a elite colonial, mas, principalmente, a relação da metrópole com suas terras coloniais, em especial com as da América Portuguesa. Mello e Souza defende que estudos sobre o período considerado ganham muito ao se utilizarem de uma dialética entre ambas as tendências interpretativas; isto é, uma sociedade do *Antigo Regime* de extrema peculiaridade³⁷ como a América Portuguesa deve ser entendida nas relações com o *Antigo Sistema Colonial*.

A autora põe luz, portanto, sobre uma forma interpretativa para se trabalhar com a história no período colonial que, de certa forma, aponta para um caminho do meio; ou seja, em conclusão, Souza defende que devemos entender as relações entre metrópole e colônia levando-se em conta tanto as “especificidades do mundo que se construiu nos trópicos” quanto a “inextricável relação com a metrópole e, além dela, com a África e a Europa.” É também sob essa ótica que buscamos realizar as análises propostas nesta tese.

Bicalho (2005) aponta que, em busca de uma interpretação mais dialética, a tentativa de conceituação do *novo pacto político* foi um elemento marcante dos anos

³⁶ São representantes dessa historiografia fundamentalmente as obras *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior (1942), e *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, de Fernando Novaes (1979).

³⁷ De acordo com Mello e Souza, tal peculiaridade está no *escravismo* – um novo elemento, estrutural e não institucional que, ao ser introduzido na velha sociedade, trazendo com ele o tráfico e o trabalho do negro africano, fez com que as terras coloniais recriassem, de maneira “perversa”, o mundo do *Antigo Regime*. Trataremos de outros autores que trabalham com esse tema mais à frente.

mais próximos a 2005 na historiografia brasileira. Algumas dessas obras trabalham com o sentimento de pertencimento dos *colonos*, que se percebiam como súditos do Império. De acordo com a autora, Evaldo Cabral de Mello (1995; 1997; 2000) é o ponto de inflexão e inovação dessa historiografia que busca apresentar uma mudança conceitual e interpretativa no que tange aos termos *colônia* e *colonos*. Segundo esse autor, era usual os *vassalos*³⁸ darem serviços (como conquista e defesa das terras, participação na governança etc.) e receberem privilégios (como terras e mercês). Nessa perspectiva, o Reino ratificava o pacto político com os súditos (reinóis ou ultramarinos). Em contrapartida, os vassalos dispunham suas vidas e fazendas em prol da construção da soberania lusa no Atlântico. Nesse aspecto, podemos perceber que Cabral de Mello reafirma a noção contratualista da relação Coroa e elites coloniais.

Ao analisar tais autores, Bicalho aponta para a mudança de uma historiografia de cunho marxista, que entende a relação colônia e metrópole como subordinada e dominadora, para uma historiografia que enxerga essa relação de forma mais dialética, mais actual, na qual é possível observar certas negociações políticas dos súditos ultramarinos com o centro imperial, tendo como protagonistas aqueles súditos que se constituiriam como as elites coloniais.³⁹

Nessa perspectiva de parceria entre as elites coloniais e a Coroa, Rodrigo Ricupero, em *A Formação da Elite Colonial. Brasil c. 1530–c.1630*, ao analisar a

³⁸ Gabriel Almeida Frazão (2002) propõe a substituição do termo *colono* pelo termo *vassalo*. Esse último termo aparece recorrente na documentação para definir as elites coloniais. No entendimento de Frazão, o termo *colono* tem uma denotação de um sujeito passivo/subordinado. Já *vassalo*, ao contrário, expressa um sujeito mais ativo, ajudando a compreender melhor a nova concepção de *pacto colonial*. Ver nota 19 de Bicalho (2005:78). Ressaltamos que estas não são as nossas interpretações acerca desses termos, estamos apenas apresentando o levantamento feito por Bicalho. Não utilizamos esses termos para nos referirmos aos indivíduos abordados na nossa pesquisa. Salientamos, como contraponto, a historiografia representada por Anastasia (1996) que, de forma resumida, também entende que as relações e negociações entre Coroa e "vassalos" não eram relações entre partes iguais, e que as negociações ocorriam, mas vinham acompanhadas de repressão e violência.

³⁹ Mello (2000), com seu livro *O Nome e o Sangue. Uma Parábola Familiar no Pernambuco Colonial*, foi fundamental nessa virada da percepção. Segundo Bicalho, essa nova percepção deu-se especialmente por trazer à tona fontes pouco utilizadas até então, como os tratados e as obras genealógicas. Tal caráter contratual apresentava-se de tal maneira que, para Mello, na segunda metade do século XVIII, entre as elites da Capitania de Pernambuco, parecia que ser descendente daqueles que haviam expulsado os holandeses em 1654 era mais importante e denotava mais prestígio do que ter ascendência de reinóis. No entanto, o autor chama a atenção para a importância da riqueza e da acumulação de bens entre os membros dessas elites, os quais tinham como característica principal, e de fundamental distinção, o fato de serem detentores de grossos cabedais. Diferente das elites do Reino, nas terras de ultramar a fortuna se apresenta como um forte critério para a inclusão no grupo das elites.

formação e consolidação da elite colonial, afirma que desde os primórdios da colonização do Brasil havia, por parte da Coroa, a intenção de construir, em terras coloniais, elites possuidoras de terras, escravos e recursos, para que fossem parceiras do poder central. Dessas elites era cobrado que fossem comprometidas com o processo de ocupação e que desempenhassem cargos na administração colonial. O mesmo autor afirma que vários foram os incentivos advindos do centro do poder imperial para a efetivação desse grupo. Em troca dos recursos humanos e financeiros desses particulares, a Coroa cedia terras, cargos, renda e títulos nobiliárquicos. No entanto, mantinha-se no controle, conseguindo, assim, viabilizar o projeto de colonização dessas terras.

Resultante dessa associação com o poder central, as elites das terras coloniais – ou, de acordo com os termos da época, os “homens bons” –, no decorrer do processo colonizador, foram se transformando em uma camada com muitos privilégios.⁴⁰ Essa aliança entre particulares e o Império se manteve para além dos primórdios da colonização. Um indício plausível da continuidade dessa associação na segunda metade do século XVIII foi a estratégia adotada por Pombal de priorizar o envolvimento dos homens abastados em postos-chave da administração imperial. Pombal acreditava que, assim, seria capaz de formar parcerias com fortes aliados que defenderiam suas determinações políticas, conforme afirma Maxwell (1978:132).

De acordo com Bicalho, Kennedy (1973) é outro autor que entende que as estratégias de enriquecimento e de manutenção de *status* passam pelo exercício de poder formal e informal no serviço régio. Esse autor, porém, ao analisar a sociedade baiana, concorda que há uma cooperação favorável entre esses homens e as autoridades régias e demonstra que essas relações baseadas em alianças vantajosas foram profundamente utilizadas pelas *elites* em benefício próprio. Para Bicalho (2005), o mais inovador no trabalho de Kennedy (1973) é o seu rompimento com a visão dualista que aborda *colonizadores* e *colonos*. Distanciando-se dessa lógica, esse

⁴⁰ Alguns possíveis privilégios: ocupação de cargos estratégicos, isenção de impostos, serem julgados em uma justiça especial.

autor defende a existência de uma rede clientelar⁴¹ ligando reinóis, naturais da Bahia e autoridades régias.⁴²

Ainda sobre a sociedade pernambucana, trabalhos posteriores ao levantamento de Bicalho e que merecem destaque sobre o tema são *Elites e Exercício de poder no Brasil Colonial: a Câmara Municipal do Recife, 1710–1822*, de George F. Cabral de Souza (2015),⁴³ e *Elites Pernambucanas do fim do período colonial*, de Maria Beatriz Nizza da Silva (2018).

Para nossas análises vale ressaltar, especialmente, o destaque que Cabral de Souza dá aos estudos de Hespanha (1999) que, ao compreender as relações colônia e metrópole de forma menos polarizada, entende que a “elite colonial não deve ser encarada como um mero objeto das políticas da Coroa, mas como um sujeito dos mecanismos da exploração da colônia.” (2015:34). Segundo Cabral de Souza, Hespanha (1999) sustenta que, combinada com as multiplicidades regionais da colônia, com a falta de condição de uma centralização de poder e com a complexidade do direito lusitano, as redes de interesses familiares e clientelares encontravam terreno fértil para atuarem. Nessa perspectiva, essa concepção de elites coloniais se aproxima da que observamos nesta tese.

Em seu estudo, Nizza da Silva caracteriza e observa as elites pernambucanas a partir da segunda metade do século XVIII até a independência. Ao fazer análises de indivíduos, que ela classifica como sendo pertencentes a diversos tipos de elite (elite militar, científica e mercantil, dentre outras), a autora dedica parte de seu texto a refletir sobre as possibilidades da utilização do termo elite para definir esses grupos.

⁴¹ Outro autor que trata desse conceito é Boxer, C.R. *Conselheiros municipais e irmãos de caridade*, In: *O Império Colonial Português, 1415–1825*, Lisboa, Edições 70, 1981, pp. 263–282.

⁴²A autora destaca ainda o trabalho de Maria de Fátima S. Gouvêa (2002), que analisou as trajetórias administrativas de oficiais régios que atuaram tanto no Brasil quanto em Angola. A autora afirma que esses indivíduos podem ser compreendidos como vetores de produção e transmissão de poder e de saber, formando, assim, o que ela chama de uma *memória administrativa* que auxiliava na implementação das *políticas imperiais*. Estas são vistas como políticas conjugadas por governadores ligados entre si, mas também por redes estabelecidas com base nos casamentos, laços familiares e clientelas políticas. Essas redes, portanto, constituídas tanto no Reino quanto no ultramar, teciam as *conexões imperiais* e eram formadoras das *elites* que se apresentam, da mesma forma, *imperiais*. Ver Bicalho (2005:87).

⁴³ O trabalho de Cabral de Souza, extenso e de muito fôlego, foi desenvolvido em seu doutorado na Universidade de Salamanca entre 2003 e 2007 e posteriormente publicado em parte como livro em 2015. Ao analisar a câmara municipal do Recife em seus aspectos institucionais e sociais, o autor não se atém propriamente ao debate sobre a utilização do termo elite, mas é assim que chama o que entende como as “camadas dominantes da sociedade” (2015:27).

Segundo Nizza da Silva (2018:7-16), o termo elite, apesar de ser usado apenas pelos historiadores e não pelos pernambucanos da época, é útil para diferenciar aqueles que constituíam as “pessoas de distinção.”⁴⁴

Segundo Bicalho, é importante percebermos o fato de que em terras coloniais, assim como em Portugal, a formação da elite passava pelo *serviço do rei*. Assim, as mercês régias, a ocupação de cargos administrativos e a ocupação e defesa das terras podem ser percebidas como critérios de constituição e caracterização das elites. Retomamos assim a concepção da parceria forjada para a conquista, ocupação e exploração das novas terras entre a Coroa e particulares, observadas acima. Apesar das aproximações entre a constituição das elites em Portugal e as elites no ultramar, há algumas singularidades determinantes nesta última, sendo que uma delas não pode ser deixada de lado: o fato de serem elites escravistas.

Ao tratar a sociedade baiana, Schwartz (1995), em *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*, examina o caráter escravista da sociedade no Brasil colonial. O autor, de acordo com Bicalho, defende que essa sociedade assim se caracterizava não apenas por ser o escravismo a principal força de trabalho, mas porque havia distinções jurídicas entre os livres e os escravos. Além disso, havia também princípios hierárquicos pautados na escravidão e na raça. Desse modo, as atitudes senhoriais dos proprietários e atitudes pertinentes à classe socialmente inferior eram conduzidas por essa dinâmica. Há que se destacar algumas semelhanças entre as observações da sociedade analisada por Schwartz e a sociedade mineira, por nós estudada. Em especial, a percepção de serem sociedades profundamente marcadas pelo escravismo e pela presença de elites híbridas que ocupavam vários papéis sociais ao mesmo tempo.⁴⁵

⁴⁴ Este termo a autora retira de um diário do Governador da Capitania de Pernambuco de 1749–1756, Luís José Correia de Sá, que traz ainda expressões como “pessoas principais” e “pessoas graves”. Nesses diários, ao descrever seus círculos relacionais, os lugares e as pessoas que o governador frequentava, a autora consegue perceber, como uma primeira investida, que tipo de sujeitos eram considerados “distintos” naquela sociedade, inferindo, por exemplo, que os “homens de negócios” não tinham adquirido prestígio social até que Pombal iniciasse medidas enobrecedoras desses indivíduos. Assim, para a Capitania de Pernambuco, Nizza da Silva defende que, com a legislação Josefina, faz-se o comércio compatível com a mais alta nobreza. Da mesma forma, com a criação da Junta de Comércio e das Companhias pós 1755, temos seus membros situados como a elite mercantil.

⁴⁵ Outro autor analisado por Bicalho que aponta para essa perspectiva é John Norman Kennedy (1973). Este autor, ao analisar também a sociedade baiana, entende como membros da elite tanto aqueles que ocupavam os altos postos da burocracia fiscal e administrativa, quanto os proprietários rurais e ainda aqueles que frequentavam as mais altas fileiras militares regulares e locais, não sendo incomum o sujeito que transitava por vários desses espaços ao mesmo tempo. Segundo Kennedy, o que os unia

Como observaremos no próximo capítulo, proprietários de terra e comerciantes são grupos bastante significativos também na constituição das elites mineiras setecentistas. Sobre os estudos acerca desses dois grupos, porém ainda para a sociedade baiana, Bicalho apresenta autores como David Grant Smith e Rae Flory (1978). Esses autores defendem que a dicotomia entre comerciantes e proprietários de terra (senhores de engenho), exposta por muito tempo pela historiografia, não corresponde ao complexo relacionamento entre esses segmentos. De acordo com eles, nas terras coloniais, em muitos casos, não havia distinção quanto à possibilidade de os comerciantes pertencerem às classes mais privilegiadas dessa sociedade, diferente do que se pode observar nas terras do Reino.⁴⁶

Os mercadores baianos eram, em sua maioria, migrados do Reino e traçavam para si e sua descendência uma ampla estratégia de *enobrecimento*.⁴⁷ Esses sujeitos não se limitavam apenas aos grupos comerciais, mas se aliavam no investimento e aquisição de terras e, principalmente, nos laços matrimoniais com as filhas de proprietários de terras já bastante estabelecidos. Interessante perceber que essas estratégias também foram observadas pela historiografia que trata de outros limites ibero-americanos.⁴⁸ Para as elites analisadas no nosso trabalho, além de ser mais difícil separar esses grupos, já que muitos eram comerciantes e ao mesmo tempo proprietários de terras, as estratégias de enobrecimento empreendidas estavam mais voltadas à acumulação de riqueza do que à conquista de títulos nobilitantes.⁴⁹

Essa compreensão de elite colonial fortemente econômica e parceira da Coroa parece já ser algo relativamente sedimentado na historiografia. Em estudos bastante recentes, Raminelli (2018), ao analisar a formação da nobreza colonial a partir de

como *elite* era o fato de utilizarem as estruturas econômicas e burocráticas coloniais no sentido de fortalecer e aumentar suas posições econômicas e sociais

⁴⁶ Como vimos, o trabalho de Nizza da Silva (2018) para a capitania de Pernambuco reforça tal afirmação. Ver nota 9.

⁴⁷ Para Bicalho, na visão desses autores ao abordar a sociedade baiana, o conceito de *elite* precisava ser revisto para incorporar certos tipos mercantis que ocupavam o mesmo patamar das famílias agrárias. De acordo com essa interpretação, o progresso dos *homens de negócio* na primeira metade do século XVIII refletiu-se não apenas na consolidação da classe mercantil, mas também na integração exitosa da imigração no seio da elite instalada.

⁴⁸ Sobre o tema, ver: David Brading, *Miners and Merchants in Bourbon México. 1763–1810*. Cambridge, 1971; Susan M. Scolow, *Economic Activities of the Portobello Marchants: the Viceregal Period*. HAHR, 1975.

⁴⁹ Ver capítulo 2 da presente tese.

provimentos régios, das concessões dos foros de fidalgo, títulos de cavaleiro das ordens militares e dos brasões de armas, corrobora tal afirmação ao verificar que a qualidade e os serviços militares foram pouco a pouco sendo superados como condição para se alçar à nobreza. De acordo com o autor, a riqueza, então, tornou-se mais relevante nesse processo. Raminelli observa ainda que, para as Minas, “os homens de negócios portugueses se destacavam pela aquisição de títulos de cavaleiro mediante a compra de serviços militares de terceiros e do perdão régio para o defeito mecânico.” (2018:234)

Mais do que isso, citando os estudos de Stumpf (2014), o autor defende que a riqueza, em alguma medida, por si só era o bastante para socialmente elitizar tais indivíduos, já que, segundo ele, “contrariando as expectativas, os mineiros ricos não constavam em grande quantidade no rol dos cavaleiros das ordens militares.” (2018:235) E ainda, “O gosto pelos títulos estava mais presente entre os portugueses do que entre os ricos moradores das Minas.” (2018:235)

De acordo com Bicalho, de maneira semelhante, ao analisar as elites baianas, David Grant Smith e Rae Flory (1978) têm a percepção de que os homens de negócio transformavam seu sucesso econômico em aceitação social. Essa aceitação social era buscada por meio, também, da ocupação de espaços como as Câmaras e o Senado, pois, afinal, eles eram capazes de prover recursos e serviços importantes aos projetos do Império. Segundo os autores, com tal aceitação e influência política, essas elites mercantis conseguiam adentrar o cerne da elite baiana, ingressando, inclusive, em prestigiosas irmandades, como a da Santa Casa de Misericórdia e a Ordem Terceira de São Francisco. Obtinham, ainda, patentes militares principalmente nas Ordenanças,⁵⁰ sendo que, para os nossos homens ricos, a busca por patentes militares aparece com mais intensidade do que a ocupação de cargos nas câmaras.⁵¹

De acordo com Bicalho, David Grant Smith e Rae Flory concluem que, muitas vezes, os *homens de negócio*, ao se tornarem *proprietários de terras*, continuavam com suas atividades mercantis e formavam uma classe social híbrida, que é chamada

⁵⁰ As Ordenanças constituíram uma espécie de esquadrão territorial das forças militares de Portugal, entre o século XVI e o princípio do século XIX. Cotta, (2012).

⁵¹ Bicalho demonstra que Mello (1995) faz a mesma constatação para Pernambuco ao observar a existência de uma aliança entre os mascates do Recife e os Governadores desta capitania.

pelos autores de *proprietários de terras mercador* ou *mercador proprietário de terras*. Segundo a autora, essa dinâmica não se observa na sociedade em Portugal; no entanto, pudemos observá-la, com certa frequência, na sociedade mineira das três comarcas analisadas neste estudo.

Bicalho chama a atenção para as conclusões a que chegam Schwartz (1995) e Fragoso (2000; 2001)⁵² sobre a formação das sociedades coloniais baiana e do Rio de Janeiro, respectivamente. Se para o primeiro autor o financiamento dos primeiros engenhos baianos originou-se da acumulação mercantil, o segundo observa que, para o Rio de Janeiro, eram incipientes⁵³ o núcleo urbano e o grupo mercantil. Fragoso conclui ainda que um terço das famílias do século XVII que se tornaram donas de engenhos de açúcar se originou de ministros e oficiais do rei. Com esses dados, ele defende a tese de que na administração da coisa pública se deu a construção da referida *elite* – metamorfose de conquistadores em administradores, e estes, em elite. O autor afirma ainda que a existência de uma rede de alianças econômicas, políticas e clientelares ultrapassava as fronteiras do Rio de Janeiro, podendo, por vezes, chegar a Lisboa. Resultado prático disso se percebe no envolvimento direto dessas elites no monopólio dos gêneros, no uso da arca dos órfãos, na arrematação de impostos e especialmente no envolvimento dessas famílias com o exercício do poder local.⁵⁴

⁵² Fragoso (2000; 2001), em estudos sobre a formação da sociedade colonial, afirma que quase a metade das famílias senhoriais do Rio de Janeiro no século XVII descendia de algum oficial ou ministro régio. Para o autor, no movimento que chama de *Atlantização* do Império é que se deu a montagem da sociedade colonial na Guanabara. Nesse movimento, ocorreu ainda a acumulação primitiva da economia de *plantation* e, com ela, o ponto de partida de mais da metade da *elite senhorial* do Rio de Janeiro seiscentista. Ver Bicalho (2005:89).

⁵³ Nesse ponto ele discorda de Boxer (1973) e Alencastro (2000). Estes dois insistem na importância das relações mercantis entre Rio, Angola e o estuário do Prata.

⁵⁴ A autora lança mão do trabalho de Ricupero (2002), que encontrou resultados semelhantes aos de Fragoso (2000; 2001), mas concentrados na Bahia, para demonstrar o poder das relações familiares entre os indivíduos, a fim de transmitirem o controle de determinados cargos. Essas estratégias faziam com que esses indivíduos seguissem aumentando o poder e o prestígio de suas famílias. Além disso, iam consolidando o patrimônio e ascendendo na hierarquia da administração colonial. Ricupero (2002) discorda de Kennedy (1973) no que tange à falta de capacidade dos Governadores na tecelagem das redes clientelares. Para Bicalho, o ponto chave de Ricupero é a constatação da necessidade da Coroa de se associar aos indivíduos enriquecidos que pudessem ser o corpo e a alma do aparelho governamental. Dessa forma, nas palavras da autora, “A elite colonial era, em última instância, o verdadeiro sustentáculo do Império no Brasil...” (2005:92).

Por este mesmo viés, Maria Verônica Campos (2000), ao pesquisar as Minas na primeira metade do século XVIII, analisa a forma como a Coroa impôs nesse território uma estrutura administrativa e fiscal. Campos (2002) afirma que os primeiros súditos a chegarem a essas terras se viam menos como *colonos* e mais como *sócios* da empresa colonizadora, reconceituando, junto com os demais autores mencionados acima, o termo *colono* ao se afastar da concepção de passividade, anteriormente atribuída aos sujeitos assim identificados.

Bicalho, Gouveia e Fragoso, em 2000, publicaram um artigo criticando a visão polarizada, dicotômica, do *pacto colonial* com a qual a historiografia brasileira estava trabalhando há tanto tempo e defenderam, juntamente com a produção historiográfica portuguesa, uma noção mais alargada da *dinâmica imperial*.⁵⁵ Esses autores trouxeram para o debate a nova noção das *redes imperiais* que norteavam os estudos da época sobre elites coloniais. Bicalho (2005) destaca o fato de que esse novo viés interpretativo provocou revisões para além da historiografia brasileira, chegando a vários estudos sobre diversos territórios do Império ultramarino da época moderna.⁵⁶

Na busca por uma melhor definição do que estamos entendendo como elites locais ou coloniais, além do que já foi apresentado acima acerca da historiografia sobre o tema, lançamos mão ainda das definições de Ronald Raminelli (2018) sobre a nobreza em Portugal e a “nobreza da terra”, que nos ajudam a entender características e possíveis comportamentos dos sujeitos eleitos para esta tese.

O autor divide didaticamente a nobreza em três grupos: nobreza de sangue, nobreza política e nobreza da terra. A nobreza de sangue era formada pelos nobres de linhagem e teve sua definição na Europa por volta dos séculos XV e XVI da Época Moderna. Ela era determinada pelo sangue e surgiu no contexto das guerras de religião. Antes a nobreza se constituía pelos serviços militares prestados ao rei. Não muito diferente do que observamos na constituição das elites coloniais, na Idade Média os militares que tinham prestado bons serviços aos reis tornavam-se nobres pelas mãos de Sua Majestade.

⁵⁵ Como *dinâmica imperial* esses autores estão entendendo a noção da constituição das redes imperiais (comerciais, políticas, parentais, ou seja, clientelares) que uniam as várias partes do Império ultramarino português.

⁵⁶ Ver: Jack Greene, *Negotiated Authorities. Essays in Colonial Political and Constitutional History*, Charlottesville e Londres, The University Press of Virginia, 1994 apud Bicalho (2005:95). Sobre uma historiografia acerca das elites na Nova Espanha, ver também: Castañeda, C. *Historiografía de las élites en la Nueva España*. In: Navarro García, L. (Coord.). *Elites urbanas en Hispanoamérica*, 2006.

Foi apenas a partir do momento em que as dinastias europeias passaram a se consolidar, período em que a capacidade militar de um indivíduo poderia colocá-lo em perigo, é que o sangue passou a ser uma questão importante. Isso se deu pois o sangue era capaz de legitimar a passagem do poder real, da nobreza, de pai para filho. O sangue passou, portanto, a ser uma ideologia para conservar e fortalecer o poder real.

Raminelli afirma que, no caso específico do Brasil, esse tipo de nobreza, de sangue, foi ínfima. O autor reforça a concepção de que, no Brasil, o que se tinha era uma nobreza vinculada às armas, diretamente associada à capacidade de prestação de serviços militares ao Rei. Se a nobreza de sangue é algo da alta nobreza europeia, no Brasil o que havia eram os nobres criados pelo Rei, ou seja, a nobreza política – era possível que o indivíduo fosse filho de alguém titulado pelo Rei, mas, de maneira geral, esses sujeitos eram plebeus que tinham recebido do Rei o foro de fidalgo ou título de cavaleiro.

A nobreza política, ademais, podia ser militar e também podia ser formada por pessoas que ocupavam cargos da administração, por exemplo, nas Câmaras. De acordo com Raminelli, essas funções políticas eram consideradas nobres ou nobilitantes. Esses dois grupos eram os que tinham o aval do Rei. Eles eram nobres de fato. Já os outros nobres, ou seja, os que não faziam parte desses grupos, mas eram “nobres da terra”, podiam exercer função de nobres, embora não o fossem verdadeiramente.

A “nobreza da terra”, que, de uma forma mais alargada, pode ser entendida ainda como as elites locais, poderia reunir tanto os nobres de sangue quanto a nobreza política, mas tinha como característica principal ser formada por homens com grande poder econômico e militar que não necessariamente possuíam títulos nobiliárquicos de fato. Muitos possuíam riqueza e distinção mesmo sem tais títulos. Raminelli enfatiza que esta é uma classificação que ajuda a entender como se formavam as nobrezas tanto em Portugal quanto na América Portuguesa, mas observa que a realidade era muito mais complexa.

Como observamos, não devemos perder de vista que estes não eram grupos excludentes. Os membros das elites locais, entendidas como elites híbridas, frequentemente transitavam por esses grupos. Em concordância com esse perfil complexo, entre os homens ricos conseguimos observar indivíduos que, ao mesmo tempo, tinham um alto nível de letramento – elite intelectual –, detinham uma patente

militar importante – elite militar – e participavam da administração das terras coloniais – elite política. Contudo, via de regra, eram todos membros da elite econômica daquelas terras.

As pesquisas sobre elites coloniais no Império Português vêm sendo desenvolvidas cada vez mais, em que pese haver, como destaca Raminelli, uma documentação bastante lacunar no Brasil para essas camadas. Tal investimento tem ajudado tanto na apreensão de como se forma esse estrato social em terras coloniais, passando inevitavelmente para um aprimoramento da definição do termo, quanto na maior compreensão das dinâmicas dessa camada social privilegiada. Desse modo, vai-se construindo uma complementação acerca das análises da sociedade como um todo.

Em busca das produções mais recentes sobre o tema no Brasil, fizemos uma pesquisa no site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.⁵⁷ Além dos trabalhos que tratassem do tema elite, incluímos ainda a busca por trabalhos que abordassem a educação das elites e os legados deixados pelas mesmas.

A partir de descritores como elites; elite; elite colonial; elite econômica; principais da terra; história da educação; século XVIII; nobres; nobreza da terra; homens bons; legado; herança e colônia, usados isoladamente e combinados de diferentes maneiras, encontramos várias teses e dissertações produzidas nos últimos dez anos (2008 a 2018). Após esse primeiro levantamento, realizamos mais uma triagem, observando o período e as abordagens⁵⁸ dos trabalhos. Como o foco do presente trabalho é a educação legada por uma elite essencialmente econômica, mas não só, filtramos trabalhos que falassem sobre educação e elites.

Assim, chegamos a 14 dissertações de mestrado e 11 teses de doutorado que tratam dos temas supracitados em alguma medida. Desses 25 trabalhos, temos estudos desenvolvidos, em sua maioria, nos departamentos de história (17) e nos departamentos de educação (6). Ademais, encontramos ainda um estudo

⁵⁷ A BDTD é uma plataforma desenvolvida e coordenada pelo Ibict⁵⁷ e integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil. Possui atualmente um acervo de mais de 409 mil dissertações de mestrado e aproximadamente 148 mil teses de doutorado, oriundas de mais de 114 instituições do País.

⁵⁸ Descartamos tanto os trabalhos que não abrangiam o século XVIII quanto aqueles que não se tratava de um estudo histórico, antropológico e/ou filosófico.

desenvolvido no departamento de Arquitetura e Urbanismo e outro no departamento de Ciência da Religião.

Para além desses dois grandes temas, educação e elites, os seis trabalhos referentes à educação abordaram assuntos distintos. Observamos que há uma preferência pelos estudos que tratam das questões de uma educação mais institucional.⁵⁹ Nos últimos dez anos, foram depositados na BDTD estudos que buscaram analisar a formação dos engenheiros militares na primeira metade do século XVIII; estudos sobre professores régios; sobre nível de letramento da elite sergipana; sobre a educação de órfãos abastados; sobre os impactos das Reformas Pombalinas, especialmente no que tange aos impactos da expulsão da Companhia de Jesus.

Importante mencionar que, dos seis estudos encontrados nesse repositório e que trabalham o tema de educação relacionado com educação da elite, dois são de universidades do sudeste do Brasil (USP e UFMG); três são de universidades do nordeste (UFS, UFMA e UFC) e um provém da Universidade de Goiás, região central do Brasil, e os recortes espaciais das pesquisas acompanham os locais onde se desenvolveram.

Quanto aos trabalhos sobre o tema elites, observamos que, diferente do que vem sendo uma preocupação para o desenvolvimento desta tese, os termos elite ou elites locais têm sido amplamente utilizados, sem qualquer constrangimento, para indicar grupos com diversas naturezas de privilégios – cultural, econômico, político etc. – na América Portuguesa. O uso desses termos não parece propriamente uma questão nos estudos encontrados no repositório da BDTD. As questões mais centrais desses trabalhos estão fortemente preocupadas em entender qual era e/ou como se dava a atuação desses grupos nas sociedades coloniais, notadamente buscando analisar o grau de autonomia dos mesmos com relação ao poder metropolitano.

Dentre os trabalhos desenvolvidos sobre o tema elite/elites, conseguimos distinguir dois subtemas que merecem destaque por abrangerem a imensa maioria dessas obras: 1) Estudos que procuram entender como se deu a formação e/ou a legitimação das elites locais, bem como as mediações e os conflitos ocorridos nesses processos. Nesses estudos, os autores buscam apreender como as práticas de

⁵⁹ Fenômeno também constatado por Fonseca, 2016. Ver Introdução.

enobrecimento eram utilizadas nas terras coloniais. Via de regra, esses trabalhos têm reforçado a estreita relação entre a riqueza acumulada e a distinção social dos indivíduos. A seguinte frase de um desses trabalhos define bem as situações demonstradas:

Ser rico era condição necessária para se obter títulos/hábitos/cargos/privilégios/honras e mercês. Por outro lado, ser distinto socialmente garantia oportunidades de obter bens, contrair relações sociais sólidas com base no casamento, parentesco, apadrinhamento e pátrio poder. Santos (2017: s/p)

2) As relações sociais, da forma como elas eram estruturadas a fim de conquistar e manter privilégios, que por vezes eram econômicos – terras, riquezas, bens e escravos –, eventualmente eram sociais – acesso a títulos e cargos. Esse é outro tema que aparece entre os estudos sobre elite produzidos na última década e disponíveis na BDTD. Nesses trabalhos há uma busca pelo entendimento do papel das famílias na formação das sociedades coloniais. Pensando a família, no mesmo sentido adotado nesta tese, como mostraremos a seguir – de uma forma mais ampla, mais alargada –, tais estudos trazem os casamentos e o compadrio como estratégias de estreitamento dos laços socioafetivos que se mostravam fundamentais na manutenção e expansão dos mencionados privilégios, conformando, assim, as elites locais.

Pelo elucidado acima e por verificarmos como a historiografia, tanto a mais consagrada quanto os estudos mais recentes, tem adotado os termos elites locais e elites coloniais para definir os grupos com mais privilégios,⁶⁰ acreditamos que a opção por adotar esse termo para definir o grupo observado na presente pesquisa se mostra bastante pertinente.

Ao adotarmos esses termos, optamos ainda por não separar os indivíduos em subcategorias de elites, como elite intelectual, militar ou política. Tal opção deu-se por percebermos que seria essa uma separação impossível, haja vista o caráter híbrido desses sujeitos, como já mencionado. O que se observa com frequência na documentação, e que será demonstrado mais detidamente no próximo capítulo, é que

⁶⁰ Privilégios estes que, como podemos verificar, podiam ser variados dentro das sociedades coloniais, mas que, por vezes, derivavam dos privilégios econômicos.

havia uma complementaridade, uma simultaneidade de cargos, ocupações e papéis sociais ocupados por esses indivíduos.

Desse modo, optamos por chamá-los todos de elites locais, elites regionais, elites coloniais, acreditando que, dessa forma, nos referiremos aos “homens bons” dessas terras, às “pessoas principais” das comarcas abordadas. Com esses termos pretendemos nos referir à sua distinção como grupo, mas também a suas peculiaridades se comparados às elites ou aos sujeitos distintos, por exemplo, da Corte.

Buscaremos agora compreender como se configuravam as famílias nas Minas setecentistas do século XVIII e qual o seu papel como instituição educativa.

1.2 Famílias nas Minas do século XVIII

A família apresenta-se como uma das principais instituições e com um papel fundamental para entendermos os processos educativos no período. Hoje, há um quase estabelecido consenso na historiografia de que pensar a família no século XVIII é pensar em uma família com contornos próprios e múltiplos. Neste momento do texto, achamos por bem fazer uma breve reflexão sobre os tipos de família que a historiografia brasileira⁶¹ tem considerado para o desenvolvimento de diversos

⁶¹ Há estudos europeus muito importantes em torno da temática “família” que também vão demonstrar, como veremos para o caso brasileiro a seguir, uma multiplicidade de arranjos familiares. Dentre estes se destacam: Frédéric Le Play (1806–1882) – sobre esse autor, ver: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A família na obra de Frédéric Le Play. In: *Dados*[online]. 2002, vol.45, n.3, pp.513-544. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582002000300007>. Acessado em 23-08-2018; ANDERSON, Michael. *Elementos para a história da família ocidental, 1500–1914*, (1980), trad. Ana F. Bastos. Lisboa: Editora Querco, 1984. Temos ainda entre os pesquisadores: FLANDRIN, Jean L. *Famílias – parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga* (1979). 2ª. ed. Trad. M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1995; HENRY, Louis. O levantamento dos Registros Paroquiais e a Técnica de Reconstituição de Famílias. In: Maria L. Marcílio (Org.). *Demografia Histórica*. São Paulo: Pioneira, 1977, p. 29–32; HENRY, Louis. *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*. Lisboa: Gradiva, 1988; LASLETT, Peter. Família e domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: comparações entre as áreas da Europa Ocidental. In: Maria L. Marcílio (Org.). *População e Sociedade*. Evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984, pp. 137- 170; STONE, Lawrence, *Família, Sexo y Matrimônio en Inglaterra, 1500–1800*. Trad. Maria G. Ramirez. México: Fundo de Cultura Económica, 1977; ARIÈS, Philippe. *História Social da criança e da Família* (1973). Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012; POLLOCK, Linda A. *Los niños olvidados*. Relaciones entre padres e hijos de 1500 a 1900 (1993). Trad. de Agustín Bárcena. México: Fondo de Cultura Económica, 1993; SCOTT, Anna S.Volpi. As diferentes formas de organização familiar em Portugal (séculos XVIII e XIX). In: Eni M. Samara (org.), *Historiografia Brasileira em Debate – olhares, recortes e tendências*. São Paulo: Humanistas/ FFLCH, USP, 2002, pp. 199–234.

estudos ao longo dos anos.⁶² Temos, com isso, o intuito de esclarecer esse relativo consenso e a escolha pelo modelo eleito para sustentar as análises nesta pesquisa.

Um dos pioneiros e principais autores sobre este tema foi Gilberto Freyre. Em seu consagrado livro *Casa Grande e Senzala*, publicado na década de 1930, esse autor elabora o conceito de “família patriarcal” como sendo o modelo explicativo que definia a família brasileira. De maneira simplificada, de acordo com o mesmo autor, essa instituição estava centrada na figura do “chefe de família”. Os demais membros desse núcleo – os filhos (legítimos e ilegítimos/naturais); a esposa; outros parentes; escravos; afilhados e amigos – orbitavam ao redor dessa figura. Todos eram obrigados a respeitar o patriarca e a ele serem fiéis.⁶³ A “família patriarcal”, uma unidade fechada em si, seria, portanto, a base da organização dessa sociedade.⁶⁴

O movimento de revisão da História do Brasil, iniciado na década de 1970, traz o trabalho com novas fontes e estudos que utilizavam a demografia histórica com elementos que viriam auxiliar na revisão desse conceito de “família patriarcal”. Esses estudos mostraram que, devido à enorme diversidade étnica, social e econômica dos integrantes da realidade brasileira, os ecos advindos desses arranjos não eram uníssonos, ou seja, a organização familiar, ao contrário do que vinha sendo apresentado pela historiografia até então, não respeitava um modelo único. Esses novos estudos sugerem que as famílias, e não mais a família, se arranjavam de variadas maneiras, sendo possível haver para o período, por exemplo, mulheres como chefes de família e famílias oriundas de concubinatos. Essas constatações, de acordo com Samara (1997), deram início a revisões⁶⁵ que tangenciaram grandes mitos e arquétipos sobre a sociedade brasileira.

⁶² Esse levantamento, além dos textos utilizados por nós, baseia-se ainda nos estudos de levantamento bibliográfico elaborados por Samara (1997) e Júlio (2016).

⁶³ Alguns outros trabalhos como referência dessa abordagem são: Oliveira Vianna, com *Populações Meridionais do Brasil*, publicada em 1920. Costa Pinto, com *Lutas de Família no Brasil: era colonial de. Década de 1940*; Cândido Souza, o artigo *The Brazilian Family* (1951). Temos ainda: Sérgio B. Holanda, *Raízes do Brasil*, (1936) e Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, (1942).

⁶⁴ Sílvia Brügger traz uma crítica sobre essa interpretação das concepções de patriarcalismo de Freyre, que trataremos mais à frente. Ver BRÜGGER (2007:47-50).

⁶⁵ MARCILIO, Maria L. *A Cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750–1850*. São Paulo: Pioneira, 1973; SAMARA, Eni de M. *A Família Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. COSTA, Iraci N. *Vila Rica: população (1719–1826)*. São Paulo: IPE-USP, 1979 (Ensaio Econômico); SILVA, Maria Beatriz Nizza, *Sistema de casamento no Brasil colonial*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1984, são exemplos de alguns desses estudos.

As pesquisas a partir da década de 1980 utilizaram-se dos avanços nos estudos dos anos anteriores para complexificar e tornar ainda mais plural a percepção dos contornos familiares do século XVIII. É nessa década que ganham força as pesquisas sobre famílias negras, e que o tema “família no Brasil” passa a ser de fato incorporado pela historiografia, deixando de ser um campo exclusivamente de estudos antropológicos e sociológicos. Esses novos estudos tinham a intenção de repensar a família brasileira patriarcal,⁶⁶ especialmente a demonstrada por Freyre.

Júlio (2016) aponta que, a partir desses estudos, houve a intenção de revisão do conceito patriarcalismo, e chama a atenção para o que Vainfas (1989) e Faria (1998) defendem, que é a necessidade de se qualificar politicamente tal conceito, entendendo-o, portanto, como um sistema de poder. Ao observar famílias de zonas mais urbanizadas, diferentes das abordadas por Freyre, Faria (1998) argumenta que patriarcalismo era um conjunto de valores e uma estrutura de poder, diferenciando-se da concepção de família extensa. Em outras palavras, o patriarcalismo estaria relacionado a um conjunto de valores e teria sido apropriado e vivenciado pelos diferentes grupos e sujeitos, inclusive pelas mulheres.⁶⁷

⁶⁶ São exemplares desse momento os seguintes estudos: SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero & Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989; RAMOS, Donald. *A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto: 1754–1838*. In: Congresso sobre a história da população na América Latina, 1989, Ouro Preto. Anais, São Paulo: Fundação SEADE, 1990, p.154–163; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Família, herança e poder em São Paulo: 1765–1855*. Estudos Cedhal 7, SP, 1991; CORRÊA, Mariza. *Repensando a família patriarcal brasileira*. In: ARANTES, Antonio A. (et al.), *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*, (1982), 2ª. ed. Campinas, Ed. da Unicamp, 1993. VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos Pecados – Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1997; FIGUEIREDO, Luciano R. A. *Barrocas Famílias – vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*, Hucitec, São Paulo, 1997; FARIA, Sheila C. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; NAZZARI, Muriel, *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600–1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; DEL PRIORE, Mary & BESSANEZI, Carla (Orgs.) *História das mulheres no Brasil*. 9. ed., 1ª. reimpressão, São Paulo: Contexto, 2008; DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do Corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

⁶⁷ Outros autores que trabalham com essa mesma compreensão de patriarcalismo: SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres e Povoamento: São Paulo no século XVIII*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003; BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Família e Patriarcalismo em Minas Gerais*. In: Paiva Eduardo França (Org.) *Brasil-Portugal: sociedades, cultura e forma de governar o mundo português (século XVI–XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006; ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799–1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008; RODARTE, Mario M. S. *O trabalho do fogo: Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*. Tese (doutorado de Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – UFMG. Departamento de Demografia, Belo Horizonte, 2008; NOLASCO, Edriana Aparecida. *Por fragilidade Humana – constituição familiar do clero: em nome*

A contribuição, já mencionada, dos campos como a demografia, economia, antropologia e sociologia, associada ao uso de novas fontes, à preocupação com novos temas (como o papel do casamento, questões de gênero, sexualidade, transmissão de fortunas, dentre outros) e aos novos recursos teórico-metodológicos como os da micro-história, da prosopografia, legou às pesquisas mais recentes alguns importantes avanços. Estes ocorreram nas discussões referentes ao cotidiano dessas famílias, ou seja, às atuações dos diferentes sujeitos e grupos. Em outras palavras, tais discussões tangenciam as estratégias familiares e as redes sociais,⁶⁸ abordagens também pretendidas nesta pesquisa.⁶⁹

Dentre essas novas abordagens, destaca-se o trabalho de Luciano Figueiredo (1997). Em seu livro *Barrocas Famílias*, o autor inova ao trazer uma dimensão peculiar que a História Social propôs ao investigar o que podemos chamar de os cotidianos dos afetos”, isto é, os sentimentos, as paixões, a violência e a solidariedade no domínio das famílias mineiras do século XVIII. Esse tipo de análise foi possível graças às fontes que seguiam a historiografia do momento ao trazer novas abordagens a velhas fontes. Os principais tipos de documentos utilizados são os livros de devassas, que foram as apurações minuciosas dos delitos cometidos e/ou denunciados para a mesa dos visitantes episcopais mediante a convocação de testemunhas.

Nessa pesquisa, Figueiredo observa que a vida familiar nas Minas Gerais do século XVIII se deu de forma similar às instituições dominantes, porém à margem delas. O autor trabalhou com um importante elemento para entender tais relações: o

dos padres e filhos – São João del-Rei, (século XIX). Dissertação (Mestrado em História). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2014.

⁶⁸ Algumas referências em História da Família: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Trad. A. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998; SAMARA, Eni de Mesquita. Família e vida doméstica no Brasil: *do engenho aos cafezais*. *Estudos CEDHAL*, no10. São Paulo: USP, 1999; CHEQUER, Raquel M. P. *Negócios de família, gerência de viúvas: senhoras administradoras de bens e pessoas (Minas Gerais 1750–1800)*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2002; ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; PERARO, Maria Adenir & BORGES, F. T. de M. (Orgs.) *Mulheres e família no Brasil*. Cuiabá: Carlini e Caniato, 2005. MACHADO, C. O patriarcalismo possível: relações de poder em uma região do Brasil escravista em que o trabalho familiar era a norma. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.23, n.1, Rio de Janeiro, p.167–186. 2006.

⁶⁹ Alguns estudos que trabalham com a concepção da importância do papel da família nos processos educativos nas Minas do século XVIII: Fonseca (2009); Oliveira (2008); Silva (2011); Gorgulho (2011); Vartuli (2015); Júlio (2016); Angelo (2017).

conflito. Segundo Figueiredo, as famílias dos núcleos urbanos mineiros do século XVIII organizavam-se em meio à tensão entre os instrumentos de poder que buscaram enquadrar as uniões no modelo cristão de família legítima. As necessidades mais urgentes e as realidades adversas em que essa população estava inserida fizeram com que as famílias se adaptassem de uma maneira peculiar, em que o "sagrado" e o "profano", a permissividade e o controle, o oficial e o popular se apresentavam profundamente mesclados.

Brügger (2007:44) afirma que há certo consenso na historiografia sobre a ausência ou, pelo menos, certa debilidade das relações familiares e do patriarcalismo tradicional nas terras mineiras, consequência dessas características originais, tratadas acima por Figueiredo (1998), como a urbanização, a diversidade de atividades, a enorme presença de desclassificados sociais, brancos livres, mestiços e escravos, assim como a atividade aurífera.

São muitas as formas que as famílias mineiras setecentistas podiam assumir.⁷⁰ O livro *História da Família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX) Novas análises e perspectivas*, de 2015, é outra obra que expõe essa diversidade ao apresentar trabalhos que tomam como dimensão central das análises a relação dinâmica entre mobilidade e estabilidade, marcas indeléveis do povoamento mineiro, segundo os autores. Resultado de pesquisas primárias de uma grande equipe, os trabalhos apresentados nesse livro são fruto de um investimento de uma abordagem via história demográfica. A intenção foi mapear e discutir as dinâmicas demográficas, e foi estimando os padrões das dinâmicas migratórias, de nupcialidade, fecundidade e mortalidade que se delinearão estruturas e dinâmicas domiciliares e familiaridades, bem como padrões de transmissão de posses entre gerações, mostrando as diversidades e semelhanças destas no tempo e espaço propostos.

Levando-se em conta o caráter diverso, dinâmico e histórico dessa instituição, a família, bem como buscando-se atingir os objetivos desta pesquisa, optamos, seguindo os passos de Júlio (2016), por utilizar a definição de família defendida por Faria (1998:43). Assim, entendemos a família não apenas formada por pais e filhos,

⁷⁰ A título de exemplo: Samara (1997) e Brügger (2007) chamam a atenção para as relações baseadas no concubinato. Júlio (2016), Lewkowicz e Gutiérrez (1997) tratam dos lares dirigidos por mulheres – essas últimas autoras ainda afirmam ser grande a variedade de tipos de lares no período.

mas também como um agrupamento que extrapola os limites consanguíneos, da coabitação e das relações rituais.

Se notarmos como o principal dicionário da língua portuguesa no século XVIII tratava esse termo, veremos que pensar a família para além dos laços consanguíneos já era usual na época. De acordo com o dicionário composto por Rafael Bluteau e mais tarde reformulado e acrescentado por Moraes e Silva (1789:597), *família* seriam “as pessoas que se compõe uma casa, e mais propriamente as subordinadas ao chefe ou pais de família. Os parentes, e aliados. Filho famílias, o que está sob o pátrio poder.” Assim, família era termo usado para designar muito mais do que apenas os pais e os filhos, mas todos aqueles que, sob o mesmo teto ou não, eram subordinados ao chefe de família, que, como dito antes, podia ser inclusive uma mulher.

O que temos percebido para os contornos das famílias nas Minas do período colonial segue as perspectivas supracitadas. Nesse contexto, a família não era, necessariamente, organizada em torno do matrimônio cristão (pai, mãe e filhos), mas abrangia uma série de outros sujeitos, como vimos. Para o século XVIII, nas três comarcas estudadas, temos a família organizada em diversos formatos.

Nas fontes analisadas na atual pesquisa,⁷¹ portanto referentes às elites coloniais, encontramos as famílias do modelo tradicional, que seguiram o ideal social das famílias, especialmente para as ocupantes das camadas mais privilegiadas da sociedade, as elites locais. Essas famílias eram compostas por pai, mãe e filhos legítimos (todos brancos). No entanto, encontramos também famílias que, a princípio, não eram os tipos esperados para essa camada social, formadas, por exemplo, por pais solteiros (portugueses em sua maioria) e seus filhos ilegítimos. Não é incomum verificar esses pais relacionando-se de maneiras diversas com as mães de seus filhos ilegítimos, as quais às vezes eram suas escravas, e podendo até mesmo viver todos sobre o mesmo teto.⁷² Assim, mostra-se interessante observarmos, por isso, que, mesmo quando ajustamos o foco para as camadas mais privilegiadas dessa sociedade, somos capazes de entrever famílias com configurações muito distintas.

⁷¹ Algumas dessas fontes também foram trabalhadas na nossa dissertação de mestrado. Gorgulho (2011).

⁷² Um exemplo desse tipo de arranjo familiar é a família segundo Antônio da Rocha Lima, analisada no Capítulo III da nossa dissertação, Gorgulho (2011:100-105). Doc. MO/CBG – IBRAM/CSO-I(25)221.

Interessa-nos perceber o que os indivíduos, membros das elites locais, legavam no que se refere à educação, isto é, qual o *patrimônio educativo* que eles deixaram. Cientes de que podemos observar legados educativos desses sujeitos não apenas a seus consanguíneos, para a pesquisa ora proposta entendemos⁷³ como *família nuclear* aquela formada por pai, mãe e filhos. Por *agrupamento familiar* trataremos aqueles que se encontravam vivendo sob o mesmo teto – pais, filhos, parentes, agregados e escravos. E utilizaremos ainda a concepção de *famílias concubinas* para designar aquelas famílias que eram *fracionadas*.⁷⁴

Observadas as dinâmicas e diversificadas configurações familiares nas Minas setecentistas e, minimamente, sua importância como instituição educadora, passemos agora para as concepções de educação encontradas nesse período.

1.3 Concepções de educação

Tal como as concepções de família, também as de educação eram diversas no século XVIII. Compreender essas concepções atribuídas à educação mostra-se necessário para não cairmos no equívoco de darmos o peso e os valores que damos hoje ao que entendemos como educação. Da mesma maneira, essa compreensão torna-se fundamental para que, ao observarmos esse contexto em que a escola tinha ainda uma forma embrionária e as instituições educativas não eram e nem se portavam como nos tempos atuais, não cometamos o erro de não conseguirmos enxergar os ricos processos educativos presentes nessa sociedade.

Em sua tese de doutorado, Júlio (2016:39-49) traz uma discussão interessante entre autores e significados nos dicionários sobre o termo educação. Ao mobilizar o estudo realizado por Fonseca (2009), a autora afirma que o pensamento moderno trouxe uma expansão da produção intelectual europeia. Tais autores buscavam debater sobre o pensamento científico em voga na época. As reflexões sobre os métodos de estudo, então, ocuparam um papel fundamental para se pensar como a

⁷³ Júlio (2016:55), em quem nos inspiramos para o emprego desses termos, utiliza-se de uma definição muito parecida, diferenciando-se apenas o termo “agrupamento familiar”, que ela trata como “vivendo sob mesmo teto”.

⁷⁴ Para Figueiredo (1997), “família fracionada” era aquela em que o casal, que tinha um relacionamento estável, porém não legitimado pela Igreja, vivia em domicílios separados, uma maneira adotada pelos que viviam em concubinato para escaparem das punições da Igreja.

sociedade deveria se portar e qual era a educação almejada e permitida para cada grupo social.

Júlio apresenta dados levantados por Martine Sonnet (1991:149) para demonstrar que mais de 70% das 212 obras publicadas, tendo como tema a educação na Europa, estavam concentradas na segunda metade do século XVIII. Com isso, atesta a importância que a educação assume nesse período. Isso se dava, segundo Fonseca (2016), graças ao papel que foi delegado à educação de modelar a nova humanidade, como apontava Condorcet. Para Fonseca (2009), a educação ocupa um lugar de destaque, pois os autores desse período defendiam que só por meio dela seria possível ordenar a sociedade de forma harmoniosa em busca de um bem comum. Nesse sentido, essa educação estaria, portanto, relacionada com a ação civilizadora europeia.

Ainda de acordo com Júlio, a palavra educação precisa ser entendida sob a ótica de uma construção histórico-social. Nas palavras da autora:

Isso porque, ao se pensar no processo educativo, necessariamente devemos levar em conta os diálogos e as relações que o ato de educar estabelece com uma sociedade em um determinado tempo e lugar. Isso significa pensar as finalidades que a sociedade espera da educação e as representações que o ato educativo ajuda a criar sobre aquele contexto específico e nele inserido. (2018:41)

Cabe, assim, à educação difundir os imaginários ideais para conformar os indivíduos à vida em comunidade. Dessa forma, de certa maneira, é papel da educação adequar tais indivíduos para a atuação de papéis sociais possíveis e desejáveis. Nessa perspectiva, a educação pode ser entendida, dentre outras, como práticas sociais.⁷⁵ Então, é imperativo que entendamos quais dessas práticas sociais eram tomadas por educação no contexto analisado e quais eram as suas finalidades.

Fonseca (2016) analisa a circulação e a apropriação, por meio das obras do pensamento ilustrado e dos manuais pedagógicos, das concepções educativas no mundo luso-americano, entre o século XVIII e as primeiras décadas do século XIX.

⁷⁵ Ver também Brandão (2004).

A autora afirma que nessas obras os termos educação e instrução denotam o processo de formação do indivíduo para viver adequadamente naquela sociedade. Nesse sentido, levavam-se em conta os valores, em um período essencialmente cristão, e referências aceitas e legitimadas. Destarte, era um processo de adequação social. Segundo a mesma autora, muitas vezes tais termos se confundem entre si; e, da forma como foi apresentado neste parágrafo, eles se aproximam das concepções dos autores católicos como *Comenius (1657)* e *Jean-Baptiste de La Salle (1695; 1717)*. Já em outras obras podemos perceber melhor um afastamento desses termos.⁷⁶ Para Fonseca,

...não apenas a educação como formação estritamente moral de fundamentos religiosos interessava aos autores da época. A formação do homem civil, apto à convivência social e íntimo das regras da civilização das boas maneiras, estava no horizonte de diversos autores dos séculos XVII e XVIII, ajudando a definir o que seria a educação e quais os seus propósitos. (2016:169)

Dessa forma, nesse momento da história, o pensamento circulante era o de que cabia à população, juntamente com a Igreja, por meio da educação, formar bons súditos e bons cristãos. Assim, a elite assumia um papel central na função de ordenar a população e cuidar da difusão dos bons costumes. John Locke, em 1692, apontava para a concepção, presente na sociedade da época, de que era mediante os exemplos da elite que as camadas menos privilegiadas se educariam. Isso posto, era de suma importância cuidar da educação da primeira, o que acabaria revertendo em benefícios

⁷⁶ Como exemplo, Fonseca (2016:170) cita as obras *Some thoughts concerning education* (1692), de John Locke, e *Considérations sur le gouvernement de Pologne et sur sa réformation projetée* (publicada postumamente em 1782), de Rousseau. Segundo ela, no primeiro a instrução "seria a dimensão menos importante de todo o processo de formação do indivíduo, pois ela só poderia frutificar em terreno fertilizado pela educação para os bons costumes." Já para Rousseau, a educação teria um papel mais nacional, mais voltado para a formação das *inclinações patrióticas*, e a instrução estaria no âmbito do privado e do doméstico.

a toda a sociedade.⁷⁷ Os manuais pedagógicos⁷⁸ e de civilidade⁷⁹ do período, em certa medida inspirados nesse autor, apontavam para essa mesma direção.

Ao analisar os significados encontrados tanto na *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, dirigida por Diderot e D’Alembert (editada entre 1751 e 1772), quanto em alguns dicionários de época,⁸⁰ Fonseca demonstra que, para a primeira obra, o verbete educação enfatiza a ideia de educação em sua relação com a formação do cidadão para o bem do Estado e de sua ordem, reforçando, portanto, uma definição de educação como formação; já instrução é associada à aquisição de conhecimentos e de competências, assim como os demais autores do contexto.

Quanto aos dicionários, que se aproximam ainda mais do universo trazido nesta pesquisa por se tratar da produção intelectual portuguesa do século XVIII, Fonseca afirma que, para Bluteau,⁸¹ criação e ensino não se distinguem e se mantêm ligados à formação do indivíduo para a vida social, no sentido de incutir nele os valores da boa sociedade, assim como se mantém a ideia de doutrinação.

Os demais dicionários⁸² analisados acabam tangenciando o mesmo ponto ao definir os dois verbetes, trazendo uma pequena diferença entre eles, que, de acordo

⁷⁷ Sobre o tema, ver Fonseca (2016).

⁷⁸ Pina e Proença (1734); Ribeiro Sanches (1760); Blancard (1786); Vasconcelos (1782); Verney (1746).

⁷⁹ Condorcet (1792); Comenius (1657); Rousseau (1762-1782).

⁸⁰ A saber: *Vocabulário Portuguez e Latino* (1712), de Raphael Bluteau; *Vocabulário Portuguez e Latino, o Diccionario da lingua portuguesa* (1789), de Antonio de Moraes Silva; *Novo Diccionario da Lingua Portuguesa* (1806); *Novo Diccionario da Lingua Portuguesa* (1832), de Luiz Maria da Silva Pinto.

⁸¹ Os verbetes analisados pela autora foram: Bluteau (1712). *educação*: “criação [...] para a direção dos costumes. [...] o que tem cuidado da educação de alguém”; *educar*: “criar”; *educado*: “criado, ensinado”; *ensino*: “é tratamento de homens bem doutrinados, ou por experiência da Corte, & da Cidade, ou por ensino de outros, que nela viveram”; *instrução*: “a ação de instruir. Instrução dos meninos”, “documentos, ou princípios de doutrina, para conhecimento das ciências assim humanas como divinas, como também para a vida moral.”

⁸² Demais verbetes analisados por Fonseca (2016:170-172): *Diccionario da lingua portuguesa* (1789) – *educação*: “criação, que se faz em alguém, ou se lhe dá; ensino de coisas, que aperfeiçoam o entendimento, ou servem de dirigir a vontade, e também do que respeita ao decoro”; *instrução*: “ensino, educação, documento. Apontamento, regimento, que se dá alguém para se reger por ele”. *Novo Diccionario da Lingua Portuguesa* (1806) – *instrução*: “documento, ensino, doutrina, apontamento que se dá a alguém para governar-se”, *ensinar*: “fazer advertência”; *Diccionario da Lingua Brasileira* (1832) – *educação*: “criação com ensino de doutrina e bons costumes”.

com a autora, parece estar no fato de que a instrução se faria por meio de instrumentos normativos mais precisos, enquanto a educação estaria orientada por princípios mais gerais.

A autora passa então a analisar como os autores portugueses⁸³ do período trabalham a questão da educação, preocupados com a boa formação dos súditos e com a construção da civilidade moderna em Portugal. Segundo ela, alguns dos autores desse período se preocuparam, em geral, em pensar a educação em sua época, suas características, seus sentidos e seus objetivos. Eles ainda propuseram orientações para o Estado e a Igreja atuarem de forma a desenvolverem uma educação mais útil à sociedade, assim como os mestres e as famílias. Já outros autores⁸⁴ se dedicaram a escrever sobre as práticas possíveis que contemplassem essas concepções de educação e de instrução.⁸⁵

Nesses livros, com algumas poucas variações, também podemos observar a educação sendo tratada como um processo de formação mais geral, e a instrução como o mecanismo de transmissão do conhecimento. Tais obras também reforçam a ideia de que a educação fertiliza a terra para a instrução, ou seja, primeiro se deve educar para depois instruir. Contudo, Fonseca chama atenção para o fato de que educar também se referia ao final de todo o processo.

De acordo com a autora, a legislação produzida para a implementação dessas reformas em 1759, promovidas pelo futuro Marquês de Pombal, tinha a intenção de tirar Portugal do atraso com relação aos seus vizinhos. Vale ressaltar que, para isso, Pombal tinha a pretensão de reestruturar a educação por meio da escolarização do Estado, afirma Fonseca. Assim, apesar de claramente influenciada por valores ilustrados, a reforma acaba por, em alguma medida, manter valores caros àquela sociedade, isto é, a reforma acaba não se afastando da doutrinação cristã de matriz

⁸³ A saber: *Cartas sobre a educação da mocidade*, Antonio Nunes Ribeiro Sanches (1760); *Apontamentos para a educação de um menino nobre*, Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1734); *Verdadeiro método de estudar*, Luis Antônio Verney (1746).

⁸⁴A saber: *Elementos da Civilidade e da Decência para a instrução da mocidade de ambos os sexos* (1788), *Método de ser feliz ou catecismo, especialmente para uso da mocidade* (1787), *o Tesouro de meninas ou diálogos entre uma sábia aia e suas discípulas* (1783), e *A Escola dos bons costumes, ou reflexões morais e históricas* (1786).

⁸⁵ Essas obras eram chamadas de "manuais" e buscavam orientar pais e mestres na melhor condução da educação das crianças e dos jovens. Essas publicações geralmente traziam o catecismo cristão associado ao método para a aprendizagem das primeiras letras (ler, escrever e contar), regras de civilidade e, por vezes, traziam ainda noções de Geografia e cronologia.

católica, apresentando a educação para a formação do bom súdito e do bom cristão de forma indissociável.

Outro ponto importante que as análises dessa legislação demonstram é o caráter de utilidade da instrução. Esse caráter utilitário da instrução passa a se associar à ideia de formação mais geral da educação. Nas palavras de Fonseca, "conhecimentos com finalidades práticas e que pudessem contribuir para a 'edificação' dos 'fiéis vassalos' " (2016:179).

Essas análises vêm nos ajudar a desconstruir as concepções historiográficas mais tradicionais que acabam associando de maneira direta a educação à escola. Desse modo, por meio da historicidade desses conceitos de educação e instrução que podem ser observados nas diferentes instâncias, torna-se possível que tratemos a educação como algo que não era homogêneo e nem universal.

Corroborando tal perspectiva, recentes estudos que abordam esse tema no século XVIII vêm mostrando a necessidade de se entender a educação de forma mais ampliada. Buscando contribuir com tais trabalhos, na presente pesquisa a educação será abordada sob diferentes óticas.

Como vimos acima, ao tentarmos alcançar a educação no período colonial, precisamos perceber que em terras luso-brasileiras havia uma sociedade em que a escola era muito pouco visível. Nas Minas, essa constatação se dá de maneira ainda mais forte devido à ausência das ordens religiosas nessa Capitania, especialmente os Jesuítas, que eram os grandes responsáveis pela educação dos povos no período.

A instituição escola era nascente e, até aquele momento, meados do século XVIII, não era propriamente entendida como um direito ou uma necessidade pela população das Minas setecentistas. Da mesma forma, nesse momento começava a surgir uma política de escolarização por parte da Coroa. Havia bem poucas escolas, entretanto, a educação, nessa concepção mais ampliada, já pode ser verificada como um valor para aquela sociedade, especialmente para as camadas mais elevadas na hierarquia social. Ela era legada, buscada via estratégias e realizada através das práticas educativas, inclusive práticas de tipo escolar (como aprender a ler, escrever e contar, ou as aulas de Gramática Latina).

Nessa conjuntura, interessa-nos observar os tipos de educação que eram transmitidos através de heranças e para quem eram legados. Assim, buscamos analisar a educação conhecida como formal, ou seja, a de tipo escolar ou para o aprendizado de ofícios mecânicos e artes manuais.

No entanto, interessa-nos também a educação observada sob o prisma de que a formação do bom súdito e do bom cristão era concernente não só ao Estado e à Igreja, mas também às classes mais privilegiadas. Isso significa dizer que as elites tinham a responsabilidade de formar a sociedade, através principalmente dos exemplos. Sendo assim, temos a intenção de analisar o papel desempenhado pelas elites coloniais nas terras mineiras setecentistas nessa formação.

Tratados esses caminhos historiográficos, e definido nosso posicionamento com relação a cada um desses fundamentais temas para a nossa pesquisa, passamos, no próximo capítulo, a caracterizar os sujeitos deste estudo. Por meio de metodologias quantitativas, mas sem deixar de lado as análises de cunho mais qualitativo, o objetivo do próximo capítulo é elaborar um quadro com as características socioculturais e, em certa medida, relacionais dos *homens ricos* por nós selecionados para o presente trabalho.

CAPÍTULO 2 - Caracterizando as elites locais: Fortunas, ocupações, mercês e famílias

As elites coloniais, como nos mostra a historiografia sobre o tema exposta no capítulo anterior,⁸⁶ tinham um caráter híbrido, ou seja, eram formadas por indivíduos que tinham histórias de vida diversas, atributos diversos, que ocupavam lugares sociais diversos e que atuavam em diversas áreas da economia e da administração das terras coloniais. Contudo, baseando-nos nessa mesma historiografia e, principalmente, no trabalho empírico ora apresentado, podemos afirmar que essas elites eram compostas, em sua maioria, por indivíduos brancos, letrados,⁸⁷ abastados, proprietários de bens, terras e escravos; funcionários do governo, militares de alta e média patente e grandes negociantes. Seus membros muitas vezes ocupavam diversos desses espaços sociais ao mesmo tempo. A fim de tentarmos alcançar, em alguma medida, a complexidade dessas elites híbridas, pareceu-nos sensato, em um primeiro momento, eleger os sujeitos desta pesquisa dentro dos quatro grupos representativos do poder e distinção para o período: militares de alta patente – a elite militar; eclesiásticos ocupantes de altos cargos – a elite religiosa; civis envolvidos nos altos cargos da administração – a elite administrativa; e os homens ricos – a elite econômica.

Depois de algumas tentativas frustradas de busca por esses sujeitos,⁸⁸ acatando a orientação da banca de qualificação, achamos por bem nos atermos aos

⁸⁶ Sobre esse tema, ver também Valadares (2007).

⁸⁷ Por letrado, neste estudo, estamos entendendo, tal como aponta Magalhães (1994:62), o sujeito “cujo grau de alfabetismo compreende um domínio da leitura e das destrezas necessárias à escrita e que sabe contar pelo sistema grafo-numérico” – sendo esse também o entendimento no período em análise.

⁸⁸ Apenas para elucidar as dificuldades encontradas, segue-se esse relato. Iniciamos a busca dos sujeitos pelos grupos dos militares e eclesiásticos. A princípio, realizamos uma busca nas *Folhas civis, militares e eclesiásticas*, encontradas na Coleção da Casa dos Contos, no Arquivo Público Mineiro. A nossa intenção era a de que, partindo dessas listas, conseguíssemos chegar aos nomes dos indivíduos pertencentes a pelo menos três dos quatro grupos eleitos. No entanto, para os mais de 120 nomes levantados nas *listas civil, militar e eclesiástica*, referentes às três comarcas pretendidas no estudo, encontramos apenas cinco inventários e testamentos. Então partimos para a tentativa de buscarmos pelas ditas identificações diretamente nos inventários e testamentos. Essa tentativa, por sua vez, mostrou-se impossível para o momento, haja vista o grande número de documentos disponíveis para pesquisa. Os cargos ocupados pelos inventariados e testadores, patentes militares que possuíam, ou as atividades que exerciam, nem sempre estão explicitados diretamente nesses documentos. Como a camada pretendida era uma minoria, a tentativa de leitura de toda essa massa documental para a identificação dos sujeitos pretendidos mostrou-se inviável.

sujeitos nomeados na *Lista dos Homens Ricos*. Esses nomes, que a princípio seriam os que nos levariam apenas à elite econômica, mostraram-se extremamente úteis para observarmos esses grupos da forma complexa que desejávamos, como veremos a seguir.

2.1 A Lista dos Homens Ricos⁸⁹

Em março de 1756, Diogo de Mendonça Corte-Real, secretário dos Domínios Ultramarinos, enviou à Capitania de Minas Gerais uma ordem pedindo que Domingos Pinheiro, provedor da fazenda, de forma “secreta e particularmente examine o número de homens de negócio e mineiros ricos que há nessas Minas...” (grifos nossos) e que remetesse rapidamente os nomes dos mesmos à Corte, juntamente com a descrição das cargas de fazenda que entravam nas Minas durante um ano. Essa ordem chegou à Capitania apenas quatro meses depois de a cidade de Lisboa ter sofrido, no dia 1º de novembro de 1755, dia de Todos os Santos, um descomunal terremoto seguido de um tsunami e um enorme incêndio que durou aproximadamente seis dias.

A família real, que estava em Belém, conseguiu escapar como que por um milagre; mas Lisboa, que era uma das cidades mais importantes da época, foi praticamente destruída nessa tragédia de proporções nunca vistas antes. Menos de 15% das casas lisboetas continuaram habitáveis após os eventos daquele início de novembro, e os habitantes de Minas, como súditos fiéis e parceiros da Coroa, sentiriam as consequências da necessidade de se criarem receitas extraordinárias para custear a reconstrução da sede da Corte.

Há, no Arquivo Histórico Ultramarino, documentação amplamente explorada por Almeida (2010), especialmente no capítulo V de seu livro, que registra como os camaristas das vilas mineiras receberam a notícia dessa tragédia e prontamente começaram, mesmo que a contragosto, a se mobilizar para encontrar formas de estabelecer contribuições para a reconstrução de Lisboa.⁹⁰ Assim, mesmo que não

⁸⁹ Uma transcrição dessa lista, organizada por ordem alfabética, por comarca e termos, se encontra no Anexo I.

⁹⁰ Diogo de Mendonça Corte-Real, na mesma carta, deu orientações para que a mesma ordem fosse transmitida à Casa de Fundição de Sabará, ao ouvidor de Serro Frio e ao intendente da Casa de Fundição de Goiás.

tenha ficado explícito o objetivo das listagens pedidas por Diogo de Mendonça Corte-Real, para Almeida (2010:167)

embora as câmaras municipais em Minas se dispusessem a contribuir para a reconstrução de Lisboa, é impossível não pensar que o objetivo da ordem vinda do reino para informar o movimento das mercadorias que entravam na região e listar secretamente os nomes dos homens mais ricos da capitania, não fosse sondar o terreno para definir que tipo de taxação extraordinária poderia ser mais adequada e eficaz de ser aplicada na região e quais as pessoas potencialmente mais abonadas para contribuir.

Tal como a autora supracitada, chamaremos a lista enviada por Domingos Pinheiro de *Lista dos Homens Ricos*.⁹¹ Na *Lista dos Homens Ricos* temos definidos 1061 nomes e os locais onde viviam. Além disso, para alguns nomes, identificaram as patentes e suas ocupações. As ocupações que aparecem estão basicamente divididas em *mineiro, negócio, roceiro*; mas aparecem também *adm. de contrato, loja de droguista, boticário, senhor de engenho, escrivão da câmara*, dentre alguns outros.

A escolha de partir dessa lista para buscarmos os sujeitos deste estudo justifica-se ainda pelo já exposto fato de que as elites coloniais eram, antes de qualquer coisa, elites econômicas. A abastança abria portas que, por sua vez, levavam a mais riquezas. Foi pela via econômica, uma peculiaridade das terras coloniais, que muitos dos sujeitos desta pesquisa alcançaram seus postos, seus títulos e seus lugares de destaque na sociedade mineira setecentista, como veremos.

Achamos por bem utilizar apenas sujeitos listados para os quais encontrássemos inventários e testamentos,⁹² concomitantemente. Ambos os documentos, como mostrado na introdução,⁹³ são fundamentais, cada um à sua medida, para acessarmos informações que nos ajudarão a responder as questões propostas no presente trabalho.

⁹¹ Essa nomenclatura foi dada por Almeida. Em seu livro (2010), ela investiga o perfil, principalmente econômico, dos indivíduos que a compõem. Além disso, busca analisar as origens e inserções políticas e sociais desses sujeitos nas Minas setecentistas. AHU, cx: 70; doc.: 40 (carta) 24/07/1756.

⁹² Após procurarmos os inventários e testamentos desses sujeitos de maneira separada nos arquivos, por termos encontrado apenas dois testamentos que não estavam trasladados nos inventários e estarem estes em péssimas condições de leitura, optamos por selecionar como sujeitos da pesquisa aqueles que tinham o testamento trasladado no inventário. Dessa forma, escolhemos apenas aqueles que tinham uma cópia do testamento anexado ao seu processo de inventário.

⁹³ Sobre as fontes eleitas, ver Introdução.

O objetivo deste momento do texto é caracterizar os sujeitos eleitos para esta pesquisa, observando as regularidades e as peculiaridades desse grupo com relação ao que a historiografia tem entendido por elites, para o período, bem como o que tem sido observado para a sociedade mineira como um todo, já que temos a pretensão de analisá-los não de maneira isolada, mas nas suas relações e dinâmicas sociais. Nesse sentido, buscamos elaborar um quadro que nos ajude a perceber os movimentos feitos por esses sujeitos, membros das elites locais, em busca de distinção social, ou seja, quais as estratégias empreendidas por esses sujeitos que os alçavam e/ou os mantinham nesse patamar de destaque social. Deve-se ressaltar que esse mesmo patamar de destaque contribuía para dar a esses indivíduos mais acesso a privilégios que fortaleciam ainda mais sua posição social. Em resumo, intencionamos compreender, especialmente, como os capitais econômicos e simbólicos são acionados nessa busca.⁹⁴

Dentre os nomes da *Lista dos Homens Ricos*, encontramos 78 indivíduos a cujos inventários e testamentos trasladados tivemos acesso. Diferentemente da estratégia utilizada por Almeida (2010:169), que procurou os nomes dos homens ricos apenas nos arquivos que correspondiam à localidade indicada como morada dos indivíduos na lista supracitada, nós, após descartarmos os nomes referentes à Comarca do Serro Frio, verificamos todos os nomes restantes em quatro arquivos das três comarcas.⁹⁵ A ideia foi ampliar a possibilidade de verificar possíveis fluxos migratórios.

Assim, observamos que 23% dos inventários da Comarca do Rio das Mortes são de indivíduos identificados, na *Lista dos Homens Ricos*, como moradores das comarcas de Vila Rica (19%) e Rio das Velhas (4%). Para a Comarca do Rio das Velhas, 13% dos inventários eram de sujeitos que foram descritos como moradores

⁹⁴ Para este momento do estudo, destacamos as abordagens utilizadas nos seguintes trabalhos: Monteiro, Nuno Gonçalo, *Elites e Poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais – ICS-UL, 2003, pp. 37–82; Rodrigues, Aldair Carlos. *Sociedade e Inquisição em Minas colonial: Os Familiares do Santo Ofício (1711–1808)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007. Tais trabalhos nos ajudaram nas análises acerca da relação entre mobilidade social, capital econômico e capital simbólico, já que ambos os historiadores lançam mão da teoria dos capitais do sociólogo francês Pierre Bourdieu, que adotaremos como aporte teórico conceitual para as diversas análises ao longo deste trabalho.

⁹⁵ A saber: Arquivo do IPHAN de São João Del Rei – referente à Comarca do Rio das Mortes; Museu do Ouro/Casa Borba Gato – referente à Comarca do Rio das Velhas; Casa do Pilar e Casa Setecentista de Mariana – referente à Comarca de Vila Rica.

das comarcas de Rio das Mortes (4%) e Vila Rica (9%). Não conseguimos, pela documentação utilizada, indicar com certeza o período em que ocorreram essas migrações. No entanto, conseguimos ter acesso às datas dos inventários daqueles que migraram e pudemos observar que, de Vila Rica, comarca para qual encontramos um maior número de indivíduos que migraram, apenas um documento data do final da década de 1750; todos os outros são posteriores à década de 1770. Levando-se em conta essas datas, não nos parece errado supor que a queda na produção aurífera (queda que se inicia na década de 1750, mas que terá seus efeitos mais fortemente sentidos a partir da década de 1770) tenha contribuído para que esses sujeitos buscassem outras regiões com melhores oportunidades de enriquecimento. Outro ponto importante e que pode ser um reforço para tal teoria é o fato de que a Comarca de Vila Rica, na nossa amostragem, não recebeu nenhuma migração no período avaliado.

Um estudo mais aprofundado sobre o tema necessita ser feito; entretanto, podemos inferir que o fluxo migratório para o período, entre esses homens ricos, não era tão intenso. Apesar de este não ter sido o objetivo deste trabalho, apontamos que as posses, cargos, posições e relações sociais privilegiadas desses sujeitos certamente são questões que precisam ser levadas em conta em análises mais detidas, pois podem ter contribuído para uma possível maior fixação desses indivíduos. Tal confirmação, no entanto, continua em aberto.

Vale salientar ainda que, ao buscarmos os inventários e os testamentos de forma separada, em nenhum caso encontramos esses documentos, referentes ao mesmo indivíduo, em arquivos diferentes. Há que se levar em conta, como exposto acima, que na maioria dos inventários encontrados havia a presença do traslado do testamento, e, para muitos desses casos, essa foi a única possibilidade de termos contato com tais documentos.

Dividindo os homens ricos encontrados para as comarcas estudadas, temos a seguinte situação:

Tabela 1 – Homens ricos analisados na pesquisa por comarca.

Comarca	CRM*	CRV**	CVR***	Total
Nº de sujeitos	26	24	28	78

*CRM= Comarca do Rio das Mortes; **CRV=Comarca do Rio das Velhas; ***CVR=Comarca de Vila Rica.

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

2.2 As fortunas dos *Homens Ricos* – Monte-mores, cativos e tendências econômicas

De acordo com o que tratamos acima, no que tange à sociedade colonial, a posse de bens e cativos era uma das mais eficientes formas de distinção na sociedade colonial. Os súditos abastados eram vistos como fundamentais parceiros para inclusive financiar muitos dos projetos da Coroa, e, em território ultramarino, muitas vezes a propriedade de grandes fortunas por si só já era, de certa forma, nobilitante.

Por essa lista ser referente a um determinado ano, do início da segunda metade do século XVIII, combinamos a informação dada pela lista com outra metodologia de classificação, após a identificação dos inventários desses sujeitos. Tal metodologia mostrou-se importante ao buscarmos instrumentos para minimizar as chances de cometermos o equívoco de identificar algum desses sujeitos como abastados, sem que o fossem. Essa preocupação surgiu por trabalharmos com uma documentação referente a mais de 50 anos. Desse modo, levando-se em conta que esses sujeitos poderiam não ter vivido boa parte de suas vidas como abastados, caso tivessem perdido suas fortunas logo após a elaboração da lista, esses dados precisavam ser verificados de outras formas.

Essa metodologia de classificação foi utilizada por nós na ocasião do mestrado; baseia-se em estudos da História demográfica e econômica e tem se mostrado bastante frutífera para indicação de padrões de riqueza⁹⁶ para o período. A intenção do presente estudo não é fazer, propriamente, uma análise das fortunas desses sujeitos. Propomo-nos apenas a trazer alguns pontos mais gerais das características dessas riquezas, bem como observar como essa fortuna era distribuída no grupo,

⁹⁶ São exemplos de autores que trabalham com padrões de riquezas: Karina Paranhos, Ângelo Alves Carrara e Carla Carvalho de Almeida.

comparando-se, em alguma medida, com outros estudos que abordam o mesmo período,⁹⁷ importantes para entendermos o comportamento econômico/social desses indivíduos.

No inventário, o monte-mor representa o valor monetário total dos bens de família acumulado pelo sujeito ao longo da vida. Após a retirada da terça parte – parte dos bens que o testamenteiro podia dispor como quisesse e pagas as dívidas –, o que sobrava do monte-mor era o valor distribuído na divisão de bens, determinada de acordo com as *Ordenações Filipinas*, entre os herdeiros do inventariado. Vale observar que, embora, na partilha, o legatário recebesse a herança em bem material e não em moeda, para se chegar ao valor do monte-mor, todo bem material pertencente ao inventariado era previamente avaliado, de acordo com o mercado, e seus preços eram adicionados ao valor do restante das posses do indivíduo.⁹⁸

Assim sendo, o monte-mor aparece nos inventários em valores da moeda da época, réis,⁹⁹ e não em bens materiais. Porém, para permitir a comparação com a historiografia já consagrada sobre o tema, foi necessário adotar os valores das fortunas em libras. Usamos a referência feita por Mircea Buescu (1973), amplamente utilizada pela historiografia econômica nesse tipo de análise, para fazer a conversão de réis para libras na razão de 3.555 réis por libra esterlina-ouro.

Almeida (2010:172) estabeleceu uma medida para demonstrar, entre os sujeitos de sua pesquisa, aquele que era considerado rico na sociedade mineira do século XVIII, por meio dos valores de monte-mor encontrados nos inventários e testamentos por ela analisados em comparação com uma avaliação feita pelo ouvidor do Serro Frio,¹⁰⁰ também em resposta àquela ordem do secretário dos Domínios

⁹⁷ Almeida (2010); Osório (1999), Fragoso (1992) e Mattoso (1992).

⁹⁸ Sobre os legados dos Homens Ricos, ver Capítulo 3 desta tese.

⁹⁹ A moeda adotada no período era o real (plural: réis). Um conto de réis referia-se, na linguagem comum da época, a um milhão de réis. Um cruzado, por sua vez, valia quatrocentos réis. A notação em algarismos de um conto de réis dava-se da seguinte forma: 1:000\$000. Nesse sentido, podemos ler o valor 9:340\$503 (média geral do monte-mor encontrado para os Homens Ricos desta pesquisa, como veremos abaixo) como "nove contos, trezentos e quarenta mil, quinhentos e três réis". Sobre o assunto, ver Souza (2015:62).

¹⁰⁰ João Evangelista Sarmiento, ouvidor da Comarca do Serro Frio, também responde à solicitação do Secretário do Estado e elabora a sua lista de homens abastados da comarca (AHU/RJ – cx. 84, doc. 19524). Esta, por sua vez, era mais concisa e mais detalhada. Abarcava 177 nomes separados por comarca, com a estimativa do valor de suas riquezas, em cruzados. Além dessas informações, o ouvidor escreveu ainda um pequeno texto indicando a idade, estado civil e situação financeira da pessoa. Para maiores informações sobre essa lista, ver Almeida (2010:168).

Ultramarinos, para o mesmo período, e encontrou os seguintes valores expressos na tabela 2 abaixo:

Tabela 2 - Comparação entre a fortuna média (em libras) dos homens ricos listados pelo ouvidor do Serro Frio e nos inventários e testamentos dos homens ricos, por comarca.

Listagem do ouvidor do Serro Frio (1)			Inventários e testamentos (2)		
Geral	CVR	CRM	Geral	CVR	CRM
9.563,000	9.367,089	9.113,924	4.190,003	3.520,458	5.802,998

Fonte: *Tabela 42* de Almeida, 2010:172. (1) AHU/RJ - cx. 84, doc. 19524. (2) Inventários e testamentos da CSM, CPOP e MR-SJDR.

Fizemos o mesmo movimento e observamos, para os homens ricos trabalhados neste estudo, os seguintes valores da média de monte-mor geral e por comarca:

Tabela 3 - Médias do monte-mor dos homens ricos desta pesquisa.

Comarcas	Geral	CRM	CRV	CVR
Valor em réis	9:142\$488	12:421\$851	9:096\$258	5:909\$354
Valor em libras	2.571,73	3.494,19	2.558,72	1.662,27

Fonte: Banco de dados desta pesquisa.

A média dos valores de monte-mor encontrados por nós mostrou-se bem mais baixa que as encontradas nos inventários e testamentos de Almeida, e com uma diferença ainda maior para a Listagem do ouvidor João Evangelista. Para entendermos as diferenças de valores que a autora observou entre os inventários e testamentos por ela pesquisados e a Listagem do ouvidor, expostos na tabela 2, há que se levar em conta dois fatores importantes: primeiro, a lista registra um ciclo de preponderância na mineração, e, com a produção aurífera em alta, as fortunas tendiam a ser maiores. Segundo, a listagem traz uma fase de maior rendimento da vida dos homens ricos, momento em que estavam em plena produção, enquanto as outras fontes – inventários e testamentos – tratam de um momento em que a tendência é que esses indivíduos estivessem em uma decadência de produção, já que enfoca os estágios finais de suas vidas, o que por si só seria capaz de trazer uma diferença significativa entre os valores.

Além desses dois fatores, chama ainda a atenção o fato de a listagem do ouvidor João Evangelista trabalhar com possíveis imprecisões, bem como a pouca representatividade dos dados levantados.¹⁰¹

No que diz respeito à diferença encontrada entre nossa pesquisa e a da autora supracitada, aventamos que uma hipótese para essa diversidade pode ser a metodologia de coleta desses valores. Optamos por coletar os valores que eram explicitados nos inventários, não incluímos eventuais bens distintos e declarados apenas nos testamentos. Também não somamos os bens dos inventários para verificar o valor declarado do monte-mor. Almeida não explicita qual a metodologia por ela utilizada. Não podemos afirmar se a autora apenas citou os dados expostos ou se calculou de acordo com os bens declarados; se contou apenas os bens declarados nos inventários ou somou com os possíveis bens presentes apenas nos testamentos. Provavelmente tenha sido algo próximo dessa última opção, já que autora declara inventários e testamentos” como fonte para a sua tabela. Assim sendo, precisamos levar em conta a possibilidade de que a diferença nos valores médios tenha se dado por essa divergência na metodologia.

Ambos os estudos, apesar de trabalharem com a *Lista dos Homens Ricos*, apresentam metodologias diferentes de escolha dos sujeitos, tanto com relação ao recorte cronológico quanto aos tipos de fontes a serem utilizadas. Todas essas particularidades podem ser responsáveis pelas diferenças de valores aqui encontradas. No entanto, nesse caso, mais interessante é a observação de padrões semelhantes encontrados por um e pelo outro trabalho, apesar das diferenças dos valores. Isso nos faz inferir, portanto, que esses pontos de convergência entre os dois estudos podem sinalizar uma forte característica para essa camada social nas Minas setecentistas.

¹⁰¹ De acordo com Almeida (2010:168), na Listagem de João Evangelista, ouvidor da Comarca do Serro Frio, há 177 nomes listados referentes a toda a Capitania. Além dos nomes, que estão separados por comarca, o ouvidor traz um valor estimado da fortuna e um pequeno texto que contém idade, estado civil e situação financeira. A autora aponta ainda que a grande diferença entre a quantidade de nomes que identificam os homens ricos da capitania (1061 contra 177) revela diferenças nos critérios adotados por essas autoridades para a elaboração de tais listas. E tal disparidade pode ser que seja em parte explicada pela opção do ouvidor do Serro Frio de listar os abastados que “vivem sem opressão, nem empenhos, e com o cabedal declarado, e suposto nesta comarca haja mais pessoa que tenham nela fabrica de escravos e roças, como vivem em empenho, não vão compreendidos na lista” (AHU/RJ - cx. 84, doc.19524). Outra hipótese para tal disparidade entre as listas, apontada por Almeida, é a possibilidade de que os conhecimentos de João Evangelista sobre o restante da capitania fossem reduzidos, limitando-o quanto à capacidade de identificar uma camada mais ampla de indivíduos abastados.

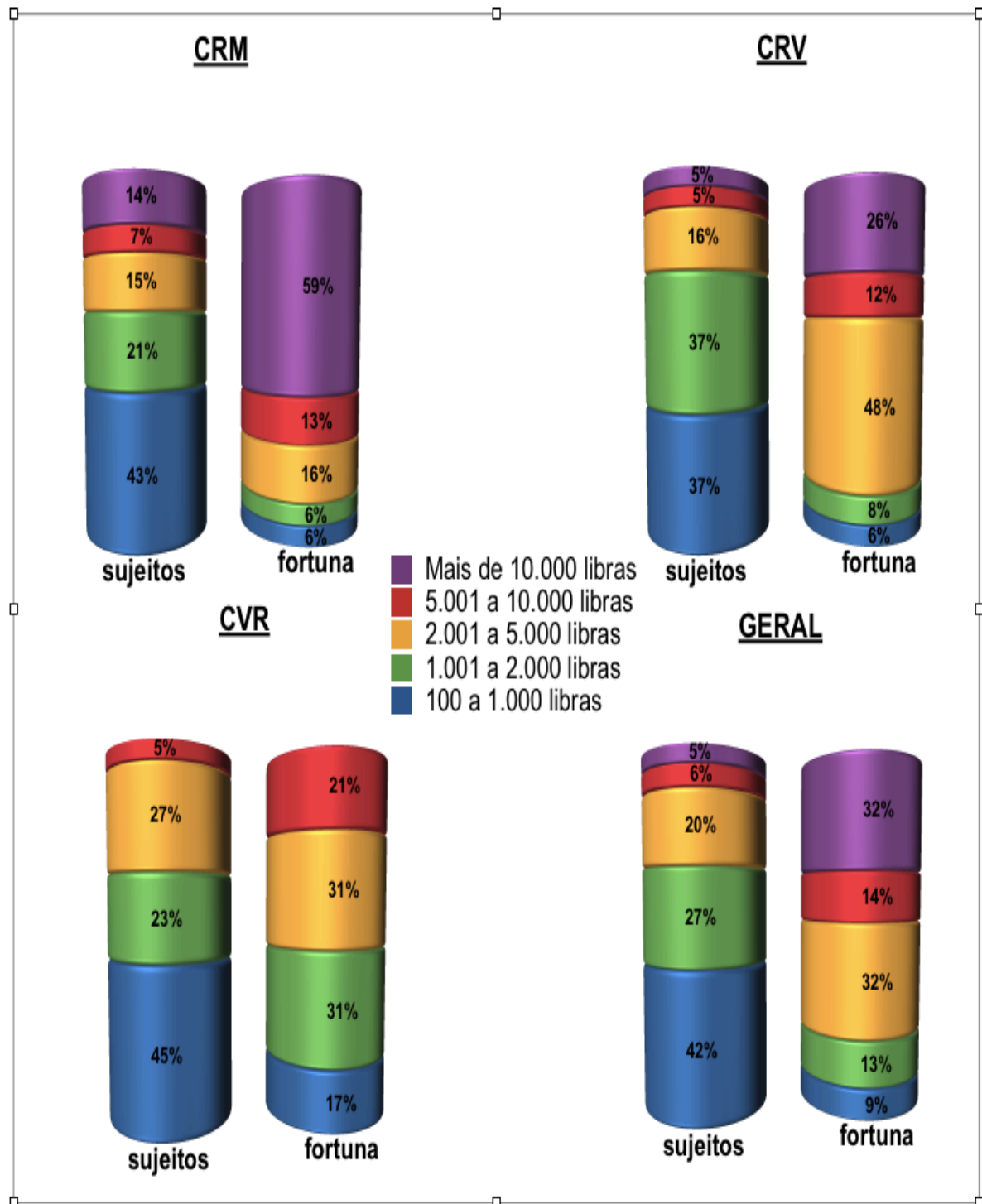
Em que pesem tais distinções, um dos padrões que ficou visível com relação às análises econômicas é a constatação de que a fortuna média dos moradores da Comarca do Rio das Mortes era maior que a dos habitantes da Comarca de Vila Rica. Para o presente trabalho, observamos ainda que a Comarca do Rio das Mortes possui a maior média de monte-mor entre as três analisadas, sendo maior até mesmo que a fortuna média da Comarca do Rio das Velhas, comarca abordada apenas neste estudo, como vemos na Tabela 3.

A distribuição de riqueza nas sociedades também foi analisada pelos estudos de Fragoso, Osório e Almeida. Ao buscarem delinear traços mais gerais das estruturas econômicas vigentes nos seus espaços de análises,¹⁰² esses autores demonstram que tais organizações econômicas tocam em um ponto comum. Apesar de haver importantes diferenças entre essas sociedades e suas economias, esses estudos destacam que as estruturas, no geral, são baseadas em uma pequena circulação monetária, prática produtiva extensiva e fortes mecanismos de acumulação mercantil.

Tendo tais trabalhos como inspiração, elaboramos uma hierarquia de fortunas a partir dos dados dos inventários *post-mortem* dos homens ricos. Essa hierarquização possibilita-nos analisar a distribuição de riquezas no grupo por nós estudado. Vejamos no gráfico 1 como se dava a distribuição das fortunas por faixa de riqueza nas comarcas abordadas por este estudo:

¹⁰² Fragoso (1992) analisou o Rio de Janeiro entre 1790 e 1830; Osório (1999), Rio Grande de São Pedro, entre 1737 e 1822; e Almeida (2010), as comarcas do Rio das Mortes e Vila Rica, entre 1750 e 1822.

Gráfico 1 - Comparação da concentração de fortuna por quantidade de sujeitos nas comarcas e no geral(1750–1809).



Fonte: Inventários desta pesquisa.

Os dados expostos no Gráfico 1 demonstram que, para o total das comarcas analisadas, 32% de todo o valor encontrado, somando-se as fortunas dos sujeitos, se concentram entre as fortunas superiores a 10 mil libras. Essas quantias reúnem-se nas mãos de apenas 5% dos homens ricos, e essa proporção se verifica para as demais faixas de riqueza e comarcas. Assim, através desse gráfico podemos visualizar a concentração de riqueza entre os homens ricos, percebendo com clareza que a maior parte das fortunas se encontrava com um menor número de sujeitos.

Se mais da metade da fortuna dos homens ricos da Comarca do Rio das Mortes se concentrava entre as fortunas superiores a 10 mil libras (59%), ao observarmos o gráfico destaca-se a baixa porcentagem de sujeitos que possuíam fortunas acima de 10 mil, sendo 14% para a Comarca do Rio das Mortes. Nesse sentido, verificamos que 5% dos sujeitos da Comarca do Rio das Velhas e nenhum da Comarca de Vila Rica estavam entre aqueles que possuíam as maiores fortunas. No geral, apenas 5% dos sujeitos escolhidos para este estudo possuíam mais de 10 mil libras.

Conseguimos perceber ainda que, para a Comarca do Rio das Velhas, a maior parte do dinheiro se aglutina nas fortunas da faixa intermediária, entre 2.001 e 5.000 libras, que por sua vez está nas mãos de apenas 16% dos sujeitos analisados nessa comarca. A maior parte dos homens ricos do Rio das Velhas possuía fortunas entre 100 e 2.000 libras (74%).

No caso da Comarca de Vila Rica, o que chama a atenção nos dados são as porcentagens mais uniformemente distribuídas entre as faixas de riqueza. No entanto, apesar de esta ser a comarca que apresenta a mais igualitária distribuição das fortunas entre os homens ricos, não podemos perder de vista o alto índice de sujeitos possuidores da menor faixa de riqueza.

A maior fortuna encontrada entre os sujeitos do presente estudo pertencia a Antônio de Freitas.¹⁰³ Português, natural de Lisboa, solteiro e sem filhos reconhecidos ou declarados, este negociante da Vila de São João Del Rei tem seu inventário iniciado no mesmo ano em que a *Lista dos Homens Ricos* foi elaborada, 1756. Seu

¹⁰³ IPHAN/SJDR - I(R-19/94).

monte-mor apresenta-se com uma quantia de 16.886,113 libras, ou 60:030\$131 réis.¹⁰⁴

Além de Antônio de Freitas, duas outras fortunas que vale destacar são as do mineiro morador de Raposos, Comarca do Rio das Velhas, Alexandre de Oliveira Braga, de 12.706,49 libras ou 45:171\$571 réis; e a do roceiro Manuel Ferreira Pereira, morador da Vila de São João Del Rei, de 12.166,76 libras ou 43:252\$833 réis.¹⁰⁵ Cabe ressaltar ainda a ausência de indivíduos com fortunas superiores a 10 mil libras na Comarca de Vila Rica. Nesta comarca, a maior fortuna aparece na casa das 6.800 libras, pouco mais de 24:000\$00 réis, e pertence ao mineiro Capitão Antônio João Bellas. Podemos inferir, mais a título de sugestão do que de afirmação categórica, que a ausência de fortunas acima de 10 mil libras para a Comarca de Vila Rica se justifica pois, para o período abordado, temos o início de uma mudança no movimento da economia das Minas¹⁰⁶ que pode ser verificada por meio desta análise de fortunas: a migração para uma economia mais voltada para o plantio e o comércio devido à crise da mineração. Contudo, há que se realizar estudos mais aprofundados para se chegar a tal conclusão.

Como vimos, o percentual de homens ricos que possuíam uma fortuna maior que 10 mil libras é baixo no geral das três comarcas, apenas 5%. Porém, se compararmos com uma amostragem que não traz o recorte nas camadas mais abastadas que a nossa amostragem traz, ou seja, quando comparamos com amostragens que tratam das populações em geral, percebemos que tais proporções não são tão baixas assim. Nos estudos de Almeida (2010) para Minas, Fragoso (1992) para o Rio de Janeiro e Osório (1999) para o Rio Grande do Sul, temos os seguintes números para períodos relativamente próximos ao aqui abordado.

¹⁰⁴ A Comarca do Rio das Mortes, como observamos nas tabelas 2 e 3 e no gráfico 1, é tanto a comarca com a maior média de monte-mores obtidos no presente estudo e no estudo de Almeida (2010), quanto a que apresenta a maior porcentagem de pessoas com fortunas acima de 10.000 libras.

¹⁰⁵ CBG-CSO VXIII / CSO-I (33) 266 e IPHAN/SJDR - I (C-22).

¹⁰⁶ Ver Introdução desta tese.

Tabela 4 - Comparação entre o percentual de inventários com patrimônio acima de 5 mil libras no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais/população em geral e Minas Gerais/homens ricos.¹⁰⁷

FAIXA	RJ (1810-1825)	RS (1765-1825)	MG/PG (1750 - 1822)	MG/HR (1750 -1809)
> 5.000	14,4%	5,2%	2,4%	11%
> 10.000	6,3%	2,0%	0,3%	5%

Fonte: Tabela 4 de Almeida (2010:143) e banco de dados da pesquisa atual.

Observamos na tabela acima que a porcentagem de inventários com fortunas superiores a 5 mil libras para a população como um todo nas duas comarcas estudadas por Almeida (2010) aparece muito inferior aos números apresentados para o Rio de Janeiro e para o Rio Grande do Sul, embora ela tenha aqui se mostrado ainda maior do que a que foi observada por nós para a Comarca do Rio das Velhas. Em nosso trabalho desenvolvido anteriormente,¹⁰⁸ ao analisarmos os inventários referentes à segunda metade do século XVIII na dita comarca, pudemos observar que apenas 0,9% dos inventários possuíam fortunas acima de 5 mil libras, e apenas 0,4% possuía fortuna acima de 10 mil libras.

Apesar de Minas Gerais ter certa reputação de riqueza graças à descoberta do ouro anos antes, o que Almeida (2010) demonstra com tais dados é que o número de inventários que traziam fortunas mais significativas era muito menor do que se esperava. Se passarmos o foco da população em geral para a camada dos homens ricos, há um aumento significativo de inventários com fortunas maiores, apesar de ser ainda um índice baixo. A autora afirma que esses baixos números, surpreendentes para a historiografia até então, podem indicar que a exuberância gerada pelo ouro era mais uma elaboração idealizada dessa economia do que a realidade vivida nas Minas.

¹⁰⁷ Esclarecemos que estão incluídas as fortunas acima de 10 mil libras nas identificadas como acima de 5 mil libras. Assim, se quisermos observar a porcentagem de fortunas maiores que 5 mil, mas menores que 10 mil, precisamos subtrair a porcentagem da última na primeira. Logo, para MG/HR (1750–1809), a porcentagem das fortunas maiores que 5 mil e menores que 10 mil libras é de 6% (11% – 5%).

¹⁰⁸ Gorgulho (2011:37). Vale salientar que em nossa dissertação trabalhamos com os valores em réis, e estes foram aqui convertidos em libras, nos mesmos moldes já explicitados acima, para as comparações que ora fazemos.

Muito foi dito sobre a miséria mineira pós-mineração; no entanto, há que se atentar para a pobreza existente nessas terras ainda no auge mineirador¹⁰⁹ ou, pelo menos, em um período em que os efeitos da crise não podem ser ainda sentidos.

A Minas mineradora, segundo Mello e Souza (1982:35), era uma sociedade pobre. Apesar de ali haver homens muito ricos, o que predominava era a pobreza da população. A ideia de opulência, de luxo, mostra-se como a imposição ideológica que venceu. Comparando os trabalhos desses autores supracitados, corroborados pelos dados por nós encontrados, tanto neste quanto em trabalho anterior, reforçamos o entendimento de que a sociedade mineira setecentista era uma sociedade profundamente desigual, na qual a minoria da população tinha muito, e a maioria tinha muito pouco.

O monte-mor, como demonstrado, pode ser um importante indicador da fortuna pessoal. No entanto, a fim de melhor caracterizar esses sujeitos como homens que possuíam distinção perante os demais daquelas sociedades, além do valor de monte-mor como indicador, utilizamos ainda o número de escravizados pertencentes a esses indivíduos. O bem mais importante no patrimônio dos moradores das Minas setecentistas eram, em primeiro lugar, os escravizados. Estes sempre tiveram um peso significativo nas fortunas dos inventariantes, apesar de terem diminuído a sua importância após a década de 1780, como verificou Almeida (2010:131). Contudo, mantiveram-se entre o primeiro e o segundo lugares dos ativos das fortunas, ao menos para as comarcas do Rio das Mortes e de Vila Rica.

Alguns dos historiadores que estudam os padrões de riqueza para a América Portuguesa no século XVIII, como Karina Paranhos (2009), Ângelo Alves Carrara (2000) e a própria Almeida (2010), consideram que a riqueza está ligada à acumulação de um vasto patrimônio. No entanto, eles vão além: mais do que um grande cabedal, a posse em quantidade de determinados bens era essencial para configuração de riqueza. Paranhos (2009) traduz tal afirmação dizendo que possuir escravizados nas sociedades mineiras do período colonial tinha mais valor do que possuir roupas ou ferramentas, por exemplo.

A posse de cativos era considerada um elemento de distinção social e signo de poder. De acordo com Santos, ao estudar a concentração de riqueza e estrutura

¹⁰⁹ Sobre o tema, ver Frieiro (1957:164).

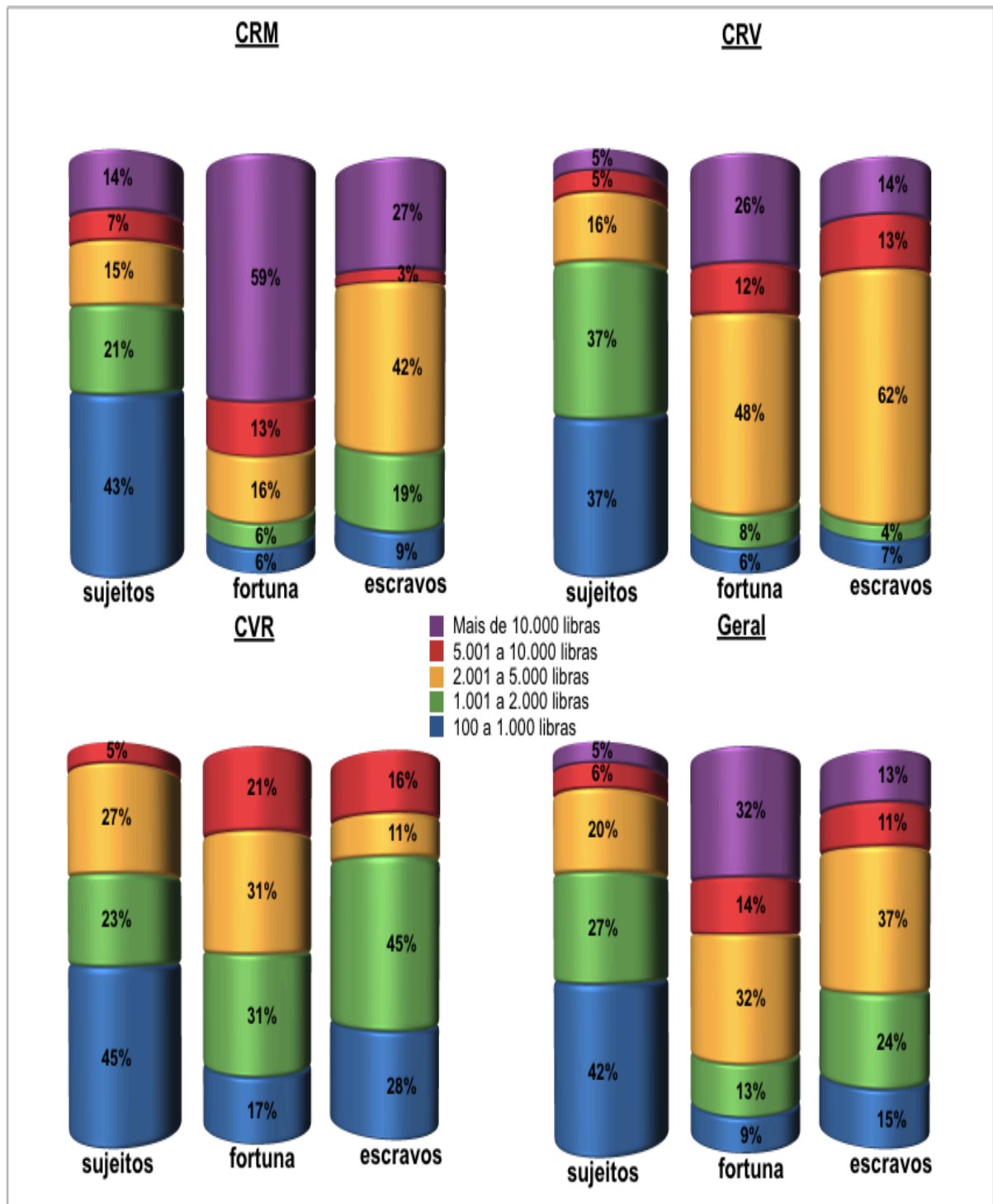
fundiária da Comarca do Rio das Velhas no século XVIII, “a propriedade de pessoas na sociedade em foco transcendia a dimensão do investimento econômico, de força de trabalho; era um elemento de distinção, capaz de conferir *status* ao seu possuidor.” (2010:3). Laura de Mello e Souza (1982) é outra importante autora que corrobora com essa ideia, afirmando que os poucos homens afortunados nas Minas setecentistas eram definidos pela posse de numerosos cativos.¹¹⁰

Entre os sujeitos aqui estudados, não encontramos nenhum que declarasse não possuir escravizados. No entanto, em alguns poucos casos, não conseguimos estipular a quantidade possuída.¹¹¹ Se levarmos em conta as médias dos valores de monte-mor e as posses de escravizados, podemos inferir que os sujeitos identificados como homens ricos na década de 1750, em certa medida, conseguiram conservar esse *status* até suas mortes. Isso, por sua vez, leva-nos a aventar a possibilidade de entender que as estratégias para tal manutenção tenham sido bastante eficazes. No Gráfico 2, podemos ver como o plantel de cativos está distribuído nos inventários em comparação à distribuição de riqueza.

¹¹⁰ Sobre escravidão nas Minas, ver também: Botelho e Reis (2001), Paiva (2001) e Venâncio (1995, 2000).

¹¹¹ Os dois inventários cuja identificação da quantidade de cativos não conseguimos fazer foram excluídos da contagem para se fazer a média.

Gráfico 2 - Plantel de cativos comparado com a distribuição de riqueza (1750–1809).



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Para a Comarca do Rio das Mortes, o gráfico acima nos mostra que a faixa abastada dos sujeitos (acima de 10 mil libras) não corresponde à faixa em que se encontrava a maior parte dos cativos dessa comarca. Estes estavam em maior número na camada mediana de faixa de riqueza, que abrange os homens ricos que possuíam fortunas entre 2.001 e 5.000 libras de monte-mor (42%). Ainda assim, podemos afirmar que os donos das maiores fortunas eram grandes possuidores de cativos. Outro ponto que vale destacar é que as menores porcentagens de escravos para essa comarca se encontravam entre a camada de 5.001 a 10.000 libras (3%) e a faixa mais baixa de riqueza (9%).

Para a Comarca do Rio das Velhas, observamos uma semelhança com relação à comarca anterior. Os afortunados que mais possuíam escravos eram os das faixas intermediárias de riqueza, isto é, aqueles que se encontravam com o monte-mor entre 2.001 a 5.000 libras. Em números, observamos que, nessa faixa de riqueza, 62% dos escravos pertenciam aos 16% dos indivíduos que eram detentores de 48% das fortunas. Interessante percebermos o baixo percentual de cativos nas camadas de menor riqueza dessa comarca. As menores concentrações de escravos entre as faixas de riquezas se encontravam entre as duas mais baixas. Os sujeitos que possuíam entre 100 e 1.000 libras de monte-mor eram detentores de 7% dos escravos listados nos inventários dos homens ricos. Já os que possuíam entre 1.001 e 2.000 libras detinham 4% desses escravos. Em contrapartida, 90% dos escravizados pertenciam a apenas 26% dos homens ricos, que, por sua vez, detinham também 86% da fortuna nesse universo considerado.

Já a Comarca de Vila Rica se distancia dessas comarcas em alguns aspectos. De acordo com o gráfico 2, aproximadamente 28% dos cativos se encontravam na camada de riqueza mais baixa. Essa constatação é interessante pois, ao compararmos com as comarcas anteriores, constatamos um percentual consideravelmente maior do que as porcentagens de cativos para essa faixa de riqueza (9% e 7%). Além disso, nessa comarca observamos que a distribuição de escravizados, assim como a das fortunas, era, de certa forma, mais equilibrada, não havendo uma grande concentração de cativos em uma só faixa de riqueza.

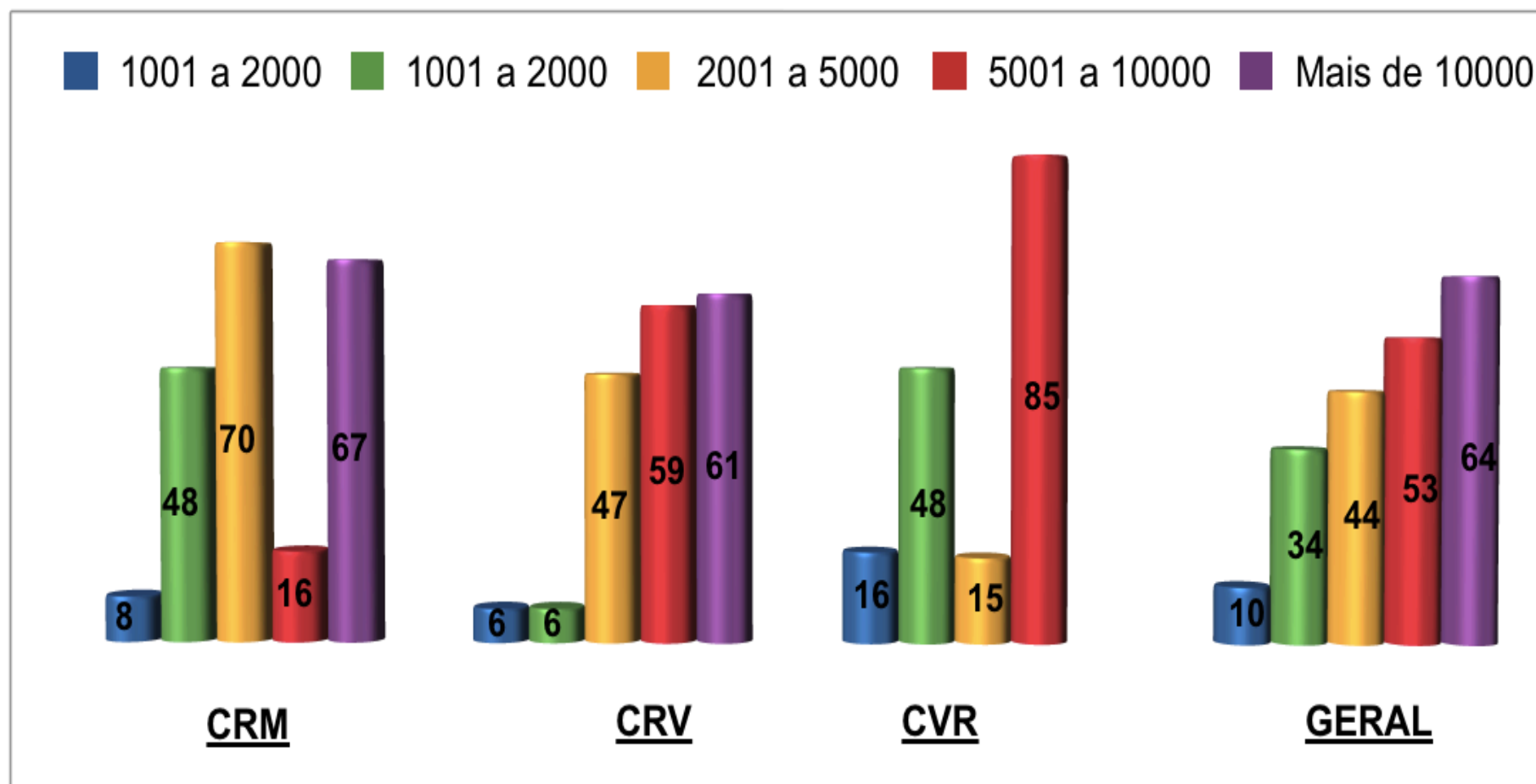
Esses dados aproximam-se da pesquisa realizada por Francisco Vidal Luna (1986) que, por meio das análises das Listas Nominativas, demonstra que 82,30% dos proprietários de Vila Rica, em 1804, tinham cinco escravos ou menos. Há um

relativo consenso na historiografia sobre o período¹¹² de que Vila Rica era, entre a segunda metade do XVII e início do XIX, predominantemente urbana, e por esse motivo sobressaíam os pequenos plantéis, já que os médios e grandes eram geralmente empregados em atividades rurais.

A média de plantéis por faixa de riqueza observada no próximo gráfico ajuda-nos a perceber que, apesar das peculiaridades regionais, as camadas de riqueza mais baixas no geral eram as que menos possuíam escravos.

¹¹² Ver: Carrara (2000), Paranhos (2009) e Almeida (2010).

Gráfico 3 - Média de cativos por faixa de riqueza por comarca (1750–1809).



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Como pudemos observar no gráfico 3, os homens ricos possuíam plantéis variados, apesar de a média ser relativamente alta, sendo 1 o menor número de escravizados encontrado em um plantel, e 117, o maior. Esses são dois casos de extremos opostos dos plantéis expostos acima.

Com apenas um escravo, temos Domingo da Costa Viana,¹¹³ natural do Arcebispado de Braga, morador de Paracatu, Comarca do Rio das Velhas, onde tinha uma loja de fazenda. Não possuía roças ou terras minerais e morreu em 1759 com uma fortuna equivalente a pouco mais de mil libras. Como todo homem rico, não se afasta das características apresentadas acima. Em seu testamento, declara, além do cativo descrito no inventário, mais um que deixa *quartado*; provavelmente esses escravos eram suficientes para lhe dar *status*, uma boa ajuda no trato de sua loja e o que mais lhe provesse.

No outro extremo temos o já citado Manuel Ferreira Pereira,¹¹⁴ roceiro na Comarca do Rio das Mortes, que possuía 117 escravos e morreu com um monte-mor de mais de 12 mil libras. Parecia ser um grande fazendeiro, pois entre seus bens aparecem diversas e variadas ferramentas para trabalhos ligados à terra e produção de açúcar, milho, feijão e cachaça. Possuía ainda muitos animais de rebanho, como porcos, cavalos, bois e bois de carro, além de toda uma infraestrutura para o beneficiamento de suas colheitas.

Através da análise da média de plantel de cativos, podemos perceber ainda a constatação de um movimento interessante, apontado por Carrara (1997), Luna (1986) e Almeida (2010), os quais verificaram um aumento expressivo da população livre nesse período na Capitania de Minas, diminuindo-se, assim, a porcentagem de escravizados, porém não em números absolutos. Esses dados apontam para uma certa migração do trabalho escravo para a utilização de mão de obra familiar e, portanto, negócios menores.

É possível ainda que esse movimento, que provavelmente em uma região mais urbanizada tenha causado um maior impacto, seja o responsável por ser a Comarca de Vila Rica a única comarca em que não tivemos registros de fortunas acima de 10

¹¹³ CBG-CSO XVIII / CSO-I (20) 184.

¹¹⁴ IPHAN/SJDR – I (C-22). Ver nota 33.

mil libras. Observemos a média do plantel de cativos para cada comarca, relacionando-a com a média de monte-mor.

Tabela 5 - Média do plantel de cativos por comarca e geral.

COMARCAS	GERAL	CRM	CRV	CVR
Média do plantel	30	36	28	27
Média de Monte-Mor em libras	2.571,73	3.494,19	2.558,72	1.662,27

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Um primeiro apontamento que pode ser feito sobre os dados da tabela acima é a relação direta existente entre as médias de monte-mor com os plantéis de cativos. Nessa ordem, as comarcas do Rio das Mortes, Rio das Velhas e Vila Rica apresentam os valores de ambas as médias de forma regressiva, reforçando a ligação das fortunas com a posse de escravizados. Outra observação que nos chama a atenção nos dados obtidos pelos inventários dos homens ricos dessas três comarcas é a média de plantel de cativos que se aproxima das médias se comparadas a outros estudos sobre o tema na região, ainda que esses estudos sejam de períodos posteriores. Segundo Douglas Libby (1988:25), em apenas 163 dos domicílios que, provavelmente, eram os que possuíam maior cabedal, dentre os 6.583 domicílios da Comarca do Rio das Mortes, foram arrolados plantéis com mais de 30 cativos, entre 1831 e 1840 – enquanto a média do atual estudo é de 36 cativos para a mesma região.

Outro pesquisador que trata da posse de escravizados e a relação desta com os níveis de riqueza da população das Minas entre 1831–1885, Afonso de Alencastro Graça Filho (2002), afirma que em 103 inventários dos maiores fazendeiros da região de São João del Rei, feitos nesse período, a média de escravizados por fazenda era de 36 cativos. Como vimos, os resultados obtidos para essa comarca na nossa pesquisa é exatamente o mesmo, porém para período anterior.

Apesar das diferenças nos recortes cronológicos entre as pesquisas supracitadas e a nossa, essas constatações podem nos ajudar a pensar um motivo para a manutenção da média de cativos entre as camadas mais altas. Colocamos como hipótese que talvez essa manutenção se deu pelo fato de que, mesmo havendo um grande aumento da população livre, houve também a manutenção do número de

cativos nessas regiões, o que só seria possível através de uma rearticulação interna da população cativa.

Essa historiografia¹¹⁵ tem mostrado que, no final do século XVIII e no decorrer do século seguinte, com a crise da mineração – uma das mais importantes atividades exercidas nas Minas –, houve uma maior dinamização da economia de produção de alimentos. Os agentes desse setor produtivo em expansão não se dedicavam ao aprimoramento técnico – ocorrência possível de ser observada graças à pequena participação dos instrumentos de trabalho na composição do patrimônio dos inventariados analisados nesses estudos. Neste cenário, tal setor se valia das constantes incorporações de mãos de obra e de terras. Possivelmente é esse movimento, de dinamização da economia na ampliação da produção de alimentos, e portanto, da reorganização da mão de obra, que conseguimos observar na comparação entre a média do plantel de cativos nesses estudos no que tange à Comarca do Rio das Mortes.

Outro ponto de atenção é o número de escravizados para a Comarca do Rio das Velhas. Interessante perceber que a média ora observada se aproxima muito da que foi encontrada, em nosso estudo anterior (Gorgulho 2011:34-35), para o mesmo período nos inventários dos "homens abastados". Para este, encontramos plantel de 25 cativos em média.

Na nossa dissertação, constatamos ainda que, para a Comarca do Rio das Velhas, o número do plantel de cativos está diretamente relacionado às atividades exercidas pelos proprietários. Assim, inventariados ligados a atividades como agricultura, pecuária e mineração eram os que mais possuíam escravizados; já os que exerciam atividades ligadas diretamente ao comércio, como os donos de lojas, possuíam um número bem menor de cativos.

Faz-se necessário salientar os números encontrados para a média de plantel da Comarca de Vila Rica. Nesta comarca, a média de escravizados era de 27 por plantel. Essa média não se apresentava significativamente mais baixa que a média de escravizados para as demais comarcas analisadas, apesar de a Comarca de Vila Rica ser, na segunda metade do século XVIII, uma região relativamente bem urbanizada para o período, e os plantéis de cativos em geral serem os menores nessas áreas. Como já mencionado, uma menor média de cativos era encontrada em locais onde as

¹¹⁵ Almeida (2010), Graça Filho (2002) e Libby (1988).

atividades exercidas não exigiam grande número de mão de obra – caso da Comarca de Vila Rica, que tinha muitas atividades voltadas para os negócios e a mineração em pequenos veios. Mesmo assim, não observamos grande diferença entre os plantéis das três comarcas.

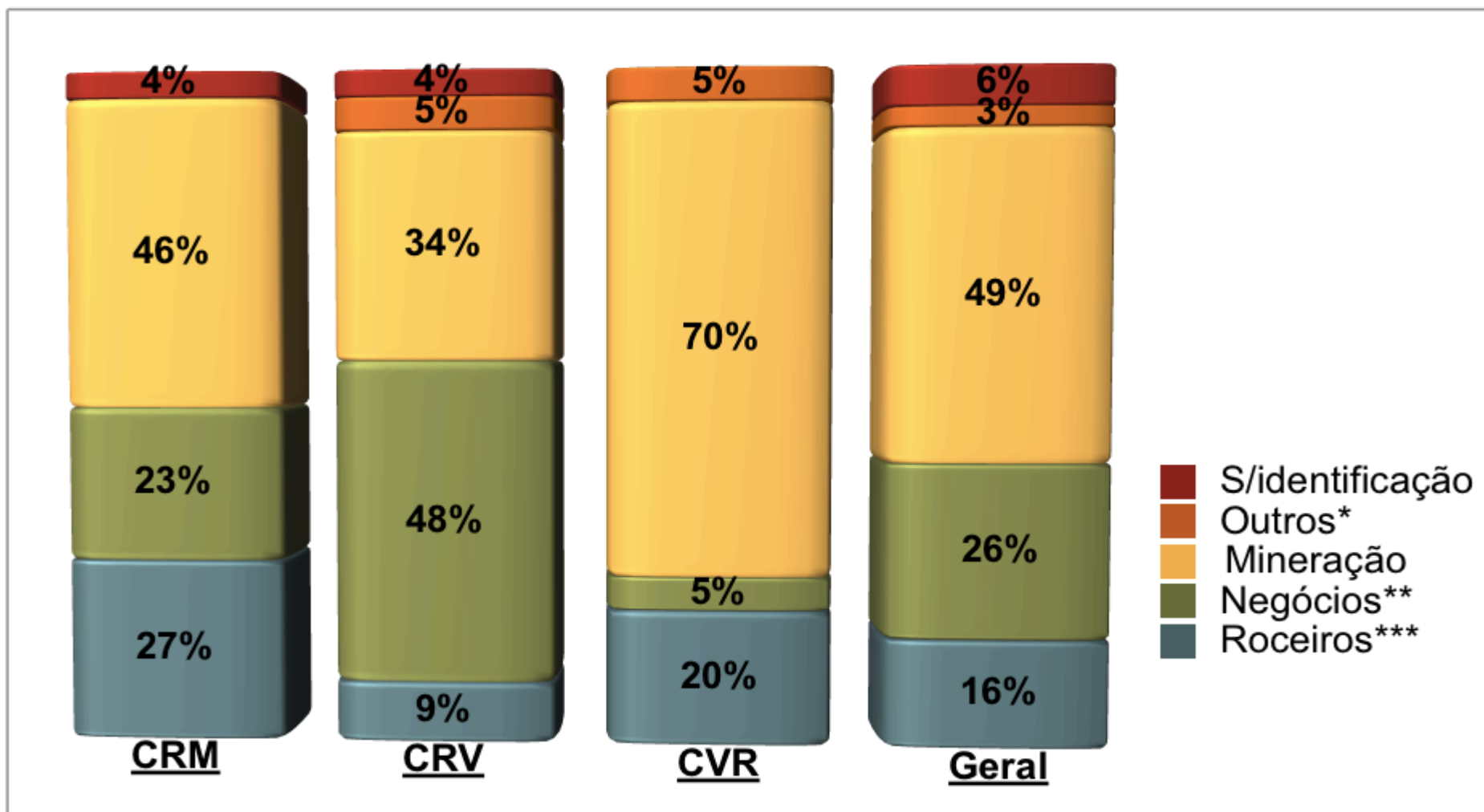
Certamente o fato de abordarmos apenas um grupo de pessoas abastadas faz diferença no acesso a esses dados. Provavelmente a ainda relativamente intensa atividade mineradora nessa região tenha contribuído para que, mesmo com a crise da produção aurífera, o número elevado da média de escravizados se mantivesse. Contudo, nossos dados demonstram um leve declínio. Essa crise causa uma profunda transformação na distribuição de escravos pelas comarcas, que pode ser verificada especialmente após a virada para o século XIX, como nos mostra Almeida (2010). Vila Rica, por exemplo, que era a que mais possuía escravos no início do século XVIII, perde esse posto para a Comarca do Rio das Velhas já em 1767; e em 1821, aparece com o plantel mais próximo do menor da Capitania (Comarca de Serro Frio), se comparada com as demais.¹¹⁶

Na *Lista dos Homens Ricos* há uma descrição bem sucinta do que acreditamos ser a atividade principal de cada homem lá nomeado. O Gráfico 4, a seguir, traz a porcentagem de cada atividade descrita por comarca.

Vale salientar que essas, provavelmente, eram as atividades principais exercidas por esses indivíduos à época da produção da lista, e não há garantias de que fossem as mesmas quando da data de suas mortes. De qualquer modo, podem nos ajudar a entender, de forma mais genérica, tanto o perfil dos sujeitos quanto a relação das atividades exercidas com a posse de escravos.

¹¹⁶ Ver Tabelas 2 e 3 em Almeida (2010:49-50).

Gráfico 4 - Porcentagem de inventariados descritos em cada atividade na lista dos homens ricos (1750–1809).



Fonte: Banco de dados da pesquisa. *Dentro de Outros estão incluídos: um indivíduo identificado como “abastado” da CRV e um “advogado” da CVR. ** Dentro de negócios estão incluídos: um indicado como “mercador” da CRM e um “loja de fazenda” da CRV; todos os outros aparecem como negociantes. ***Dentro dos Roceiros estão incluídos: um identificado como “Senhor de engenho” da CVR e dois identificados como “Faz. De Gado” da CRV.

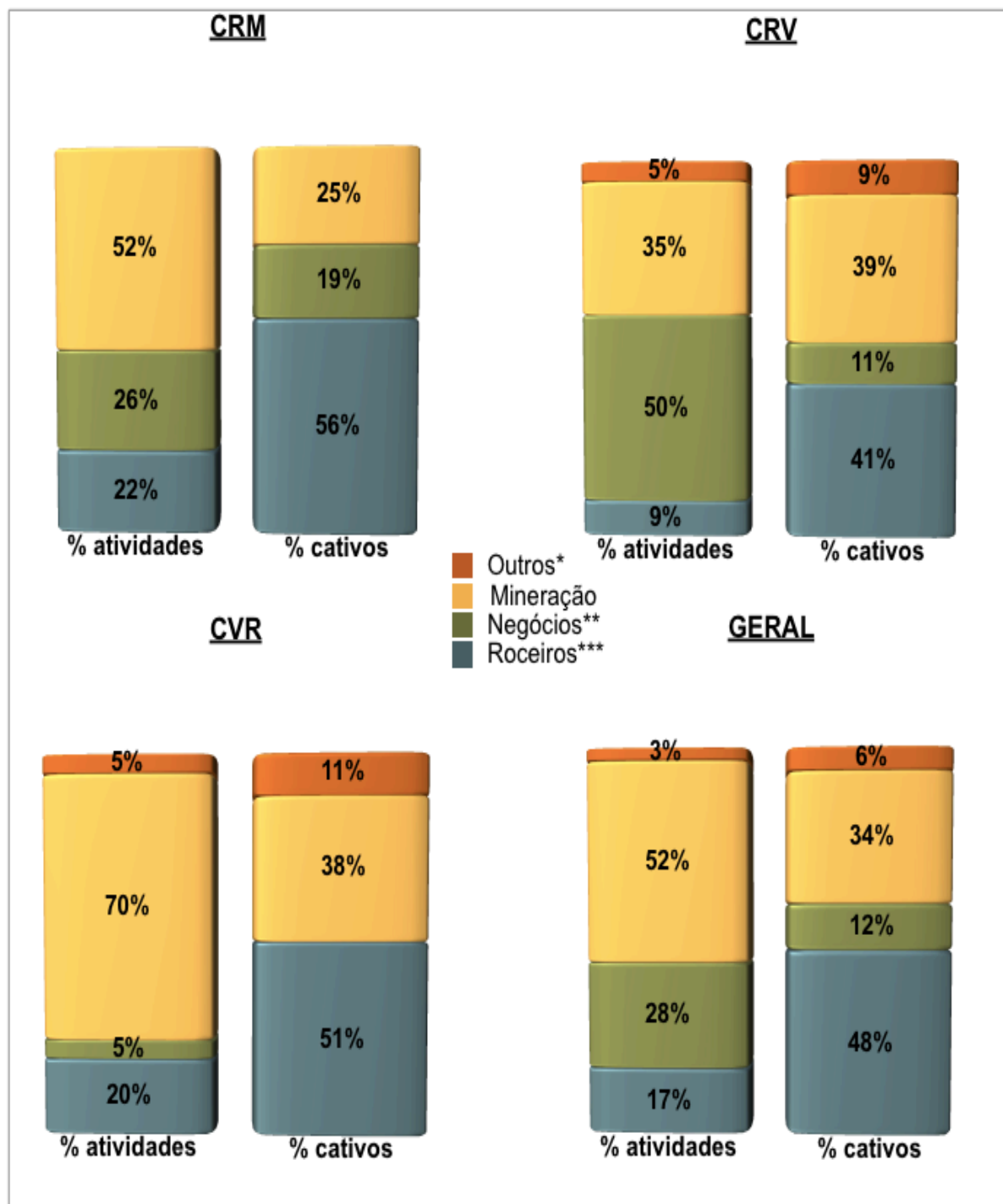
Ao analisarmos esse gráfico, percebemos, sem nenhuma surpresa, que a atividade mineradora ocupava um importante papel como uma das principais atividades, senão a principal, nas três comarcas da capitania mineira em 1756. Ainda assim, os dados acima revelam algumas nuances regionais diferentes para cada comarca. Em cada comarca existiam atividades específicas, diferentes da mineração, com possibilidade de enriquecer seus praticantes. Em cada uma delas, essas atividades tinham distintas relevâncias e exprimiam as diversas tendências econômicas das regiões.

Para a Comarca do Rio das Mortes,¹¹⁷ temos uma certa equiparação após a atividade que se sobressai. Mineração aparece com 46%, enquanto negócios e roceiros com 27% e 19%, respectivamente. Assim como para o todo, essa comarca apresenta a maior porcentagem de indivíduos que se dedicavam às atividades de agricultura e/ou pecuária. Por sua vez, a Comarca do Rio das Velhas mostra sua tendência para os negócios. Com 48%, essa atividade figura como maior que a mineração nos dados por nós encontrados. Vila Rica, com 70% dos seus indivíduos ricos dedicados à mineração, aponta para o porquê de ter sido a comarca que mais sentiu a crise da produção aurífera décadas depois.

Ao analisarmos as atividades exercidas à luz da distribuição do plantel de cativos, conseguimos perceber, com o gráfico 5 a seguir, que nossas constatações acerca dos homens ricos dessas três comarcas corroboram a percepção de que as atividades agrárias e, em seguida, minerais eram as que mais utilizavam mão de obra. Observemos:

¹¹⁷ No levantamento de Almeida (2010:171) referente a toda a lista dos homens ricos, ela encontra uma proporção bastante diferente para essa comarca. A autora observou um equilíbrio entre as três principais atividades, a saber: 26,1% de mineradores; 28,9% de sujeitos ligados aos negócios; e 21,6% de roceiros.

Gráfico 5 - Comparação entre a porcentagem de cativos e as atividades exercidas em cada comarca e no geral (1750–1809).¹¹⁸



Fonte: Banco de dados da pesquisa. *Dentro de Outros estão incluídos: um identificado como “abastado” da CRV e um “advogado” da CVR. ** Dentro de negócios estão incluídos: um indicado como “mercador” da CRM e uma “loja de fazenda” da CRV. ***Dentro dos Roceiros estão incluídos: um identificado como “Senhor de engenho” da CVR e dois identificados como “Faz. De Gado” da CRV.

¹¹⁸ Para este gráfico descartamos os sujeitos cuja atividade não conseguimos identificar, bem como seus plantéis de cativos.

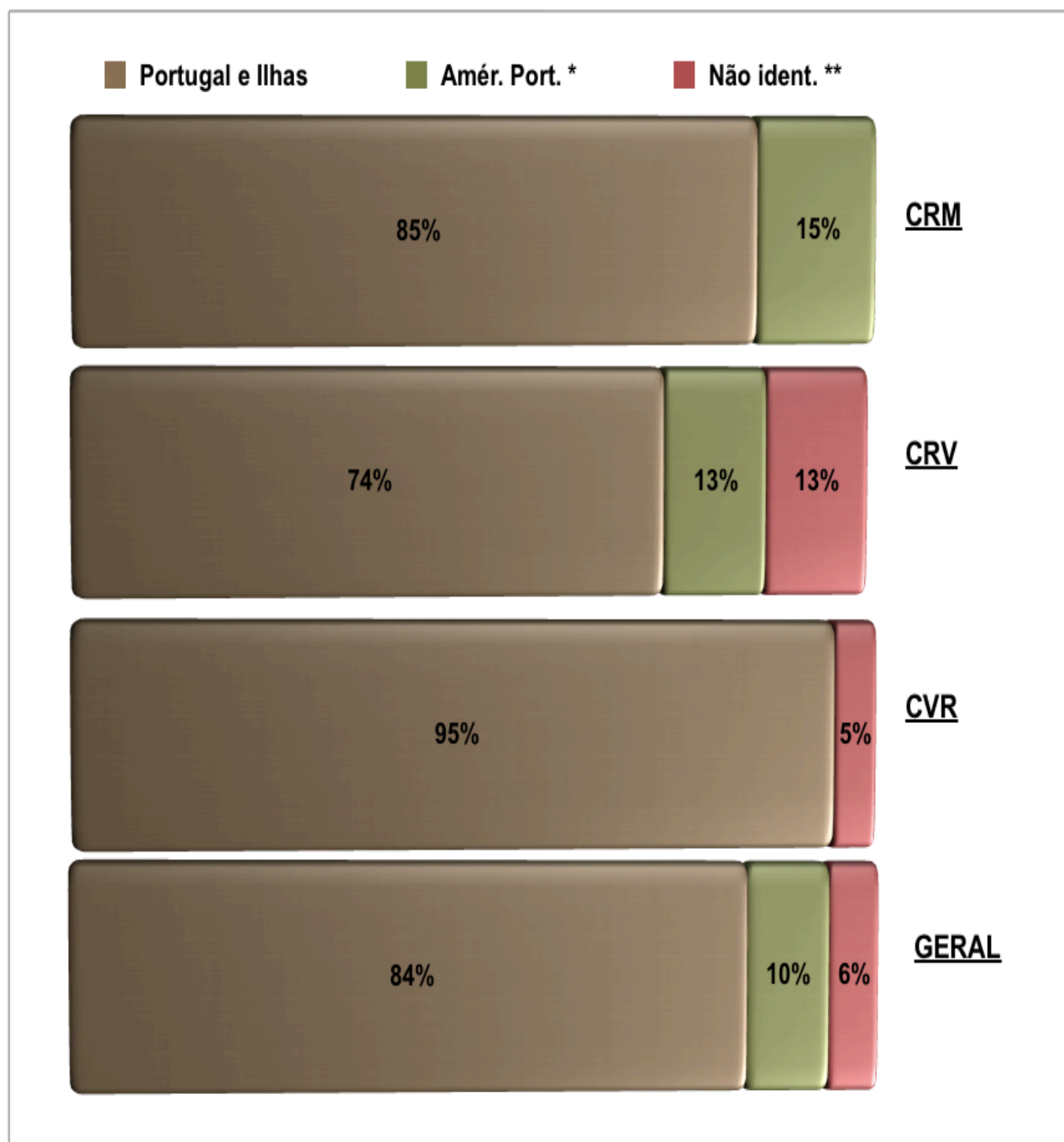
Apesar dessa separação em atividades distintas, que serve bem para fazermos tais análises, não podemos esquecer que as sociedades e a economia mineira setecentistas eram bastante dinâmicas, e um mesmo indivíduo, como já mencionado anteriormente neste trabalho, podia exercer diversas atividades ao mesmo tempo. Uma verificação dos dados dos inventários pode ser útil para que se definam, de maneira mais assertiva, as atividades desses agentes. Entretanto, optamos por não fazê-la devido ao tempo que esse tipo de averiguação demandaria, levando-se em conta que tal análise não se apresenta como foco do presente trabalho.

2.3. Origens dos sujeitos da pesquisa

Dando sequência à formação desse quadro mais geral para entendermos os sujeitos do presente estudo, buscamos traçar agora um perfil mais social, e de certa forma político, dos homens ricos aqui abordados.

De acordo com estimativas, mais de meio milhão de portugueses saíram do reino rumo às terras minerais da colônia de além-mar entre 1700 e 1760, graças ao advento do ouro.¹¹⁹ Em busca da oportunidade de enriquecimento, grande parte dos portugueses que embarcaram para o Brasil era de pessoas de poucos recursos que fizeram fortuna nessas terras e passaram a compor as elites coloniais ou elites locais, como as temos tratado. Veremos no gráfico 6, a seguir, quais as origens dos sujeitos investigados neste estudo.

¹¹⁹ Magalhães Godinho (1978:9) apud Almeida (2010:162).

Gráfico 6 - Origem dos homens ricos por comarca (1750–1809).¹²⁰

Fonte: Banco de dados da pesquisa. *Amer. Port. refere-se a nascidos na América Portuguesa. ** Não ident. refere-se a documentos em que não conseguimos identificar a naturalidade por estarem danificados nos locais dos testamentos onde essa informação poderia ser obtida, e por não a termos encontrado em nenhum outro documento.

¹²⁰ Inicialmente encontramos dois nomes que pareciam ser referentes a pessoas naturais da Costa da Mina. Porém, apesar de encontrarmos os inventários e testamentos de ambos, e de estarem dentro do perfil econômico dos homens ricos encontrados, ainda que nas camadas mais baixas, optamos, neste estudo, por excluí-los, pois não tivemos como garantir que fossem os homens citados na lista.

Observamos no gráfico acima que poucos eram os homens ricos que nasceram em terras coloniais. Dentre esses indivíduos que conseguimos identificar como oriundos da América Portuguesa, encontramos dois que eram naturais da Capitania de Minas Gerais, dois da Capitania do Rio de Janeiro, um era do Bispado de Pernambuco, Cidade da Paraíba do Norte, e um da cidade de Salvador. Na Comarca do Rio das Velhas residiam aquele nascido em Salvador e os naturais desta comarca. Já o natural de Pernambuco, bem como os nascidos no Rio de Janeiro, eram moradores da Comarca do Rio das Mortes.

O Capitão João Soares de Bulhões,¹²¹ roceiro descrito na *Lista dos Homens Ricos*, era um desses migrantes do Rio de Janeiro que possuíam fortuna em terras mineiras. Por algum motivo que não conseguimos averiguar, o Capitão estava com toda a família no Rio de Janeiro quando foi acometido por uma doença que o acamou. Como de costume no seu tempo, decidiu então fazer seu testamento. Declarou que se encontravam em sua companhia sua esposa, Maria Josefa da Silva, juntamente com seus quatro filhos, incluindo um recém-nascido que sequer tinha sido batizado ainda. Bulhões deixou explícito em seu testamento onde residia, onde estavam seus bens e para onde desejava voltar:

Declaro que estou vindo do Rio das Mortes, donde há mais de dez anos sou domiciliado e lá tenho quase todos os meus bens (...) Não perdi meu domínio até o presente e conservo o ânimo de voltar para o mesmo lugar se Deus me der vida e saúde. Por isso não tenho tomado estabelecimento nesta cidade do Rio de Janeiro. Mas caso Deus disponha de mim, rogo as Justiças que o inventário se faça nesta terra. (Traslado do testamento no inventário IPHAN SJDR - 587/1762–1784)

João Soares Bulhões não sobreviveu à doença e teve seu inventário aberto naquele mesmo ano. Sua família, contudo, retornou, mas por um curto período, para a Comarca do Rio das Mortes. Conseguimos observar na documentação que a então viúva D. Maria Josefa, em 1764, havia sido removida da tutoria dos filhos por ter se casado novamente; e que, de acordo com o Juiz de Órfãos, havia notícias de que a inventariante estava de partida para o Rio de Janeiro para encontrar seu novo esposo, por ali permanecendo pelo menos até 1784, de acordo com as contas de tutela presentes no inventário.

¹²¹ IPHAN/SJDR – I (587).

No gráfico 6, contudo, o que mais chama a atenção é a forte presença dos nascidos em Portugal e Ilhas entre os sujeitos analisados neste estudo, sendo estes a imensa maioria. Dentre os portugueses que aqui chegavam, mais uma vez confirmando o que a historiografia¹²² já vem apresentando, a grande maioria, mais de 76%, vinha do Norte.

Dentre tantos outros, ressaltamos dois casos exemplares. Escolhemos dar luz à história de Manuel, em comparação à de João da Costa Azevedo, ambos homens ricos nas Minas setecentistas, citados na lista de 1756. Acreditamos que essa comparação nos ajudará a perceber algumas regularidades entre os homens desse grupo, embora apresentem particularidades que matizam as características dos sujeitos dessas elites locais.

Quando da feitura da lista, Manuel Antônio Pereira era um minerador, morador de Barra Longa, na Comarca de Vila Rica. Foi casado com Maria Fernandes da Silva, com quem não teve filhos. Assim como João da Costa Azevedo¹²³ e a grande maioria dos homens ricos, Manuel também era natural do norte de Portugal. Ambos vieram para o Brasil ainda bem jovens, para ficar sob a guarda de um tio. Ambos saíram de suas freguesias no norte de Portugal e passaram uma temporada em Lisboa. João ficou cerca de um ano na Corte (contava então com 10 anos de idade) e de lá foi para o Rio de Janeiro, onde ficou cerca de dois anos na companhia de seu tio, indo em seguida para as Minas.¹²⁴

Manuel, por sua vez, foi para a Corte, remetido a um amigo de seu pai de nome Balthazar Fernandes e seu sócio Álvaro de Souza, donos de lojas e negócios de grosso trato, para ser preparado por eles e encaminhado ao Rio das Mortes,¹²⁵ onde ficaria aos cuidados de seu tio, “homem de negócio muito avultado”. Manuel ficou na Corte mais tempo do que previa, segundo declarou à Mesa de Consciência e Ordens, pois perdeu o transporte para o Rio das Mortes e precisou ficar na casa de Balthazar e, depois, na de Álvaro que

¹²²Ver: Brettell (1991), Furtado (1999), Oliveira (2007) e Almeida (2010).

¹²³ O caso deste indivíduo foi também tratado por Almeida (2010:180-182).

¹²⁴ Processo matrimonial – AEAM – nº. 3509 – armário 03 – pasta 351. *apud* Almeida (2010:180).

¹²⁵ ANTT - Diligência de Habilitação para a Ordem de Cristo de Manuel Antônio Pereira. PT/TT/MCO/A-C/002-11/0039/00041.

como conhecesse nele gênio e atividade para o negócio o induziu e persuadiu ao pai do suplicante para que ficasse na sua companhia e não passasse para o Brasil e que lhe daria parte do negocio que tinha o que fez com interesse de ter ao Tio do suplicante por seu correspondente. Logo cuidou também em casar sua filha única com ele suplicante.¹²⁶

A partir de um dos depoimentos prestados por João da Costa Azevedo,¹²⁷ conseguimos entrever uma prática bastante frequente entre os homens ricos: a constituição de uma rede de apoio e acolhimento por parte dos compatriotas, padrinhos, vizinhos e parentes, que recebiam os jovens e, por vezes, mesmo os meninos que vinham de Portugal para tentar a sorte em terras coloniais. Antônio da Costa Monteiro,¹²⁸ outro nome encontrado na *Lista dos Homens Ricos* e, também, um dos sujeitos desta pesquisa, foi uma das testemunhas do noivo. Assim como João, era natural do Bispado do Lamego e recebera uma carta dos pais de João, recomendando-o. Afirma ainda em seu depoimento que o tio, na casa do qual João passaria boa parte de sua vida, era também primo dele, testemunha.¹²⁹ Em 1768, foi Azevedo o inventariante do amigo e conterrâneo Monteiro.

Em 1779, quando foi o inventariante de Maria Josefa Borges, João aparece também como Tenente. Contudo, João da Costa Azevedo já exercia a função de escrivão da Câmara pelo menos seis anos antes de entrar para a *Lista dos Homens Ricos*,¹³⁰ cargo que carregava consigo algum signo de distinção. Em seu inventário são mencionados seis filhos legítimos que teve com sua esposa. Um deles seguiu os passos do pai como escrivão da Câmara, passos esses que anteriormente eram dados pelos antepassados de sua esposa, Ana Maria de Jesus. Desde 1725, o avô paterno de Ana Maria, Antônio Pereira Machado, recebera o cargo de escrivão como doação e o havia passado a seu filho, sogro de João. Graças, especialmente, ao

¹²⁶ PT/TT/MCO/A-C/002-11/0039/00041

¹²⁷ CBG-CSO XVIII / CSO-I (73) 568.

¹²⁸ CSM/CPO-I 48/1092.

¹²⁹ Segundo Almeida (2010:180), “a solidariedade familiar de acolhimento funcionaria como um dos elementos fundamentais para o enraizamento desses reinóis nas Minas”.

¹³⁰ De acordo com o processo matrimonial de João da Costa Azevedo.

status da família de sua esposa, João teve uma trajetória ascendente e aparentemente tranquila.

Manuel Antônio Pereira¹³¹ não parece ter tido a mesma sorte. Certamente teve uma trajetória ascendente, porém aparentemente com mais dificuldades do que João no que se refere às suas aspirações de distinção naquela sociedade. Manuel teve negado o seu pedido para se habilitar para a Ordem de Cristo e precisou recorrer duas vezes antes de pagar donativos para conseguir receber dispensa para a Habilitação, mercê que parece não ter conseguido receber. Manuel morreu em 1796 na Comarca do Rio das Velhas, com um modesto monte-mor que somava pouco mais que 212 libras, três escravos e nenhuma menção a tal habilitação, o que não é comum de se observar quando há qualquer tipo de distinção – o que nos leva a inferir que ele não a obteve. Pelas conjunturas socioeconômicas do período, talvez não seja impossível pensar que, como minerador no final do século XVIII, emigrado para a Comarca do Rio das Velhas, sua sorte tenha sido mais afetada que a de João, que era escrivão da Câmara de Mariana.

A origem dos homens ricos ajuda-nos a fazer algumas reflexões sobre o tema. A fixação dos portugueses migrantes nas terras coloniais é uma delas. Não tivemos acesso a números consistentes sobre os portugueses que retornaram ao Reino, apesar de saber que essa foi a realidade de alguns.¹³² O que as nossas fontes trazem, possivelmente por se tratar daqueles que tiveram sucesso em sua trajetória migratória, é que uma parte significativa desses sujeitos acabou mesmo por se fixar nas Minas.

Não é incomum encontrar nos testamentos analisados pedidos para que se rezem missas em suas freguesias de origem, nem o legado de esmolas para alguns pobres de suas terras natais, ou, até mesmo, a declaração de dívidas ativas e passivas com o outro lado do Atlântico. Esse é o caso de Constantino Barbosa da Cunha,¹³³ mineiro da Comarca do Rio das Mortes, dono de muitas terras e escravos, que enviou seu filho para se formar em Cânones em Coimbra e deixou expresso em testamento o desejo de que se rezassem mais de três mil missas em Portugal, tanto

¹³¹ CBG/CSO-I (73) 568 1796.

¹³² Ver Brettell (1991).

¹³³ IPHAN/SJDR - I (R 90).

do monte-mor quanto da terça parte. Essas missas eram por intenção não só da sua alma, mas também na "intenção de todos os homens com quem tive negócios e tratos como pelas almas de cento e cinco escravos que faleceram no serviço de casa trabalhando a benefício do mesmo monte."¹³⁴ (grifos nossos). Além das missas, Barbosa da Cunha deixou esmolas para órfãs se casarem, tanto em Portugal quanto nas Minas. Voltaremos a esse sujeito mais à frente.

Não nos deteremos a tais atitudes no presente estudo, mas podemos inferir que tais comportamentos traziam consigo, além de obrigações, algum fator de afetividade. De qualquer modo, ainda que muitos mantivessem, em certa medida, algum outro tipo de relação com sua terra natal, que tivessem feito visitas esporádicas e até mesmo levado suas famílias, ou mandado seus filhos a estudar no Reino, ou que tivessem mandado esmolas a órfão, ou solicitado reza de missa por suas almas no lado de lá do Atlântico, o que esse estudo demonstra é que suas vidas estavam, de fato, estabelecidas nas terras das Minas.

2.4 Patentes e outras mercês

Outra característica importante a que devemos nos atentar quando falamos das elites locais são as patentes militares que eram entregues aos "homens de qualidade" da região. Assim como outras mercês, algumas patentes eram um capital simbólico importante nas Minas setecentistas, agregando distinção e algum grau de poder a quem as detinha.

Para entendermos melhor como eram estruturadas as organizações militares do período, observemos o que Mello (2006) demonstra ao analisar os Corpos de Ordenanças. A autora afirma que, a partir das instaurações desses Corpos, todos os súditos homens entre 18 e 60 anos, capazes de combater, poderiam tomar armas na defesa da terra em caso de necessidade, sob o comando dos "principais da terra". As Ordenanças tanto serviriam na pequena guerra, local e circunscrita, como também em caso de grande necessidade. Desse modo, podemos supor como era importante o poder exercido por essas elites que, em conclusão, tinham aval do governo para comandar a defesa da terra em múltiplos sentidos, fosse na proteção contra possíveis invasores, fosse no controle e regulamentação dos seus habitantes. Além das terras

¹³⁴IPHAN/SJDR - I (R 90).

onde estavam montadas, as tropas de Ordenanças deveriam guarnecer as praças que lhes ficavam mais vizinhas.¹³⁵

Assim, a população adulta masculina, nas condições expostas acima, deveria estar obrigatoriamente organizada, não tendo, portanto, a opção de se eximir do serviço militar não remunerado. Esses homens alistados no serviço militar gratuito eram, então, agrupados em companhias de homens armados, sob o comando superior de um Capitão-Mor.

Cotta (2009:263-270), ao tratar mais profundamente da organização militar nas Minas setecentistas, afirma que, em cada uma das quatro comarcas, havia um ouvidor que era o responsável pela jurisdição ordinária, civil e criminal, e em cada vila havia um capitão-mor. O capitão-mor era o responsável por um conjunto de ordenanças composto por toda “qualidade de gente”, termo encontrado na documentação para definir a cor/condição social dos sujeitos. Nos arraiais, à frente de cada ordenança estariam os responsáveis pela manutenção da ordem – os respectivos capitães de distrito. De acordo com o autor, no final do século XVIII havia em Minas 247 companhias (ou corpos) de ordenanças, e cada uma delas era formada por um capitão, um alferes, cabos-de-esquadra e soldados.

Carvalho (1993) destaca justamente que o poder dos capitães-mores vinha do fato de serem homens de grandes fortunas que usavam o poder público para camuflar o exercício de um domínio privado. Esses dados vêm respaldar ainda mais a percepção de que esses sujeitos aqui analisados são representantes dessa camada mais alta da sociedade, ao mesmo tempo que reforçam a concepção de que a hierarquização militar reflete, pelo menos de certa forma, a hierarquização social.

Os corpos militares, apesar de serem compostos por “toda qualidade de gente”, eram sempre formados pela “mesma qualidade de gente”. Assim sendo, a não ser em operações conjuntas, não havia brancos a comandar negros ou pardos libertos, e muito menos o contrário.

Segundo Cotta (2009), as ordenanças dividiam-se em “homens a pé” e “homens a cavalo”, não havendo ordenanças de “homens a cavalo” formadas por pardos ou negros libertos, apenas por brancos possuidores de montaria e escravos.

¹³⁵ Ver: Coelho, José Maria Latino. *História militar e política de Portugal – Desde os fins do XVIII século até 1814*, tomo III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891, p.18. Apud Mello (2006:32).

O autor corrobora a historiografia¹³⁶ ao afirmar que a organização das ordenanças acabaria por refletir a organização e a hierarquia social de uma determinada comunidade, em que as pessoas mais nobres, notáveis e influentes da terra, as elites locais, assumiam os cargos hierarquicamente mais elevados.

Consideramos ser importante tratar da diferenciação entre as tropas Auxiliares¹³⁷ e as tropas pagas. Em resumo, de acordo com Mello, as tropas de Auxiliares eram também encarregadas da prestação de serviços gratuitos. Aos Auxiliares cabia acudir as fronteiras para as quais estavam designados e, uma vez que permanecessem ali mobilizados, receberiam como os soldados pagos. Aos oficiais dos terços de Auxiliares era dado o privilégio de gozarem de todas as honras e preeminências de Capitães pagos, sendo, ainda, isentados de todo e qualquer encargo. Como vimos, seus oficiais eram escolhidos dentre as pessoas mais *nobres e honradas* e, portanto, as consideradas mais capazes de exercer o comando, conforme também apontaram outros autores acima. Já as tropas regulares ou pagas constituíam o exército de campanha, e era com ele que se empreendiam as operações da grande guerra.

Raminelli (2018:s/p.) chama a atenção para o fato de que, para esse período, as patentes militares não eram exclusivamente dadas a militares de carreira. De acordo com o autor, não é raro encontrar indivíduos que possuíam patentes militares sem serem militares de fato. Segundo o mesmo autor, essas patentes muitas vezes tinham, nas terras coloniais, mais efeito de título de nobreza do que os próprios títulos nobiliárquicos. No presente trabalho, não nos preocuparemos em observar se a patente se referia a militar de carreira ou não. Essa foi nossa opção por entendermos que as condições de acesso a tais patentes, de acordo com a legislação,¹³⁸ eram, a princípio, as mesmas para os militares de carreira ou não.

Ana Paula Pereira Costa (2005) também trabalha com a concepção de elites locais formadas por características híbridas ao avaliar a invocação da “qualidade” existente nas concepções de patentes. De acordo com a autora, a invocação da

¹³⁶ A saber: Mello (2006), Souza (1998), Uricoechea (1978), Almeida (2010), Costa (2006) e Carvalho (1993).

¹³⁷ As Ordenanças eram tropas Auxiliares. Surgiram em Portugal durante a Restauração, quando D. João IV, a fim de incorporar as inovações pelas quais passavam os exércitos europeus durante a primeira metade do século XVII, reorganizou as forças militares do Reino.

¹³⁸ Legislação não específica.

“qualidade” se referia ao que era considerado um bom posicionamento social e teve um importante papel para a nomeação de pessoas para os postos militares, visando eleger um dirigente ideal. No ultramar, a ideia de “qualidade” estava intimamente ligada à nobreza, mas não à nobreza de sangue, e sim à nobreza política e/ou da terra.¹³⁹

Para Fernando Dores da Costa (2003:76), havia uma concepção de que os oficiais militares, das tropas pagas ou auxiliares, deviam possuir uma “natureza diferente”. Essa concepção dava-se pela pressuposição de que o que estava em jogo era a nomeação de autoridades capazes de levantarem os homens e exercerem a influência desejada sobre eles.¹⁴⁰ Fato é que os militares precisavam se reconhecer e serem reconhecidos como “homens de qualidade” para conseguirem exercer o mando.

Ambos os autores supracitados defendem que o acesso ao mando, e, portanto, ao topo da hierarquia social na colônia, não era automático e precisava ser legitimado pela sociedade. Reiteram, portanto, a importância dos prestígios sociais e políticos para que o indivíduo tivesse acesso a esses postos de comando militar, que, para o período, eram também políticos.

Ao avaliarmos as funções dos oficiais de Ordenanças, isso fica bastante claro. Tais oficiais exerciam funções reguladoras e de controladores sociais, como afirma Costa. Pressupõe-se, então, que era necessário que eles tivessem autoridade legitimada suficiente para exercer essas funções nesses cargos específicos. Aproximamo-nos ainda mais dessa interpretação se levarmos em conta que os indivíduos que iriam preencher esses postos deveriam, impreterivelmente, ser escolhidos entre os “principais da terra”, de acordo com a legislação.¹⁴¹ Em outras palavras, para conseguir exercer uma função tão distintiva, que visava manter a ordem e o controle entre os indivíduos daquela sociedade, o sujeito precisaria já vir com o arcabouço de capital social e simbólico que lhe possibilitasse ser legitimado para

¹³⁹ Ver Monteiro (1998) e Silva (2007).

¹⁴⁰ O autor não entra na discussão da eficácia do recrutamento.

¹⁴¹ A disposição legislativa tomada por D. Sebastião a fim de regular com maior precisão a vida militar em Portugal e em seus domínios ultramarinos é *O Regimento das Ordenanças e dos Capitães-Mores*, de 10 de dezembro de 1570.

aquelas funções pelos demais membros daquela comunidade. Nas palavras de Christiane Mello (2006:31),

a hierarquia de comando das Ordenanças não era extensiva a toda a população, pois só poderia ser exercida pelas pessoas que reunissem para os tais postos as necessárias qualidades, encontradas apenas nos chamados *principais das terras* e os da *melhor nobreza e christandade*.¹⁴²

Para alguns dos inventários e testamentos utilizados nesta pesquisa, encontramos indicações, nos próprios catálogos dos arquivos, que se referem à posse de alguma patente militar.¹⁴³ Num primeiro momento da pesquisa, foi por meio desses catálogos que tivemos acesso a tais informações. Contudo, após delimitarmos nossos sujeitos e termos acesso aos inventários e testamentos, conseguimos fazer uma busca mais detida e um cruzamento de fontes.

Neste outro momento, unimos, às informações dos **inventários dos testamentos**, os dados retirados dos inventários, testamentos, bem como aqueles encontrados a partir de uma busca nominal no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ali conseguimos encontrar Cartas de confirmação de patentes, dentre outros documentos, que nos ajudaram a montar um quadro com as patentes militares encontradas nos homens ricos das três comarcas estudadas.

Encontramos, portanto, indivíduos que possuíam as seguintes patentes militares entre os sujeitos da nossa pesquisa: Alferes, Furriel, Tenente, Capitão, Capitão-Mor, Sargento-Mor, Coronel e Mestre de Campo. Utilizando a historiografia sobre o tema,¹⁴⁴ a definição do dicionário de época e a Legislação Militar, de maneira bastante resumida, elaboramos uma tabela que busca situar as patentes e suas principais atribuições na segunda metade do século XVIII.¹⁴⁵

¹⁴² “Provisão das Ordenanças de 30 de abril de 1758”, in *Systema ou Collecção dos Regimentos Reais*, compilados por José Roberto de Campos Coelho e Sousa, tomo V, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1789, itens de n 2 e 67. Apud Mello (2006:31).

¹⁴³ Há ainda, nesses catálogos, em alguns casos, se eram religiosos, se ocupavam algum cargo administrativo e especificações quanto à cor/condição dos sujeitos.

¹⁴⁴ Cotta (2009), Costa (2006), Mello (2006), Monteiro (1995).

¹⁴⁵ A saber: Dicionário Bluteau (1712- 1728) e *O Regimento das Ordenanças e dos Capitães-Mores* (1570).

Tabela 6 - Patentes e atribuições.¹⁴⁶

CAPITÃO-MOR	Designação do oficial responsável pelas Ordenanças de uma determinada terra. Em cada cidade, vila ou concelho existia um Capitão-Mor – assistido de um Sargento-Mor; era responsável pelo recrutamento de tropas na sua jurisdição. Era equiparado a um Tenente-Coronel da 1ª linha.
SARGENTO-MOR	O Sargento-Mor era o auxiliar direto do Capitão-Mor.
CORONEL*	Designação do oficial que comanda um regimento.
CAPITÃO	Designação geral de um comandante de tropas.
TENENTE	Intermediário entre o Capitão e o Alferes. O Tenente exercia o comando efetivo da companhia, cujo Capitão era um oficial superior.
ALFERES	Designação geral dos porta-bandeiras dos exércitos, ordens de cavalaria, unidades militares, municípios e outras instituições. Existia um Alferes para cada companhia, ao qual competia transportar a bandeira de ordenança e coadjuvar o Capitão no seu comando.

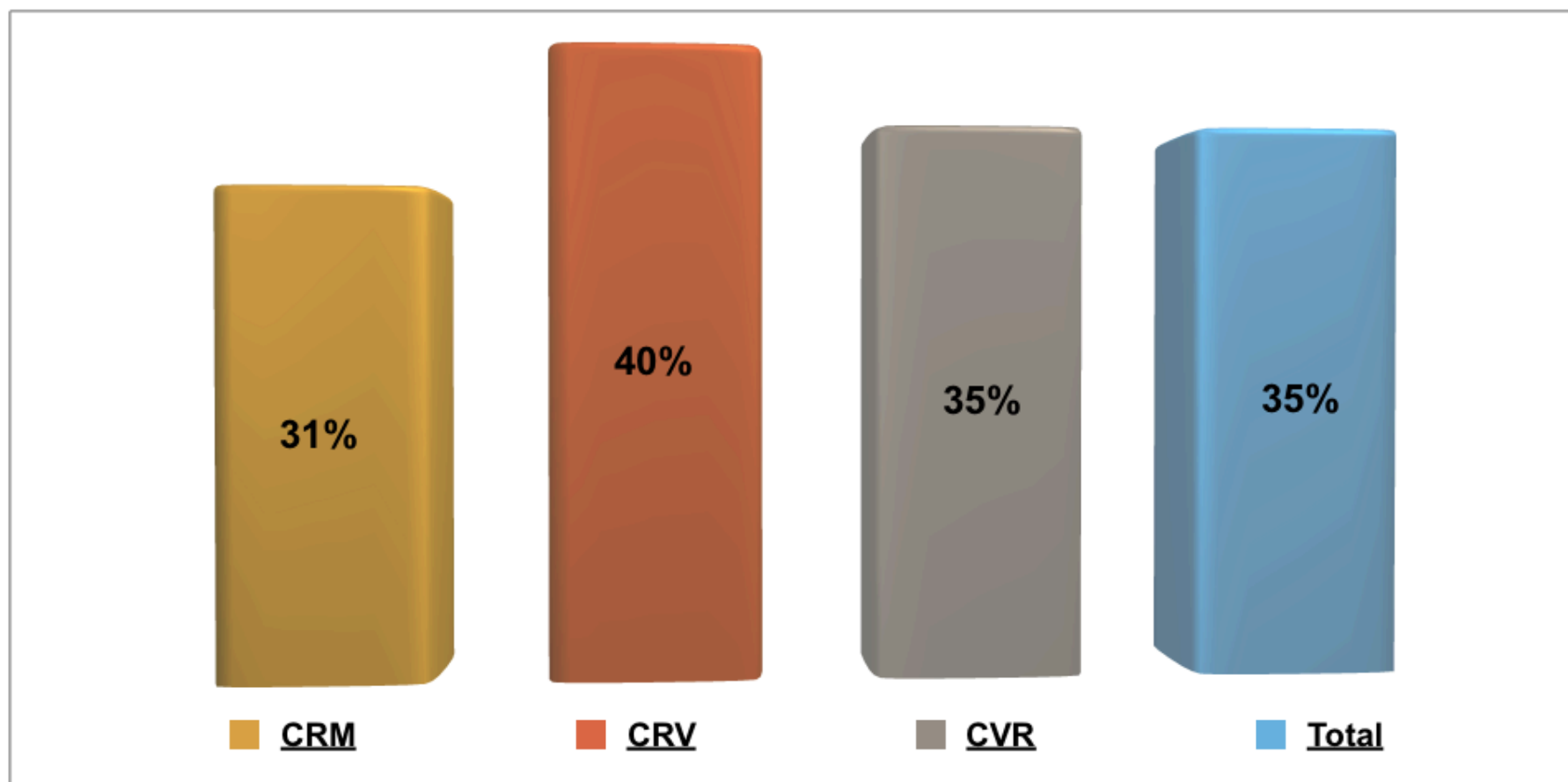
Fonte: Banco de dados da Pesquisa. * Em 1707, os Terços de Infantaria foram transformados em regimentos, passando os seus **Mestres de Campo** a se designarem Coronéis. Mantiveram-se, no entanto, os Mestres de Campo das Tropas Auxiliares até 1796. Por esse motivo, encontramos um sujeito identificado como Mestre de Campo, que está contabilizado juntamente com os Coronéis.

Na tabela acima há apenas a descrição para os cargos encontrados entre os sujeitos da pesquisa. Vale ressaltar que a organização militar era profundamente complexa no dito período e que havia inúmeras patentes além dessas. Outra observação importante é a de que os cargos descritos acima são cargos que tinham um certo destaque dentro da hierarquia militar, já que se tratava de patentes de comando e liderança, na sua maioria.

A porcentagem de indivíduos identificados como detentores de alguma patente militar, relativa à nossa amostragem e separada por comarca, está exposta no gráfico abaixo

¹⁴⁶ Tabela elaborada a partir dos dados encontrados em: Cotta (2009), Costa (2006), Mello (2006), Dicionário Bluteau (1712–1728) e *O Regimento das Ordenanças e dos Capitães-Mores* (1570).

Gráfico 7 - Porcentagem de sujeitos com patentes militares na amostragem para cada comarca (1750–1809).

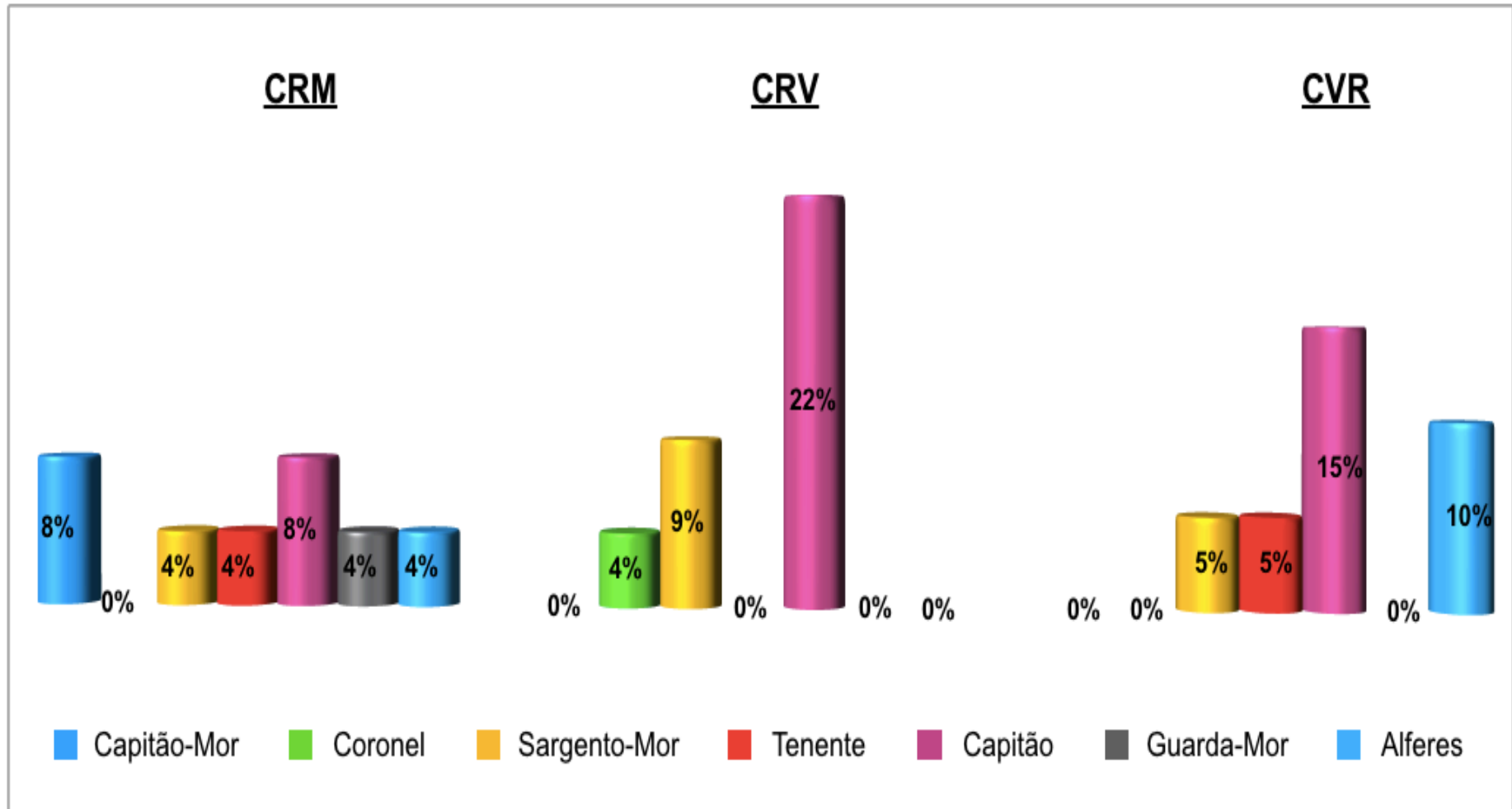


Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Numa comparação com os estudos de Almeida (2010), verificamos que o índice de sujeitos com patentes militares encontrado pela autora para os homens ricos é maior que o observado por nós. Almeida (2010:189) afirma que quase 54% dos sujeitos por ela estudados possuíam alguma patente militar, contra 35% presentes nos nossos dados. Acreditamos, ainda assim, que 35% é uma porcentagem relativamente alta, sobretudo se levarmos em conta, como já dito, que a maioria possuía patentes militares de comando.

Se por um lado temos porcentagem total de patentes militares menor do que a verificada por Almeida, por outro percebemos que, através dos dados que encontramos, é possível observar essa concepção de que a hierarquia militar reflete a hierarquização social. Dentre os membros das elites locais por nós analisados, a menor patente encontrada foi a de alferes.

Gráfico 8 - Porcentagem de cargos relativos à amostragem por comarca (1750–1809).



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Com o gráfico acima conseguimos perceber claramente que a patente mais comum entre as elites estudadas é a de capitão. Isso provavelmente se dá pelo fato de esta ser a patente, dentre as mais altas, que estava mais disponível, já que havia pelo menos um capitão para cada arraial. Vale destacar que os "homens bons", ou "principais da terra", se apresentavam como homens já abastados e desejosos de títulos, honras e postos militares. Os ganhos monetários desses postos nem de longe eram o que mais funcionava como atrativo para se assumirem tais posições, pois, conforme já mencionado, o que mais interessava a esses homens ricos eram o prestígio e a posição de comando que alcançavam com essas patentes militares.

Segundo Cotta (2009), os oficiais militares dos corpos de ordenança eram eleitos pelas câmaras. Peças-chave na administração, as câmaras operacionalizavam as determinações régias. Os representantes das câmaras eram eleitos pelos habitantes locais, e depois esses nomes eram ratificados pelo governador da Capitania e pelo Rei. Localizadas nas vilas, as câmaras eram compostas por “dois Juizes de Ordinários (que atendiam no cível e no crime), juizes de fora (em algumas localidades), juizes de órfãos: três vereadores, procuradores e escrivães; tabeliães, inquiridor, contador e distribuidor, alcaide e seu escrivão, e meirinhos.” (Cotta 2010:263).

Se os postos das ordenanças reproduziam a organização social local, tendo sido os ocupantes das principais funções escolhidos entre os “principais da terra”, ou seja, aqueles detentores de bens e prestígio social, como vimos, nas câmaras a lógica seria a mesma. Assim, era esperado que, dentre os sujeitos desta pesquisa, conseguíssemos encontrar algum número significativo de indivíduos ocupando postos nas câmaras. No entanto, não foi isso o que aconteceu. Dentre os 78 homens ricos estudados nesta pesquisa, encontramos apenas 2, possivelmente, desempenhando o cargo de escrivão. Dizemos “possivelmente” dois, uma vez que, para um – Francisco Mendonça e Sá, da Comarca do Rio das Mortes – não encontramos nenhuma informação que pudesse confirmar a “Provisão. Faculdade para nomear pessoa para servir ofício de Escrivão de Ouvidoria da Comarca do Rio dos Mortos”, documento encontrado no ANTT em seu nome.¹⁴⁷ Assim sendo, ater-nos-emos apenas ao já

¹⁴⁷ PT/TT/RGM/C/0038/41238.

anteriormente mencionado João da Costa Azevedo, escrivão da Câmara de Mariana. Não conseguimos identificar entre nossos sujeitos mais nenhum ocupando qualquer outro posto camarário.¹⁴⁸

Nogueira (2017), ao trabalhar com a Vila de Aracati, Capitania do Siará Grande, em período semelhante ao que trabalhamos, afirma que os postos de oficiais camarários eram espaços de referência mais adequados para a definição de sujeitos identificados como de elite na vila de Aracati. Como vimos pela nossa amostragem, não é o que averiguamos nessas três comarcas da Capitania de Minas Gerais.

Mello (2006) defende uma tese que pode ajudar a pensar sobre essa ausência de camaristas entre os homens ricos analisados nesta pesquisa. De acordo com essa autora, em meados do século XVIII, houve uma redução do poder das câmaras em relação às ordenanças, graças ao atrelamento do capitão-mor diretamente ao capitão geral da capitania. Se antes o Regulamento das Ordenanças (1570) exigia que o capitão-mor fizesse os juramentos dos Santos Evangelhos na câmara perante seus oficiais, com a nova Provisão das Ordenanças (1758) esse juramento passou a ser realizado na presença do governador da capitania depois de receber a confirmação de patente pelo Conselho Ultramarino.¹⁴⁹ Desse modo, com uma relação direta entre os capitães-mores e o capitão-general, houve um relativo aumento de poder e autonomia desse posto e, por consequência, um aumento nas tensões entre as câmaras e as ordenanças. Ao que parece, as câmaras ficaram enfraquecidas com essa disputa.

Cotta utiliza Uricoechea (1978) para afirmar que

a tradição colonial de participação militar na administração; a divisão imprecisa das funções administrativas-fiscal, judiciária, executiva e legislativa – entre as diferentes estruturas de governo; o grau insuficiente de burocratização dos níveis locais de administração pública e, a relativa insuficiência e ineficiência de funcionários patrimoniais e burocráticos locais para fazer frente às necessidades cotidianas do governo levaram os oficiais das ordenanças a assumirem tais deveres. Esses e outros fatores facilitaram e encorajaram o envolvimento das ordenanças na organização da ordem política e administrativa da sociedade (2009:263)

¹⁴⁸ Os números encontrados por Almeida (2010:189) de pessoas que ocuparam algum cargo na administração colonial são, apesar de maiores, bem baixos também; segundo a autora, apenas 16% o fizeram.

¹⁴⁹ ANRJ, Cod. 64, vol. 15 fl. 33-45 apud Cotta (2009:267).

Nesse sentido, podemos depreender que um dos motivos para o baixo número de postos camarários ocupados pelos sujeitos desta pesquisa seja, talvez, esse movimento, ou seja, a migração das funções administrativas que vão sendo gradativa e parcialmente exercidas pelos militares, tornando essa uma posição de maior destaque social e, portanto, mais interessante de ser ocupada.

De acordo com Almeida (2010), as patentes militares, assim como outros tipos de mercês reais, são importantes indicativos da inserção social desses indivíduos e nos permitem perceber como, nas Minas do século XVIII, riqueza, privilégios e destaque social andavam juntos.

Como observado, a posse de bens e escravos era uma das mais eficientes formas de distinção na sociedade colonial. Os súditos abastados eram vistos como fundamentais parceiros para, inclusive, financiar muitos dos projetos da Coroa. Em território ultramarino, a propriedade de grandes fortunas e desses “bens” específicos, como os escravos, muitas vezes se combinava com patentes ou outras titulações nobilitantes, apesar de as primeiras serem, de certa forma, nobilitantes por si só.

Parece haver nas terras coloniais uma certa inversão de percepção quanto ao ser nobre. Raminelli (2018) observa que na Corte tínhamos os títulos nobiliárquicos passados de geração em geração; podemos verificar que algumas vezes a titulação, mais do que a fortuna desses nobres de sangue, era determinante para o prestígio social. Já para a América Portuguesa, esses títulos não eram por si só determinantes de prestígio; deveriam ser combinados com outras variáveis, como patrimônio.

De acordo com Aldair Carlos Rodrigues (2007), ao estudar os Familiares do Santo Ofício,¹⁵⁰ corrobora-se a concepção de que, nas terras das Minas setecentistas, essas elites locais parecem se preocupar antes com uma acumulação do capital econômico e posteriormente com a transformação deste em capital simbólico, distinção social.

Pensando no cargo de Familiar do Santo Ofício¹⁵¹ como mais um dos capitais simbólicos acessados na busca de distinção social na sociedade mineira do século

¹⁵⁰ Sobre o tema, ver também STUMPF, Roberta Giannubilo. *Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes*. Belo Horizonte: Traço Fino, 2014.

nas Minas setecentistas. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. Tese de Doutorado em História.

¹⁵¹ Segundo Rodrigues (2007:10), os Familiares do Santo Ofício eram um grupo de agentes civis do tribunal inquisitorial. Esse cargo poderia ser ocupado por leigos, diferente dos outros postos da hierarquia inquisitorial, os quais deveriam ser ocupados apenas por eclesiásticos. Somente com o estatuto de 1640 é que tal cargo foi contemplado com um título específico; antes as funções e

XVIII, o mesmo autor afirma que esta era uma das formas de distinção via titulação nobiliárquica mais comum para esse contexto. Por este motivo, chamou-nos a atenção a pequena presença desses Familiares entre os indivíduos aqui estudados. Encontramos apenas dois dos nossos homens ricos detentores de tal habilitação.

Capitão de Ordenanças da Vila Rica,¹⁵² José Gomes da Rocha,¹⁵³ morador da Comarca de Vila Rica, faleceu em 1771, aproximadamente vinte anos depois de dar entrada com o pedido para adquirir familiatura em 1751. E com o nosso já conhecido Manuel Ferreira Pereira,¹⁵⁴ morador da Comarca do Rio das Mortes que teve seu inventário aberto em 1764, também se passaram aproximadamente vinte anos depois de entrar com o pedido de habilitação para o cargo de Familiar do Santo Ofício em 1743. Manuel e José seguem o perfil de origem encontrado nos mais de 400 processos de habilitação analisados por Rodrigues (2007): eram provenientes do norte de Portugal, como 3/4 do total de agentes por ele analisados. Esse era um dos únicos atributos de Manuel que se aproximavam do perfil mais comum encontrado por Rodrigues (2007), ao contrário do caso de José, como veremos.

José, próspero homem de negócios, já na sua ocupação se assemelhava à maioria dos Familiares das Minas, que tinham como principal ocupação o comércio e negócios. Possuía apenas cinco escravos, mas seu monte-mor era de quase 4 mil libras. Manuel, diferentemente, era um próspero roceiro. Possuía tanto um dos maiores monte-mores encontrados entre os sujeitos da presente pesquisa, superior a 12 mil libras, quanto um dos maiores plantéis de escravos, 117, quando de sua morte. Esses índices eram superiores ao perfil comum encontrado por Rodrigues, que afirma, de modo geral, que os pretendentes não faziam parte da elite econômica da Capitania,

exigências para a ocupação desse cargo vinham diluídas na legislação inquisitorial. O mesmo autor alega ainda que, após atingir o auge da expedição de familiaturas entre 1721 e 1770, entre 1771 e 1820 observa-se uma queda bastante expressiva no número de habilitações de Familiares (passando de 8.680 para 2.746). De acordo com o mesmo autor, esse fenômeno “reflete a decadência da Inquisição sob o Reformismo Ilustrado, sobretudo no que se refere à abolição da distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos.” (2007:131).

¹⁵² ANTT – Carta Patente. Capitão de Ordenanças da Vila Rica. PT/TT/RGM/D/0012/82711.

¹⁵³ ANTT – DILIGÊNCIAS de HABILITAÇÃO para o cargo de FAMILIAR do SANTO OFÍCIO de José Gomes da Rocha. PT/TT/TSO–CG/A/008-001/15336A. Ver também I–CP ficha1492 cod141 auto1771/1772.

¹⁵⁴ ANTT – DILIGÊNCIAS de HABILITAÇÃO para o cargo de FAMILIAR do SANTO OFÍCIO de MANUEL FERREIRA PEREIRA, casado com MARIA LEMES de OLIVEIRA. PT/TT/TSO–CG/A/008–002/4106 – 1743–1745. Ver ainda notas 33 e 44.

“já que a maioria dos agentes possuía pecúlios que iam, em média, de 2 a 8 contos¹⁵⁵ de réis.” (2007:190). Não foi possível verificar esses dados para as datas de início do processo de habilitação. Talvez ambos tivessem enriquecido posteriormente ao início do processo.

De acordo com Rodrigues (2007:190), “todos os indivíduos estudados eram solteiros no momento em que se tornaram agentes da Inquisição e pouquíssimos se casaram, provavelmente porque tinham dificuldade de encontrar noivas em Minas que pudessem passar pelo processo de habilitação do Santo Ofício”. Manuel, parece-nos, já se tratava de alguém com algum capital econômico, pois era casado com a paulista Maria Lemes de Oliveira quando entra com o processo de habilitação. Tal indicação nos leva a deduzir que, uma vez que Manuel foi habilitado, não havia nenhuma restrição para tal nem nele e nem em sua esposa, o que, por sua vez, nos leva a presumir que sua esposa era de família distinta social e, muito provável, economicamente. Ora, para se casar com moça de “boa família”, havia que se ter como sustentá-la dentro do previsto. João, por seu turno, seguia a regra de ser solteiro, comum aos pretendentes a Familiar do Santo Ofício, quando deu início ao processo, e não consta que tenha se casado.

Outra característica que Manuel possui e que o aproxima do perfil comum são os vínculos que os reinóis, analisados por Rodrigues, faziam questão de manter com Portugal. Assim como esses reinóis, Manuel deu bastante importância às formas de distinção social portuguesa. Rodrigues (2007:190) mostra-nos que, não raro, “podemos encontrá-los enviando dinheiro e pálios para as irmandades de prestígio de suas freguesias natais.” Em seu testamento, Manuel lega:

Deixo de esmola a minha afilhada e irmã Maria Ferreira, casada com José Velho do Pinho moradores na Pátria onde eu nasci em falta deles a meu sobrinho ou sobrinha; deixa legados para os pobres de Portugal e para ajuda na construção de capelas¹⁵⁶.

O porquê de haver apenas duas Habilitações desse tipo dentre nossos sujeitos continua em aberto para ser averiguado em estudo posterior. Passemos agora a outra forma de distinção social acessada pelos homens ricos desta pesquisa.

¹⁵⁵ Em libras, esses valores ficam entre 563 e 2.251 libras.

¹⁵⁶ Traslado do testamento em IPHAN/SJDR - I (C-22).

Mais uma vez nos deparamos com a complexidade e a peculiaridade da sociedade mineira setecentista. Ao analisar os pedidos de concessão de Hábitos de Ordens Militares,¹⁵⁷ títulos nobiliárquicos, Raminelli (2013) afirma que um dos caminhos para a concessão desses hábitos era a troca por valores econômicos com a Coroa,¹⁵⁸ permitindo que tais hábitos fossem adquiridos pelos grandes proprietários, pelos homens ricos, portanto. Contudo, ao analisar os pedidos para a obtenção de Brasões de Armas,¹⁵⁹ Raminelli (2018) percebe que esses títulos eram essencialmente concedidos aos portugueses, uma vez que os grandes proprietários de grandes cabedais, especialmente das Minas, não se mostravam interessados nesse tipo de nobilitação e sequer chegavam a pedi-la. Essa afirmativa pode ser um indicativo do motivo da ausência de Brasões de Armas entre os sujeitos da nossa pesquisa.

As habilitações para a Ordem de Cristo, por sua vez, mostraram-se raras, mas presentes entre os nossos homens ricos. Dentre os 78 sujeitos estudados, apenas 3 possuíam tal honraria. Essa Ordem, descendente da Ordem dos Cavaleiros Templários, era a maior honra concedida, à qual poucos poderiam ter acesso,¹⁶⁰ e o prestígio que conferia aos seus designados se dava tanto a esse exclusivismo quanto graças à sua forte tradição na cultura portuguesa, que vinha desde a Idade Média.

Em seu estudo sobre o imaginário da restauração na Capitania de Pernambuco, Evaldo Cabral de Melo (1997:153), ao colocar o foco sobre a “nobreza da terra”, afirma que, a partir da segunda metade do século XVII, iniciou-se uma intensa reivindicação por títulos de nobreza por parte dos descendentes dos

¹⁵⁷ Entre as nobiliárquicas ordens militares, estão as seguintes: Ordem de Cristo, Ordem de Avis e Ordem de Santiago.

¹⁵⁸Anteriormente a esse período, tais Hábitos eram concedidos como reconhecimento de serviços ao Rei. Os pedidos eram avaliados pela Mesa de Consciência e Ordem (concelho religioso que verificava se o indivíduo não tinha defeito de sangue, ou seja, se não era judeu, mulato, mouro, herege ou protestante). No século XVIII, esse hábito passou a ser vendido. Raminelli (2013: 83-110).

¹⁵⁹ Esses, assim como os Hábitos das Ordens Militares, são mais um exemplo de títulos utilizados como uma forma de os súditos alcançarem a nobilitação, no século XVIII.

¹⁶⁰ Ver: Silva, Kalina Vanderlei. “Cerimônias Públicas de Manifestação de Júbilo: Símbolos Barrocos e os Significados Políticos das Festas Públicas nas Vilas Açucareiras de Pernambuco nos Séculos XVII e XVIII”. Artigo publicado em: Silva, Kalina Vanderlei. Ensaios Culturais sobre a América Açucareira/ Kalina Vanderlei Silva. – Recife: EDUPE, Vol.1, 2008. CD-ROM ISSN 1983-389X.

restaurados.¹⁶¹ Nas Minas, contudo, não parece ter ocorrido o mesmo. Rodrigues (2007:207) afirma que o hábito da Ordem de Cristo¹⁶² era a distinção social de mais difícil alcance, por ter requisitos de acesso bastante restritivos, que incluíam limpeza de sangue, prestação de serviços à Coroa e ausência de “defeito de mecânica” (isto é, após receber a habilitação, para ser armado Cavaleiro, o súdito não podia ter vivido do trabalho de suas próprias mãos, exigência esta estendida também aos pais e avós dos candidatos).¹⁶³

Essas exigências, especialmente a última, impossibilitava o acesso de grande parte dos habitantes de Minas, que, como vimos, eram sujeitos em mobilidade social ascendente. De acordo com Rodrigues, poucos conseguiram o Hábito da Ordem de Cristo, e, desses, a maior parte ocupava ou postos importantes nas companhias de ordenanças, ou nas outras companhias militares de Minas ou ainda nas câmaras. Isso se explica porque, estando no exercício desses cargos, prestando serviços próprios à Coroa, era mais fácil conseguir a mercê do Hábito de Cristo.

De acordo com a afirmação, dos três homens ricos que receberam tal honraria, um ocupava o posto de Mestre de Campo (Jacinto Vieira da Costa), e outro, apesar de não termos a confirmação de que exerceu o cargo, foi nomeado Escrivão de Ouvidoria da Comarca do Rio das Mortes (Francisco Mendonça e Sá).

Este último era mineiro com grande capital econômico e também simbólico. Solteiro, possuía um plantel de mais de 65 escravos e um monte-mor de aproximadamente 6.600 libras. O curioso nesse caso é que Francisco é um dos poucos homens ricos que nasceram em terras coloniais. Mendonça e Sá é natural da Cidade de Paraíba do Norte, Bispado de Pernambuco,¹⁶⁴ e é possível que a tradição das elites de sua terra natal, de buscar a nobilitação, tenha influenciado em sua busca.

Em seu testamento, demonstra que seu capital simbólico se expressa para além da habilitação e, nesta restrita ordem, deixa declarado:

¹⁶¹ A título de curiosidade, no que concerne ao mesmo território e fazendo uma comparação, Kleber Henrique da Silva (2013:11) encontrou 35 habilitações para a Ordem de Cristo entre os anos de 1697 até 1784.

¹⁶² Do total de 457 Familiares analisados pelo autor, 23 se habilitaram para receber o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo.

¹⁶³ Sobre os procedimentos para se habilitar na Ordem de Cristo, ver, ainda, Olival (2001:107-137).

¹⁶⁴ IPHAN/SJDR - I(C-29).

Meu corpo será envolto no meu manto e Hábito de Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo, por baixo do manto o escapulário de Terceiro de Nossa Senhora do Monte do Carmo (PARTE DANIFICADA) e conduzido a Igreja onde os irmãos do santíssimo me darão cova por ser sepultado como Provedor que tenho sido da mesma Irmandade.¹⁶⁵

Dentre as formas de distinção social entre os homens ricos, a mais comum, portanto não tão distinta quanto as citadas anteriormente, era o pertencimento a uma Ordem Terceira. Essas Ordens, juntamente com as irmandades e confrarias,¹⁶⁶ foram instituições marcadas pela participação ativa dos leigos na organização da vida religiosa. Das suas atribuições faziam parte a construção de templos; os encargos dos ofícios religiosos; o assistencialismo; o amparo dos irmãos na doença, na velhice e morte, não havendo, assim, dentro dessas associações, uma divisão nítida entre o temporal e o espiritual.

Tais instituições leigas eram frequentadas por grande parcela da sociedade, incluindo homens e mulheres tanto das camadas mais pobres quanto das mais abastadas. O pertencimento a uma irmandade era condição necessária para ser reconhecido perante a comunidade. Assim, essas associações deveriam promover a religiosidade entre os iguais, ou seja, havia irmandades distintas para cada “qualidade” de pessoa. O ingresso de novo membro nas irmandades dependia da aprovação pela mesa diretora, por meio de votação, e seguia critérios rígidos, especialmente para as ordens terceiras que reuniam os homens brancos e abastados. Por esse motivo, essas ordens também concediam prestígio e distinção social aos seus membros, fazendo com que ser membro delas significasse integrar um estrato superior da sociedade escravista colonial.

Na capitania de Minas, essas organizações atravessaram o século XVIII como importantes pilares de sustentação da fé católica local, ocupando um lugar aberto como consequência da proibição das ordens seculares. A partir do ano de 1750, os mais abastados vão se aglutinar sobretudo nas ordens terceiras do Monte do Carmo e de São Francisco, mas não só. Cerca de 70% dos homens ricos, em algum momento

¹⁶⁵ IPHAN/SJDR - I(C-29).

¹⁶⁶ Sobre o tema, ver de BOSCHI, Caio César: Os Leigos e o Poder. Irmandades Leigas e Política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986; Espaço de Sociabilidades na América Portuguesa e historiografia brasileira contemporânea. *Vária História*. Belo Horizonte, Vol.22, n. 36, jul/dez 2006, p.291–313; Irmandades, religiosidades e sociabilidade. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, vol.2, 2007.

da documentação analisada, aparecem associados a pelo menos uma irmandade. Já as ordens terceiras, mais distintas, são mais raras. Para a Comarca do Rio das Mortes, temos a participação de mais de 43% dos sujeitos analisados pertencentes a alguma ordem terceira. A de Nossa Senhora do Monte do Carmo e a de São Francisco são as mais frequentadas.

Para as outras comarcas, os números, assim como a preferência pelas duas Ordens citadas acima, aproximam-se: 39% para a Comarca do Rio das Velhas e 45% para a de Vila Rica. Contudo, há que se observar que, de modo geral, um mesmo indivíduo pertencia a várias irmandades e às ordens terceiras ao mesmo tempo.

2.5. Matrimônio, concubinato e procriação

De acordo com Brügger, falar de família no ocidente nos remete a dois pilares: matrimônio e procriação. "Segundo a fé católica a família, celular básica da sociedade seria formada a partir da união matrimonial, que por sua vez, objetivaria a procriação." (2007:134)

A imagem de família ideal para a Igreja Católica seria o núcleo Nossa Senhora, São José e o Menino Jesus. Uma família nuclear, embora pudesse, dependendo do contexto, se expandir com agregados e outros parentes consanguíneos, como é o caso do modelo de família abordado nesta pesquisa. A ideia do matrimônio como sacramento é relativamente recente na história da igreja. Apenas no ano de 1150 d.C. ele foi incluído entre os sete sacramentos, mas não sem muita discussão.

O casamento, segundo Vainfas (1989), era visto como um "mal menor" para aqueles que não conseguiam viver castos, e a cópula era aceita apenas para fins de procriação. Desse momento em diante, casamento e procriação, para a moral cristã, passaram a ser indissociáveis, e o matrimônio, indissolúvel – antes mesmo de se tornar sacramento e sob o controle da Igreja Católica.¹⁶⁷ Brügger, entretanto, ressalta que essa associação entre matrimônio e procriação já existia antes da sacralização do primeiro. Na vigência do casamento-contrato, ou "esponsais", como eram

¹⁶⁷ A partir do Concílio de Trento, século XVI, os casamentos celebrados fora da Igreja Católica passaram a ser nulos. Esta instituição pretende passar, então, a ter o controle hegemônico das uniões conjugais, ao menos no mundo católico.

chamados em Portugal, segundo Almeida (1992),¹⁶⁸ o casamento era um contrato entre duas partes em que a noiva seria o veículo para a circulação do patrimônio. Assim, caso fosse constatada a incapacidade da mulher de procriar, o contrato poderia ser desfeito, não era indissolúvel como o sacramento.

Acreditamos ser importante trazer tal reflexão para nos ajudar a entender que essa relação matrimônio e procriação estava presente no discurso moral de Portugal e, conseqüentemente, de algum modo, das terras coloniais. Contudo, sabe-se que os nascimentos ilegítimos não eram incomuns nem nas terras de além, nem nas terras de aquém-mar. Tentaremos agora compreender tais comportamentos, de matrimônio e de geração de filhos, bem como, mais à frente, a natureza desses filhos para os homens ricos das três comarcas da Capitania de Minas analisadas nesta pesquisa.

Assim sendo, se por um lado havia um forte discurso moral da Igreja Tridentina que salientava a dicotomia entre casamento e concubinato, sendo este último um pecado e passível de punição, por outro, corroborando a ideia de Figueiredo (1998), de acordo com Brügger (2007), nas famílias das Minas setecentistas não havia tal antagonismo. Pelo contrário, o que se observa é que muitas vezes havia uma conciliação entre ambas as situações.

A mesma autora afirma ainda que casamento e concubinato eram instituições distintas com funções e objetivos específicos naquela sociedade. Enquanto o concubinato podia ser um espaço aberto aos interesses pessoais, incluindo o aspecto de natureza afetiva e sexual,¹⁶⁹ o casamento era um arranjo familiar apoiado em interesses que podiam ser tanto políticos quanto socioeconômicos.

Outro ponto importante para entendermos os arranjos familiares das Minas do ouro é a compreensão de que havia diferenças não só entre casamento e concubinato, mas também entre as várias relações conjugais não legitimadas pela Igreja. Segundo Brügger (2007), o concubinato era diferente da prostituição e não podia ser confundido ainda com relações fortuitas. Citando Vainfas (1989), a autora afirma que concubinato era definido mais pela durabilidade que pela coabitação. Nesse ponto voltamos à ideia de Figueiredo (1998) acima exposta, de família

¹⁶⁸ Apud Brügger (2007:134).

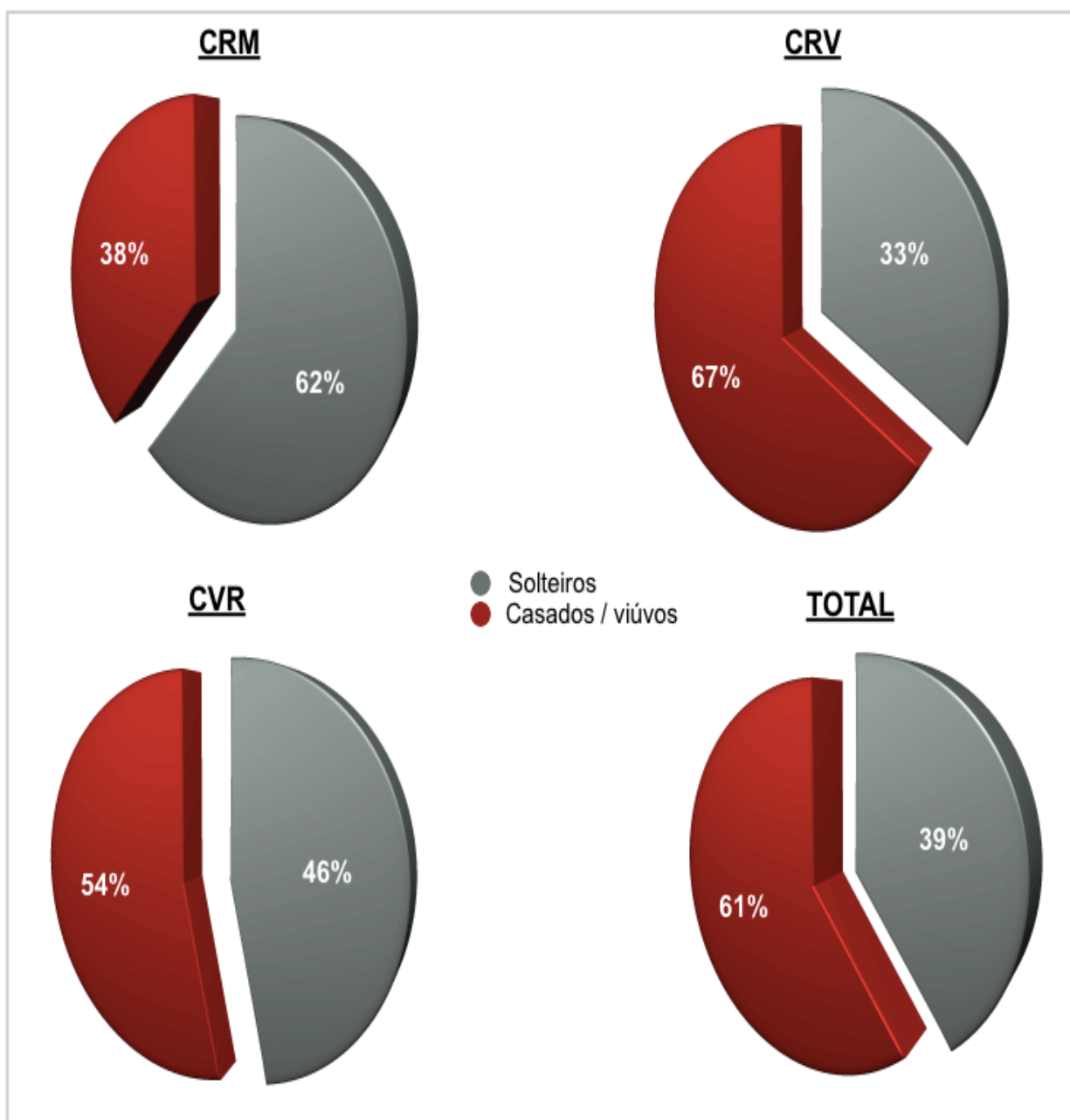
¹⁶⁹ Brügger (2007:122) salienta que atender aos interesses pessoais não era o único objetivo do concubinato, podendo haver, por meio deste, relações que atendiam a interesses familiares como um todo, porém o local “privilegiado e socialmente reservado para a construção de alianças familiares era o casamento”.

fracionada, ou seja, casais que tinham uma relação estável – com um sentimento de família desenvolvido, bem como solidariedade afetiva e realizações de rituais privados– , mas não reconhecida pela igreja e que, por esse motivo, optavam por viver em domicílios diferentes, na tentativa de burlar a fiscalização e a punição da Igreja.

Para as três comarcas analisadas neste estudo, encontramos cenários diversos ao observarmos a situação dos homens ricos com relação ao matrimônio. Conforme podemos observar no gráfico seguinte, o número de indivíduos que contraíram matrimônio em algum momento da vida se mostra superior para o geral. Almeida (2010), ao analisar o estado civil dos homens ricos para as comarcas do Rio das Mortes e de Vila Rica, também encontra uma porcentagem maior de homens casados do que de solteiros. Almeida afirma que essa situação indica um maior enraizamento destes sujeitos, provavelmente por se tratar de um grupo social distinto.

Para as nossas análises, outra hipótese, que não necessariamente exclui a anterior, é a de que um maior número de casados nesse grupo mais privilegiado possivelmente se justifica com base na fala de Brügger (2007), segundo a qual a autora trata o casamento como um arranjo familiar que visava interesses políticos e socioeconômicos. Não é de se estranhar que os homens ricos, como parte representativa das elites locais, utilizem esses instrumentos para negociar seus capitais simbólicos e sociais. No entanto, o que nos chama a atenção no gráfico a seguir é a característica desse perfil encontrado para a Comarca do Rio das Mortes. Vejamos:

Gráfico 9 - “Estado civil” dos homens ricos por comarca (1750–1809).



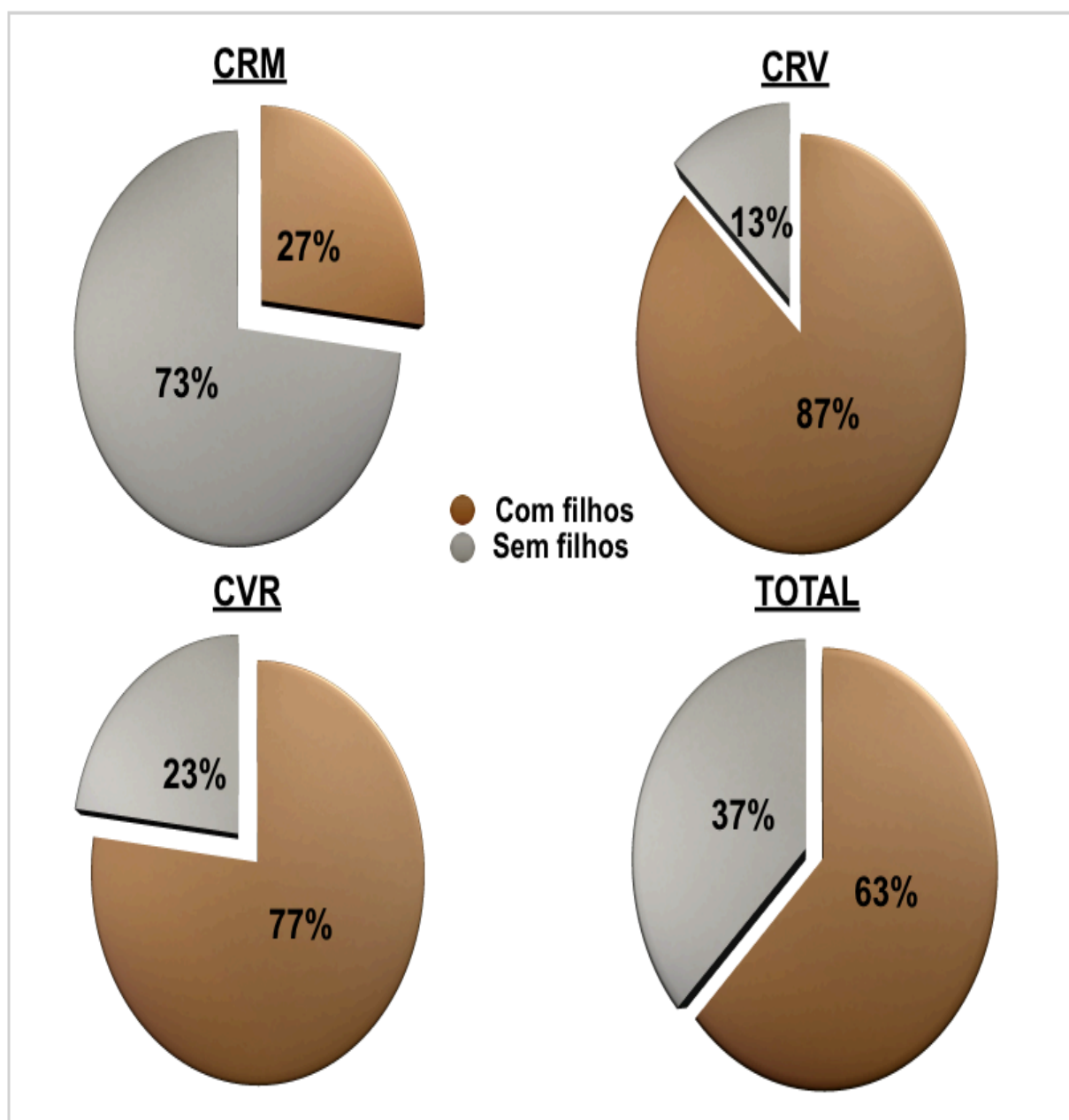
Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Almeida (2010:183) não separa os números para as comarcas do Rio das Mortes e a de Vila Rica em sua pesquisa. Ambas as comarcas são analisadas de forma agrupada. Para esse agrupamento, ela apresenta que pouco mais de 27% dos homens ricos dessas duas comarcas eram solteiros e, portanto, mais de 72% teriam se casado. Por estarem em conjunto, não temos como saber o quanto os números de uma comarca interferiram nos da outra; mas, ao observarmos os números que a mesma autora encontra para o Termo de Mariana, na Comarca de Vila Rica, 17,3% de solteiros e 82,7% de casados, podemos considerar pertinente que os possíveis altos índices de casamento dessa comarca tenham puxado, de certa forma, os índices de casamento quando analisados para as comarcas em conjunto. Isso significa dizer que não podemos descartar a possibilidade de os índices de matrimônio da Comarca do Rio das Mortes ser inferior aos apresentados para o agrupamento. Essa é, contudo, uma hipótese inverificável por nós. Para a presente pesquisa, observamos que a Comarca do Rio das Mortes é a que apresenta a maior porcentagem de solteiros entre os homens ricos. É, ainda, a única comarca que tem um percentual maior de solteiros do que de casados entre os sujeitos analisados.

Essa proporção certamente nos ajuda a entender a razão entre os sujeitos com filhos e os sem filhos e, de forma mais aprofundada, entre os sujeitos que têm filhos, quantos deles têm apenas filhos legítimos, quantos têm apenas ilegítimos/naturais e quantos têm ambas as modalidades.

A porcentagem de homens ricos que tinha filhos¹⁷⁰ de qualquer natureza, ou pelo menos que assumiu e declarou seus filhos em algum momento na documentação pesquisada, apresenta-se da seguinte forma para as comarcas estudadas:

¹⁷⁰ Vale ressaltar que, quando tratamos neste texto de homens que “tinham filhos”, estamos nos referindo àqueles sobre os quais conseguimos alcançar tal informação, ou seja, os indivíduos que em algum momento da documentação analisada declaram e assumem que têm filhos de qualquer natureza. Estamos cientes, contudo, de que essa amostragem não reflete na totalidade a quantidade das paternidades existentes dentre esses sujeitos, já que, certamente, muitos filhos não foram assumidos e declarados. Assim, trazemos para essa análise somente os dados possíveis.

Gráfico 10 - Porcentagem de homens ricos com e sem filhos (1750–1809).

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Os dados aqui expostos nos mostram que a maior parte dos homens ricos das comarcas estudadas tinha filhos, legítimos ou ilegítimos/naturais. Se compararmos com o gráfico 8, podemos perceber que há alguma relação entre a porcentagem dos que tiveram filhos ou não com a porcentagem de matrimônios.

Os gráficos mostram que 61% dos homens ricos contraíram matrimônio em algum momento de suas vidas, contra 39% dos que sempre foram solteiros. Com relação aos filhos, observamos que 63% dos homens ricos indicaram ser pais, e 37% nunca chegaram a assumir a paternidade, ou nunca tiveram filhos. Olhando o todo, parece-nos que a porcentagem de matrimônios está intimamente ligada à procriação; porém, ao analisarmos de maneira focada em cada comarca, percebemos condições diferentes nessa relação para cada comarca analisada. Na Comarca do Vila Rica, percebemos que a porcentagem dos indivíduos que tiveram filhos é 23% maior do que a porcentagem de sujeitos que se casaram. Isso nos leva a perceber que parte dos que tinham filhos eram solteiros. Uma constatação que, embora nos ajude a observar esses comportamentos, não é necessariamente novidade para tais cenários, pois a historiografia já vem demonstrando que o número de filhos ilegítimos era alto para o período.

Entretanto, a Comarca do Rio das Mortes nos aponta um cenário diferente. Se nas demais comarcas os índices de procriação e de matrimônio são superiores à ausência destes, nesta comarca, ao contrário, a porcentagem de solteiros (62%) é superior a de casados/viúvos (38%), e a porcentagem de indivíduos que tinham filhos (27%) é bem menor que a dos que não tinham (73%). O cenário fica ainda mais curioso quando detectamos que na comarca em questão não há nenhum solteiro analisado na pesquisa que tenha declarado filhos. Todos os filhos declarados, legítimos e ilegítimos/naturais, tinham como origem os homens casados/viúvos.

Tabela 7 - Média das proles, legítimas e ilegítimas/naturais para as três comarcas analisadas (1750–1809).

Comarca	CRM			CRV			CVR			Total		
	Casados/ viúvos	Solteiros	Total	Casados/ viúvos	Solteiros	Total	Casados/ viúvos	Solteiros	Total	Casados/v iúvos	Solteiros	Total
Situação dos pais												
Média do nº de filhos	4,3	0	1,4	7,3	3,1	5,8	6,9	1,1	4	6,2	1,4	3,7

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Buscando a média das proles para as três comarcas, entre legítimos e ilegítimos/naturais, obtemos, para a Comarca do Rio das Mortes, uma média de 1,4 filhos –média, como podíamos imaginar, muito inferior a das outras duas comarcas, que era de 5,8 filhos para a Comarca do Rio das Velhas e 4 filhos para a Comarca de Vila Rica.

Para tentarmos entender minimamente esse comportamento diverso encontrado para a Comarca do Rio das Mortes, analisamos duas características dessa população, já observadas por Brügger (2007:190), que acreditamos possam nos ajudar a compreender o baixo número de filhos quando comparadas às demais comarcas analisadas.

O fato de haver mais solteiros do que casados/viúvos é claramente uma dessas características, já que, como observamos na tabela 6, a média das proles, legítimas e ilegítimas/naturais, era consideravelmente superior entre aquelas oriundas de pais que contraíram matrimônio em algum momento de suas vidas. Brügger também encontra um número maior entre as proles legítimas do que ilegítima/naturais para os livres.¹⁷¹ Assim, podemos entender que os homens casados tinham mais filhos em média que os solteiros e, portanto, nesta comarca em que encontramos um número muito elevado de solteiros, é esperado que encontremos menos filhos no todo.

Entretanto, mesmo os indivíduos que tiveram filhos, no universo considerado, tiveram menos filhos que os demais. E é para tentar entender esse comportamento que observamos uma outra característica dessa população. Brügger, ao fazer suas análises quanto à média do número de filhos encontrada nos inventários por ela analisados, percebe uma ligação destes com o número de cativos. Segundo a autora, havia uma ligação direta entre a propriedade de cativos e a prole arrolada nos

¹⁷¹ Interessante observar que Brügger percebe um comportamento oposto para os forros, isto é, as proles de filhos naturais não maiores que as de filhos legítimos neste grupo.

inventários. Assim, as famílias que possuíam plantéis maiores de cativos eram também as que mais procriavam. Para Brügger, isso se explicaria, por um lado, pelo fato de as camadas mais prósperas, que ela associa diretamente às que mais possuíam escravos, terem mais condições de cuidar e alimentar seus descendentes, reduzindo, assim, a mortalidade infantil. Por outro lado, a autora associa os filhos como peças-chave para constituição de alianças; as famílias maiores eram, assim, as que tinham maiores possibilidades de obter sucesso em suas estratégias sociais, e isso se refletia no tamanho de suas escravarias.

Para os sujeitos ora analisados, os homens ricos, conseguimos observar que a Comarca do Rio das Mortes é a comarca para a qual temos a menor média de plantel de cativos;¹⁷² contudo, não nos sentimos confortáveis em afirmar que essas eram famílias menos prósperas que as que possuíam mais escravos, pois a média do valor de monte-mor desses sujeitos é superior aos demais. Assim, para os nossos sujeitos, não conseguimos explicar tal comportamento ainda, mas acreditamos ser possível afirmar que o número mais baixo dos filhos e da posse de escravos não necessariamente está ligado à menor prosperidade das famílias dessa comarca.¹⁷³ Talvez o alto número de sujeitos solteiros e o baixo número de filhos se deem, além do já exposto, também pelo fato de que os filhos ilegítimos/naturais certamente eram subestimados, já que muitos não declaravam esses filhos. Tendo um número muito alto de solteiros nessa região, a possibilidade de haver filhos ilegítimos/naturais pode ser maior.

Nessa perspectiva, voltando à associação entre matrimônio e procriação e continuando a relacionar esses dois gráficos (8 e 9), se imaginarmos que poderia haver uma relação estreita entre essa associação, poderemos inferir que, potencialmente, a comarca que apresentava maior número de filhos ilegítimos/naturais é a Comarca do Rio das Velhas, já que a maior relação entre a

¹⁷² As médias de escravos para as três comarcas são: Rio das Mortes, 18; Rio das Velhas, 27; Vila Rica, 28. Ver tabela 5 do Capítulo 1.

¹⁷³ Um comportamento parecido foi observado por Furtado (1999:154-156) ao analisar comerciantes mineiros das primeiras décadas do século XVIII. De acordo com sua pesquisa, os comerciantes mineiros desse período seguiam um comportamento familiar que se assemelhava ao dos portugueses do norte de Portugal, com altos índices de ilegitimidade, casamentos tardios e predominância dos celibatários. De acordo com o nosso levantamento, no entanto, a Comarca do Rio das Mortes não era a que tinha maior número de negociantes entre as três estudadas, não sendo possível associar tal padrão para nossos sujeitos.

porcentagem de sujeitos solteiros e a porcentagem de sujeitos com filhos está nesta comarca. Contudo, como comentado acima, a ilegitimidade/naturalidade dos filhos vai além do estado de solteiro dos genitores.

Ainda de acordo com Brügger (2007:120), entender o índice de legitimidade pode nos ajudar a compreender o comportamento conjugal da sociedade. Dessa forma, quanto mais filhos ilegítimos/naturais, menor seria a valorização do matrimônio e a utilização de relações construídas à margem do sacramento, enquanto que um alto índice de legítimos demonstra uma maior valorização do casamento formal. No entanto, há que se observar que, se por um lado a legitimidade nos indica, de fato, presença de matrimônio, a ilegitimidade, por sua vez, pode não apontar para uma desvalorização do mesmo. Basta pensarmos que homens casados, que, portanto, valorizavam tal instituição, o casamento, e que cumpriam com o ideal para o *status* que ocupavam, tinham filhos ilegítimos/naturais, alguns mais de uma vez.

Porém, antes de entrarmos nas análises desses índices, acreditamos ser fundamental definir as categorias que adotamos para tal. Na nossa dissertação,¹⁷⁴ ao trabalhar com os órfãos abastados, vimo-nos na necessidade de definir e categorizar os descendentes de acordo com o tipo de relação que seus pais tiveram. Essas mesmas categorias trazemos novamente para nosso estudo atual. A utilização da mesma categorização justifica-se por se tratar basicamente dos mesmos tipos de fontes utilizadas em ambos os estudos e, conseqüentemente, das formas mais comuns com as quais esses sujeitos são referenciados na documentação.

De acordo com as Ordenações Filipinas, que vigoravam no Brasil durante o período estudado, legítimos eram os filhos de matrimônios, e ilegítimos eram os gerados fora do casamento – sendo que desses poderia ainda haver os naturais, quando os pais não eram casados, mas não possuíam nenhum impedimento para isso.

Legítimos e naturais¹⁷⁵ são os mais comumente encontrados na documentação, mas havia, além dessas, outras distinções explicitadas nas ditas

¹⁷⁴ Gorgulho (2011).

¹⁷⁵ Na documentação não foi encontrado nenhum órfão definido como ilegítimo, mas, em alguns casos, é possível classificá-lo como tal através da idade. Dependendo da idade do filho, conseguimos perceber se o mesmo foi concebido no período em que um dos pais estava em matrimônio com outra pessoa. No entanto, são pouquíssimos os casos em que se pode fazê-lo com segurança, e, por esse motivo, para as análises pretendidas, optou-se por dividir os filhos em legítimos (correspondendo aos que eram

Ordenações. Entre os filhos considerados naturais, subdividiam-se mais três categorias: sucessíveis e insucessíveis – identificando respectivamente os que poderiam e os que não poderiam receber herança –, e os espúrios, concernentes às pessoas que não poderiam, por algum impedimento, contrair matrimônio, como os filhos de clérigos ou de concubinatos entre pessoas casadas, por exemplo. Eram os chamados “filhos de pais incógnitos”,¹⁷⁶ já que a reprovação ou a ilegalidade do coito que os gerara impedia que fossem assumidos perante a lei e a sociedade.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, legislação eclesiástica que aplicava ao Brasil os preceitos tridentinos, mostravam-se bastante afinadas com a legislação civil. Elas previam que os nomes dos pais das crianças batizadas, oriundas de relacionamentos não ratificados pela Igreja, só poderiam constar no registro paroquial se não houvesse escândalo.

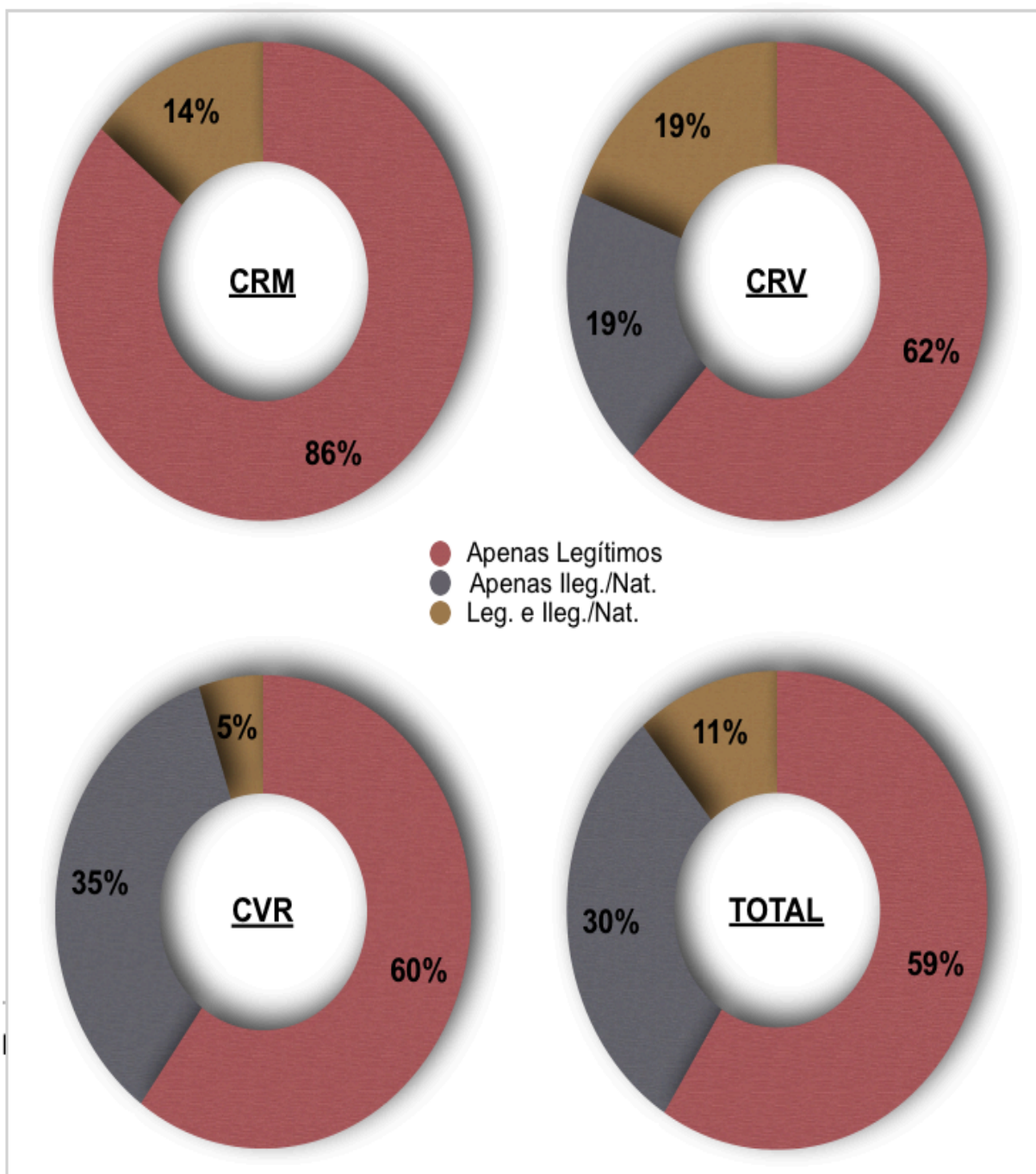
Assim, categorizamos os filhos encontrados neste estudo como legítimos – gerados dentro do casamento – e ilegítimos/naturais – abarcando todos aqueles que foram gerados fora do matrimônio formal, mesmo reconhecendo que dentre esses também havia diferenças.

Para termos uma visão melhor sobre a distribuição dessas categorias de filhos entre os homens ricos, observemos o gráfico abaixo:

oriundos de matrimônios) e ilegítimos/naturais (correspondendo aos que eram filhos anteriores ou posteriores – nascidos depois da viuvez – aos casamentos, bem como os filhos fora destes).

¹⁷⁶ ALMEIDA, Cândido Mendes de. Comentando Ordenações Filipinas, livro Quarto, Título XCIX. Lisboa.

Gráfico 11 - Distribuição, em porcentagem, dos filhos legítimos e ilegítimos/naturais entre os Homens Ricos das comarcas analisadas (1750–1809).



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Ao analisarmos o gráfico 11, percebemos que a comarca com o maior índice de filhos ilegítimos/naturais era a Comarca de Vila Rica. É nela também que se encontrava uma maior porcentagem de sujeitos que tiveram apenas filhos ilegítimos/naturais (35%). Para a Comarca do Rio das Mortes, de todos os sujeitos que tiveram filhos, apenas 14% tiveram filhos legítimos e ilegítimos/naturais. 86% tiveram apenas proles legítimas. Na Comarca do Rio das Velhas, apesar de termos um índice de sujeitos com filhos (87%) consideravelmente maior do que de sujeitos casados (67%) – de acordo com os gráficos 8 e 9 –, observamos no gráfico 11 que, dentre aqueles que tiveram filhos, a maioria teve apenas filhos legítimos (62%), e a porcentagem daqueles que tiveram ambas as naturezas de filhos e daqueles que tiveram apenas os ilegítimos/naturais é a mesma, 19%.

Elaborado esse quadro, podemos ter uma ideia mais clara de quem eram esses homens, integrantes das elites locais nas três comarcas aqui analisadas. Assim, apesar de algumas peculiaridades que acreditamos ter contemplado nas análises acima, podemos afirmar que os homens ricos das comarcas do Rio da Mortes, Rio das Velhas e de Vila Rica eram caracterizados por serem parte das elites coloniais fundamentalmente econômicas. Suas riquezas derivavam, principalmente, da atividade mineradora, o que não os excluía de exercerem outras atividades concomitantemente. A imensa maioria era de portugueses migrados do norte de Portugal. Eram grandes proprietários de cativos e estavam em certa medida inseridos nos graus administrativos de nível médio. A maior parte deles era casada e com filhos, com exceção da Comarca das Rio das Mortes; predominava, assim, entre essas famílias, a prole legítima. No entanto, os índices de ilegitimidade/naturalidade eram elevados.

Acreditamos ser possível afirmar que aqui se configura um panorama, um olhar geral que caracteriza os sujeitos abordados nesta pesquisa: os homens ricos. Procuramos, neste capítulo, traçar um perfil socioeconômico desses sujeitos. Com isso, pudemos observar algumas estratégias utilizadas na transformação de capitais econômicos em simbólicos, objetivando ascensão e manutenção de um capital social.

Conhecendo melhor esses sujeitos e suas famílias, passaremos no próximo capítulo à busca de quais eram os legados desses homens ricos, em especial, os legados das letras. Interessamos alcançar o que e para quem eram destinados tais legados e, a partir daí, perceber o papel da educação legada com o objetivo de manutenção de suas distinções.

Capítulo 3 - “ E por ser esta a minha última vontade que tenho dito e disposto...”

3.1 Legados/heranças: concepções ampliadas

Como vimos no capítulo anterior, os sujeitos desta pesquisa eram indivíduos possuidores de bens, de negócios, de propriedades e, por consequência, manifestavam preocupação e interesse no futuro de sua descendência e na ordenação da sociedade em que viviam. Esses homens ricos das três comarcas analisadas ocupavam lugares de prestígio e distinção, e tal preocupação parece se dar, especialmente, pelo desejo e pela necessidade de manutenção de suas conquistas, que se constituíam tanto de bens materiais quanto imateriais, como as relações que eles estabeleciam e a posição social na qual eles e suas famílias se situavam.

Havendo tais interesses em jogo, podemos inferir que esses indivíduos achariam importante legar esses bens à sua descendência e, de certo modo, à sociedade. A herança, então, revela-se como um importante instrumento na busca por essa manutenção. De acordo com Bügger (2007:163), transmissão de herança é a grande responsável pela circulação de bens naquela sociedade.

Durante a segunda metade do século XVIII, na Capitania de Minas Gerais, assim como em todos os domínios do reino português, eram as Ordenações Filipinas que regulavam a transmissão dos bens por meio das heranças. De acordo com o Livro IV¹⁷⁷ dessas Ordenações, a herança deveria ser dividida de forma igualitária entre o cônjuge que ficasse e os filhos, fossem estes fruto da união do casal ou filhos apenas do que houvesse falecido. Os filhos herdariam sendo legítimos ou “tais”, isto é, aqueles que, se ilegítimos/naturais, tivessem sido reconhecidos e, portanto, adquirido o direito de herança.

Não existindo filhos, os herdeiros seriam os descendentes em linha direta, os netos. Não havendo descendentes, os bens seriam recebidos, em primeiro lugar, pelos ascendentes de igual grau, ou seja, os irmãos. No caso de estes não existirem, os ascendentes de grau mais próximo, primeiramente os pais e depois os avós, seriam

¹⁷⁷ Título 96 - “Como se hão de fazer as partilhas entre os herdeiros.”

os herdeiros; e se ainda não houvesse herdeiros descendentes ou ascendentes em linha direta, recebiam as legítimas aqueles que o morto tivesse indicado em testamento. Neste último caso, se o defunto não tivesse deixado testamento, seriam herdeiros os parentes mais próximos segundo o Direito Romano, que indicava qual graduação a ser seguida, semelhante ao exposto acima.

Um caso exemplar de legado a herdeiros forçados que não eram filhos é o de Francisco de Mendonça de Sá.¹⁷⁸ Solteiro, identificado como mineiro, morador da Paragem Barro Vermelho, Termo da Vila de São João del Rei, fez seu testamento sem reconhecer nenhum filho. Por esse documento, percebe-se que era um homem de bastante prestígio e bens. É um dos poucos Cavaleiros professos da Ordem de Cristo¹⁷⁹ encontrados na documentação analisada. Francisco Mendonça de Sá instituiu como suas herdeiras universais sua irmã, D. Ana de Andrade Bezerra, moradora da cidade da Paraíba, e sua sobrinha D. Joana de Andrade Bezerra, moradora em Pernambuco, filha do Capitão da Infantaria João Rodrigues de Souza e casada com o Doutor Francisco de Souza Magalhães; ele acrescentou que, se essa sobrinha estivesse morta, a herança deveria passar a seus herdeiros. Instituiu também a sobrinha, Dona Josefa, e Dona Ana, sua afilhada, que ele afirma estar casada na Vila de Goiana do governo de Pernambuco. Disse ainda:

Do restante da minha terça instituo por herdeiro a meu irmão João de Mendonça Sá morador na Vila de Goiana, irmão do segundo matrimônio aos filhos de sua irmã e minha Luíza de Mendonça por cabeça de sua mãe também do segundo matrimônio falecida na mesma Vila e a minha sobrinha Dona Florência moradora na Paraíba do Norte, casada com o Capitão Antônio José de Vasconcellos; (PARTE DANIFICADA)¹⁸⁰.

Por motivos óbvios, a legislação versava sobre a herança de bens materiais, descrevendo como deveriam ser divididos esses bens entre os herdeiros, dando, até mesmo, orientações sobre a divisão de bens que não podiam ser partidos, como os escravos.

¹⁷⁸ IPHAN / SJDR - (C-29).

¹⁷⁹ Uma das ordens religiosas de maior prestígio desde o século XII. Ver Capítulo 2 desta tese.

¹⁸⁰ IPHAN / SJDR - (C-29).

Da mesma forma, um dos dicionários¹⁸¹ da época apresentava os verbetes, herança e legado, e alguns de seus derivativos, desenvolvendo seus significados atrelados apenas aos bens materiais. Herança aparecia definida como “os bens e ações do defunto que ficam por sua morte ao herdeiro deduzidas as dívidas a que esses bens são responsáveis...” (1806:680/1). Legado, por sua vez, circulava como sendo “a parte da herança que o testador deixa a qualquer que não é herdeiro pelo testamento, nem fideicomissário, mandando ao herdeiro que a dê ao legatário...” (1806:13/2). Herança e legado, portanto, não apareciam com o mesmo significado, como nos dias atuais,¹⁸² sendo o legado uma espécie de herança a terceiro. Entretanto, como mencionado, ambos abordavam apenas a dimensão dos bens materiais.

Apesar de existir no período um entendimento jurídico e oficial sobre herança e legado, indicados pela legislação e pelos dicionários da época, optamos por trabalhar também com uma visão mais ampliada desses dois conceitos, da mesma forma como temos adotado uma visão mais ampliada acerca da família e, em especial, da educação. Fizemos tal opção por entendermos ser necessária essa ampliação em um contexto complexo como o analisado.

Estamos, portanto, entendendo herança e legado como sinônimos entre si, referentes a tudo aquilo que é deixado nos testamentos de forma declarada e aquilo que é dividido nos inventários. Compreendemos ainda que, para além do exposto, os legados podem ser perceptíveis em algumas ações realizadas mesmo antes da morte do testador ou inventariante. Desse modo, incluímos em nossa concepção não apenas heranças relativas a bens materiais, mas também a bens imateriais.

Nesse sentido, no presente estudo, legado refere-se não apenas aos bens materiais no geral (escravos, valores em ouro ou moedas, roças, ferramentas, animais, casas), mas também às heranças deixadas para satisfazer as almas dos testadores e pacificar sua relação com Deus; aos tipos de relação que tiveram (tutorias, testamentarias, sociedades, apadrinhamentos, casamentos seus e de seus filhos, etc.); e, ocupando um lugar especial nesta tese, àqueles bens de cunho

¹⁸¹ MORAES E SILVA, Antônio de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa (1806)*.

¹⁸² Dicionário Aurélio: <https://dicionariodoaurelio.com> (acesso 2018/2019).

educativo, que foram não apenas deixados, mas realizados em vida pelos homens ricos.

Esse tipo de abordagem, entendendo o legado não só como algo deixado após a morte, mas também realizado em vida, justifica-se ainda se pensarmos, tal como apresentou Brügger (2007), que é necessário relativizar a ideia de divisão igualitária dos bens. A autora afirma que é necessário observar as diversas outras formas de transmissão de bens em outros momentos que não só no *post mortem*.

Notamos que a herança, contemplando as suas diversas dimensões, foi utilizada como um instrumento fundamental na tentativa de perpetuação dos bens e do lugar social que esses sujeitos ocupavam. Em outras palavras, esses diversos tipos de legado mostraram ocupar um papel importante na manutenção dos arcabouços de capitais desses sujeitos e de suas famílias.

Neste capítulo, após observarmos como a legislação orienta os legados, como eram definidos em um dos dicionários do período e depois de termos delimitado o modo como os abordaremos, buscaremos analisar a utilização de algumas estratégias que serviram, de certa forma, para contornar o que era prescrito. Em seguida, por meio de um levantamento dos legados encontrados na documentação, observaremos o que esses sujeitos legavam e a quem o faziam.

Na intenção de responder à questão central desta tese, primeiro abordaremos os legados gerais, depois daremos enfoque aos legados que chamamos de educativos e, por fim, dentre os legados educativos, aqueles relacionados à cultura escrita. Antes, porém, acreditamos ser necessário explicitar as possibilidades e as condições de heranças, determinadas pelas Ordenações Filipinas, legislação da época, e como poderemos observar os legados desses sujeitos na documentação analisada.

3.2 Possibilidades e realizações acerca das heranças das elites coloniais

Conforme observado no capítulo anterior, o grupo que chamamos de homens ricos era, em sua maioria, de casados e possuíam filhos.¹⁸³ De acordo com Brügger (2007), o casamento e a procriação eram, juntamente com a herança, fontes

¹⁸³ Ver gráficos 9, 10 e 11 desta tese.

fundamentais de circulação dos bens. Quando havia órfãos, filhos e herdeiros pareciam assumir o mesmo sentido. Segundo Brügger, isso se dava devido tanto à legislação portuguesa quanto à moral católica, as quais apresentavam as obrigações dos pais para com os filhos, legítimos ou ilegítimos/naturais, e o direito destes à herança.¹⁸⁴

Como mostraremos mais à frente, nem todos os herdeiros eram os filhos, mas certamente eles podem ser observados em primeiro lugar dentre os herdeiros forçados.¹⁸⁵ Vale ressaltar que deserdar um filho praticamente significava deixar de reconhecê-lo como tal. As palavras de Constantino Barbosa da Cunha, único testador do grupo ora analisado que procurou deserdar os filhos, parecem demonstrar esse sentimento.

Declaro mais que Ventura Barbosa e Joaquim Barbosa, meus filhos que assim não mais os reconheço, sendo obrigados como filhos a obediência paterna, com submissão devida, ... Se esqueceram deste braço entregando-se aos mais fins de quererem ser excluídos da herança pretendida de meus bens. Porquanto se fizeram indignos dela pela desobediência, por terem desacreditado-me com infâmias de crédito e honra, como buscado ocasião o maior excesso de violência, ... e incorrendo nas penas cominadas a lei de não serem herdeiros (grifos nossos)¹⁸⁶

Se ser deserdado significava, em alguma medida, deixar de ser reconhecido como filho, para herdar era necessário, portanto, ser reconhecido. O reconhecimento dos filhos ilegítimos/naturais também era orientado pela legislação, na forma das Ordenações. Os nobres do Reino precisavam de um parecer régio para reconhecer seus filhos ilegítimos/naturais. Já os plebeus poderiam fazê-lo sem tais pareceres. Um dos instrumentos para o reconhecimento da prole ilegítima/natural mais utilizados e difundidos nesse período eram os testamentos. Tidos como um instrumento de perfilhação solene, normalmente indicavam não só o reconhecimento público da paternidade ou maternidade, como também a inclusão do filho no rol de herdeiros.

¹⁸⁴ *Ordenações Filipinas*, Livro IV, Título XCIX, 1.

¹⁸⁵ De acordo com o Dicionário Moraes e Silva, "herdeiros forçados, que o testador não pode preterir ou deserdar em consequência de alguma lei, salvo nos casos que por ela se lhe concede deserdá-los" (1806:680).

¹⁸⁶ IPHAN/SJDR – (R90).

Nos testamentos consultados, encontramos menção a filhos ilegítimos/naturais em pelo menos 41% deles.¹⁸⁷

Um desses documentos mostra-se interessante nesse aspecto, primeiro por demonstrar a prática do reconhecimento dos filhos ilegítimos/naturais e a instituição destes como herdeiros nos testamentos; depois, por nos permitir vislumbrar, ao mesmo tempo, um modelo familiar relativamente comum naquela sociedade, pois se trata de pais com seus filhos legítimos e ilegítimos/naturais, mas que se destaca em vários pontos. O Sargento-mor Antônio Monteiro,¹⁸⁸ identificado como homem cego em seu testamento, era um dos poucos sujeitos aqui analisados que não vieram de além-mar. Natural e morador da Vila do Sabará, declarava-se como filho natural de Joana Monteiro, e ao declarar seus filhos e herdeiros, expõe o seguinte:

Declarou que era casado na forma do Sagrado Concílio e Leis do Reino com Micaela Coelho dos Santos da qual teve antes do matrimônio uma filha por nome Cipriana, e depois dela os seguintes: Teodora, e Paula já falecidas Maria, e Alexandre, ainda vivos os quais instituía por seus universais herdeiros das duas partes de seus bens. Declarou mais que os herdeiros Teodora e Paula, já falecidas deixaram, cada uma delas, filhos que substituirão as pessoas de suas mães, cujos meninos estavam em sua companhia e são: Mariano, filho de Teodora e Maria, filha de Paula. Declarou mais que a dita sua mulher ao tempo em que se casou com ele testador já trazia no ventre um filho que batizou com o nome de Felipe, que não é filho dele testador e depois de casada com ele testador teve dois filhos um chamado João que é já falecido, e outra Joana ainda viva os quais dois filhos dizia o vulgo não eram dele testador bem que já casado com a dita sua mulher porém que para descargo de sua consciência declarando a dita sua mulher serem os ditos João e Joana seus filhos

¹⁸⁷ Ver gráfico 11 desta tese.

¹⁸⁸ CSO-I (85) 704 -1807.

debaixo de juramento entraram os [ditos] dois filhos na herança com os mais herdeiros já declarados. (grifos nossos)¹⁸⁹

Este é o único documento em que se apresenta um filho natural que era filho apenas da mãe, ou seja, de Micaela, a viúva. Felipe não se beneficiou da partilha dos bens de Antônio. Todos os demais filhos foram considerados herdeiros, com algumas diferenças que mostraremos mais à frente.

Outro ponto que vale ser salientado é a possibilidade de instituir como herdeiros, em pé de igualdade com a prole legítima, outros membros da família estendida. Este foi o caso encontrado no testamento do Capitão Domingos Pinto Carneiro,¹⁹⁰ português do Bispado do Porto, um dos homens mais ricos da Comarca do Rio das Velhas. Casado com Dona Marianna Efigênia Rita de Jesus, deixou expresso em seu testamento feito em 1775:

Declaro que em minha casa nasceu uma mulatinha por nome Ana a qual será minha herdeira em igual parte com os meus filhos que eu tiver de matrimônio, e no caso que em minha vida lhe dê estado entrará com o dote que eu lhe der para se lhe abater no que lhe pertencer se quiser. (grifos nossos)

Não podemos afirmar que Ana fosse filha do Domingos Carneiro, mas fato é que, mesmo não a reconhecendo como tal, isso não fez diferença para que ele lhe desse acesso ao seu espólio, da mesma forma como o fez com seus filhos reconhecidos. Vale ressaltar que esse caso é diferente de deixar legados específicos a alguma pessoa, situação que pode ser encontrada com frequência na documentação. No caso acima citado, trata-se, sim, de um documento em que se apresenta a instituição de alguém, que não necessariamente tem parentesco consanguíneo com o testador, como herdeiro universal tal qual seus filhos.

Entre nossos sujeitos, apesar de os índices de filhos legítimos serem maiores do que os de filhos ilegítimos/naturais, percebemos que o percentual destes últimos

¹⁸⁹ CSO-I (85) 704 -1807.

¹⁹⁰ CPO - 39 (58) 1441.

era ainda bastante elevado.¹⁹¹ A composição da sociedade mineira no século XVIII influenciou sensivelmente não só os índices de ilegitimidade, como também as possibilidades de acesso por parte dos ilegítimos/naturais ao legado deixado por seus genitores.

Nesse contexto, Ana Luiza de Castro Pereira (2006), comparando documentos da Vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, Comarca do Rio das Velhas, e a Vila de São João do Souto, Acerbispado de Braga em Portugal, afirma que, muito possivelmente pela mestiçagem social que havia na Vila de Sabará, a tolerância para com os filhos ilegítimos e seus pais era consideravelmente maior do que a vista nas terras lusitanas. No mesmo estudo, a autora consegue perceber, através da análise de testamentos, que em Sabará havia, por parte de alguns pais, uma “inteira preocupação com a boa criação dos filhos ilegítimos e com o seu sustento porque não possuía uma prole legítima” (2006:8).

Brügger, para a Comarca do Rio das Mortes, também verifica que a “aceitação” para com os filhos ilegítimos era maior quando não havia legítimos. Entretanto, é interessante a consideração que a autora faz: “...a existência de uma prole legítima não constituía um impedimento cabal, quando os pais realmente desejavam reconhecer sua prole ilegítima e habitá-la como sua herdeira”.(2007:165). Ao analisarmos os sujeitos da mesma comarca, percebemos que, ao contrário, ter filhos legítimos pode ter contribuído para o reconhecimento dos demais. Verificamos que apenas aqueles que possuíam prole legítima declararam ter também filhos ilegítimos/naturais. No entanto, para o total das comarcas temos um maior número de proles ilegítimas/naturais de que mistas.¹⁹²

Para a camada social estudada, parece não ter sido um problema os filhos ilegítimos/naturais reconhecidos receberem as heranças de seus pais. Em apenas um caso, o pai declarou que o filho que tivera quando solteiro já era falecido.¹⁹³ Nos

¹⁹¹ Considerando o total das três comarcas analisadas, de acordo com o gráfico 10, p. ???, verificamos que 59% dos *nossos sujeitos* tiveram proles exclusivamente legítimas. Já 30% tiveram proles exclusivamente ilegítimas/naturais, e 11% tiveram proles mistas, ou seja, cerca de 41% desses homens tiveram filhos ilegítimos/naturais.

¹⁹² Ver nota 185.

¹⁹³ IPHAN/SJDR – (C13).

demais documentos analisados neste estudo, todos os filhos ilegítimos/naturais, admitidos como filhos, entraram na partilha dos bens de seus pais, em que pese, como demonstrado, que a prole tivesse direito de herança igual, independentemente de sua natureza, conforme previsto pela legislação. Nem sempre essa distribuição era igualitária, conforme veremos a seguir.

Constatamos que, apesar de haver uma legislação que prescrevia extrema igualdade de acesso às legítimas entre os filhos, ou mesmo a outros herdeiros forçados, fossem eles homens ou mulheres, legítimos ou não, havia também estratégias de favorecimento que podiam ser adotadas pelos testadores.¹⁹⁴

Além disso, como vimos no capítulo anterior, a riqueza, que pode ser descrita como a posse de bens, terras, mas especialmente de escravos, mais do que os títulos nobiliários, era o principal elemento de distinção das elites coloniais. Por esse motivo, criar formas de garantir a manutenção e a perpetuação desses bens entre seus filhos, cônjuges, outros familiares ou mesmo sócios era fundamental para preservar a distinção dos seus.

Carla Almeida (2015) afirma que uma prática muito comum entre os homens ricos, que cumpria essa função de tentar manter e não dilapidar o patrimônio, eram as *vendas fantásticas*, que consistiam na venda de todos os bens a outra pessoa e que em geral ocorriam quando se aproximava o falecimento. Essa venda era feita a algum homem próximo ao círculo pessoal, um amigo ou sócio, ou ainda à esposa. A autora denomina tais vendas de fantásticas, utilizando um termo encontrado na documentação,¹⁹⁵ porque essas vendas não eram, em sua maioria, reais, e sim uma transação fictícia que tinha a finalidade de conservação dos bens daqueles sujeitos e suas famílias. Entre os homens analisados neste trabalho, encontramos, para a Comarca do Rio das Mortes, três (12%) documentos que apresentaram essa prática. Para a Comarca do Rio das Velhas não foi encontrado nenhum documento que tivesse uma venda fantástica. No caso da Comarca de Vila Rica, encontramos, da mesma forma, três casos (11%).

Essa prática difere de outra que se mostrou ainda mais comum na documentação por nós analisada e que parece ter finalidade semelhante, a de

¹⁹⁴ Ver: Libby e Frank; Dantas; Andrade (2015).

¹⁹⁵ Ver Almeida (2015:164).

preservar os bens. Trata-se da prática de meação.¹⁹⁶ Verificamos que a meação era feita especialmente entre o casal, ou seja, venda de metade dos bens para a esposa. Esse é o tipo de meação encontrado em quase todos os documentos relativos a homens casados para as duas comarcas.¹⁹⁷ Encontramos para a Comarca do Rio das Mortes seis documentos com meação (23%), todos com suas esposas. Para a Comarca do Rio das Velhas, encontramos nove (37%) sujeitos que declararam ter feito meação, sendo seis com suas esposas, um com os filhos, um com um sócio e um com um homem. E, por fim, para a Comarca de Vila Rica, sete (25%) dos documentos tinham declaração de meação, todos para as suas esposas.

Nas meações entre casais, é comum encontrar prazos prolongados de pagamento,¹⁹⁸ bem como certo período de carência para se começar a pagar. Esse período seria o tempo de um cônjuge se estruturar após a morte do outro. José Ribeiro de Carvalho, sujeito com quem nos depararemos outras vezes neste trabalho, quando vendeu metade dos seus bens a Dona Quitéria Maria de Barros, sua esposa, deu a ela doze anos para que fosse paga a meação de 5:384.280 réis, e dois anos para que ela começasse a pagar.

De acordo com Almeida (2015), a prática de meação tinha a finalidade de evitar o fracionamento das propriedades e a cobrança de muitas dívidas que podiam dilapidar o patrimônio familiar. No inventário do Alferes Jerônimo Pereira, casado com Dona Antônia Vitorina de Passos, residente da Vila de Raposos, ele explicou porque vendia metade de todos os seus bens à sua esposa, dizendo que o fez “para melhor conservação de sua fazenda e descanso de sua mulher”.¹⁹⁹

¹⁹⁶ Meação é o nome dado pela legislação ao ato de vender metade de todos os bens a alguém, geralmente esposas, filhos ou sócios. Essa metade vendida não entra na soma dos bens para a partilha. Percebemos algumas diferenças entre meação e o que Almeida (2015) chama de venda fantástica, sendo que na primeira há a venda de metade dos bens e é geralmente feita à esposa e aos filhos; já na segunda, há a venda de todos os bens e, em que pese termos encontrado alguns poucos casos cuja venda foi feita para a esposa, a venda fantástica era feita com maior frequência para sócios ou outros homens, e geralmente por homens solteiros. Apenas 4 dos 12 casos encontrados se referem a homens casados.

¹⁹⁷ Não foram encontradas, neste estudo, meações entre os indivíduos solteiros.

¹⁹⁸ Esses longos prazos também foram encontrados nas vendas fantásticas.

¹⁹⁹ CSO-I (29)249.

Percebemos que a disposição da terça parte²⁰⁰ em determinados testamentos e inventários pode ser considerada como estratégia, utilizada pelo testador, de favorecimento a alguns descendentes. Mais uma vez percebemos uma discrepância com a norma proposta, já que a legislação portuguesa, como vimos, tratava de forma igualitária o direito de herança dos filhos.

Brügger (2007) encontrou um número bem maior de mulheres do que homens testadores que se utilizaram dessa estratégia para beneficiar um ou mais herdeiros.²⁰¹ A autora afirma ainda que, quando se queria beneficiar alguns dos herdeiros, as filhas solteiras eram as que mais recebiam tal favorecimento, o que demonstra uma maior preocupação dos pais para com o futuro dessas filhas e o interesse de facilitar seus casamentos.

Pensando na afirmação acima, o fato de serem documentos concernentes apenas a indivíduos do sexo masculino pode ter contribuído para o número relativamente baixo de documentos encontrados por nós que fizesse referências a essa prática. Encontramos, ao todo, oito testamento em que os testadores privilegiam algum ou alguns de seus herdeiros forçados.

Desses oito documentos, encontramos quatro que destinaram as terças às esposas. Desses quatro, um dividiu a terça entre a esposa e os filhos menores, e outro com um filho específico. Os outros quatro dispuseram suas terças a filhas, sendo que dois identificaram que o faziam pelo fato de as filhas serem solteiras.²⁰²

Os testamentos que apresentam favorecimento às esposas são sempre documentos em que estas são indicadas como testamenteiras e/ou tutoras dos filhos. Nestes casos, tal atitude, além de ajudar na preservação do patrimônio, parece também ter a intenção de facilitar para as esposas o sustento dos filhos e gastos gerais com a família. É o caso do mineiro Manoel Francisco de Souza. Manoel já tinha sido casado anteriormente e desse casamento teve dois filhos. Casado à época de seu falecimento com Dona Ana Francisca da Silva, com quem teve mais três filhos, indicou a vontade de legar sua terça parte à esposa da seguinte maneira: “Declaro

²⁰⁰ A terça parte era a parte dos bens do inventário que cabia ao inventariado, podendo este dela dispor como o desejasse.

²⁰¹ De 14 testamentos em que a autora encontrou legados especiais, 9 eram de mulheres.

²⁰² Em alguns casos, o testador deixa a terça para mais de um herdeiro especial, por isso, ao quantificarmos de forma separada, a soma é maior que 8.

que é minha vontade que minha mulher seja tutora e procuradora de meus filhos e para isso abono e a dei por abonada e a instituo por minha herdeira de minha terça ou como em direito tiver vigor". (grifos nossos)²⁰³

Dentre os documentos em que as filhas solteiras são favorecidas, vale destacar o documento de Alexandre Ferreira Parada. Morador de Santa Luzia, freguesia da Roça Grande, Parada era natural da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Sabará e casado com Eugênia Ribeira, com quem teve duas filhas mulheres e seis filhos homens. Depois de dispor da terça parte como lhe interessou, mandando rezar missas, inclusive no Rio de Janeiro, e gastando com isso mais de 100\$000 da dita terça, afirmou o seguinte:

Deixo da minha terça a meu neto e afilhado José filho de José Ferreira Moraes 50\$000 reis e para Maria, também neta, filha do mesmo a mesma quantia para a ajuda de seu dote, estando em termo de se casar. Deixo para minhas filhas solteiras Constância e Maria Luciana 100\$000 reis para cada. Deixo ainda para Manoel 100\$000 reis e o resto da terça e instituo como herdeiros meus demais filhos machos.

²⁰⁴

Observemos que o monte-mor do inventário de Parada é de 3:722\$984 réis. Tirando a meação que fez à sua esposa, sobram para sua terça aproximadamente 600\$000. Assim, descontados os valores gastos com as missas, e com as indicações de legado aos netos, filhas e ao filho Manoel, resta uma quantia de apenas 100\$000 para ser dividida entre seus outros cinco filhos homens.

Dois pontos importantes devem ser considerados nesse caso. O primeiro é o que provavelmente justifica Parada ter deixado 100\$000 para apenas um de seus filhos homens. Manoel foi seu testamenteiro, por ele indicado. Na documentação, podemos perceber que era bastante comum o testador oferecer algo em troca ao testamenteiro indicado como forma de recompensá-lo pelo serviço que prestaria, facilitando assim que tal tarefa fosse aceita.

O outro ponto é o fato de que Parada provavelmente fosse pardo. Não há nenhuma menção a isso no seu testamento, ele não se identificou como tal e nem apontou qualquer questão com relação à origem de seus pais. Quando declara sua filiação, diz apenas ser filho natural de José Ferreira Parada e Luíza Ferreira, já

²⁰³ CSM/CSO-I 96/2048.

²⁰⁴ CSO-I(48)361.

defuntos. Contudo, foram encontrados dois recibos em seu inventário que o identificam como homem pardo, permitindo que levantemos essa hipótese.

Como podemos perceber, em alguns casos havia um certo favorecimento em prol das filhas solteiras, devido a uma maior preocupação com relação ao futuro delas. Em uma sociedade em que o trabalho não era bem visto, bem como considerado lugar inapropriado para uma mulher, era necessário garantir o sustento das filhas até que se casassem, ou mesmo não se casando. Um bom casamento que, teoricamente, cumprisse esse papel podia custar mais com os dotes demandados.

Nesse sentido, podemos inferir que esta era uma preocupação que acometia de forma mais intensa as camadas menos abastadas. Para os sujeitos desta pesquisa, que possuíam fortunas e privilégios, essa estratégia de garantia, dentre todas as outras, não se mostrou a mais usada na proteção das filhas.²⁰⁵

No entanto, no caso de Parada, como vimos, ele tinha uma marca que podia, em algum momento, fragilizá-lo socialmente, e por esse motivo ele pode ter optado por esse tipo de favorecimento. O fato de ele ser pardo, por exemplo, poderia ser um dificultador para se encontrarem bons maridos para suas filhas. O legado da terça ajudaria a aumentar os dotes que já eram garantidos pela divisão das legítimas, tornando-os, portanto, mais atrativos. Esses dotes mais volumosos, por sua vez, aumentavam as chances de elas se casarem com homens também de camadas mais privilegiadas. Essa, como veremos à frente, não foi a única atitude, distinta dos sujeitos identificados neste estudo, que Parada tomou visando garantir o futuro de sua prole.

De qualquer forma, essa não foi a forma mais utilizada pelos homens ricos para favorecer este ou aquele herdeiro. Se havia algum favorecimento a determinado filho, isso parece ter sido feito de maneira mais ampla ainda em vida, como as doações, dotes, educação ou mesmo alguns casamentos, como avaliaremos.

Importante observarmos ainda as preferências dadas para a distribuição das terças, as quais não visavam, necessariamente, privilegiar um dos herdeiros. Essa observação é mais uma a nos ajudar a complementar o perfil desses sujeitos, tendo

²⁰⁵ Acreditamos que a escolha certa para o matrimônio era mais importante, já que, como esses sujeitos eram abastados, de certo modo os dotes das filhas estavam garantidos na partilha.

em vista que, teoricamente, eles podiam dispor dessa parte de suas heranças como desejassem.

Observamos que a maior parte das terças é direcionada para gastos com as almas, com destaque para a celebração de missas em benefício das almas dos próprios testadores, de outros membros da família e ainda de seus escravos, como fez o mineiro da Comarca de Vila Rica, Antônio da Costa Monteiro, ao explicitar:

Declaro mais, que deixo se me dizer duzentas missas por alma de todas aquelas pessoas como quem tive negócio, compra, ou venda, pois tal [?] em prejudicar a alguma dessas. Se bem que a minha consciência me não acusa, as quais missas serão ditas por alma das ditas, e de minha alma, de esmola de costume, e a eleição do meu testamenteiro; sendo a minha vontade que as almas dos meus escravos participem, e tenham parte nestas missas²⁰⁶.

Temos também com frequência partes da terça direcionadas às Irmandades das quais esses sujeitos faziam parte,²⁰⁷ bem como, em seguida, as doações para esmola, para órfãos, para os pobres e para as obras pias em geral. Dois casos exemplares desse tipo de destinação da terça parte são o de Antônio da Silva Salgado, português, casado e com filhos, morador do Arraial de Santa Luzia na Comarca do Rio das Velhas e que deixou em seu testamento a seguinte diretriz: “Meu testamenteiro dará pelo amor de Deus aos pobres necessitados todos os vestidos de meu uso”;²⁰⁸ e o caso de Antônio Ferreira Pinto, mineiro, solteiro e sem filhos, da Comarca do Rio das Mortes, que declarou: “Deixo a Irmandade das Almas desta Vila cinquenta mil réis para as obras do Hospital que anda fazendo.”²⁰⁹

Outro destino bastante comum para uma fatia das terças partes desses homens era uma compensação pelo trabalho que o testamenteiro teria. A alforria de escravos também aparece com relativa frequência. Vale ainda destacar as doações a parentes e agregadas, indicadas como ajuda para seus dotes.

²⁰⁶ CSM/CPO-I 48/1092.

²⁰⁷ Sobre o pertencimento a Irmandades, ver páginas 124 e 125 desta tese.

²⁰⁸ CBG / CSO-I (25) 223.

²⁰⁹ IPHAN/SJDR – (196).

Os dotes eram outra estratégia familiar, a de antecipação da herança, que podia ser realizada pelos genitores em favorecimento de filhos e/ou filhas e era muito comumente encontrada nos testamentos por nós analisados.

Dentre os testamentos referentes a homens casados e com filhos, encontramos pouco mais de 80% em que algum filho foi dotado. Tanto as filhas legítimas quanto as ilegítimas/naturais recebiam dotes, com predominância das legítimas. Entre os solteiros, esse número diminui para aproximadamente 67%. A constatação de que as filhas legítimas tenham sido mais contempladas com os dotes pode se explicar, dentre outras variáveis, pelo fato de que algumas das filhas ilegítimas/naturais tenham sido reconhecidas depois da vida adulta, e pode ser que estas já não fossem mais solteiras àquela altura.

Segundo o dicionário de Bluteau, dote era “o que se faz a mulher que se casa, o que se dá ou se promete ao marido para sustentar a mulher, os filhos, a família e mais encargos do matrimônio.” Bluteau (1712-1728:296.). Moraes Silva falava ainda “os que se dão a Mosteiros, hospitais, para suprimento de suas despesas.” Moraes Silva (1755-1824:640).

Essa prática era regulamentada pelas *Ordenações Filipinas* no Livro Quarto, Título XCVII “Das Colações”, juntamente com outros tipos de doações que eram feitas em vida aos filhos. Nesse título, as Ordenações obrigavam quem recebesse qualquer tipo de doação a voltar tudo ao montante para a partilha entre todos os herdeiros quando da morte dos pais, ou seja, o valor doado deveria ser devolvido pelo beneficiário da doação, para que esse valor se somasse ao restante dos bens do falecido e se fizesse a partilha. Entretanto, se a doação tivesse sido o dote, por ocasião de matrimônio, as Ordenações obrigavam a devolver apenas metade do valor doado.

Se o valor da doação tivesse ultrapassado o valor da legítima a ser distribuída a cada herdeiro, então ele deveria ser descontado da terça parte do defunto. Se o valor da doação tivesse sido ainda maior que a terça, o herdeiro favorecido pela doação deveria reembolsar o restante aos demais herdeiros. Aquele que recebia o dote ou qualquer outro tipo de doação podia, no entanto, abster-se da herança se o valor recebido não tivesse sido superior ao valor da legítima somado ao da terça parte do falecido. E ainda, se mais de um herdeiro tivesse sido favorecido com doações, descontava-se do valor da terça parte a doação daquele que recebera o benefício primeiro, e assim sucessivamente.

Importante salientar que tal procedimento não era aplicado caso a doação fosse para suprir as despesas feitas com a educação dos filhos, já que esta era dever dos pais. A essa prática de se devolver o todo ou parte da doação recebida dava-se o nome de colação, cujo objetivo era restaurar a equidade entre os sucessores.

Um caso exemplar sobre a necessidade de se devolver ao inventário o que fora recebido antecipadamente é o encontrado no inventário de João Francisco da Silva²¹⁰ – português do Acerbispado de Braga, negociante, morador do Arraial de Congonhas e casado com Ighes Maria de Seitas, com quem teve cinco filhos. O inventariado deu dotes às suas filhas quando estas se casaram e deixou em testamento a seguinte recomendação:

Afirma que se elas quiserem entrar para a partilha entrarão para o Monte mor com as quantias de seus dotes como por direito é determinado e que contentando-se com os dotes poderão [ilegível] sem que estes sejam citados.²¹¹

No mesmo documento, encontra-se ainda a posição de um dos dotados, casado com a filha Eugênia Maria, nas palavras do escrivão:

o dotado Francisco Xavier não quer ser herdeiro e se quer levantar como dote somente o q recebeu sua mulher quando se casou os primeiros que lhe foram dados conforme a declaração 2:800.000 réis e vem para este monte com a metade da dita quantia para se saber se excede o dote a legítima ou a legítima ao dote que são 1:400.000réis.²¹²

Na maioria das vezes em que foi observada a dotação de legatários nos inventários, esta se fez por ocasião do casamento das filhas. Em apenas um documento observou-se motivação diferente, por ocasião agora do envio de filhas a Recolhimentos.²¹³ Em nenhum caso se observou a concessão de dotes a meninos, apesar de se saber que essa prática era permitida tanto às filhas quanto aos filhos. Brügger (2007), ao tratar desse assunto, diz que é praticamente uma unanimidade já

²¹⁰ CSO-I (37)284.

²¹¹ CSO-I (37)284.

²¹² CSO-I (37)284.

²¹³ Alferes Jerônimo Pereira, CSO-I (29)249.

consagrada na historiografia o predomínio da concessão de dotes às mulheres.²¹⁴ Graça Filho (2002), no entanto, afirma que, para o século XIX, foi detectada a dotação bastante difundida e indistinta para ambos os sexos, em relação à Comarca do Rio das Mortes.

Os dotes mais comuns entre os encontrados nos testamentos pesquisados eram constituídos de escravos, principalmente, e de quantias em dinheiro. De acordo com Carlos de Almeida Prado Barcelar (1997), em seu estudo sobre dotes, a doação de escravos como dote era signo de distinção, e apenas as famílias mais privilegiadas tinham condições de fazer tal tipo de dotação. Desse modo, podemos dizer que esse hábito ajuda na caracterização desses sujeitos como grupo distinto dos demais na sociedade.

3.2.1 Legados *post mortem* – ligações de uma vida

Passaremos agora a analisar quais os tipos de legados que essas elites coloniais deixavam declarados em seus testamentos e inventários. Entendendo, como demonstrado acima, que a herança era tida como um importante dispositivo para a manutenção dos bens e, em certa medida, dos privilégios, esse levantamento objetiva observarmos a relação entre os legados educativos e outros tipos de herança. Sendo assim, buscamos com este levantamento mais um instrumento para tentarmos entender a importância da educação legada para reprodução dessa camada social com mais privilégios. Tal levantamento possibilitou que separássemos os legados em quatro grandes categorias, como no esquema abaixo:²¹⁵

²¹⁴ Ver também: Samara(1989), Barcelar (1997), Faria (1998) e Nazzari (2001).

²¹⁵ Salientamos que esta é uma categorização que nos auxilia nas análises, porém estamos cientes de que a realidade se mostra muito mais complexa. Destacamos ainda que, em consequência dessa complexidade, alguns legados podem se encaixar em mais de uma categoria ao mesmo tempo, mas optamos com identificá-los com aquela que sobressaía de acordo com a nossa interpretação, ou nas duas categorias ao mesmo tempo. As alforrias, por exemplo, são casos que precisaram ser analisados de forma mais detida, e optamos por ora incluí-las à categoria Material, ora na Educativo, quando vinham condicionadas ou premiando bom comportamento. Os legados para as Irmandades, de forma semelhante, foram identificados ora como Relacional, graças ao lugar social de destaque que seus membros podiam alcançar, já debatido no capítulo anterior, ora Espiritual.

Esquema 1 - Categoria de legados encontrados nos inventários e testamentos dos homens ricos (1750–1809).



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Assim, em legado Material, incluímos os bens que o testador/inventariado possuía e que entravam na partilha sem sua orientação; e os bens que, excluindo das outras categorias, eram legados sem condicionamento, isto é, sem que, para se receber a herança, o herdeiro precisasse cumprir alguma ação ou ter algum tipo de comportamento.²¹⁶

Essa categoria de heranças foi encontrada em praticamente todos os documentos analisados e, em geral, é a que ocupa o segundo maior espaço nos testamentos. Assim, o simples legado dos bens, sem qualquer condição para o herdeiro e sem qualquer justificativa por parte do testador, a não ser o próprio direito do herdeiro de recebê-las, é uma das temáticas relativas diretamente à herança que mais aparecem nos testamentos. No geral, esse tipo de herança era declarado de acordo com as regras impostas pela legislação, com casos pontuais de beneficiamentos, como exposto acima. Tal categoria só não é maior que a Espiritual.

Na categoria Espiritual, identificamos os legados que tinham conotação de busca pela salvação das almas essencialmente. Esse tipo de herança era muito comum nos testamentos, já que esta documentação era um acerto de contas com a sociedade e também com Deus. Missas para as almas, esmolas para caridade e doações para as Irmandades foram consideradas como legado espiritual. Em todos os testamentos, grande parte de cada documento é dedicada a esse tipo de herança.

Certamente essa forte presença de ambos os tipos de espólios deixados dá-se pela natureza e pela função desses documentos. Mattoso (2004) afirma que o testamento é o lugar em que o indivíduo lega seus bens aos seus herdeiros obrigatórios. E no caso de não haver bens, o que não se aplica aos homens ricos, era elaborado o testamento espiritual. No caso dos testamentos feitos no século XVIII, Marcílio (1983) afirma que a preocupação religiosa era maior do que os legados nesses documentos. Isso mudaria no século XIX, transformando-se o testamento, com o tempo, em um texto que apenas regulamentava as questões materiais.²¹⁷

Para as categorias Relacional e Educativo, além dos testamentos, os inventários se mostraram extremamente importantes. Por meio desses documentos, ao analisarmos o legado Relacional, pudemos visualizar alguns casamentos, os

²¹⁶ Para essa categoria e a categoria a seguir, limitamo-nos aos testamentos.

²¹⁷ Ver: Vartuli (2014); Rodrigues (2005); Faria (1998); Paiva (1995).

inventariantes, os testamenteiros, os tutores e as dívidas, que nos revelam sobre suas redes de sociabilidade.

Deparamo-nos com um elemento que se mostrou comum entre o grupo de homens ricos: o trânsito intenso de relações entre seus membros. Aproximadamente 43% desses homens tiveram algum tipo de relação. Desses, pouco mais de 10% tinham elos de parentesco. Esse número difere-se bastante dos encontrados por Almeida (2010), que detectou 23,8% de conexão familiar entre todos os homens ricos por ela analisados e quase 40% entre os homens ricos apenas do termo de Mariana. A autora percebeu um grande número de casamentos entre filhas de homens e homens ricos e entre filhos de ambos. Nos documentos por nós analisados, não encontramos nenhum em que houvesse filha casada com outro homem rico, e apenas em 3% observamos casamentos entre filhos.²¹⁸ Para nossa documentação, irmãos e cunhados são as principais ligações familiares.

Uma parte das relações encontradas entre os membros desse grupo se apresenta como sendo as de testamenteiros e inventariantes uns dos outros (25%). Isso demonstra que havia pelo menos uma relação de confiança entre eles. Os negócios foram o tipo de conexão mais encontrado entre os homens ricos – cerca de 70% se conectavam por sociedade ou crédito.²¹⁹

O já citado João Soares de Bulhões,²²⁰ Irmão Venerável da Ordem Terceira de São Francisco e morador da Comarca do Rio das Mortes, nomeou, em primeiro lugar, por sua testamenteira, sua mulher Maria Josefa da Silva, e em segundo lugar, o negociante Caetano da Silva, outro homem rico da mesma comarca. Ainda nessa comarca, outro já mencionado é Constantino Barbosa da Cunha,²²¹ que teve sociedade em terras minerais com outro homem rico, Bernardo Gonçalves Chaves.

Domingos Viana da Costa²²² possuía loja de fazendas nas Minas de Paracatu, Comarca do Rio das Velhas. Ao morrer em 1764, indicou seis possíveis

²¹⁸ Esses dados foram retirados apenas dos inventários e testamentos dos pais.

²¹⁹ Números aproximados foram encontrados por Almeida (2010;2015) também para os homens ricos; e Maria de Fátima Silva Gouveia (1998), para os oficiais camarários do Rio de Janeiro.

²²⁰ IPHAN/SJDR - I (587).

²²¹ IPHAN/SJDR - I (R 90).

²²² CBG - CSO-I (20) 184.

testamenteiros, quatro dos quais também estão listados como homens ricos, a saber: Manoel Gonçalves da Fonseca, o Capitão Antônio Manoel [Granja] – ambos também donos de loja de fazendas – e o Capitão José Barbosa de Brito – todos moradores das Minas de Paracatu. Além desses, indicou, ainda, seu irmão, o Capitão Manoel da Costa Viana, morador de Sabará.

Na Comarca de Vila Rica, o mineiro João Pereira Pinto instituiu em segundo lugar por "testamenteiro, bem feitor administrador e procurador" o outro mineiro Manoel Alves Coelho, morador das Bicas deste Morro, o qual, da mesma forma que o testador, estava listado como homem rico. João Pereira Pinto deixou, ainda, como esmola, a quantia de "uma quarta de ouro" para sua afilhada, filha do Dr. Manoel Teixeira de Carvalho, outro homem rico.²²³

Esse intenso trânsito de relações entre os sujeitos das elites locais apresentamos dados que podem sugerir que esses indivíduos se identificavam como grupo específico e, de certa forma, utilizavam-se dessas relações para se fortalecerem como tal e para uma autorreprodução. Nesse sentido, é possível afirmar que observamos serem acionados, nessas atitudes por parte das elites coloniais mineiras, o capital social e, em uma menor escala, o simbólico. Por esses motivos, entendemos que tais ligações podem ser consideradas como legado Relacional.

Como legados Educativos estamos entendendo aqueles que identificamos dentro da concepção educativa mais ampliada adotada nesta tese.²²⁴ Incluímos nessa categoria heranças referentes a educações individuais ou, de forma indireta, educações destinadas a um certo ordenamento social. Nesse sentido, consideramos como tais as diversas formas de educação do tipo escolar; ofícios mecânicos; artes manuais; criação; orientações; bens condicionados a algum tipo de comportamento, tais como esmolas para órfãs se casarem e alforria por lealdade e obediência. Além desses, entendemos como Educativos os legados que podemos identificar como sendo para uma educação do coletivo ou, de forma mais direta, voltada à sociedade: doação de placas a Igrejas entram nesse tipo de herança. Essa categoria de heranças que analisaremos mais detidamente a partir deste momento vai gerar o que estamos entendendo como um patrimônio educativo, legado, administrado e, por vezes,

²²³ CP - CSO/ 24 /262. CPO - CPO/ 443 / 9293 – 9294.

²²⁴ Ver Capítulo I deste estudo

buscado por esses homens e suas famílias. Assim, antes de nos atermos com maior afinco às heranças relativas à educação, achamos por bem demonstrar qual o significado que imputamos a patrimônio.

3.2.2 Patrimônio Educativo – esboço de um conceito

Como demonstrado, as elites locais firmavam-se como classe privilegiada também através de suas fortunas, mas não somente. Nossa hipótese é de que elas, como já observado em outros estudos, combinaram vários tipos de estratégias para a manutenção de seu *status*, e o legado de um *patrimônio educativo* também faria parte dessas estratégias.

Para definirmos melhor o que estamos chamando de *patrimônio educativo*, buscamos dialogar com os dicionários atuais e de época sobre o significado de patrimônio. Buscamos também dialogar com a historiografia recentemente produzida.²²⁵

Verificamos primeiramente como o já mencionado Dicionário Bluteau, de 1712-1728, comentado por Moraes e Silva, trata do termo. Por patrimônio entendia-se “bens dados, ou herdados do pai, mãe, avós. Quaisquer bens pertencentes a alguém, dos quais, ou de seus frutos se vive e se trata” Moraes Silva (1755-1824:171).

Ao analisarmos como os dicionários atuais tratam o termo, percebemos que pouca coisa mudou. Nos dicionários pesquisados,²²⁶ patrimônio aparece como herança paterna; bens de família. Quaisquer bens materiais ou morais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletividade e ainda bens necessários para tomar ordens eclesiais.²²⁷

²²⁵ Fizemos esse levantamento em duas bases de dados: Scielo e Portal de Periódicos CAPES.

²²⁶Dicionário Michaelis: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/Patrim%C3%B4nio/> Acessado: em 12/09/2018 e Dicionário Aurélio: <https://dicionariodoaurelio.com/patrimonio> Acessado em: 12/09/2018.

²²⁷ O processo realizado para se tornar sacerdote era composto de outros processos, tais como: *gêner* (versava sobre a ascendência e limpeza de sangue do habilitando); *vita et moribus* (abordava sobre os costumes); *patrimônio* (avaliava as condições de o habilitando se sustentar após a ordenação); e *dispensas* (incluía diversos impedimentos à ordenação, principalmente os que se referiam à limpeza de sangue). Ver: Anderson José Machado de Oliveira (2011:51–52). Imaginamos que o dicionário esteja se referindo a esse fato.

Observamos que tanto no século XVIII quanto na atualidade há uma relação estreita entre o termo patrimônio, família e herança. Entretanto, não é qualquer bem que pode ser considerado patrimônio.²²⁸ Chamamos a atenção para o dicionário Michaelis, que separa a ideia do bem material e do bem moral, posicionamento que não observamos nos demais.

Analisamos também 20 artigos²²⁹ que tratavam de patrimônio no século XVIII e, de forma menos sistemática, procuramos a utilização do termo nas teses e dissertações defendidas no programa sob a orientação da professora Thaís Nívia de Lima e Fonseca e na bibliografia por nós levantada para as análises sobre elites e famílias.

Em todos os trabalhos analisados, patrimônio refere-se basicamente ao conjunto de bens materiais ou não, pertencentes a um sujeito, uma família, um grupo, uma instituição ou um povo. Chamou-nos a atenção o fato de que em nenhum dos estudos, quando se tratava de patrimônio material, esse termo foi explicado ou problematizado. Ele aparecia como dado e, quando se referia a bens imateriais, algumas poucas vezes foi minimamente explicado, talvez mais para elucidar a questão do imaterial do que para analisar a questão do patrimônio.

Isto posto, parece-nos que essa ideia de patrimônio como conjunto de bens materiais ou imateriais que é passada entre as gerações, ou seja, legada e herdada, está bastante consolidada.

Partindo desse sentido, faremos uma tentativa de iniciar o desenvolvimento de um conceito que pretende definir um conjunto de bens, predominantemente imateriais, legados e herdados relativos à educação – formal e não formal, letrada e não letrada, intencional e não intencional –, que visa, concomitante com outras estratégias, ao aumento ou manutenção e perpetuação de outros tipos de patrimônios, como o

²²⁸ Nesses dicionários, não nos detivemos aos significados de patrimônio cultural ou imaterial, por eles não aparecerem, como no caso do Michaelis, ou por estarem descritos de formas muito simplistas (como relativo à cultura), e que não é material.

²²⁹ A busca por artigos nos dois portais, Scielo e Portal de Periódicos CAPES, deu-se da seguinte forma: no primeiro, colocamos como filtro de busca as palavras "patrimônio" e "XVIII", pois nos interessa perceber como esse termo é utilizado nas análises para esse período. Foram encontrados 12 artigos. Destes, descartamos dois por não abordarem exatamente o século XVIII. Esses dez artigos restantes foram publicados entre os anos de 2008 e 2018. Em seguida, fizemos o mesmo no Portal de Periódicos CAPES e selecionamos mais dez artigos produzidos entre os anos de 2017 e 2018.

econômico/material, o patrimônio social e o patrimônio simbólico dessas famílias das elites locais.

Esse esboço de conceito, portanto, intenciona dialogar diretamente com os conceitos e termos de herança, de estratégia, de redes de relações, de *habitus* e com a teoria dos capitais, todos já mencionados neste estudo; mas, sobretudo, intenciona dialogar principalmente com a forma como a historiografia tem abordado a educação nos estudos do período colonial e como nós a compreendemos neste trabalho ao observarmos os diferentes tipos do que chamamos de legados educativos.

3.2.3 Legados Educativos das elites coloniais

Os diversos legados educativos foram encontrados na documentação analisada em números relativamente menores que os demais legados e são, por vezes, detectados através de indícios que podem dizer muito sobre a educação das elites neste período, como veremos no decorrer desta pesquisa.

O que mais chama a atenção ao analisarmos os legados educativos é perceber que há poucos desses legados apresentados de forma explícita nos testamentos dos nossos sujeitos. No entanto, essa é a grande fonte para observarmos os demais tipos de legados. Excetuando-se os legados educativos comportamentais que são abundantes nesta documentação, em alguns testamentos conseguimos observar o testador orientando como devia ser feita a educação dos filhos ou com quem deviam ficar seus livros, por exemplo. Conseguimos observar declarações de que um filho estava aprendendo a ler e escrever, ou que se ordenou Padre, ou que vivia de seu ofício, além de diversas assinaturas. Essas informações, contudo, estão mais visíveis nos inventários, mesmo nos casos em que esse tipo de educação tenha ocorrido durante a vida do inventariante. Tais legados educativos, sob o olhar mais atento do historiador, revelam-se como ricas informações acerca do cotidiano desses sujeitos e que nos ajudam a compreender como essas elites locais se posicionavam nessas sociedades.

Dividimos as heranças relativas à educação, encontradas nos inventários e testamentos e outros documentos, em quatro categorias, conforme exposto na tabela a seguir:

Tabela 8: Tipos de legados educativos (1750–1809).

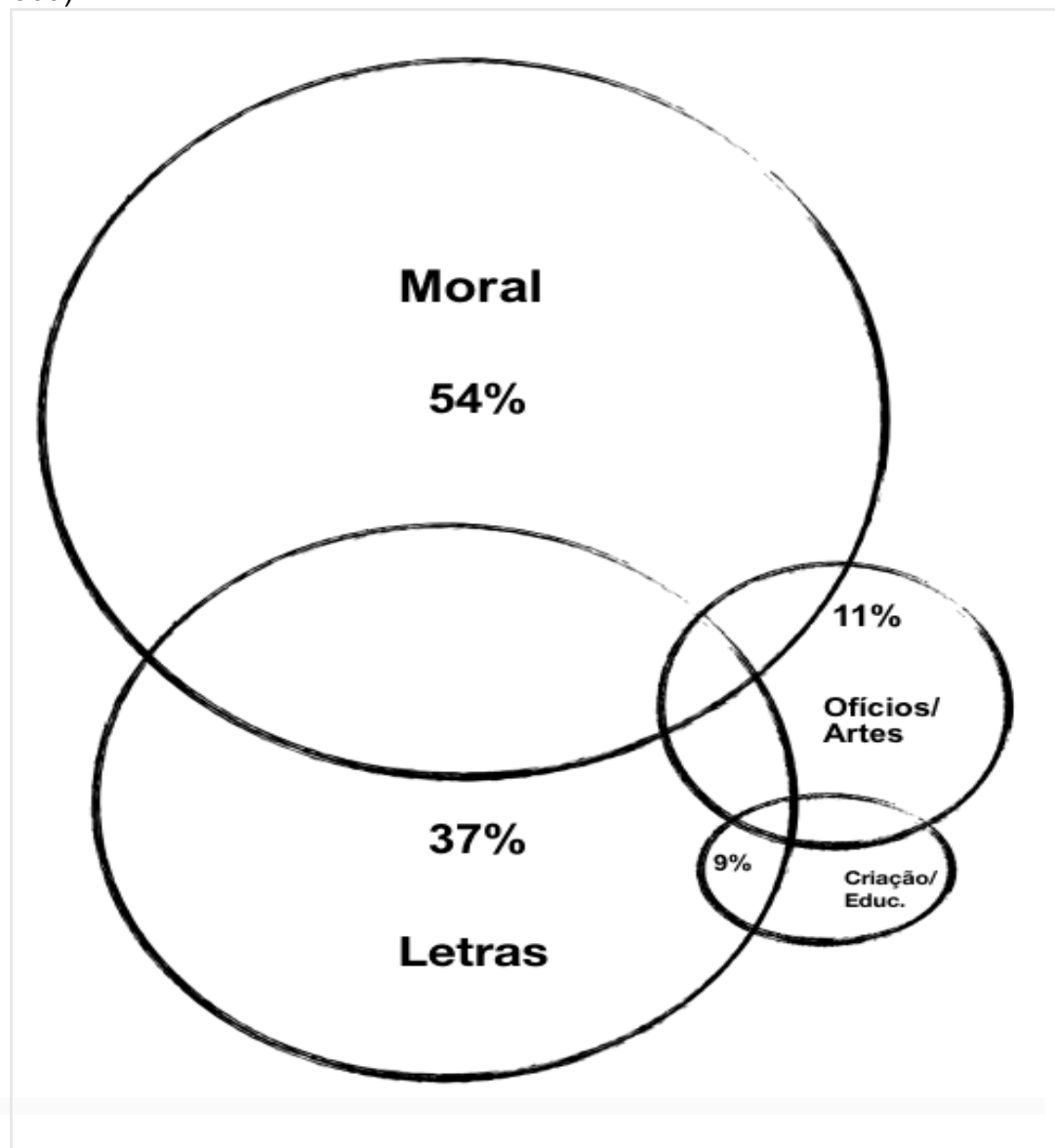
NOME DA CATEGORIA	A QUE SE REFERE
Moral	Quando há no documento a indicação da possibilidade de alforria de um escravo, condicionada ao seu comportamento, ou de dote para uma órfã “tomar estado”; quando vemos a doação de acervos de livros e/ou obras de arte para bibliotecas ou Igrejas.
Artes Manuais / Ofícios Mecânicos	Aprendizagem de algumas atividades mecânicas. As artes manuais referem-se às atividades de coser, bordar, pintar, etc. aprendidas essencialmente pelas meninas. Os ofícios mecânicos, destinados aos meninos, referem-se ao aprendizado de uma profissão que requer habilidades mecânicas, como sapateiro, alfaiate, ourives, etc.
Criação / educação	Quando há no documento a menção de que o órfão está sendo bem “criado e educado com todo o necessário”, não sendo especificado como se dava essa criação/educação;
Das letras	Aprendizado das primeiras letras, ou seja, ler, escrever e contar; aprendizado que vai além do elementar, ou seja, quando o aluno aprende Gramática, Retórica e/ou Música; frequência à Universidade ou ao Seminário.

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Para os 78 homens analisados, não encontramos nenhum tipo de legado educativo em pouco mais de 41% deles – um percentual significativo, que a princípio pode dar a entender que esses legados ocupavam um pequeno espaço na manutenção e ampliação dos privilégios e da distinção das elites das colônias. Porém, ao fazermos uma análise mais aprofundada, compreendemos o importante papel que esse tipo de herança desempenhava nesta finalidade. E é isso que intencionamos expor a partir de agora.

Conseguimos observar na documentação ao menos uma dessas categorias de heranças educativas sendo deixada por mais da metade (59%) dos sujeitos analisados. Algumas vezes, encontramos mais de um tipo desse legado combinado, ora para as mesmas pessoas, ora para pessoas distintas. O gráfico abaixo ajuda-nos a visualizar a ocorrência desses legados entre os sujeitos da pesquisa.

Gráfico 12: Ocorrências das categorias dos legados educativos encontrados (1750–1809).²³⁰



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

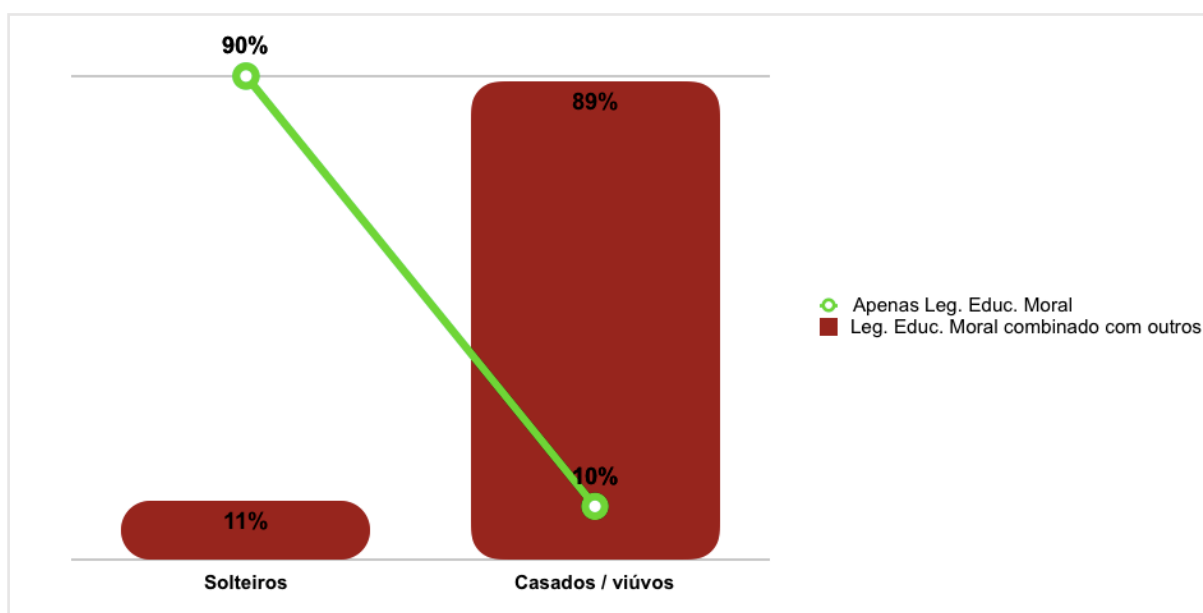
Podemos perceber que a maioria dos legados educativos encontrados é referente às heranças que, de alguma forma, buscavam influenciar e até mesmo condicionar comportamentos aos moldes do que, provavelmente, era entendido como

²³⁰ Para fazer essa contagem, observamos se o tipo de legado aparecia ou não no documento; não contamos quantas vezes apareceu em cada conjunto de documentos que corresponde a cada sujeito (inventário e testamento, basicamente, mas podendo incluir qualquer outro documento que tenha sido encontrado). Assim, quando falamos que foram encontrados, por exemplo, 9% de criação/educação, estamos dizendo que em 9% desse conjunto de documentos encontramos essa categoria de legado pelo menos uma vez. Essa metodologia de contagem foi aplicada para todas as quantificações que aparecem a seguir. Ressaltamos que mais de um tipo de legado pode ter sido encontrado em um mesmo conjunto de documentos; por esse motivo, o percentual total pode não fechar em 100%.

socialmente ideal para essa camada social. Do total de 78 sujeitos, aproximadamente 26% buscaram orientar e incentivar determinados comportamentos da população através desse tipo de herança.

Observamos ainda uma relação estreita entre as pessoas que legavam um espólio moral e seus estados civis, como podemos perceber no gráfico abaixo:

Gráfico 13: Relação entre o “estado civil” daqueles que deixavam legados educativos Moral (1750–1809).

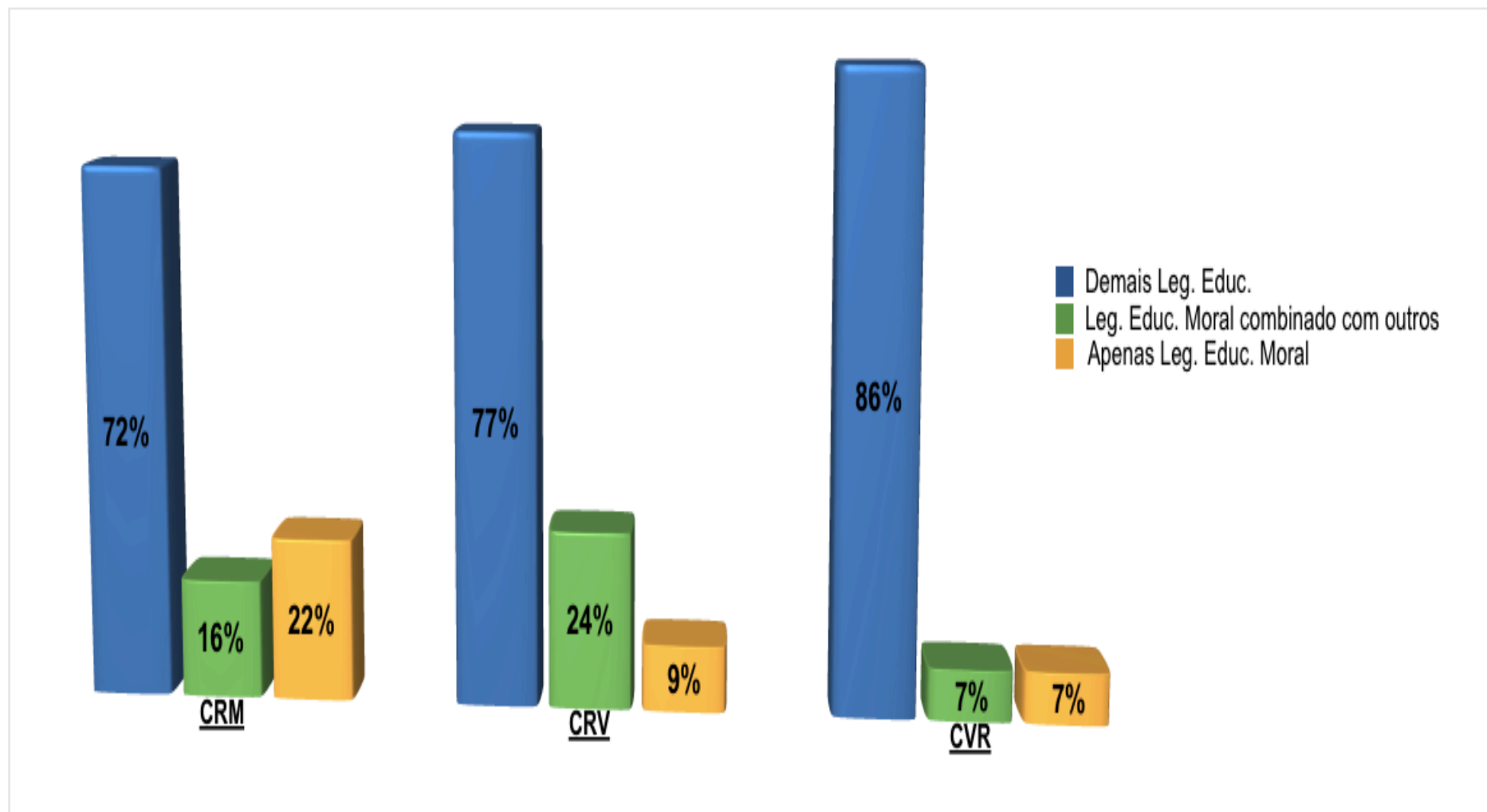


Fonte: Banco de dados da pesquisa.

O gráfico mostra que a imensa maioria dos que deixaram apenas esse tipo de legado eram solteiros, e afirmamos ainda que não tinham filhos. Já os que procuraram deixar um legado moral em concomitância com outros tipos de heranças eram, na maioria, casados e todos com filhos. Pensando que, dentre essas camadas privilegiadas devia haver um certo interesse em ordenar e manter a sociedade da forma como já estava posta, bem como de ampliar seus privilégios, com tais dados podemos inferir que os homens solteiros e sem filhos podiam encontrar nesse tipo de legado uma forma de contribuir com a responsabilidade instrucional de sua camada social, atitude que os casados já apresentavam, num claro alinhamento com a educação de suas proles.

Observemos agora esse tipo de legado para cada comarca

Gráfico 14 – Percentual de Legados Educativos Moral, combinados e exclusivos, em comparação com os demais por comarca.



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Com esse tipo de perfil dos legatários, solteiros e sem filhos, não é de se estranhar que tal categoria de espólio apareceu com maior frequência entre os indivíduos da Comarca do Rio das Mortes.²³¹ Para esta comarca observamos que, daqueles com heranças dessa categoria, a maior parte deixou exclusivamente esse tipo de legado. Para a Comarca do Rio das Velhas, tivemos um percentual um pouco menor do encontrado na comarca anterior, considerando-se todos os legados educativos Moral, porém a maior parte legou combinado com outras categorias de herança. Apenas 9% legaram exclusivamente herança de cunho Moral. Por seu turno, a Comarca de Vila Rica foi a que apresentou o menor índice desses legados, os quais se dividiram igualmente entre os exclusivos e os combinados.

Nessa categoria podemos perceber, de maneira mais evidente, o papel importante que a educação deveria cumprir: o de orientar os indivíduos para o bom convívio social. Fonseca (2015) afirma que a educação e a instrução correspondiam, de forma geral, a um recurso de formação para que os indivíduos se integrassem de maneira adequada na sociedade de acordo com os valores legitimados. Nesse sentido, ao condicionarem os legados, que muitas vezes eram materiais, a algum tipo de comportamento por parte dos legatários, podemos afirmar que os homens ricos direcionavam, ou pelo menos tinham a intenção de fazê-lo, aqueles comportamentos para um modelo civilizacional e moral ideal a ser seguido por aqueles indivíduos naquela sociedade.

Antônio Freitas Cardoso, grande negociante da Vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, Comarca do Rio das Velhas, solteiro e sem filhos, deixou expresso em seu inventário o seguinte:

o meu escravo José, nação angola, pelo bom serviço que me tem feito há doze anos, quero e é minha última vontade que meu testamenteiro depois de minha morte lhe passe sua carta de alforria como se forro nascesse e o isento de toda a escravidão²³². (grifos nossos)

Ao orientar a libertação de seu escravo, destacando seus bons serviços e o tempo em que estavam juntos, Antônio demonstrou que a lealdade e a servidão de escravos eram os comportamentos que a sociedade desejava para essa qualidade de

²³¹ Sobre o perfil dos homens ricos, ver Cap. 2 desta tese.

²³² IPHAN/SJDR (R - 19/94).

peessoas. Além disso, podemos dizer que, em certa medida, ele estimulava tais tipos de comportamento ao vinculá-los diretamente à possibilidade de os escravos serem recompensados com a liberdade, se assim se comportassem.

Outro grande negociante, solteiro, sem filhos e também chamado Antônio de Freitas, mas morador da Vila de São João Del Rei, Comarca do Rio das Mortes, também deixou esse tipo de exemplo social ao afirmar que instituiu seu escravo Antônio, de nação Tambu, "isento de toda escravidão como do ventre de sua mãe livre nascesse" e justifica essa alforria "pelos bons serviços que dele tenho recebido".²³³

Em alguns documentos, observamos que a intenção de reconhecer tal tipo de comportamento desejável dos escravos com a liberdade ou com outro gênero de "prêmio" é realizada ainda com maior empenho, como nos testamentos a seguir.

Antônio Francisco da Costa, português tal como os testadores acima, Capitão da Cavalaria na Vila de São José, Comarca do Rio das Velhas, em suas segundas núpcias e com filhos, estendeu sua vontade de alforriar sua escrava Maria para além da sua terça parte, afirmando:

Declaro que tenho uma escrava de nome Maria crioula cuja escrava me tem acompanhado desde o primeiro matrimônio por sempre ter me servido com lealdade, agora a forro muito de minha livre vontade dentro de minha terça e se esta não for bastante para [preencher] a minha terça, ainda que [entre] pela meação de meus filhos. A deixo forra muito de minha livre vontade e peço e rogo as justiças de sua Alteza Real que [tome] disto inteiro [documento] e será obrigado a meu testamenteiro, logo que eu falecer, dentro em quinze dias o mais tardar, passar a carta a dita escrava e passa nas notas a conta da minha fazenda e disto tomará documento o Juízo onde for registrado o meu testamento para que fé que forra a dita escrava e no tempo de minha determinação por ser esta minha última vontade. (grifos nossos)²³⁴

Também há o caso do Capitão Manoel Rodrigues de Almeida, da Comarca de Vila Rica, que, mesmo já tendo alforriado seu escravo Manoel de Sousa Fernandes, deixou em seu testamento mais uma recompensa pelos serviços que este lhe prestou enquanto era seu escravo e depois disso:

²³³ CBG/ CSO-I (27) 231 1766.

²³⁴ CSO-I (90) 805.

Declaro que o negro Damião Mina meu escravo aqui já declarado e deixo depois de meu falecimento a Manoel de Sousa Fernandes que foi também meu escravo o qual se acha forro, e pelos bons serviços que dele tenho recebido lhe deixo o dito escravo Damião para este o servir como seu Cativo, o meu testamenteiro assim que eu falecer lhe entregará logo o dito escravo pois assim é minha última e derradeira vontade.(grifos nossos)²³⁵

Em todas as declarações acima, podemos perceber uma valorização de um comportamento escravo, leal, servil e obediente: ideal para essa camada social naquele contexto. Mais legados do tipo moral foram encontrados na documentação, os quais também sinalizam um ideal de comportamento, mas para outros sujeitos sociais.

As mulheres livres solteiras, não tanto quanto os escravos, foram beneficiadas por esse tipo de herança. A historiografia sobre mulheres no século XVIII²³⁶ é farta em afirmar que havia um lugar social ideal destinado a elas, embora saibamos que não necessariamente este lugar fosse sempre ocupado.

Em que pesem as diferenças sociais e econômicas entre as mulheres, que certamente influenciavam de forma significativa qual seria o lugar social ocupado por elas, algumas questões eram gerais a todas as mulheres livres. O casamento era uma delas. Era desejável que as mulheres se casassem, e, para isso, alguns dos homens ricos, interpretando, de certa forma, o papel que lhes cabia como elites locais, de corresponsáveis pelo ordenamento social, deixavam quantias destinadas tanto para órfãos pobres quanto para afilhadas, sobrinhas e escravas tomarem estado. Ressaltamos que esse casamento deveria ser com um homem de mesma qualidade ou com Cristo, tornando-se a mulher, neste caso, uma religiosa.

Antônio Fernandes Barbosa, outro negociante, com um monte-mor de aproximadamente 5 mil libras, senhor de mais de 45 escravos, solteiro e sem filhos, da Comarca do Rio das Mortes, além de libertar, casar e dotar duas “mulatas, por nome Ana e Filipa”, que nasceram em sua casa, deixou de legado valores de 100 mil réis cada a mais de dez jovens solteiras, das quais nomeou os pais falecidos ou ainda vivos. Esse negociante declarou ainda que, com o remanescente do que ficasse de seus bens, após satisfeitas suas determinações, desejava ele que esse montante

²³⁵ CP - CSO - 45/ 499.

²³⁶ Ver Capítulo I desta tese.

fosse dividido em três e que uma das partes "se repartirá em dotes de setenta mil réis para algumas órfãs brancas e honradas a eleição de meus testamenteiros moradores desta vila e seus subúrbios."²³⁷

Desta mesma comarca, o Sargento-Mor Antônio de Moura declarou que nunca tinha sido casado e nem tinha filhos, e deixou a "duas órfãs necessitadas, moradoras na mesma freguesia adonde fui batizado, para se casarem, duzentos mil réis a cada uma os quais serão eleitas pelo pároco da mesma Freguesia com certidão."

Esses dotes podem ser interpretados como um estímulo para as mulheres das Minas se casarem, orientadas para que tivessem um comportamento desejável naquele contexto; além disso, assim se cumpria um importante papel na própria construção de uma sociedade mais ordeira, que facilitaria o controle e a "domesticação" pretendidos pelos governantes, como já mencionado.

Esse tipo de legado educativo de natureza moral atingia tanto indivíduos, como exposto acima, quanto coletividades. O já referido Antônio de Freitas ordenou a seus testamenteiros que lavrassem duas pedras e as colocassem na parede da sacristia da igreja ou igrejas onde melhor estivessem estabelecidos, com os seguintes escritos:

Antônio de Freitas estabeleceu nesta Igreja uma missa cotidiana pela sua alma e de seus pais e parentes; (...) Antônio de Freitas estabeleceu nesta Igreja uma missa cotidiana pelas almas de pessoas com quem teve negócio e recebeu benefícios e pelas almas do fogo do Purgatório e nas ditas pedras se ponha o ano em que se estabeleceria.²³⁸

Expor de forma pública a devoção e a consideração para com os pais e seus pares, além dos rituais já estabelecidos, como os gastos com o enterro, a participação em Irmandades e a própria celebração de missas às almas, pode indicar uma intenção desse sujeito de ocupar um lugar social como formador de uma sociedade mais ordeira e civilizada.

Isto posto, podemos afirmar que, com tais legados, retomamos a ideia exposta por autores dos séculos XVII e XVIII, especialmente representados por John Locke. Dessa forma, temos a possibilidade de observar as elites locais em sua busca por agir

²³⁷ IPHAN/SJDR (307).

²³⁸ IPHAN/SJDR (R - 19/94).

de acordo com o que delas era esperado, conforme as concepções de educação do período, isto é, ocupando seu lugar, tal como era o entendimento presente na sociedade do Antigo Regime, de responsável, juntamente com o Estado, por educar as camadas populares através dos exemplos oferecidos.

Outra categoria de legado encontrada, em proporção muito menor que a anterior, é a que nós chamamos de legados educativos de tipo Criação/Educação. Esse tipo de herança, geralmente deixada aos filhos e/ou netos, definimos como sendo aquela que aparece quando há no documento a menção de que o órfão estava sendo bem “criado e educado com todo o necessário”, não havendo especificação de como se dava essa criação/educação. Essa categoria foi observada em apenas 3% dos sujeitos.

Tal modalidade de legado foi encontrada basicamente nas contas de tutela. Somente em um testamento encontramos uma orientação que pode se encaixar nesse tipo de espólio, o do alferes mineiro Alexandre de Oliveira Braga, morador de Congonhas, solteiro, porém com mais de 16 filhos, que deixou a seguinte orientação:

E o mais que restar da minha terça se repartirá em três partes, uma para o meu testamenteiro por mercê ficará com as [...] dos órfãos menores e as duas partes dos remanescentes da minha terça deixo aos meus filhos menores para vestuários e sustentos e educação até tomarem estado que lhes parecer. (grifos nossos).²³⁹

Nos demais documentos, as indicações de criação/educação encontradas vieram associadas a algum outro tipo de legado educativo.

Os ofícios mecânicos, encontrados exclusivamente destinados aos filhos, netos e agregados do sexo masculino, fazem parte de outra categoria de legado pouco observada entre os sujeitos desta pesquisa. Em apenas 4% destes homens, pudemos verificar tal tipo de legado, de viés educativo, número baixo que se explicaria muito provavelmente pelo fato de trabalharmos, nesta pesquisa, com a camada social mais distinta, e, nesse nicho, as atividades mecânicas não eram bem vistas para pessoas de tal estirpe. Havia um desprezo da fidalguia portuguesa pelos trabalhos manuais, transposto, de certa forma, para as camadas mais altas da sociedade colonial. Tal desprezo dava-se por serem os trabalhos manuais uma atividade que impedia a

²³⁹CBG/CSO-I (33) 266.

obtenção de títulos e a ascensão a cargos do governo. A desqualificação dos ofícios mecânicos contribuía para a manutenção da hierarquia social, relegando-se tais atividades aos menos afortunados. Esse cenário também foi observado por Júlio (2017), ao identificar direcionamentos para esse tipo de educação apenas no que a autora classifica como grupo 2 – *patrimônios intermediários*.

Fonseca (2009) encontrou, para os filhos de homens razoavelmente abastados, combinação de ofícios mecânicos e instrução elementar. A autora afirma que esse mesmo padrão de combinação de diferentes práticas educativas pode ser observado nas camadas menos favorecidas. Segundo Fonseca, há exemplos de filhos de sujeitos dessas camadas, como os de oficiais mecânicos, que também aprendiam a ler, escrever e contar; e a junção dos tipos de educação seria uma garantia de sobrevivência. O aprendizado dos ofícios mecânicos teria a função de garantir o sustento, e a capacidade de escrita e leitura era vista como a possibilidade de uma ligeira ascensão social.

No presente estudo, percebemos que há um distanciamento desse tipo de educação por parte dos homens ricos. Não observamos o legado de ofícios mecânicos para nenhum filho legítimo desses sujeitos. Todos os ofícios mecânicos que apareceram nessa documentação foram destinados a filhos ilegítimos/naturais ou a agregados. Vale ressaltar que, na maioria das vezes em que houve o aprendizado de algum desses ofícios, ele foi combinado com o ensino das letras.

O caso de Manuel da Cunha é o único em que observamos apenas indícios que sugerem o legado de ofício mecânico. Manuel foi um mineiro português, falecido em 1798 na Vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará. Nessa ocasião, sua situação aparentemente havia mudado bastante em relação a quando fora indicado na *Lista dos Homens Ricos*, 42 anos antes. Manuel morreu com um modesto valor de monte-mor que não passava de 200 libras e possuía apenas quatro escravos, que deixou quartados. Nunca se casou, mas teve duas filhas, Laureana e Vitória. Sobre a última praticamente não disse nada, a não ser que era filha de uma sua escrava, e que as tinha deixado livres. Laureana, por sua vez, já havia morrido quando da morte do pai, porém lhe deixou dois netos, José e Laureana, instituídos como seus herdeiros universais. Sobre a neta não há nenhum outro dado na documentação. Quanto ao neto, contudo, o tutor, Joaquim da Rocha Lima, filho de outro homem rico, disse o seguinte:

ele por ordem deste juízo foi notificado para por em praça os bens móveis pertencentes ao herdeiro João Gomes filho de Gonçalves Gomes e Neto de Manoel da Cunha de quem o suplicante é tutor cujos bens móveis consistem na ferramenta do ofício de [...] de que o mesmo herdeiro se esta servindo por estar aprendendo o referido ofício, por cujo motivo requer [...] haja o suplicante por aliviado da dita notificação [...].²⁴⁰(grifos nossos)

Como podemos observar, o neto estava aprendendo o mesmo ofício do avô, mas infelizmente não sabemos a natureza desse ofício, pois o documento estava danificado no local, impossibilitando a leitura, e não há mais nenhuma referência a ele em outro lugar da documentação, talvez por representar algo vergonhoso, tendo em vista que, em algum momento da vida, essas pessoas fizeram parte de uma camada de distinção social.²⁴¹

Apesar de termos agrupado em uma mesma categoria de legado educativo os ofícios mecânicos e as artes manuais, uma vez que ambos tratavam do aprendizado de habilidades mecânicas, para as análises decidimos separá-los, pois possuem funções muito diferentes.

Se, como vimos, os ofícios mecânicos eram legados aos herdeiros do sexo masculino e visavam ampliar as possibilidades de se garantir algum sustento, o legado das artes manuais se destina a coisas muito diferentes.

As artes manuais mais comuns encontradas como herança educativa eram coser, fiar e bordar. De acordo com Oliveira (2008), a educação feminina baseava-se em conhecimentos que preparassem as mulheres para tarefas do lar. Eram, pois, segundo a autora, habilidades desejáveis à educação tanto de uma moça das mais altas camadas sociais quanto daquela de camadas mais baixas.

O uso dessas habilidades pelas meninas das diferentes camadas sociais também era distinto. Aquelas das camadas mais baixas tinham no aprendizado dessas habilidades algo equivalente aos ofícios mecânicos para os meninos, isto é, uma possibilidade de garantir seus sustentos. Nesse caso, concordamos inclusive que tais habilidades possam ser chamadas ofícios manuais, como o fazem alguns autores.²⁴²

²⁴⁰ CBG/ CSO-I (75) 590.

²⁴¹ Outros casos de aprendizado de ofícios mecânicos encontrados na documentação serão analisados no próximo capítulo, quando trataremos do patrimônio educativo sendo legado.

²⁴² A saber: Vartuli (2014), Fonseca (2013), Júlio (2017) e Oliveira (2008).

No entanto, para as mulheres abordadas nesta tese, legar o aprendizado dessas habilidades tinha outra finalidade. É muito provável que não houvesse, da parte delas, a intenção ou mesmo a necessidade de utilizar tais habilidades para ter algum retorno financeiro, dado seu *status* socioeconômico. As artes manuais, nesse caso, serviam mais como uma forma de ocupar o tempo com algo útil e apropriado, evitando-se assim que corpos e ideias se desviassem dos caminhos desejáveis a uma boa moça. Além disso, de acordo com Oliveira (2008), no caso das jovens das famílias mais abastadas, o conhecimento a respeito de tais tarefas era fundamental para que elas soubessem ordenar os serviços e gerenciar o trabalho dos criados, além de administrar a economia doméstica.

A observação da educação feminina até o século XIX tem se mostrado um caminho difícil de ser trilhado graças aos poucos indícios encontrados na documentação.²⁴³ Um dos motivos dessa ausência é o fato de as meninas serem educadas pelas mulheres das próprias famílias em um trabalho cotidiano, o que nem sempre aparece nas prestações de contas ou é, menos ainda, indicado como orientação nos testamentos. Com relação aos legados das artes manuais, isso não foi diferente neste trabalho. Encontramos pouco mais de 2% dessa documentação com esse tipo de indício.

É o caso do já citado Capitão da Cavalaria Antônio Francisco da Costa. Ao falecer em 1809, deixou como filhos Ana, de 7 anos; José, de 3 anos; e Antônio, de 7 meses de idade – todos de seu segundo casamento com Dona Rosa Maria do Espírito Santo. Anos depois da abertura do processo de inventário, na primeira prestação de contas do tutor, em 1814, os filhos Antonio e José apareceram como falecidos, ficando apenas a menina para que o tutor dela prestasse contas. Naquele ano, Ana estava com 11 anos e, segundo o tutor:

vivendo com saúde em companhia de sua mãe, sendo por ela educada e onde aprendendo a fiar e coser se deliberou a conduzi-la para a casa de Joaquim Borges homem casado de boa família que costuma ter moças para serem educadas e melhor ali se está aperfeiçoando nas costuras e aprendendo a ler com a mulher do dito.²⁴⁴

²⁴³ Ver: Oliveira (2008), Fonseca (2013) e Júlio (2017).

²⁴⁴ CBG/CSO-I (90) 805.

Nas duas prestações de contas seguintes e consecutivas, o tutor afirma:

A órfã se acha na idade de 18 para 19 anos vivendo em companhia da viúva sua mãe Rosa Maria do Espírito Santo onde se conserva desde que acabou de aprender a coser e fiar [...] em cujos exercícios se ocupa em toda a [...] vivendo com havia e honestidade.

Que se acha de saúde perfeita na idade de 22 anos vivendo em companhia da viúva sua mãe Dona Rosa Maria do Espírito Santo, onde vive honestamente, e sua mãe recebe toda a devoção e tratamento preciso e por saber ler e escrever se ocupa em coser, tecer e outros próprios do uso doméstico.²⁴⁵

Destacamos esse caso por ele ser o típico exemplo de como podia ser conduzida a educação de uma filha legítima de uma família das elites locais. Ana recebeu um combinado de legados educativos que representam o ideal de criação feminina nessa camada da sociedade, com a exceção apenas da ausência do casamento.

A órfã aprendeu, com sua mãe a princípio, as artes manuais de coser e fiar, posteriormente sendo encaminhada a uma espécie de mestra particular, a fim de aprimorar suas habilidades manuais, bem como aprender a ler e escrever. Aos 22 anos, a moça vivia de forma honesta com sua mãe, ocupava-se de coser e tecer e, por saber ler, de outras habilidades próprias do uso doméstico, provavelmente a leitura de orações e outros textos indicados para sua pessoa.

Ao pesquisar a educação das crianças na América Portuguesa/Brasil, Mary Del Priore (2004) afirma que, no século XVIII e no XIX, a preocupação pedagógica estava imbricada à moralidade católica. As cartilhas para ensinar a ler se encontravam repletas de ensinamentos morais e religiosos. Há um relativo consenso na historiografia da educação para o período em afirmar que a educação dos órfãos, mas especialmente das órfãs, era permeada pela ideia de moralidade. Principalmente na criação das meninas, a educação moral se apresentava mais importante do que o aprender a ler/escrever/contar.

Para a documentação ora analisada, percebemos que às meninas eram destinados legados educativos mais de natureza moral e de artes manuais; porém, como no caso acima, em algumas situações temos legados relativos às letras

²⁴⁵ CBG/CSO-I (90) 805.

deixados para filhas, netas e agregadas dos homens ricos, ainda que de forma bem mais sutil se comparada aos herdeiros do sexo masculino.

Este quadro nos instiga a nos debruçarmos sobre o próximo tipo de legado educativo, o das letras, e sobre este nos deteremos de forma mais específica. No entanto, antes de adentrarmos as análises sobre o legado das letras, do escrito, algumas considerações conceituais se fazem necessárias.

Nesse momento do texto, nossa tese aproxima-se dos estudos acerca da cultura escrita em Minas Gerais e do conceito de letramento e seus diversos níveis.²⁴⁶ Assim, destacamos que nos inspiramos na interpretação de Ana Maria Galvão (2010) para compreender a cultura escrita como sendo o lugar, material e simbólico, que o escrito ocupa em um determinado meio, sociedade, comunidade ou grupo social. Entendemos que, ao adotarmos tal conceituação, conforme apontou Galvão, é mister que fiquemos atentos às questões a seguir.

A primeira questão é a necessidade de se compreender o caráter dinâmico e heterogêneo que a cultura escrita possui, especialmente nas sociedades complexas. Por isso, concordamos com a autora quando esta sugere como melhor opção o uso do termo "culturas do escrito", entendendo que tais culturas se referem não apenas às habilidades de ler, escrever e contar, mas a todo e qualquer evento ou prática que tenha como mediação a palavra escrita.

Outra questão que a autora considera importante observar é o fato de que cultura e, portanto, a cultura escrita, ou as culturas do escrito são produzidas cotidianamente pelos seres humanos em suas diversas relações, não sendo possível que estes se insiram, ou as acessem.

A autora chama ainda nossa atenção para a necessidade de percebermos que os modos de se relacionar com o escrito não são os mesmos em todas as sociedades, e que há modos legítimos em determinadas culturas que não o são em outras. Assim, há que se levar em conta que as culturas do escrito estão inseridas em espaços e tempos determinados e só podem ser dimensionadas quando compreendemos as relações de poder que estão nas bases desses contextos. Destarte, a autora reafirma que a leitura e a escrita não devem ser entendidas como bens em si, nem como

²⁴⁶ Ver: Júlio (2016), Angelo (2017), Vartuli (2014) e Morais (2009).

valores universais. Ao contrário, deve-se buscar compreender, através dos indícios das fontes, aspectos do lugar que o escrito ocupa nas diversas conjunturas.

É neste sentido que, ao procurarmos alcançar o papel que o legado educativo, em especial o legado educativo das letras, possuía para a manutenção e ampliação dos privilégios das elites locais, acreditamos estar minimamente contribuindo com uma pequena peça na montagem do complexo quebra-cabeça das multifacetadas culturas do escrito.

Diferente da cultura escrita, o letramento, de acordo com Galvão, refere-se ao uso social da leitura e da escrita, e é percebido essencialmente como uma das dimensões que compõem as culturas do escrito.

Observando essa relação, Morais (2009) afirma que esta se dá de forma dialética. Nas palavras da autora, "A cultura escrita regula as práticas de *letramento*, e essas práticas, ao mesmo tempo, mantêm essa cultura escrita viva, atualizada." (2009:19)

Morais ressalta que não há um sentido único para o conceito de letramento,²⁴⁷ podendo este ser entendido, de acordo com Angela Kleiman (1995), como um "conjunto de práticas sociais que usam a escrita em contextos específicos e com objetivos específicos".

No presente trabalho, o que entendemos por letramento se aproxima das concepções acima citadas no que tange à compreensão deste como o conjunto de comportamentos que abrangem determinadas habilidades relacionadas às letras; mas vai além disso, sendo necessário buscar quais são as funções, os valores e os usos sociais do escrito, no nosso caso, para as elites locais enfocadas, no período histórico por nós delimitado. Apesar de abordarmos letramento nessa dimensão, nós o tratamos ainda, de formas mais específicas quando se trata dos sujeitos desta pesquisa, como níveis e dimensões diferentes de aprendizado da leitura e da escrita.²⁴⁸

²⁴⁷ Ver também: Kleiman (1995) e Soares (2004).

²⁴⁸ Morais (2009) e Fonseca (2009). Sobre o assunto, ver também: Magalhães (2000); Batista (2002); Schapochnik (2005); Abreu (1999).

A historiografia²⁴⁹ tem, cada vez mais, demonstrado que havia algum nível de letramento nas sociedades mineiras setecentistas, ainda que houvesse um número muito maior de iletrados do que letrados nessas populações.²⁵⁰ Vartuli contribui com tal historiografia e demonstra que o escrito nessas sociedades tomava formas variadas, afirmando que, "no referido contexto, em que o domínio da técnica da escrita era capital de poucos, principalmente do segmento masculino, branco e abastado, escrever tornou-se tarefa diversa, nascida, inclusive, das práticas orais." (2014:12)

Ao considerarmos as camadas mais privilegiadas, então, esse nível de letramento dessa sociedade tem se mostrado superior. O que temos observado nesses estudos é que os sujeitos das sociedades coloniais estavam em intenso contato e utilizando, com certa frequência, o escrito em seu cotidiano. Morais (2009) afirma que, ao analisar os usos cotidianos das habilidades de leitura e escrita, mesmo em uma sociedade basicamente iletrada como as encontradas nas Minas no período colonial, fica patente o poder que a palavra escrita encerrava.

Os pertencentes às camadas mais privilegiadas viviam esse contato de forma mais acentuada, pois faziam parte de um grupo de pessoas que ocupavam lugares na sociedade em que o escrito desempenhava um importante papel, fosse no mundo civil, militar, eclesiástico ou no econômico. Eram sujeitos com grandes cabedais, que realizavam inúmeros negócios, que administravam essas grandes fortunas e que ocupavam postos burocráticos, atividades em que a leitura e a escrita se faziam fundamentais. Utilizavam-se das letras de maneiras diversas: além dessa administração dos negócios, passavam recibos, tinham livros de razão, informavam e registravam testamentos, correspondiam-se, dentre outras. Muitas fontes manuscritas encontradas para o período comprovam que a palavra escrita era ampla e cotidianamente utilizada, especialmente por esse grupo mais privilegiado, mas não apenas.

²⁴⁹ Ver: Fonseca (2009); Gorgulho (2011); Júlio (2017); Silva (2016); Morais (2009); Vartuli (2014); Angelo (2017).

²⁵⁰ Tal como Vartuli (2014), adotamos termo *iletrado*, neste trabalho, não como expressão contrária à acepção de *letrado* no século XVIII, mas a quem não redigia com as próprias mãos. A autora ressalta que isso não significa equipará-los a *analfabetos* ou a não detentores de algum grau de *letramento*, como se compreende este conceito na atualidade. Ao contrário, concordando com Vartuli, entendemos que, por esses indivíduos viverem em uma sociedade perpassada pela escrita, muito provavelmente eles desenvolviam algum nível de letramento.

É possível que o saber ler e escrever, ao menos para os homens, se fizesse necessário no cotidiano e em sua vivência social, inclusive pela pressão dos seus estilos de vida. Ao tentar apreender a educação destinada aos órfãos das famílias “mais abastadas” da Comarca do Rio das Velhas, na segunda metade do século XVIII, observamos que havia uma preocupação por parte dos responsáveis em dotar sua prole, e de forma mais abrangente e aprofundada a prole masculina, com algum nível de capacidade literácita (vocábulo utilizado em Portugal como sinônimo de letramento). Um movimento semelhante foi percebido por Moraes ao analisar as habilidades literácitas dos testadores da Comarca do Rio das Mortes, entre 1750 e 1850. A autora concluiu que a “cultura escrita era apropriada mais pelos homens do que as mulheres, principalmente os proprietários de bens e aqueles que possuíam ocupações que exigiam as habilidades de leitura, escrita e cálculo.” (2009:304)

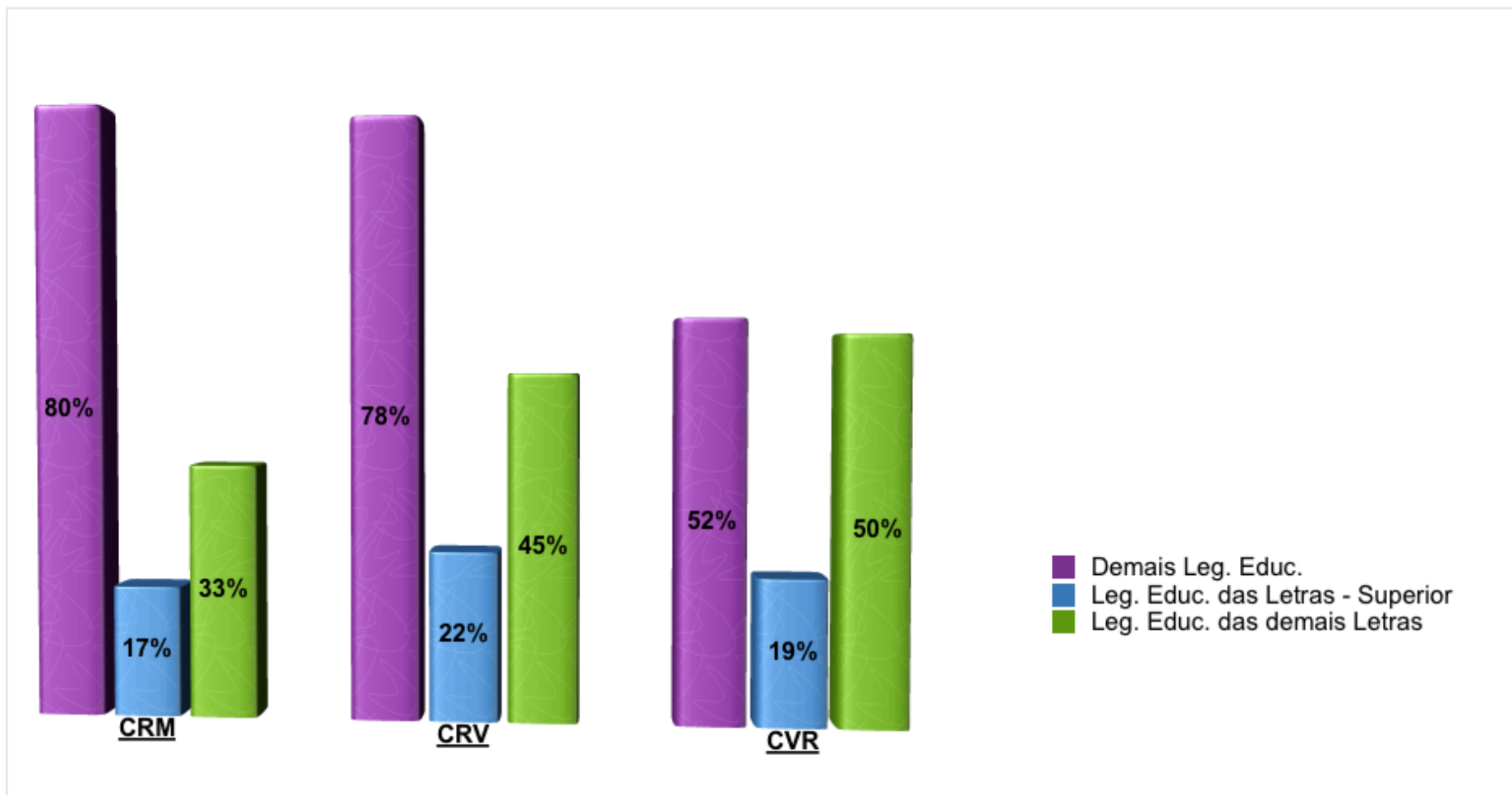
Essa estreita relação com o escrito foi observada entre esses homens testadores. Dos 78 sujeitos aqui analisados, em cerca de 86% de seus documentos encontramos as assinaturas dos testadores ou indícios em algum outro momento da documentação que indicavam que estes homens possuíam alguma capacitação literácita. No entanto, quando nos focamos nos legados, isto é, ao tentarmos observar a intenção de legar, deixar registrado a vontade de que o herdeiro recebesse algum nível de letramento, ou mesmo de instruir os descendentes a isso em vida, os números se mostram mais modestos.

A categoria dos legados educativos das letras apresenta-se como a segunda maior dentre os legados educativos dos nossos indivíduos, menor apenas que o legado educativo moral. Ela foi encontrada em mais de 37% da documentação daqueles que deixaram espólios educativos. No entanto, se incluirmos na conta todos aqueles que não deixaram legado educativo, percebemos que as letras foram legadas em pouco mais de 17% dos documentos. Esse percentual apresenta-se ainda menor ao compararmos com outros tipos de legados, os quais detectamos em mais de 90% dos documentos, tal como o espiritual. Contudo, a mera quantidade dos legados não é capaz, sozinha, de indicar quais são seus papéis na perpetuação das elites locais. Para isto, faz-se necessário que entendamos quem eram os sujeitos que se preocupavam em deixar as letras como herança, nessa concepção mais ampliada do termo; para quem eles encaminhavam esse legado; e que níveis de capacitação literácita eram deixados.

Dentro dessa categoria incluímos heranças que nos remetam ao aprendizado das letras em diversos níveis – desde o que podemos chamar de elementar (que era aprender a ler, escrever e contar), passando pelo complementar (que ia além do elementar, ou seja, quando o aluno aprendia Gramática, Retórica e/ou Música), até o nível classificado como superior, que se referia à frequência a Universidades ou aos Seminários.

Observemos a seguir o gráfico a seguir:

Gráfico 15 – Legados Educativos das Letras por comarca.



Fonte: Banco de dados da pesquisa

A comarca que mais apresenta esse tipo de legado é a Comarca de Vila Rica, com 69% das suas heranças educativas sendo relacionadas às letras. Desses, 19% são legados das Letras referentes ao nível superior. Em segundo lugar está a Comarca do Rio das Velhas, com 67% de seus legados alusivos ao aprendizado das letras (22% desses se destinavam à instrução superior). Por fim, a Comarca do Rio das Mortes, com 50% desse tipo de legado e 17% do todo voltado à instrução superior.

O fato de ser a Comarca do Rio das Mortes a que proporcionalmente menos legou educação letrada está diretamente ligado à circunstância de ser esta também a comarca com menos sujeitos casados e com uma menor ocorrência de filhos, fossem eles legítimos ou ilegítimos/naturais, como observamos no capítulo anterior. Isto se explica porque o legado educativo das letras aparece 77% das vezes na documentação dos homens que contraíram casamento em algum momento de suas vidas.²⁵¹

Essa categoria de legado é a que parece estar mais associada com a ideia de uma formação da prole ou dos descendentes diretos. As letras foram encaminhadas em mais de 88% das vezes aos filhos e filhas desses homens. De certo modo, esse legado parece estar ainda associado ao interesse dos testados e inventariados de formarem uma sucessão para a administração dos negócios e das fortunas da família. Mesmo nos casos em que esses sujeitos não possuíam filhos, observamos este movimento quando os legados das letras são destinados a sobrinhos que auxiliam nesta tarefa, como é o caso do Capitão Antônio Luis Brandão,²⁵² já mencionado, morador da Comarca de Vila Rica, que sugeriu em seu testamento que dois de seus sobrinhos aprendessem a ler, a escrever e a contar. Tais sobrinhos mais tarde vieram a auxiliá-lo na administração de suas fazendas e outros negócios, e um deles se tornou o seu “braço direito”, seu homem de confiança.

De outra maneira, percebemos alguma ideia de sucessão atrelada ao legado das letras. É o caso do advogado e Sargento-Mor da cidade de Mariana, Dr. Manoel Brás Ferreira,²⁵³ que enviou seu único filho para se formar em Leis na Universidade

²⁵¹ Encontramos apenas um documento relativo a um viúvo, a saber, Mathias Pereira Pinto CBG/CSO-I (39) 293.

²⁵² CSM/CPO-I 39/900.

²⁵³ CSM/CPO-I 114/2368.

de Coimbra, na pretensão de que ele seguisse os passos de seu pai, o que, depois de alguns contratempos, acabou acontecendo, como veremos no próximo capítulo. Este e outros casos, que serão mais detidamente tratados, são típicos para mostrar a função dos legados das letras na intenção da perpetuação de uma linhagem cultural.

A educação letrada dos órfãos legatários também parece ter sido utilizada para a obtenção do capital simbólico que era adquirido por meio do capital cultural nas famílias dos homens ricos. Não foram incomuns os sujeitos que enviaram seus filhos para universidades e para seminários para que estes se tornassem religiosos, especialmente os filhos mais velhos – atitude comum e desejável entre as famílias mais abastadas das sociedades do Antigo Regime em Portugal e ultramar. Assim o fez o viúvo Mathias Pereira Pinto,²⁵⁴ mineiro, morador da Comarca do Rio das Velhas, que havia sido casado com Jacinta da Assunção, com quem teve sete filhos (dois homens e cinco mulheres). Ele mandou seu filho mais velho para se ordenar padre, o que, em uma sociedade profundamente religiosa, dava um certo prestígio, agregando um capital simbólico à sua família.

Os espólios das letras foram direcionados a filhos legítimos e ilegítimos/naturais, porém não sem diferenciação. Observamos que havia uma preocupação maior com os filhos legítimos no recebimento desses legados. Enquanto para os filhos ilegítimos/naturais observamos, em sua maioria, uma educação que combinava algum nível de letramento com o aprendizado de um ofício mecânico, para os legítimos as letras eram prioridade.

Exceção a esse perfil foi o caso da educação que o Mestre de Campo Jacinto Vieira da Costa²⁵⁵ direcionou a seu filho. Importante minerador da Comarca do Rio das Velhas, este português, senhor de muitos cativos (constam em seu inventário mais de cem), nunca se casou, mas teve mais oito filhos, cinco homens e três mulheres, todos com escravas suas, os quais reconheceu, criou e para os quais legou. Jacinto, um dos poucos habilitados na Ordem de Cristo, era um homem com algum nível de letramento, verificado através de suas assinaturas presentes na documentação. Letrou ao menos três de seus filhos homens, para os quais

²⁵⁴ CBG/CSO-I (39) 293.

²⁵⁵ CBG / CSO-I (21) 189 /885.

conseguimos encontrar indícios,²⁵⁶ além de outros dados: declarou em seu testamento que mandou seu filho Valentim, de 13 anos de idade à época, terminar seus estudos em Coimbra. Mais tarde, Valentim apareceu em uma prestação de contas do tutor como estudante na Universidade de Coimbra, fato verificado nas matrículas analisadas por Valadares (2004), que o identificou como um dos mineiros matriculados em Cânones nessa universidade em 1758.

Com relação às fortunas dos homens ricos que legaram as letras, observemos a tabela comparativa abaixo:

²⁵⁶ Não encontramos nada relacionado às letras para as filhas mulheres desse sujeito.

Tabela 9 – Médias de monte-mor e plantel de cativos comparadas entre os que legavam as letras e o geral (1750–1809)*.

COMARCAS	Geral	CRM	CRV	CVR
Média do monte-mor geral.	2.571,73	3.494,19	2.558,72	1.662,27
Média do plantel de cativos geral.	30	36	28	27
Média do monte-mor para os que legaram as Letras.	2.654,98	3.257,40	2.548, 53	2.158,99
Média do plantel de cativos para os que legaram as Letras.	49	55	56	34
Média do monte-mor para os que legaram as Letras a nível superior.	2.883,27	3.656,83	3.023,91	1.969,06
Média do plantel de cativos para os que legaram as Letras a nível superior.	70	75	98	37

Fonte: Banco de dados da pesquisa. *Valores dos monte-mores em Libras.

Ao observarmos os dados acima, verificamos que os homens ricos que legaram as letras possuíam uma média de monte-mor ligeiramente superior à média geral. Com exceção da Comarca de Vila Rica, essa média aumenta também de forma sutil para os que legaram educação de nível superior aos seus herdeiros. É interessante perceber que, dentre os que deixaram uma educação letrada aos legatários, não encontramos monte-mor superior a 6 mil libras, ou seja, não há entre eles nenhuma das maiores fortunas encontradas para esses sujeitos. Vale destacar ainda que um dos que letraram seus descendentes, no caso a filha, possuíam, no momento da abertura de seu inventário, em 1809, um monte-mor de apenas 113 libras. Trata-se do já referido Capitão da Cavalaria Antônio Francisco da Costa.²⁵⁷

A média do plantel de cativos, por sua vez, comporta-se de maneira diferente. Percebemos pela tabela 7 que os legados educativos das letras vinham de senhores de escravizados com plantéis acima da média dos homens ricos no geral.

Se nos ativermos aos que legaram letras a nível superior, essa média passa do dobro. A diferença expressiva nesses valores, juntamente com a relativa raridade com que os encontramos para esse tipo de educação, leva-nos a inferir que o letramento a nível superior, assim como a posse de cativos, carregava também um poder de distinção para aqueles que o legavam e/ou o possuíam. Concordando com alguns estudos sobre o tema,²⁵⁸ podemos considerar tal tipo de legado como um significativo capital simbólico para esse grupo.

Reforçando a ideia de que aqueles que legavam as letras possuíam e/ou buscavam distinção social, analisamos a relação destes com a investidura patentes militares e outras mercês. Percebemos que aproximadamente 50% daqueles que legaram as letras possuíam alguma patente militar. Destes, a metade era de Capitães, dois eram Alferes, e no restante houve patentes de Sargento-Mor, Mestre de Campo, Tenente e Capitão-Mor. Para a universidade ou seminário foram apenas os filhos de Capitães, Alferes, Mestre de Campo e Sargento-Mor.

Com relação a outras mercês, encontramos apenas dois homens ricos habilitados da Ordem de Cristo e dois que receberam cartas de sesmarias, habilitando seus descendentes com capacidade literária. Esses baixos números, contudo, não

²⁵⁷ CBG/CSO-I (90) 805.

²⁵⁸ Ver: Valadares (2004); Fonseca (2009); Gorgulho (2011); Júlio (2017); Paula (2016); Morais (2009); Vartuli (2014); Angelo (2017).

surpreendem, haja vista serem pouco expressivos mesmo para os homens ricos no geral.

O português Domingos Pinto Carneiro-Jequitibá, natural de Coimbra, Capitão-Mor, morador do Arraial de Santa Luzia na Comarca do Rio das Velhas, também identificado como dono de uma fazenda de gado, era casado e pai de quatro filhas, sendo uma natural. Jequitibá letrou as três filhas legítimas. Muito provavelmente o fato de não ter tido filho do sexo masculino pesou para que Domingos não entrasse no grupo dos homens que enviaram seus filhos para a universidade. As letras legadas às filhas, como já demonstramos, configuraram, geralmente, situação mais rara, em oposição à situação dos filhos.

Uma ausência sentida entre os legados relativos às letras nos chamou a atenção. Trata-se do encaminhamento dos livros encontrados em posse desses sujeitos. Dentre os 78 homens ricos aqui analisados, encontramos a indicação de posse de livros para 11. Essas bibliotecas particulares somavam entre 2 e 43 livros.

Bento Pereira de Sá, natural do Rio de Janeiro, era Capitão-Mor Regente no Arraial da Campanha do Rio Verde de Santo Antônio do Vale da Piedade, Comarca do Rio das Mortes. Descrito como mineiro, com um monte-mor superior a 2 mil libras, tinha em sua posse mais de 22 escravos, muitos vestidos de tecidos variados e caixa de viagem de trazer vestidos, o que pode indicar que ele os comercializava. Entre seus bens apareceram ainda itens de requinte, como várias roupas de cama, roupas brancas, toalhas, diversas louças finas da Índia, garrafas e cálices de vinho. E, dentre tantos bens, 43 livros, sendo a maioria de vida de santos. Pereira de Sá não deu destino a seus livros em seu testamento, nem deixou qualquer tipo de legado educativo. O fato de ele ser solteiro e sem filhos certamente contribuiu para a ausência do legado educativo.

Esse não foi o comportamento comum encontrado entre os homens ricos possuidores de livros. Em apenas um dos casos encontramos um possível indício de indicação das pessoas com as quais os livros deveriam ficar. Além de não indicarem um destino para seus livros, dentre 11 desses homens, apenas 4 deixaram algum legado educativo, e somente 2 legaram as letras, ambos da Comarca de Vila Rica. Foram eles: o Alferes Sebastião Gonçalves Chaves, já mencionado, que possuía três livros e, apesar de letrar seus filhos, não deixou indicação sobre qual destino deveria ser dado a esses bens; e o Sargento-Mor e advogado Manuel Brás Ferreira, também já tratado neste trabalho.

No caso deste último, a ausência de direcionamento de sua biblioteca mostra-se ainda mais intrigante, pois ele possuía mais de 20 exemplares predominantemente de temas relacionados à sua formação, as Leis. Manuel enviou seu filho para estudar as Leis na Universidade de Coimbra, e ainda assim não legou seus livros para ele ou para qualquer outra pessoa. No final do processo de seu inventário, em 17 de setembro de 1788, Dona Antônia Luiza S. Leal, sua esposa e inventariante, disse que, para dar termo ao processo, precisava de avaliadores para os livros do marido e, para isso, nomeava os Doutores Antônio dos Santos Ferreira e Antônio da Silva e Souza. A partilha dos bens foi feita, mas não fica claro o destino dos livros.

Segundo Álvaro Antunes (2004), no século XVIII possuir livros, fossem eles quais fossem, já era um indicativo importante, pois eram privilégios de uma minoria. Se trouxermos esse dado para a realidade das terras coloniais então, esse privilégio era ainda mais restrito. E a quantidade de livros de posse desses homens ricos mostra-se relativamente expressiva. De acordo com o mesmo autor, os livros em terras ultramarinas concentravam-se nas mãos de um pequeno e específico segmento da população, os letrados.²⁵⁹ Para Villalta (2007) e Antunes (2004), a quantidade de livros traduzia antes o grau de refinamento e estudos do que a quantidade de riqueza.

Para Villalta, os militares de Ordenanças e de Tropas Pagas eram os que mais possuíam livros em Mariana.²⁶⁰ Esse autor afirma ainda que, em Mariana, os livros estavam em sua maioria relacionados à área de atuação profissional do seu dono, como observamos acima com Manuel. Para os militares, era comum encontrar livros que tratassem de artes militares e história militar. Vale ressaltar ainda que, assim como os livros descritos de posse desses homens ricos, os livros com temas religiosos eram onipresentes nas bibliotecas estudadas por Villalta.

Assim, sendo os livros um signo de valor e prestígio, objetos que podiam ao mesmo tempo ser considerados como capital econômico, cultural e simbólico, e considerando que a historiografia demonstra imbuir de alguma distinção aqueles que os tinham em sua posse, causa estranhamento perceber que eles não ocuparam um

²⁵⁹ Antunes, para caracterizar melhor aqueles que possam livros no século XVIII, acrescenta em seguida ao termo letrado “pessoas alfabetizadas, proprietários de consideráveis bibliotecas particulares e reconhecidos por suas qualidades intelectuais” (2004:85).

²⁶⁰ Nesse trabalho, parte de sua tese de doutorado (1999), Villalta analisa a posse de livros em 911 inventários para o período de 1714–1822.

lugar entre os legados declarados dos homens ricos das Minas setecentistas ora analisados.

Com este capítulo, tivemos a intenção de mapear, quantificar e analisar os legados dos homens ricos, entendendo como tais tudo o que foi feito e/ou deixado por esses homens não apenas após suas mortes. Ao definirmos um conceito de patrimônio educativo e categorizarmos os legados encontrados, buscamos relacionar esses legados com questões de manutenção e ampliação dos privilégios, no intuito de observarmos o lugar de cada um deles neste objetivo. Por fim, analisamos de forma mais detida as heranças de cunho educativo e, mais especificamente, aquelas voltadas para a aquisição de alguma habilidade relacionada às letras, visando entender quem as deixava, para quem eram direcionados tais legados e como se configuravam.

Nesse sentido, percebemos que as heranças de cunho educativo foram uma preocupação da maioria dos homens ricos, ainda que em número inferior se comparadas aos demais legados. Eram, essencialmente, direcionadas aos descendentes diretos e possuíam especificidades relacionadas aos sexos, e se eram filhos legítimos e ilegítimos/naturais. Percebemos ainda que aqueles que legavam educação não faziam parte daqueles que possuíam os maiores monte-mores, porém eram detentores de bens de distinção, como escravos e livros.

No capítulo seguinte, vamos observar, através de uma análise mais focada, como algumas famílias eleitas legavam esse patrimônio educativo, na intenção de perceber que estratégias eram utilizadas para educar suas proles e como isso se refletia na perpetuação ou não desse lugar de distinção e privilégios.

CAPÍTULO 4 - Patrimônios educativos – Legados em diferentes arranjos familiares

Até o momento nesta tese, procuramos analisar como a historiografia entende e caracteriza as camadas mais privilegiadas da sociedade mineira colonial que optamos por chamar de elites locais ou coloniais. Fizemos, para os nossos sujeitos, uma delimitação mais específica, a fim de entender nos pormenores quem eles eram e como se configuravam. Buscamos também explicar sobre as concepções de educação que pudemos observar nesse período em que a escola era ainda muito embrionária; apresentamos uma concepção ampliada de família, com diferentes arranjos observados no contexto que vão muito além daquele estabelecido pela Igreja e pelos preceitos Tridentinos. Procuramos entender como oficialmente eram as possibilidades de se distribuírem as heranças e analisamos o quê, como e para quem os nossos sujeitos, membros distintos dessa sociedade, deixavam os seus espólios, na intenção de alcançar o papel do legado de um patrimônio educativo para a manutenção e perpetuação desses privilégios.

A partir de agora, a intenção é demonstrar como esse patrimônio educativo era legado nos cotidianos dos diferentes tipos de famílias encontrados na documentação. Buscamos, assim, entender as estratégias adotadas por esses grupos familiares e perceber o papel da educação na busca pela distinção social desses sujeitos.

Estudos demonstram que na América Portuguesa, incluindo a Capitania de Minas Gerais, a capacidade de leitura e escrita era restrita a um número pequeno de pessoas. Como já mencionado, o domínio da escrita era principalmente desenvolvido no segmento composto por homens brancos e abastados.²⁶¹ Isso, contudo, não significa que a sociedade colonial fosse uma sociedade pouco letrada, ao contrário.

Apesar do limitado número de pessoas que sabiam ler e escrever, os moradores das Minas utilizavam-se do escrito e da leitura no seu cotidiano em diversos níveis de interação: para se comunicar, para fazerem anotações relativas aos bens e aos negócios, aos escritos pessoais, ou para legar seus bens e últimas intenções em seus testamentos. A escrita fazia parte do dia a dia inclusive daqueles que não haviam tido acesso ao aprendizado das primeiras letras. Estes podiam ter

²⁶¹ Fonseca (2009); Morais (2009); Vartuli (2014).

seus escritos elaborados pelas mãos de terceiros, que podiam ser pessoas de confiança ou escrivães. Ao analisar a feitura das cartas de alforria em sua tese, Morais demonstra a importância do escrito para a sociedade mineira setecentista:

Em uma sociedade na qual a palavra escrita se encontrava disseminada, tanto os sujeitos capazes de ler e escrever, quanto os que não dominavam essas técnicas, sabiam que os acordos firmados por escrito e assinados possuíam mais valor do que os que se baseavam na oralidade e, ainda, que a posse de determinados documentos poderia garantir poder. (Morais:2009-186)

Nesse contexto, o nível de letramento dos indivíduos possibilitava agregar a eles distinção e, em alguns casos, alguma mobilidade social.²⁶² Assim sendo, é de fundamental importância que busquemos compreender de forma mais detida quais os níveis de letramento de alguns dos sujeitos aqui abordados. Essas análises nos permitirão observar a relação entre o nível de letramento desses homens ricos com os tipos de patrimônio educativo por eles legados e assim compreender o papel desse capital cultural como capital simbólico de distinção social.

Análises das assinaturas

Para o que propomos fazer agora, optamos por empregar uma metodologia que utiliza a análise de assinaturas para entender o nível de letramento por meio da elaboração de uma escala de literacia desenvolvida pelo professor Justino Pereira de Magalhães (1994). Combinadas com outras informações acerca da vida desses sujeitos e suas relações sociais, essa análise de assinaturas apresenta-se como um caminho possível para que possamos compreender a capacidade literária desses sujeitos.

Para Justino Magalhães (1994), as assinaturas no plano histórico são sinais mais universais e documentados referentes ao comportamento alfabético e literário do sujeito. Elas são um registro gráfico com relevantes marcas de padronização no que tange às dimensões pessoais, socioculturais e socioprofissionais. De acordo com o autor, é possível utilizar as assinaturas “como

²⁶² Ver Fonseca (2009).

recurso e por via indireta a capacidade para assinar o próprio nome, como elemento de informação, relativamente à capacidade alfabética”.

Desse modo, para a realização dessas análises, de acordo com o mesmo autor, há que se observar fatores internos – como o conhecimento da “cultura gráfica” (a caligrafia dominante do período pesquisado) – e fatores externos – como as profissões, posição socioeconômica, ocupação de cargos administrativos ou obtenção de patentes militares, e as circunstâncias históricas, os contextos de iniciação à escrita e de reforço. Dessa forma, entendemos que não é possível enquadrar os sujeitos na escala levando-se em consideração apenas as assinaturas; assim, buscamos relacioná-las, o quanto possível, com esses outros fatores.²⁶³

Ainda que tenham alguns limites, as assinaturas são um dos mais importantes indícios da relação com a cultura escrita daqueles que viveram nos Setecentos e Oitocentos.²⁶⁴ Assim sendo, mostram-se, quando associadas a essas outras variáveis citadas acima, como importantes indicadores de letramento, possibilitando-nos acessar informações de extrema relevância para entendermos os processos educativos pelos quais esses indivíduos passaram, bem como ajudando-nos a construir suas trajetórias educativas e a relação dessas com o legado que deixam. Essa escala apresenta-se da seguinte forma:

²⁶³ Destacamos que não pretendemos aqui traçar o perfil daqueles que possuíam o domínio da leitura e/ou escrita, uma vez que compreendemos que para tal seria necessário um levantamento serial mais significativo. Contudo, acreditamos que as análises das assinaturas e de outros escritos, quando houver, combinadas com as variáveis propostas pelo autor e outras que se mostraram significativas para nós, nos ajudam a compreender a relação desses sujeitos com a cultura escrita. Com esse intuito, tais análises estão sendo apresentadas em diversos momentos ao longo das nossas análises.

²⁶⁴ Outros trabalhos que utilizaram a mesma metodologia são Maria do Céu Alves (2003), abordando assinaturas na Mafra–Portugal/século XVII; Morais (2009), que analisou assinaturas de testadores em São João Del Rei/séculos XVIII e XIX; e Paula (2016), que analisou assinaturas de tutores em Vila Rica/século XVIII.

Tabela 10 – Escala de níveis de leitura e escrita.

NÍVEL	ESCALA DE ASSINATURAS	NÍVEIS DE LEITURA E ESCRITA
1	Não assina (siglas, sinais-assinaturas)	Não sabe ler nem escrever
2	Assinatura imperfeita, rudimentar de “mão guiada”	Apenas lê e escreve mal, apenas lê e escreve o nome, apenas lê, apenas escreve ou faz o nome.
3	Assinatura normalizada, completa (pode ser abreviada)	Apenas lê e escreve, escreve sofrivelmente, escreve, lê e escreve alguma coisa.
4	Assinatura caligráfica; estilizada.	Lê e escreve sofrivelmente, escreve.
5	Assinatura pessoalizada; criativa.	Lê e escreve bem ou uma formação acadêmica equivalente.

Fonte: MAGALHÃES (1994:317-319).

Para a realização dessas análises, optamos por fechar o foco em alguns casos representativos. Acreditamos que deste modo conseguimos aprofundar nossas observações de forma qualitativa. Nesse intuito, dividimos as famílias em três tipos, por serem esses os mais comuns nas fontes analisadas. Primeiro trabalharemos com as famílias formadas por homens casados, seus filhos legítimos e, em alguns casos, ilegítimos/naturais. Depois traremos à luz outro tipo de família muito comum nas comarcas estudadas: os homens solteiros, seus inúmeros filhos ilegítimos/naturais e suas mães, que algumas vezes eram escravas e, em alguns casos, escravas mesmo dos pais de seus filhos. Por fim, observaremos como os homens solteiros e sem filhos, que percebemos em maior número na comarca do Rio das Mortes, destinavam os legados relativos à educação.

Esses casos permitem-nos perceber mais nitidamente essa correlação desenvolvida pelas famílias entre os capitais social, cultural, econômico e simbólico. Por meio das trajetórias agora analisadas, podemos constatar como os homens ricos legavam educação e, especialmente, educação voltada para as letras aos seus descendentes nas diferentes configurações das famílias. Assim, acreditamos que, ao nos aproximarmos desses patrimônios educativos e das estratégias utilizadas para educar essas proles, conseguimos observar como isso se reflete na perpetuação ou não desse lugar de distinção e privilégios das mesmas.

4.1 - Famílias tradicionais – a fé e as letras

Família do Capitão José Ribeiro de Carvalho

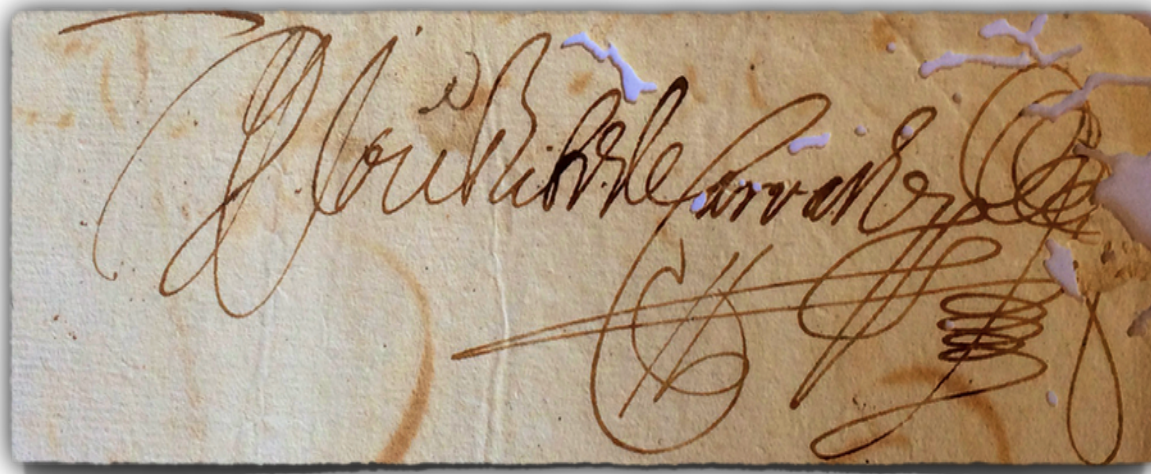
O primeiro caso a ser tratado é o da família do Capitão José Ribeiro de Carvalho,²⁶⁵ morador da Vila de Sabará, na Comarca do Rio das Velhas. Já citado anteriormente, aparece indicado na *Lista dos Homens Ricos* como se ocupando de negócios.²⁶⁶ Era natural da Freguesia de Santo Adrião, Arcebispado de Braga, e fixou-se nas terras mineiras, onde construiu para si significativa posição.

Ribeiro de Carvalho era um homem que possuía habilidade com as letras. Em seu inventário há vários recibos, vales e outros escritos feitos por ele que demonstram familiaridade com o escrito. A imagem abaixo traz a assinatura do Capitão José Ribeiro de Carvalho e serve para observarmos tal familiaridade. Sua escrita mostra-se firme e feita com desenvoltura. Para realizar esse tipo de escrita, que podemos entender como sendo de nível 5 na escala literária acima, o assinante precisava se submeter a muito treinamento. Se não somos capazes de afirmar que o alto nível de letramento do capitão foi determinante para o patrimônio educativo legado à sua prole, ao menos podemos inferir que seus descendentes foram fortemente influenciados pelas habilidades do patriarca dessa família, como veremos a seguir.

²⁶⁵ CSO-I(31)257; Carta Patente Capitão de Ordenança no Sabará/PT/TT/RGM/D/0004/76457.

²⁶⁶ No seu inventário, não consta a relação de bens, o que ajudaria a vislumbrar as atividades exercidas por ele, mas se percebe que seus negócios eram diversificados, envolvendo comércio e atividades creditícias.

Figura 1 - Assinatura do Capitão José Ribeiro de Carvalho.



Fonte: MO/CBG – IBRAM CSO-I (31)257.

Ribeiro de Carvalho morreu em 1770, sendo sepultado no cemitério da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Vila de Sabará, da qual fazia parte. Quando de sua morte, deixou declarados como seus herdeiros nove filhos, sendo dois deles filhos de seu primeiro casamento com Dona Úrsula Coelho de Avelar, já falecida. Esses filhos eram chamados João e Úrsula, ele religioso professo, e ela religiosa ainda não professa à época, segundo as palavras de José Ribeiro de Carvalho em seu testamento. Nesse documento, declarou ainda que ele tinha seis filhos com a atual esposa, Dona Quitéria Maria de Barros.

O filho que acaba por fechar nossa conta em nove é Antônio, que José teve no tempo de solteiro com uma parda de nome Antônia Rangel de Abreu. Antônio vivia na companhia de seu pai, seus outros irmãos e Dona Quitéria. Sobre esse filho ilegítimo/natural, diz em seu testamento: “O instituo, juntamente com meus outros filhos, como meu herdeiro para que este possa herdar igualmente como os outros meus filhos. Declaro que sou tutor deste meu filho e que possuo uma conta corrente da legítima deste”.²⁶⁷

Observemos a composição familiar no esquema abaixo:

²⁶⁷ Testamento trasladado no Inventário do mesmo. CSO-I(31)257

Esquema 2 – Composição da família de José Ribeiro de Carvalho na data de seu falecimento (1770).



Fonte: Inventário de José Ribeiro de Carvalho. Elaborado por nós.

Os filhos tinham as seguintes idades no ano da morte do pai, em 1770: Antônio, 26 anos; José, 12; Anna, 8 anos; Marianna, 7 anos; Bernarda, 5 anos; Joaquina, 3 anos; e Manoel, 2 anos.²⁶⁸

Interessa-nos, por ora, observar o patrimônio educativo legado por José Ribeiro de Carvalho. Começemos pelo seu filho mais velho.

Antônio, seu único filho ilegítimo/natural, foi também o único que aprendeu um ofício mecânico, além de ler e escrever. Isso aconteceu quando nosso inventariado ainda estava vivo. O fato de seu filho natural, pardo, ter recebido uma educação que combinou o ensino das letras com os ofícios mecânicos pode estar atrelado justamente a tais características anteriormente citadas. Fonseca (2006) afirma que esse mesmo padrão de combinação de diferentes tipos de educação pode ser observado nas camadas menos favorecidas, e que há exemplos de filhos de sujeitos dessas camadas, como os de oficiais mecânicos, que também aprendiam a ler, escrever e contar. De acordo com essa autora, como já mencionado, a junção dos tipos de educação seria uma garantia de sobrevivência. O aprendizado dos ofícios mecânicos teria a função de garantir o sustento, e a capacidade de escrita e leitura era vista como a possibilidade de uma ligeira ascensão social.

Pelo testamento da mãe²⁶⁹ de Antônio, mulher parda, podemos verificar que ele recebe essa educação combinada entre o ofício de alfaiate e o letramento enquanto vivia com ela. Porém, após a morte de Antônia Rangel, ele começou a viver com o pai. Não é impossível pensarmos que, a partir do momento em que Antônio passou a fazer parte, mesmo que de maneira relativa, de uma camada mais privilegiada ao ir morar com seu pai, ele começou a sofrer influências e a tomar para si alguns valores importantes desse estrato. Podemos ter um indício disso no testamento de José Ribeiro de Carvalho, 14 anos depois da morte de Antônia Rangel, no qual ele declara que o filho aprendeu o ofício de alfaiate, mas não o exercia e “vivia de escrever papéis no cartório da Ouvidoria”,²⁷⁰ ou seja, seguiu o caminho mais próximo das letras e mais distante do ofício mecânico.

²⁶⁸ Não foi possível definir as idades dos filhos do primeiro matrimônio.

²⁶⁹ APM/CMS-190 Fl. Antônia Rangel de Abreu 1756.

²⁷⁰ Testamento trasladado no inventário do mesmo. CSO-I(31)257

Assim, ele se aproximou da camada social de seu pai e se distanciou da camada social de sua mãe. Ainda que Antônio fosse pardo e um filho ilegítimo/natural, e que talvez fosse mais difícil para ele ser, de fato, identificado como membro dessas elites locais, ele realiza esse movimento de aproximação de alguma distinção. Ele o faz ao exercer uma ocupação mais ligada às letras e se afasta daquela que lhe colocava uma marca que não era bem-vista entre as camadas mais distintas, a mecânica.

Em um outro documento, observamos o pai afastando-o ainda mais do ofício mecânico. Trata-se da prestação de contas em que José Ribeiro de Carvalho, no papel de pai e de tutor do órfão, declarou, sobre a educação de Antônio, que “lhe mandou ensinar ofício de alfaiate, de que pouco usou. Presentemente se acha exercitando de escrever papeis no cartório da Ouvidoria, de cujos lucros se veste e trata.”²⁷¹ (grifos nossos). Nesse sentido, podemos supor ainda que, ao ter sobre seu teto um filho ilegítimo/natural e pardo, o Capitão e rico negociante o influenciasse para seguir esse caminho, que para a época era o mais honrado, mesmo que de forma não totalmente intencional.

Em seu testamento, José Ribeiro de Carvalho nomeou sua mulher como testamenteira e tutora de seus filhos “por ter ela grande capacidade e inteireza”.²⁷²

Dona Quitéria Maria de Barros parecia mesmo ter grande capacidade e inteireza para gerir não só as legítimas dos filhos como também os bens e negócios da família. Assim como seu marido, devia ocupar uma importante posição naquela sociedade. Um indício que reforça esse prestígio social é o fato de que em junho de 1761 ela foi eleita subpriora da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, na Vila de Sabará. Sua capacidade ia além: são raras as cobranças de dívidas feitas ao casal que são pagas apenas com o reconhecimento à viúva, o que nos permite inferir sua familiaridade com algumas relações de negócios do marido. Outra questão interessante e que pode ser indício da boa capacidade de Dona Quitéria é o fato de que esse é um dos poucos inventários encontrados que apresentou apenas um tutor durante todo o processo, a própria Dona Quitéria. Ela era, ainda, a grande

²⁷¹ Prestação de contas do tutor José Ribeiro de Carvalho ao Juiz de Órfãos, presente no inventário de Antônia Rangel de Abreu. CSO-I (19)163

²⁷² Testamento trasladado no Inventário do mesmo. CSO-I(31)257

responsável pelo encaminhamento e a efetivação da educação de seus filhos e até mesmo dos demais filhos de seu marido.

Fica patente na documentação que Dona Quitéria possuía destreza com as letras. De próprio punho, mostrando fluência e muito boa desenvoltura com a pena, ela escrevia cartas, requerimentos, recibos e as diversas e detalhadas prestações das contas da tutela de seus filhos e demais filhos do seu esposo.

Ao analisarmos sua assinatura e compará-la com a escala literácita exposta acima e percebendo sua profunda habilidade para a administração dos bens e negócios de sua abastada família depois da morte de seu marido, podemos, com tranquilidade, aproximar sua capacidade literácita ao nível de letramento 5.

Observemos:

Figura 2 – Assinaturas de Dona Quitéria Maria de Barros.



Fonte: MO/CBG – IBRAM CSO-I(31)257.

A pessoa que se encontra neste nível de letramento, de acordo com Magalhães, lê e escreve bem. Essa classificação dá-se principalmente por haver, no final da assinatura, traços criativos, feitos por meio de movimentos complexos, realizados apenas por quem detinha um grande domínio do uso da pena. Segundo Moraes, “para chegar ao nível 5, mais elevado na escala utilizada, era preciso submeter-se a constante treinamento, o que permitia apropriar-se da escrita e executar uma assinatura de modo criativo e inventivo.” (2009:254). Sua assinatura é mais um indício de sua habilidade de leitura e escrita, o que possivelmente abonaria a decisão de seu marido em querê-la à frente dos cuidados com seus filhos, por acreditar que ela seria capaz de orientá-los, bem como de gerir sua legítimas. Assim, Dona Quitéria seria a pessoa certa para guiar seus filhos a fim de que eles tivessem um futuro digno dos filhos das “melhores famílias” da sociedade mineira setecentista.

Voltando à educação dos filhos de José Ribeiro de Carvalho, se uma educação mista, entre as capacidades literárias e um ofício mecânico, foi o que marcou a educação do filho Antônio, ilegítimo/natural, uma educação mista também foi o tipo de patrimônio educativo deixado para as meninas. Porém, a combinação para estas era entre letras e artes manuais.

Pelas contas de tutela apresentadas e demais indícios, podemos afirmar que as meninas tiveram uma educação mais que adequada a suas pessoas. Podemos supor, inclusive, que a educação por elas recebida foi além do que era comum para as mulheres do período. Dona Quitéria tomou cuidado em demonstrar sua preocupação com a criação, boa educação e recato das meninas em suas contas, como exposto a seguir: “tudo com educação e recato, e cuidado grande para no seu tempo dar a melhor arrumação de seus estados e com amor de mãe as sustentava, vestia e tratava nas suas enfermidades”.²⁷³

Não conseguimos definir porque Bernarda, a filha mais nova, foi a única que não aprendeu a leitura e a escrita. As assinaturas e alguns escritos das demais filhas, no entanto, demonstram que esse aprendizado se deu de forma mais intensa do que o esperado em uma sociedade em que as habilidades da escrita, mais que da leitura, não eram propriamente competência que deveria ser desenvolvida pelas mulheres, mesmo as das camadas mais altas da sociedade.

²⁷³ Prestação de contas de Dona Quitéria in MO/CBG – IBRAM CSO-I(31)257.

Morais (2009) demonstra que o aprendizado da escrita, na Europa e mesmo em terras coloniais, não era difundido como o da leitura entre as mulheres, por ser a escrita considerada um instrumento de perigosa independência.²⁷⁴ As mulheres eram educadas para serem mães, e a leitura deveria bastar para isso. Embora, como observou tal autora, as mulheres da colônia tivessem uma capacidade maior de escrita que as que viviam em terras de aquém-mar, se compararmos as habilidades literárias de homens e mulheres para o período, perceberemos um abismo.²⁷⁵

Tais características tornam mais interessante a observação no que tange à destreza com a pena apresentada pelas filhas de Dona Quitéria. De qualquer forma, elas parecem não ter frequentado nem aulas particulares, menos ainda aulas régias, uma vez que não encontramos nenhum recibo de mestres. Essas meninas possivelmente aprenderam a leitura e a escrita no ambiente doméstico, muito provavelmente com sua mãe ou irmãos mais velhos.

As assinaturas de Dona Anna e Dona Mariana, bem como o texto escrito e assinado por Dona Joaquina, expostos a seguir, permitem-nos vislumbrar a intimidade que essas órfãs adquiriram com a escrita.

Figura 3 – Assinatura das órfãs Dona Anna e Dona Mariana.



Fonte: MO/CBG – IBRAM CSO-I(31)257.

²⁷⁴ Ver: Moraes (2009), Magalhães (1994 e 2001), Viñao Frago (1993), Roche (1996), Chartier (1996), Telles (2004).

²⁷⁵ Sobre a escrita feminina, ver ainda: Vartuli (2014) e Júlio (2016).

A assinatura de Dona Mariana (figura 5), assim como a escrita e assinatura de sua irmã, Dona Joaquina, exposta abaixo (figura 6), podem ser classificadas como de nível 3. De acordo com Moraes (2009), a principal característica da escrita de nível 3 é a ausência de ligação entre as letras, demonstrando pouco reforço de treinamento de escrita pelo assinante. Os indivíduos que se encaixam neste nível de letramento conseguem ler, assinar seu nome de forma completa e escrever pequenos textos, porém com alguns erros devido à grande ligação com a oralidade.

Já a órfã Dona Anna Maria (figura 6) pode ser encaixada no nível 4, em que se verificam as letras escritas de forma cursiva mais harmoniosamente, o que exige do assinante maior treino na prática da escrita. Esse tipo de letra, apesar de cuidada e de fácil compreensão, é praticamente a cópia dos modelos do período, “caligráfica”, o que deixa claro que não houve, por parte do assinante, uma apropriação criativa da habilidade de escrever.

Figura 4 – Texto escrito e assinado por Dona Joaquina.

315

D. Joaquina por mim feita e assignada foyto e com
 teluo por mim procuradores do Sr. D. Joaquin
 to Correa da 1.^a ca. Sr. Marcos Ferreira da
 2.^a ca. p. q. todos juntos e cada hum de p. v. n.
 Como se cu presente foyto por mim de que
 toda a minha Justica especialmente para
 dar quitacao da minha legitima e p. n.
 nha Sr. D. Guileria Maria de Barros
 me achar entre que della p. a. que he concu
 totes os meus poderes, q. em direito me sao
 e didos, e do p. n. m. rasento toda a
 quitacao. hoje Serra Negra 18 de Julho de 1777

D. Joaquina Maria da Conceicao

P. n. m.

J. n. m.

Quanto aos meninos, José e Manoel, ambos tiveram uma educação voltada para as letras desde cedo. Quatro anos após a abertura do inventário do seu marido, Dona Quitéria foi chamada a prestar as primeiras contas dos gastos feitos com os órfãos, bem como seus estados e o estado de suas legítimas. Então, Dona Quitéria afirma em um documento escrito de próprio punho e assinado por ela:

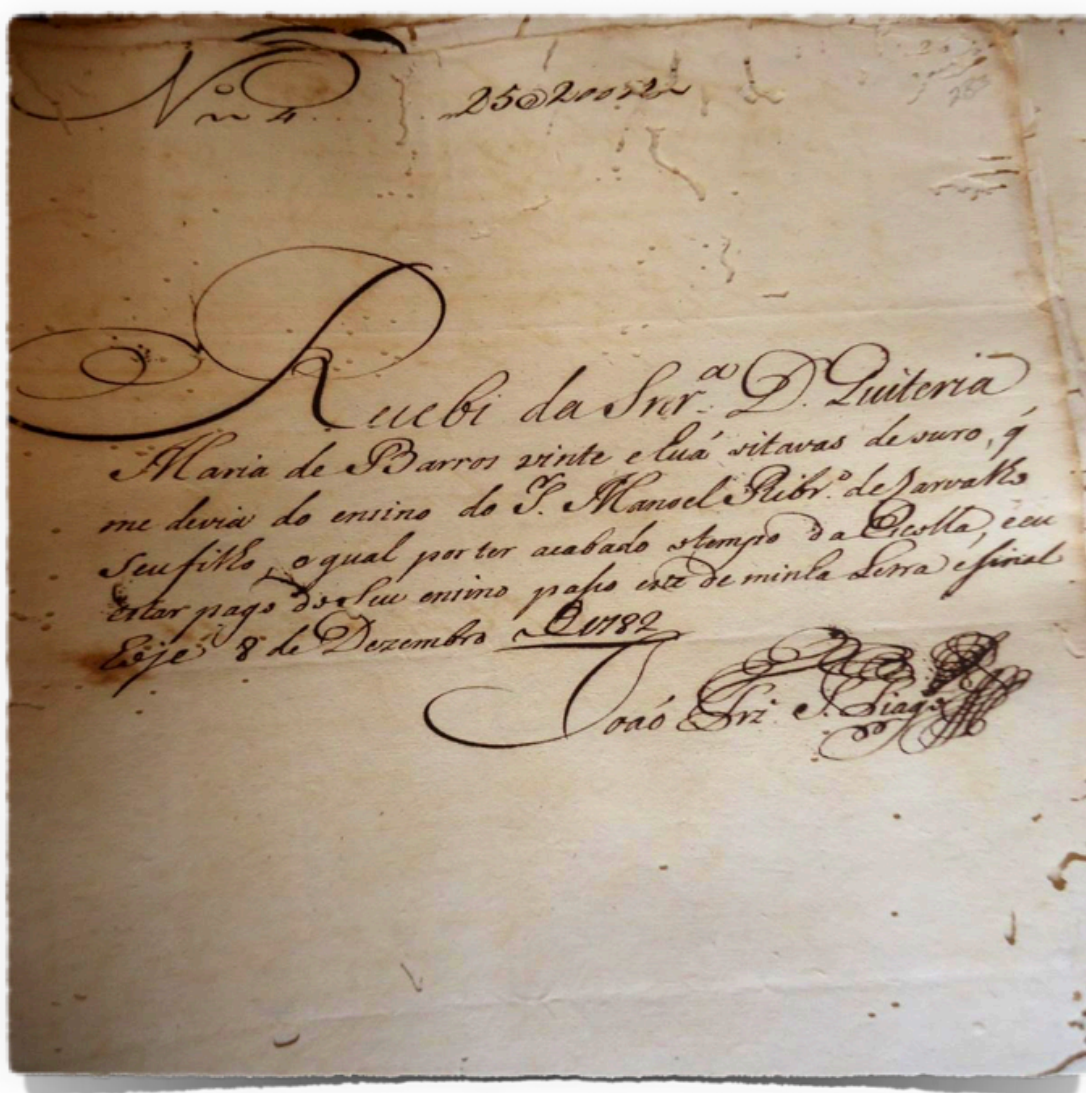
meu filho José, este o mandei ensinar Gramática com o Mestre José Felix de Aguiar, morador no Arraial de Santa Luzia, onde esteve sete anos, pagando-lhe 5 anos de ensino, e os dois não venceu, pela razão de saber completamente, servindo de _____, e por não ter mais que aprender com o referido mestre de presente o tenho em minha companhia com a determinação de o mandar para o seminário para efeito de tomar o grau em Filosofia, e ordená-lo no estado de sacerdote quando tiver idade. Declaro que meu filho Manoel o mandei ensinar a ler, escrever e contar com o Mestre João Fernandes S. Thiago, onde anda a dois anos e meio, e que em estando corrente, tem determinado de o por no Estudo para efeito de lhe dar o estado de sacerdote. Assim mais declaro que as ditas minhas filhas: Anna, Mariana, Joaquina, Bernarda, que todas as quatro se acham vivas, e que as tenho em minha companhia, ensinando-as a todos os bons Costumes e a coser e a ler, escrever, tudo com toda educação e recato e cuidado grande para a seu tempo lhe dar a melhor arrumação de seus estados e que com amor de Mãe as sustento, e visto, e as trato nas suas enfermidades, assistindo-lhe com todo o necessário. Declaro que dos filhos do primeiro matrimônio de meu marido, João se acha vivo e Religioso de São Francisco na ____ Ferreira e cidade de Angra, com seu estado completo; e que Úrsula se acha Religiosa no Convento de Nossa Senhora da Conceição na mesma cidade, e assistindo-se lhe com o preciso por mão do seu procurador Seu _____ [Três] Gonçallo de Jesus Maria e do Segundo procurador o Reverendo Padre Pedro de Alcântara Andrade de cujo todos os anos tenho cartas e contas da despesa, que com ela faz, tudo na forma que se achava declarado o seu estado no testamento com que faleceu meu marido. Declaro que Antônio, filho natural de meu marido, quando solteiro e de Antônia Rangel de Abreu se acha vivendo sobre si e já emancipado. CSO-I(31)257, p. 155.

Em sua declaração, ficam claros os planos traçados para a educação de seus filhos. Os meninos seriam padres, e as meninas aprenderiam a ler, a escrever e os ofícios dignos das mulheres de sua época para esperar “o melhor estado”, ou seja, o casamento ou a vida religiosa, como pudemos observar. O processo de inventário de José Ribeiro de Carvalho é bastante longo²⁷⁶ e permite o acompanhamento de parte da trajetória dessa viúva e seus filhos por mais de 20 anos. Podemos inferir que, ao

²⁷⁶ O Inventário encerra-se em 07/01/1793.

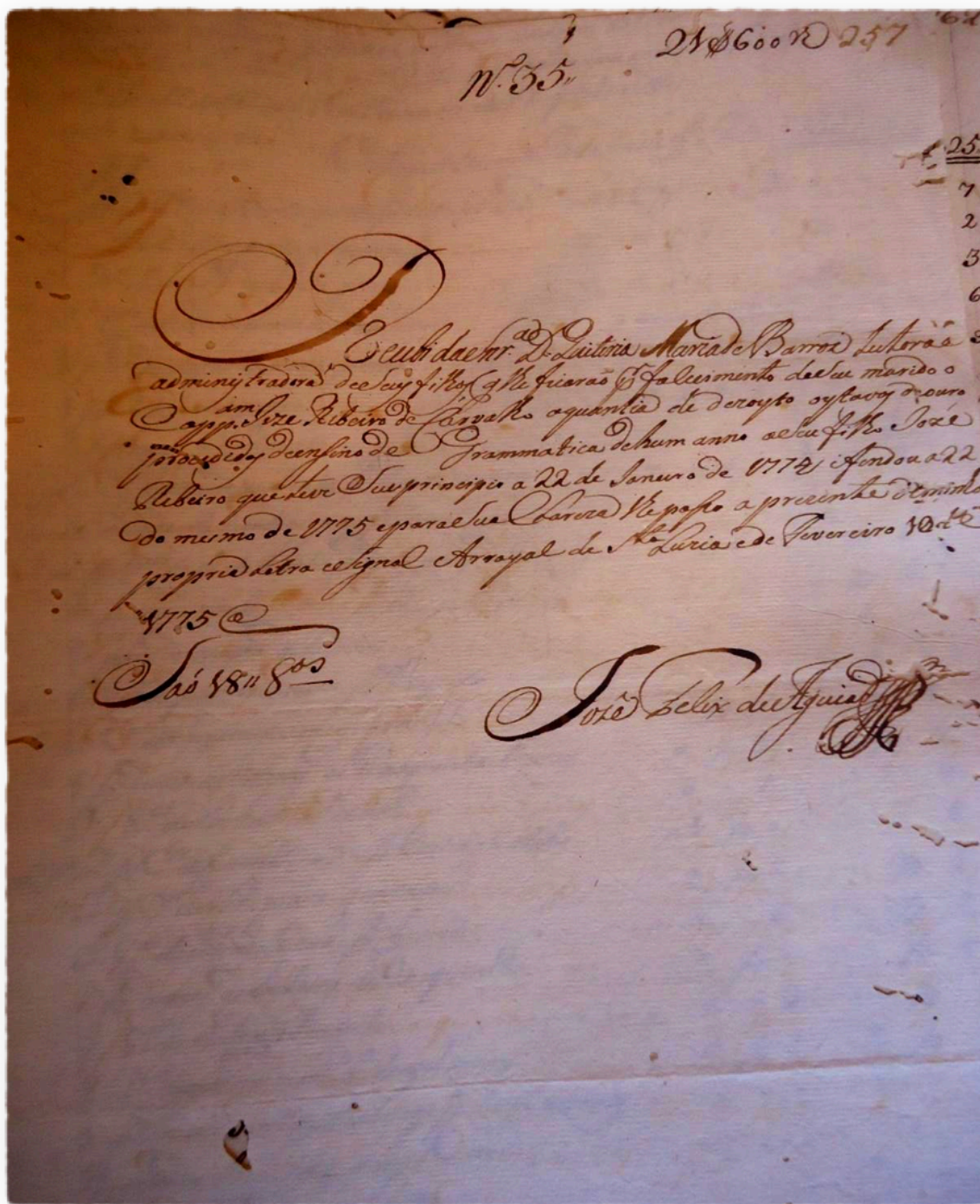
menos em boa parte, as estratégias acionadas por Dona Quitéria para a educação de seus filhos foram efetivadas. Durante o período de vigência do inventário, nas contas prestadas periodicamente pela tutora, há recibos apresentados pelos professores de Gramática Latina, José Felix de Aguiar, e de primeiras letras, João Fernandes Santiago, comprovando os gastos com a educação dos meninos.

Figura 5 – Um dos recibos feito pelo Professor de primeiras letras João Fernandes Santiago a D. Quitéria.



Fonte: MO/CBG – IBRAM CSO-I(31)257.

Figura 6 – Um dos recibos feito pelo Professor de Gramática Latina, José Félix de Aguiar, a Dona Quitéria.



Fonte: MO/CBG – IBRAM CSO-I(31)257.

De acordo com Fonseca (2009), antes das reformas pombalinas na sociedade da Capitania de Minas Gerais, havia o costume, entre aqueles que intencionavam instruir sua descendência, de enviar filhos e dependentes para o ensino com mestres particulares de primeiras letras ou de Gramática Latina. Esse costume dava-se,

especialmente, por não haver nas Minas escolas de ordens religiosas. Esses professores particulares, de acordo com a mesma autora, atendiam a diferentes segmentos da sociedade colonial. Fonseca afirma ainda que seus alunos eram geralmente meninos brancos ou pardos, mais ou menos abastados, filhos legítimos ou ilegítimos/naturais.

Vale colocarmos rapidamente o foco no professor acima citado, João Fernandes Santiago, analisado mais detidamente por Fonseca (2009:129). Professor particular licenciado, era atuante na Vila de Sabará durante a segunda metade do século XVIII com sua escola pública de ler, escrever e contar.²⁷⁷ Há, por parte da autora, fortes suspeitas de que Santiago fosse homem pardo, por suas relações e irmandade que frequentava.²⁷⁸ Fonseca afirma ainda que esse professor teve o seu destino ligado a diversas famílias da Vila de Sabará. Seus alunos eram desde meninos expostos, descendentes de negros alforriados, até filhos – brancos e pardos – de portugueses e de nascidos no Brasil. Pudemos verificar dentre os sujeitos analisados neste estudo que, além de Manuel, ele foi também professor dos filhos de Antônio da Rocha Lima, como veremos mais à frente.

Os professores particulares eram a preferência das famílias abastadas mesmo após a instauração dos estudos régios na capitania. Apesar disso, Manuel aprendeu as primeiras letras em aulas com professores particulares, mas, segundo consta nas contas de sua mãe, acabou por estudar gramática nos Estudos Régios. Dedicando-se ao desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, inclusive do Latim, tornou-se religioso, sendo apontado como padre em uma das contas de tutela de sua mãe. Não há nenhuma assinatura de Manuel no processo de inventário de seu pai. Mesmo com semelhanças, o irmão mais velho de Manuel parece ter recebido, contudo, um patrimônio educativo mais esmerado.

José, filho mais velho de Dona Quitéria, que possivelmente havia frequentado na infância as aulas particulares de primeiras letras, permaneceu por pelo menos cinco anos, de 1771 a 1775, nos estudos da Gramática Latina com o professor José Felix de Aguiar. Depois frequentou a Universidade de Coimbra. Após 21 anos da abertura do processo de inventário de seu pai, José estava vivendo no Rio de Janeiro

²⁷⁷ A autora ressalta que público aqui se refere a aberto ao público, e não a estatal; portanto, era mantido com recursos particulares.

²⁷⁸ Ver Fonseca (2009:128-130).

e escrevia e assinava de próprio punho o recibo de quitação de sua legítima com uma letra que, como não poderia ser diferente, demonstrava alta habilidade de escrita, conforme podemos perceber nas figuras abaixo.

Figura 7 - Assinaturas de José Ribeiro de Carvalho (filho).



Fonte: MO/CBG – IBRAM CSO-I(31)257.

Como podemos perceber, sacerdote formado pela Universidade de Coimbra, o filho mais velho do casal apresenta uma assinatura muito elaborada, também classificada como de nível 5 segundo a escala de Magalhães (1994). De acordo com o que se observa na figura 5, com um domínio admirável da pena, a assinatura de José mostra-se de acordo com sua formação.

Ao final do processo, observamos que esses sujeitos receberam a educação de certa forma desejável às melhores famílias. Os dois filhos do primeiro casamento, João e Úrsula, como vimos, já na morte do pai eram religiosos. Assim, não é impossível supor que seguiram tal caminho com a concordância do pai. Por ser uma sociedade com valores do Antigo Regime ainda muito presentes, seguir na vida religiosa apresentava-se como uma trajetória de vida valorizada. Chama-nos a atenção, entretanto, o fato de todos os filhos homens terem se tornado religiosos, menos Antônio, filho ilegítimo/natural. Essa circunstância é curiosa pois, de acordo com Carrato (1968), nas Minas coloniais as famílias organizavam uma estratégia quanto aos destinos dos filhos que se dava da seguinte maneira: ao primeiro filho era dado o nome, o cabedal e as regalias; ao segundo, o doutorado em Coimbra; ao terceiro, os serviços da Igreja; e aos demais, os casamentos dentro dos círculos relacionais. Os estudos de Valadares (2007), contudo, demonstraram que as elites mineiras não tiveram o hábito de enviar seus filhos para a universidade, dado também observado por nós no capítulo anterior. De qualquer modo, para a família dos Ribeiro de Carvalho, interessa-nos observar neste momento uma valorização da vida religiosa.

Um ponto que pode nos ajudar a pensar este comportamento é, primeiro, o fato de que a carreira sacerdotal era encarada como uma profissão nas sociedades coloniais, tal como afirma Villalta (2007:29). Nesse sentido, o autor apresenta as conclusões de Bárbara Fadel (2004), que afirma que ser padre também era fazer uma carreira profissional. Talvez por isso tenha havido tamanho investimento na carreira para José. Outro atrativo para a carreira sacerdotal, o principal na visão de Villalta (2007), é o fato de que o sacerdócio tinha foros de nobreza em uma sociedade estamental como a luso-brasileira. Nas palavras do autor, “tratava-se, portanto, também de uma questão de *status* social, correlata de valores religiosos que orientavam a sociedade, suas normas e privilégios.”

O primogênito de Dona Quitéria parece ter acumulado alguns papéis na organização familiar. A ele coube ficar com o nome de seu pai, o cargo de Capitão,²⁷⁹ de acordo com documentos encontrados no Arquivo da Torre do Tombo, os estudos em Coimbra e ainda a vida religiosa, mantendo o privilégio e a distinção de sua família especialmente em suas mãos. No entanto, o fato de quase todos os filhos homens, salvo o caso de Antônio, como já ressaltado, terem seguido carreira religiosa não é exceção dessa família dentre os sujeitos deste estudo.

Família de Bernardo Gonçalves Chaves

A orientação para a vida religiosa, como vimos, era valorizada no Antigo Regime, e parece ter tomado proporções ainda maiores nas famílias mineiras com arranjos mais tradicionais, conforme observaremos nos próximos dois casos.

Identificado como alferes e mineiro, Bernardo Gonçalves Chaves, natural da Vila de Perdiz e morador da Comarca do Rio das Mortes, teve seu inventário aberto no ano de 1767. Tinha uma fortuna notável, superior a 5 mil libras, e mais de 60 cativos. Conforme já mencionamos, era sócio de outro homem rico, Constantino Barbosa da Cunha,²⁸⁰ e possuía entre seus bens seis livros²⁸¹, um tinteiro de chumbo e seu arceiro, o que ajuda a inferirmos que se tratava de um sujeito que possuía a habilidade da leitura e da escrita. Possivelmente essa família cultivava alguns hábitos requintados, pois entre os bens arrolados no inventário destaca-se ainda a presença de algumas louças finas, dentre elas um jogo com cinco xícaras, o que não era comum mesmo para os inventários dos sujeitos aqui analisados.

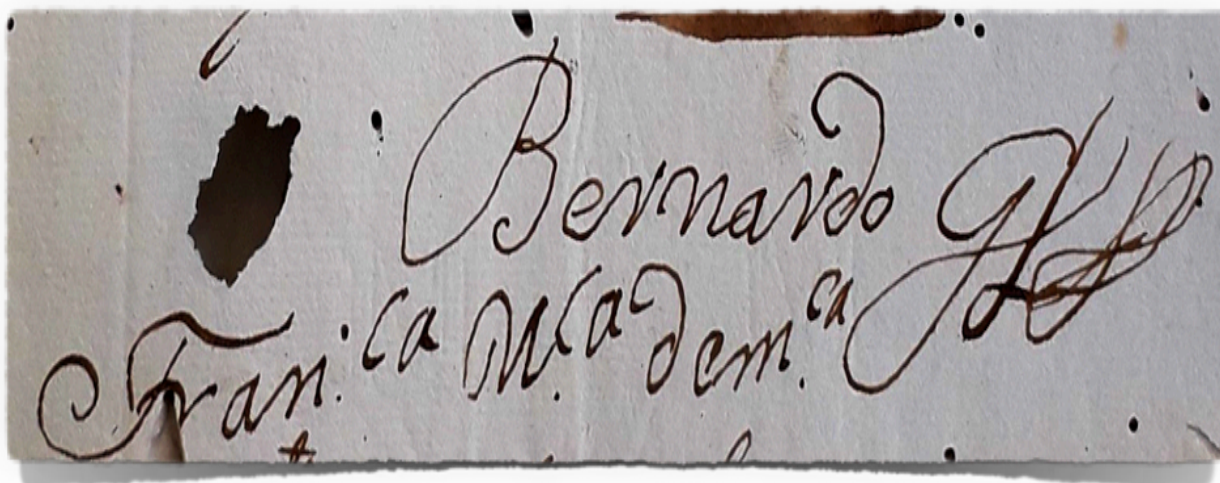
Quando observamos as assinaturas de Bernardo e de Dona Francisca, porém, parece-nos que as habilidades de escrita de ambos não eram das mais desenvolvidas. A figura 11 permite que as observemos.

²⁷⁹ Confirmado no Posto de Capitão – 1779. PT/TT/RGM/E/0000/137177

²⁸⁰ Ver páginas 107;108;142 e 157.

²⁸¹ Dentre os livros estavam os seguintes títulos: Peregrino da América; Mística Cidade de Deus; Caminho do Terceiro Franciscano; Tesouro Carmelitano; Tesouro Descoberto; Cartilha da Doutrina Cristã.

Figura 8 - Assinaturas de Bernardo e sua esposa Dona Francisca Maria.



Fonte: IPHAN/SJDR (R-040/293).

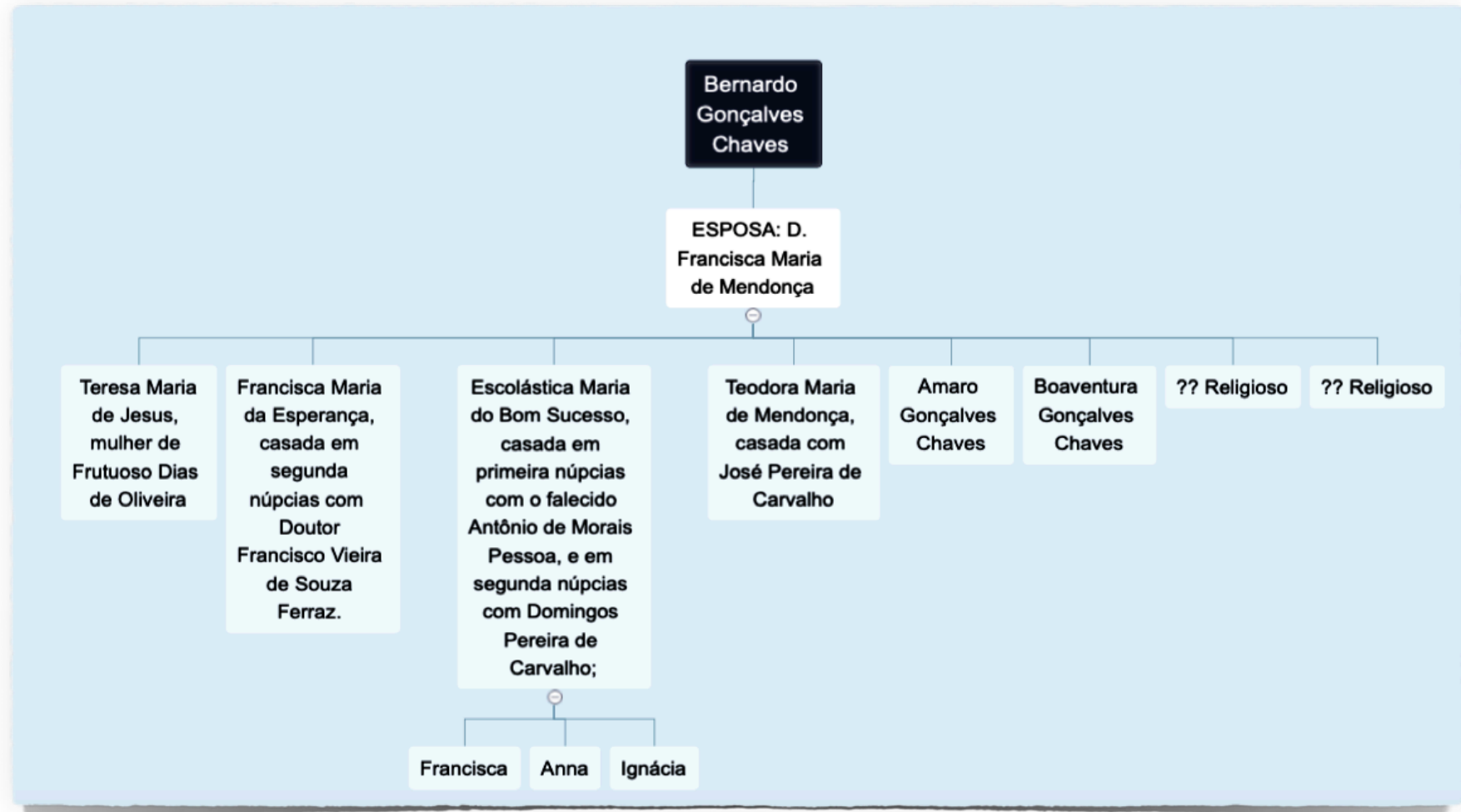
As assinaturas, ao serem analisadas com os critérios da escala de níveis de leitura e escrita, não conseguem atingir os níveis de habilidades literácitas mais avançados. Podemos dizer que a assinatura de Bernardo está provavelmente dentre aquelas que eram nível 2.

De acordo com Moraes (2009), as assinaturas abreviadas, imperfeitas e irregulares, bem como a hipersegmentação entre as letras, são características daqueles que se encontravam no nível 2 da escala literácita. Outras características apontadas pela autora como sendo de indivíduos do nível 2 e que podem ser observadas nas assinaturas de Bernardo e Francisca são o fato de as letras serem postas no papel de modo inseguro, trêmulo e desorganizado, não seguindo uma linha reta, e o uso de letras minúsculas onde deveria haver maiúsculas, como o caso do “m” do sobrenome Mendonça de Dona Francisca.

Magalhães (1994) afirma ainda que os sujeitos que podem ser caracterizados como de nível 2 nesta escala eram capazes de ler, porém escreviam mal ou escreviam apenas seus nomes. O interessante desse caso está exatamente nesta relativa ausência de habilidade escrita por parte do patriarca e de sua esposa e, como observaremos, nas estratégias que parecem ter sido empreendidas por ele para que seus descendentes desenvolvessem tal habilidade de maneira mais efetiva.

Bernardo, como vimos, foi casado com Dona Francisca Maria de Mendonça com quem teve oito filhos, de acordo com seu testamento e inventários. Observemos, no esquema abaixo, como esta família era formada:

Esquema 3 – Composição da família de Bernardo Gonçalves Chaves na data de seu falecimento (1767).



Fonte: Inventário de Bernardo Gonçalves Chaves. Elaborado por nós.

Conforme demonstrado na composição familiar exposta abaixo, quando Bernardo faleceu todos os seus filhos já eram maiores de idade e estavam com suas vidas encaminhadas em certa medida. Dessa forma, podemos afirmar que o patrimônio educativo legado aos seus herdeiros foi feito em vida.

Iniciaremos pelos filhos homens. Boaventura Gonçalves Chaves aparece no inventário do pai como Capitão, porém em seu testamento Bernardo declarou que seu filho Boaventura era religioso em Portugal, na cidade do Porto, no Convento dos Congregados do Oratório. Temos duas hipóteses para explicar o ocorrido: ou se tratava de dois filhos com o nome de Boaventura, o que não era necessariamente incomum para o período, ou o mesmo filho retornou às Minas e se tornou Capitão após a morte do pai. No entanto, não conseguimos confirmar nenhuma dessas hipóteses.

De qualquer modo, há no processo de inventário de Bernardo uma conta destinada a descrever os bens e valores para se fazer colação dos mesmos, escrita e assinada pelo Capitão Boaventura Gonçalves Chaves. Como fica patente na figura 12, nessas contas podemos perceber que o patrimônio educativo recebido por ele referente ao desenvolvimento de suas habilidades literárias foi intenso. Boaventura apresenta uma grande desenvoltura com a pena, e sua assinatura, expressa ao final da página, pode ser considerada de nível 5. No entanto, não foi possível verificarmos como aconteceu a sua educação.

Figura 9 – Escritos, contas, assinatura de Boaventura Gonçalves Chaves.

Bem Comprimto a Culpa da Cra
 nça da Galiciã da minha Mãe.

Alom y Graio por nome Pedro	145	000
outro Antonio	830	000
por Lcia. Cobrança q. Jy. do Pe.	789	000
Antonio		
por jornal de tres Negros Vieux		
edouy mortos q. pertencem ao		
Caral q. se teve no erro do		
Freixo q. y mando meu paj.	600	000
Soma	9539	000
Abatedo q. meu paj. deubw	4275	000
Fica liquido em	9155	000

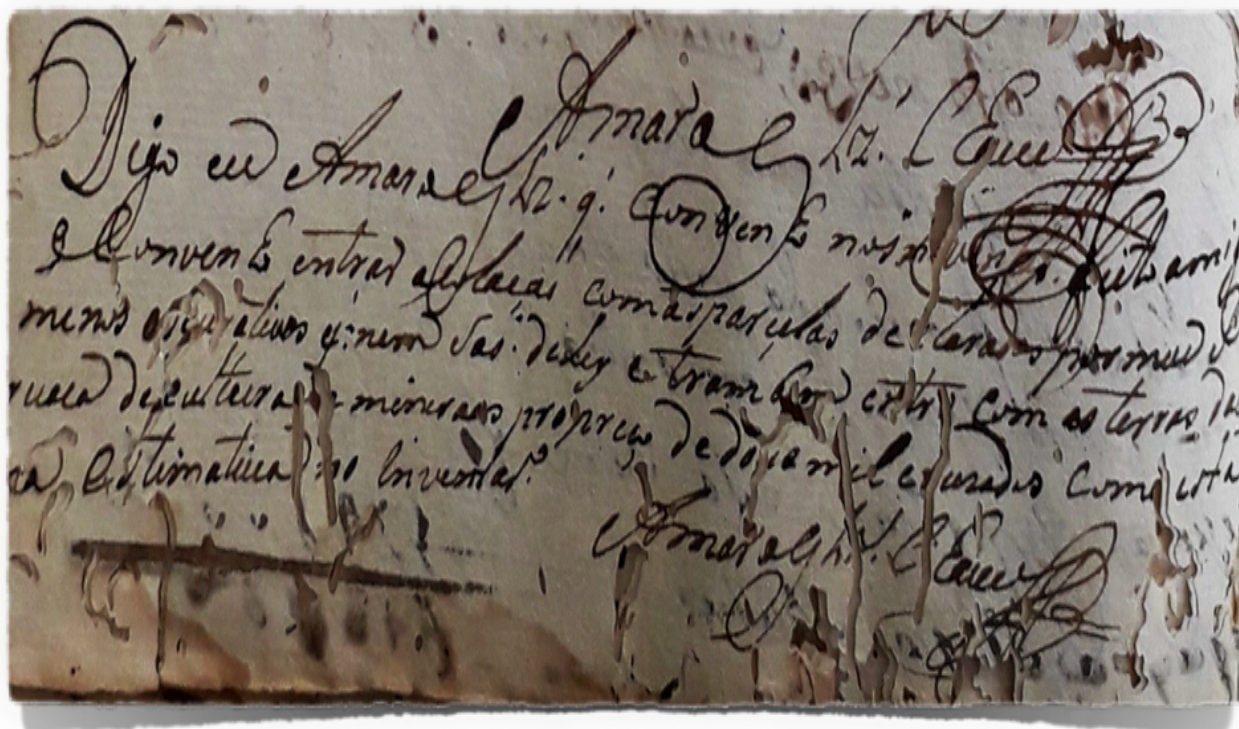
Boaventura Gonçalves Chaves

Fonte: IPHAN/SJDR (R-040/293).

O outro filho a cujos indícios de educação tivemos acesso, de acordo inclusive com a assinatura, foi Amaro Gonçalves Chaves. Não sabemos como se deram seus estudos, mas seu pai declara, também em contas de adiantamento de legítimas que fez a Amaro para fins de colação, que naquelas contas “não falo nos gastos dos estudos salvo sempre o direito dos mais interessados também não falo dos jornais dos dois cativos velhos que ficaram de fora da conta, pois sempre lá trabalharam”²⁸². Amaro escreve e assina logo no final da página, demonstrado bastante desenvoltura com a pena, com uma escrita fluida e uma assinatura consideravelmente elaborada, como podemos constatar na figura a seguir.

²⁸² IPHAN/SJDR (R-040/293).

Figura 10 – Escrito e assinaturas de Amaro Gonçalves Chaves.



Fonte: IPHAN/SJDR (R-040/293).

Quanto aos demais filhos homens, conseguimos verificar apenas que eram religiosos e que um deles, na data do testamento do pai, era sacerdote e estava vivendo em Roma. Podemos inferir, portanto, que, muito provavelmente, ambos receberam um patrimônio educativo que lhes possibilitaram aprimorar suas habilidades relativas às letras, como foram os casos de seus outros irmãos.

Bernardo não legou a capacidade de desenvolvimento da leitura e escrita apenas para os filhos homens. Ao menos uma das filhas, Francisca Maria Esperança de Mendonça, apresentou um nível de letramento relativamente alto, inclusive superior ao demonstrado pelo pai. Ela, em 1787, escreveu de próprio punho e assinou uma procuração que passou a Manoel Caetano da Silva para que ele assinasse que ela aceitava a partilha após a colação que os herdeiros haviam feito. Nessa pequena procuração, como se identifica na figura 14, Francisca consegue escrever de forma linear e ligando algumas letras, o que demonstra habilidade com a pena. Comete alguns erros, porém fica evidente sua relativa destreza na utilização do instrumento, o que sugere que ela, provavelmente, tenha passado por algum treinamento de forma mais intensa, podendo ser classificada como de nível 4 na escala literácita.

Figura 11 – Escrito e assinatura de Francisca Maria Esperança de Mendonça.

Nesta e por mim feita e signada e constitua a
 Manuel Casteiro da S. para que em mes nome como supoz
 gente estave a Sines termo de que esta pela partilha amigavel
 entre nos feita e concluyda da dia q de Junho do presente anno de
 mil e setecentos e oitenta e seis nas crancas de meus Pais e Alfos
 Bernardo G. Claus e Fran. Maria de M. ca. e que com os
 meus Ite e Lulacai comais que era obrigada a qual partilha se acha
 por nos todos assinada com Eua de Claracao no fim do que estamos por
 da equienos disso assinados termo para se fazer termo deigo por
 taça para que tudo comais que for preciso aiso respeito concedo todos
 e supozes e quieruho meus autos ao Sobredito meu procriador J. de S.
 Joao 13 de Maio de 1787

Fran. Maria Esperanca de M. ca.

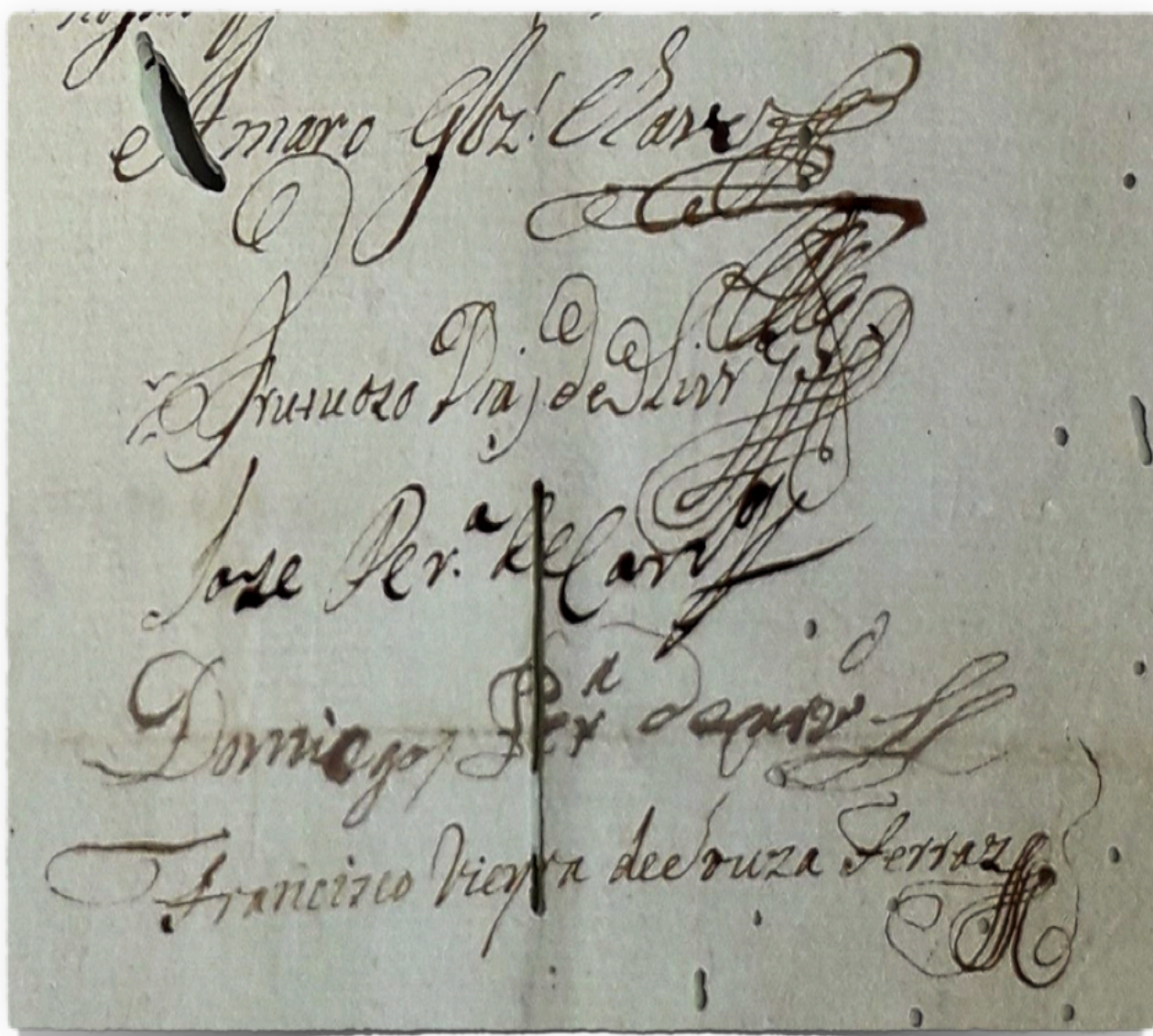
Fonte: IPHAN/SJDR (R-040/293).

Não encontramos evidências da capacidade literária de nenhuma outra filha de Bernardo e Dona Francisca. Acreditamos, no entanto, ser interessante destacar as desenvolvidas habilidades de leitura e escrita que possuíam todos os seus genros.

Frutuoso Dias de Oliveira, casado com sua filha mais velha Teresa Maria de Jesus, foi testamenteiro e inventariante do sogro, indicado pelo próprio Bernardo. Em vários momentos do processo, aparece a participação dos genros naquilo que podemos entender como sendo um certo tipo de auxílio ao sogro na organização do

espólio. Eles configuram-se passando o recebimento dos dotes dos casamentos, ou ainda indicando que parte desse dote ainda não fora paga. Apresentam-se, também, fazendo prestação de contas para a colação mesmo enquanto Bernardo estava vivo. Nessas inúmeras evidências, é notório o alto nível na escala literária que todos eles possuíam. Trazemos como exemplo as figuras abaixo.

Figura 12 - Assinaturas de: Amaro Gonçalves Chaves (filho); Frutuoso Dias de Oliveira (casado com Teresa); José Pereira Carvalho (casado com Teodora); Domingos Pereira de Carvalho (segundo marido de Escolástica) e Doutor Francisco Vieira de Souza Ferraz²⁸³(segundo marido de Francisca).



Fonte: IPHAN/SJDR (R-040/293).

²⁸³ Formado em Leis pela Universidade de Coimbra que frequentou entre os anos de 1756 e 1761 de acordo com o arquivo da mesma. PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/S/011210.

Figura 13 – Assinatura de Frutuoso Dias de Oliveira (inventariante e testamenteiro).

Fonte: IPHAN/SJDR (R-040/293).

Figura 14 – Assinatura de Antônio de Moraes Pessoa (primeiro marido de Escolástica).

Fonte: IPHAN/SJDR (R-040/293).

Através das assinaturas e de outros indícios, como a frequência na Universidade de Coimbra, podemos afirmar que, além de letrar seus filhos e provavelmente as filhas, Bernardo se cercou de pessoas que possuíam altos níveis de letramento. Essas observações permitem-nos supor que talvez houvesse, por parte de Bernardo, e possivelmente por parte de outros membros das elites locais, a intenção de assegurar às futuras gerações essa capacitação relativa às habilidades literárias. Tal capacitação mostrou-se, em alguma medida, importante para os pais, homens ricos, e eles buscaram aprimorá-la nos seus descendentes. Essas evidências aproximam-se da concepção apontada por uma historiografia²⁸⁴ que defende que, para Portugal, até o início do século XVII, é possível observar algumas oscilações na

²⁸⁴ Um dos principais autores a tratar do tema é Magalhães (1994).

capacitação literária nas gerações de determinados grupos, isto é, uma geração que lê e escreve, ao passo que a seguinte não desenvolve tais habilidades²⁸⁵. Entretanto, a partir da segunda metade do século XVII e início do XVIII, os grupos que desenvolvem as capacidades literárias não recuam. Pelo contrário, observa-se que há, para além de uma manutenção, um aprimoramento dos níveis de letramento das gerações posteriores desses grupos.²⁸⁶

Família de Manoel da Cunha Osório²⁸⁷

A família de Manoel da Cunha Osório é mais uma que parece ter dado valor tanto a uma formação religiosa quanto à capacidade literária. Esta última, entretanto, não foi legada apenas para os membros da família, como veremos. Esse é mais um caso exemplar de uma família tradicional, pelo menos teoricamente, para o período, formada pelo pai, mãe e filhos legítimos. Comparando-se com o caso anteriormente analisado, observaremos algumas semelhanças; no entanto – e principalmente –, notaremos grandes diferenças nessa comparação, o que reforçará a concepção de que estamos trabalhando com uma realidade que é profundamente diversa. Essa diversidade apresenta-se mesmo quando tratamos de um grupo específico, como o dos homens ricos, e nos ajuda a matizar as características dessa camada da sociedade mineira setecentista.

Manoel da Cunha Osório, português natural do Bispado do Porto, morador da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro, Ouro Fino, Comarca de Vila Rica, apareceu identificado como mineiro, casado com Dona Maria do Espírito Santo. Possuía mais de 58 cativos de serviços, de acordo com seu testamento e inventário, e várias lavras de terras. Assim como o fez José Ribeiro de Carvalho, Manoel nomeou a esposa em primeiro lugar como sua testamenteira e indicou seu nome como tutora e curadora de seus filhos. Declarou em testamento que não possuía filhos naturais, apenas 11 legítimos de seu casamento. Dentre eles, “8 machos e 3 fêmeas”, os quais

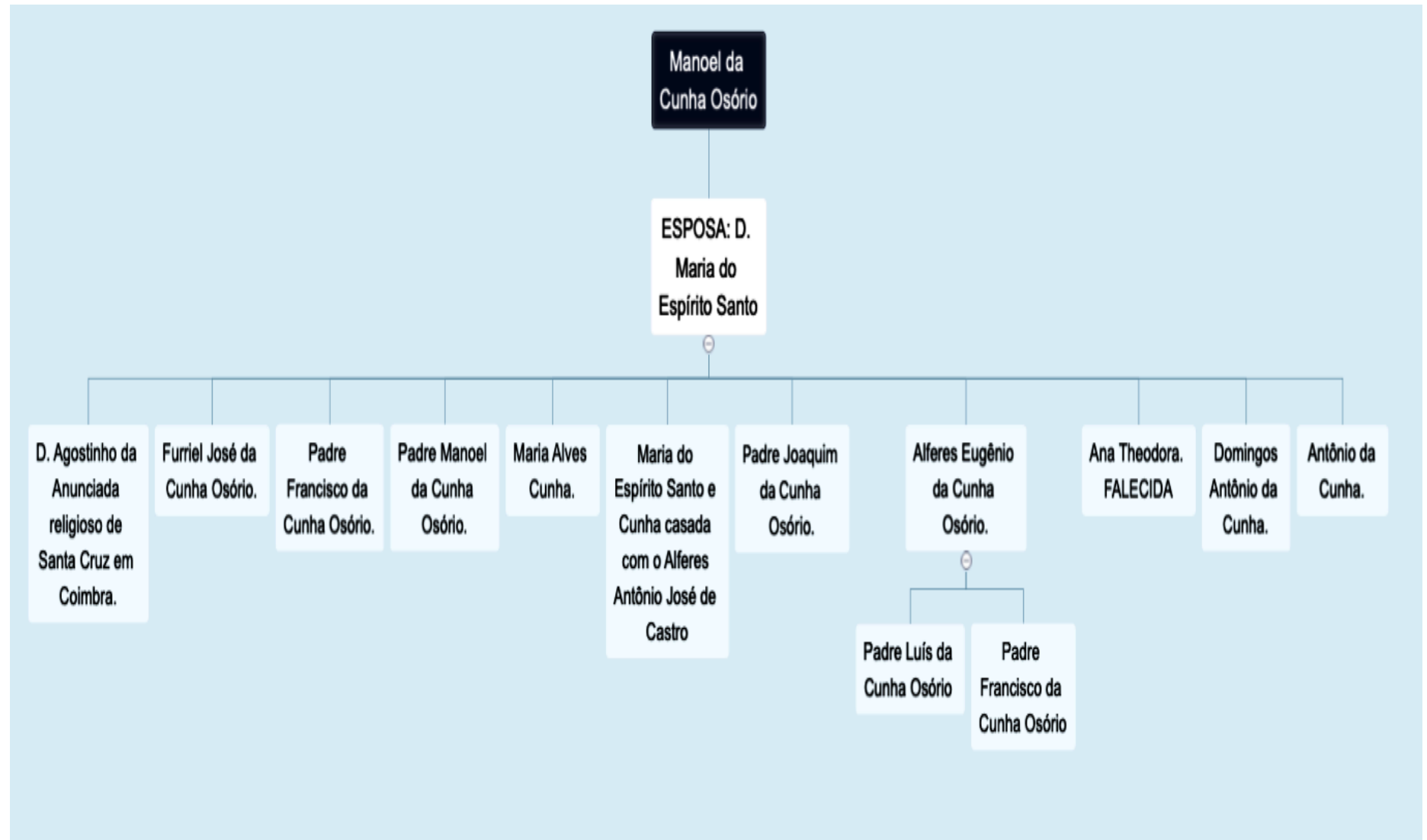
²⁸⁵ Importante salientar que para a Capitania de Minas ainda não temos estudos sobre o tema.

²⁸⁶ Sobre o tema, tratando de escravizados, ver também Vartuli (2014).

²⁸⁷ Trataram de alguns membros dessa família, em outros contextos, os trabalhos de Paula (2016) e Júlio (2017).

foram instituídos como seus universais herdeiros. Observemos no esquema abaixo a composição dessa família em 1771, ano da abertura do inventário do patriarca.

Esquema 4 - Composição da família de Manoel da Cunha Osório na data de seu falecimento (1771).



Fonte: CSM/CSO-I 36/830. Elaborado por nós.

Diferentemente de Dona Quitéria, Dona Maria do Espírito Santo não desenvolveu a habilidade da escrita. Em uma de suas prestações de contas, isso fica explícito quando ela afirma que "por não saber ler nem escrever assinou José da Cunha Osório a rogo de sua mãe". Como se percebe na composição familiar na data do falecimento de Manuel, boa parte de seus filhos já eram maiores de idade e, de acordo com seu inventário, todos já estavam emancipados.

Essa família, a princípio, chamou-nos a atenção pela quantidade de filhos padres. Pudemos identificar com certeza pelo menos quatro filhos de Manoel como padres, e ao aprofundarmos as pesquisas sobre esses filhos, a família tornou-se ainda mais interessante pelas suas relações e pelas atividades em que atuavam.

Os Osórios eram uma família profundamente ligada às letras, formada por reconhecidos professores na Comarca de Vila Rica na segunda metade do século XVIII. Os filhos padres de Manoel, em especial o padre Joaquim da Cunha Osório, eram donos de um importante colégio no Sumidouro, Termo de Mariana. O Colégio do Sumidouro, ou Colégio dos Padres Osórios, ou ainda Colégio dos Padres do Sumidouro, provavelmente foi fundado no final da década de 1750 por Bento Cardoso Osório, Capelão em 1744, segundo Carrato (1968). Mas foi por volta de 1770, de acordo com Villalta (2007), que Joaquim da Cunha Osório se dedicou "com entusiasmo ao colégio". Joaquim tinha ao seu lado nessa empreitada seus demais irmãos padres (com exceção de D. Agostinho da Anunciada, que vivia em Coimbra) e pelo menos três de seus sobrinhos, também padres.

Os padres Osório, como eram conhecidos, parecem ter realizado um trânsito intenso entre o capital cultural, o capital simbólico e o capital econômico. Comandavam uma importante instituição de ensino no período, que educava também filhos de importantes famílias da região, e recebiam uma quantia significativa para isso.

A instituição que comandavam era frequentada por moços maiores de 11 anos, de toda a capitania, e dentre seus frequentadores alguns se tornaram figuras de grande distinção. Villalta (2007:267-268) apresenta-nos dois destaques dentre esses casos: o cônego de Santa Apolônia, presidente da Junta Governativa de Minas Gerais após a Independência, e Vicente Coelho Seabra da Silva Telles. Este último, também

trabalhado por Carrato (1968), foi um dos primeiros químicos fora da França a adotar as ideias de Lavoisier.²⁸⁸

Segundo Carrato e Villalta afirmaram, o colégio seguia o modelo jesuítico, com currículo restrito às latinidades, não oferecendo nada de artes ou ciências. Além disso, ambos os autores afirmaram ainda que não havia o curso de primeiras letras. No entanto, Júlio (2017), ao analisar a tutoria de Dona Josefa de Ávila e Silva,²⁸⁹ também mãe de Vicente Coelho Seabra da Silva Telles, observou que seu outro filho, José, ainda de tenra idade, foi aceito pelo padre Joaquim, que ficou de completar-lhe o ensino da leitura e da escrita, sem custo, fora as 20 oitavas de ouro anuais que corresponderiam ao sustento do menino. Assim, a autora supõe que havia por parte dos padres, ou ao menos do padre Joaquim da Cunha Osório, a “boa vontade de ensinar as primeiras letras”, atendendo a alguns pedidos particulares, como parece ter sido o caso supracitado.²⁹⁰ Vale ressaltar que, neste caso específico, não se tratava de um pedido de uma pessoa qualquer: Dona Josefa era comadre do Capitão-Mor José Alves Maciel.²⁹¹

Para os demais alunos, além de o colégio trabalhar com ensino em um grau mais avançado, que, portanto, exigia já ter sido feito um investimento inicial para o aprendizado das primeiras letras, os custos para viver e estudar no Colégio do Sumidouro eram de aproximadamente 34 oitavas de ouro anuais – um valor importante que acaba por selecionar economicamente as famílias que conseguiriam manter seus filhos nesta instituição.

Os níveis de habilidades de escrita desenvolvidos entre os membros desta família foram variados. Ao analisarmos suas assinaturas, aproximamo-nos deles, embora tenhamos os escritos de apenas alguns deles. Iniciamos pelo padre e professor Joaquim, acima citado. Não há nenhum escrito ou assinatura de Joaquim no processo de inventário de seu pai. Para ter acesso a mais esse indício da capacitação literária desse sujeito, foi preciso acessar o inventário de Manoel Coelho

²⁸⁸ Sobre este cientista, ver Carlos Alberto Lombardi Filgueiras (1988) e (1992).

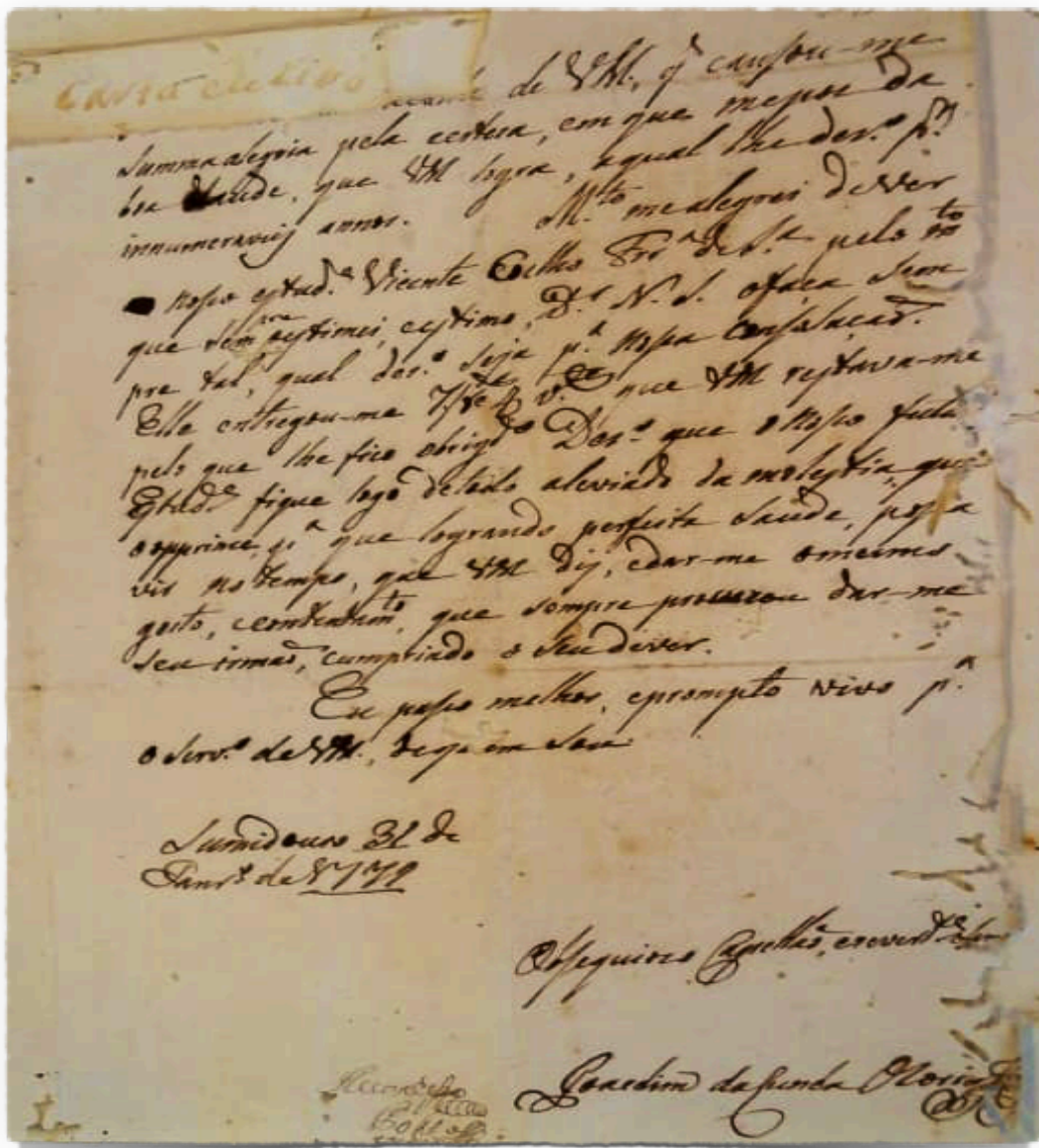
²⁸⁹ Inventário de Manoel Coelho Rodrigues. AHMINC/IBRAM. 2º. Ofício, Códice 37, Auto 419, Ano 1777.

²⁹⁰ Ver Júlio (2017:223-225).

²⁹¹ Júlio (2017:226) afirma que este, provavelmente, era pai do também listado como homem rico José Alvares Maciel, que se tornaria um dos inconfidentes.

Rodrigues novamente. Foi deste documento que retiramos essa parte de uma das cartas escritas por Joaquim à viúva Dona Josefa. Através deste fragmento de correspondência, podemos constatar, como não poderia deixar de ser para um professor de Gramática Latina, que Joaquim possuía grande habilidade na utilização da pena. Letras firmes, interligadas, lineares e uma assinatura criativa e elaborada são características do nível 5 da tabela literácita e que podem ser observadas na escrita do padre Joaquim, como podemos observar na figura abaixo.

Figura 15 - Fragmento de carta escrita e assinatura de Joaquim da Cunha Osório.²⁹²

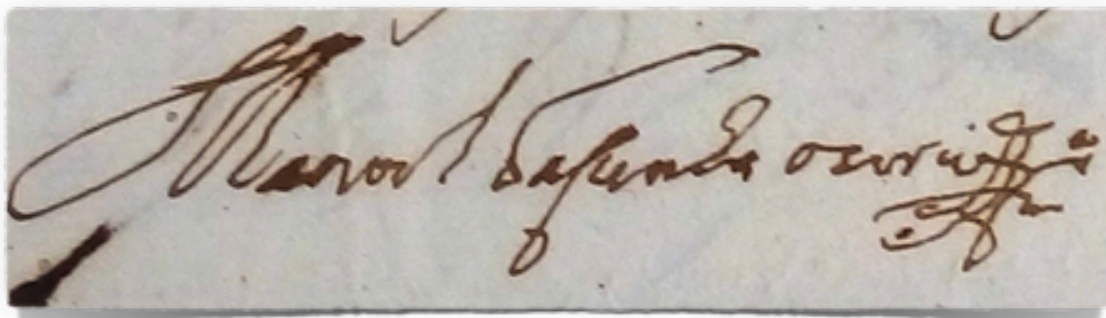


Fonte: AHMINC/IBRAM. 2o Ofício, Códice 37, Auto 419.

²⁹² Imagem gentilmente cedida por Kelly Lisie Júlio.

Passemos agora ao patriarca, Manoel da Cunha Osório. Sua assinatura a princípio se mostrou uma incógnita para nós. Observemos a figura abaixo.

Figura 16 - Assinatura de Manoel da Cunha Osório (pai).



Fonte: CSM/CSO-I 36/830.

Esta foi a única assinatura encontrada nos inventários de Manoel da Cunha Osório. Em um primeiro olhar, chama-nos a atenção a letra trêmula, típica de quem não tinha muita habilidade com a pena. No entanto, se observarmos com mais atenção, podemos perceber que as letras estão, quase que em sua totalidade, ligadas entre si, característica daqueles que possuem um nível de letramento que se aproxima do nível 4. Além disso, há os arabescos no final da sua assinatura, indicando uma escrita criativa, o que o aproximaria do nível 5, de acordo com a Tabela 10.

Outro ponto que nos permite inferir que Manoel tinha familiaridade com o escrito são os cargos que ele ocupou em algumas irmandades das quais era Irmão, e para as quais se exigia tal habilidade. Em seu testamento, deixou claro que:

sou Irmão de todas as Irmandades desta minha Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro nas quais tenho servido três vezes de Provedor do Santíssimo Sacramento e de Juiz na Irmandade de Nossa Senhora e de escrivão na Irmandade das Almas e como pelos compromissos destas Irmandades tenho covas ou Sepulturas na Matriz, ...²⁹³ (grifos nossos)

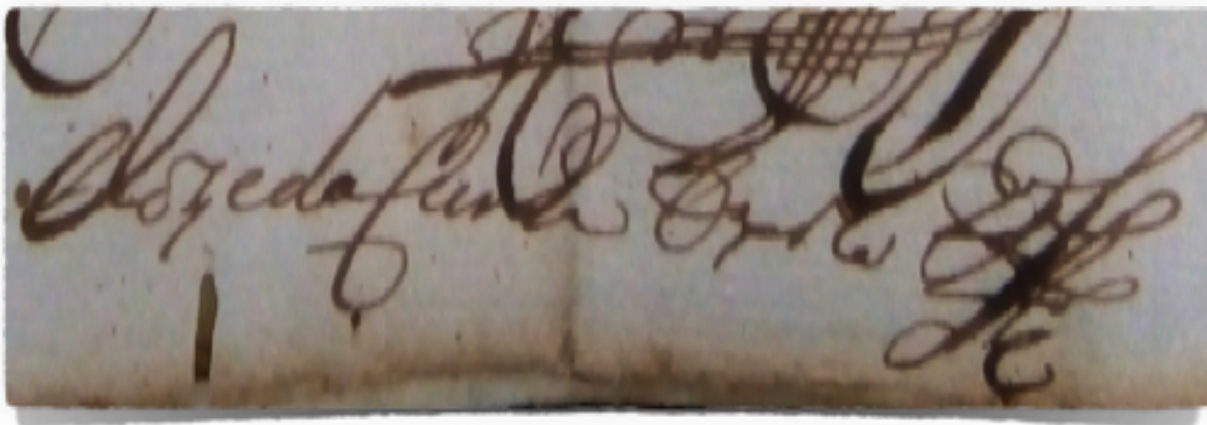
Assim, levando-se em conta o ambiente em que estava inserido, que podemos entender como um importante capital social e simbólico, e o patrimônio educativo que legou aos seus filhos, não nos parece errado supor que a letra trêmula dessa assinatura seja resultado de alguma dificuldade momentânea. Porém, não foi possível

²⁹³ CSM/CSO-I 36/830.

confirmar tal situação, ficando relativamente em aberto, portanto, o nível de letramento de Manoel da Cunha Osório.

Seu filho José, o segundo mais velho, parece ter sido o braço direito de sua mãe na administração das legítimas dos órfãos menores que ficaram da morte de seu pai. Por diversas vezes ele assinou os diferentes documentos, incluindo prestações de contas, no lugar de sua mãe, por ela não saber escrever. José, que foi identificado como Furriel e tinha 35 anos quando ocorreu a abertura do inventário de seu pai, demonstrou habilidade com a pena, com sua assinatura podendo ser considerada entre os níveis 4 e 5, conforme podemos perceber na figura abaixo.

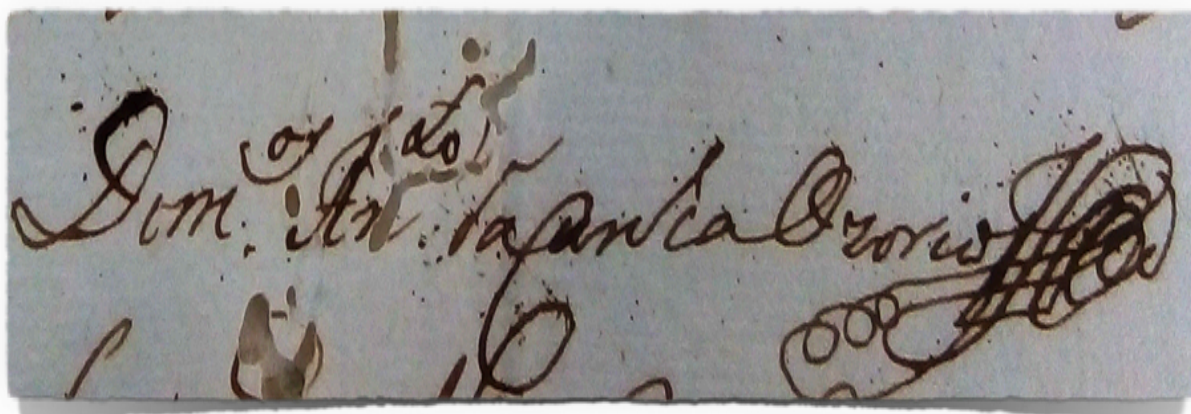
Figura 17 – Assinatura de José da Cunha Osório.



Fonte: CSM/CSO-I 36/830.

Tivemos ainda acesso às assinaturas dos dois filhos mais novos, que não se tornaram religiosos, e ambos também demonstraram boa habilidade de escrita, como podemos ver nas figuras 17 e 18 abaixo.

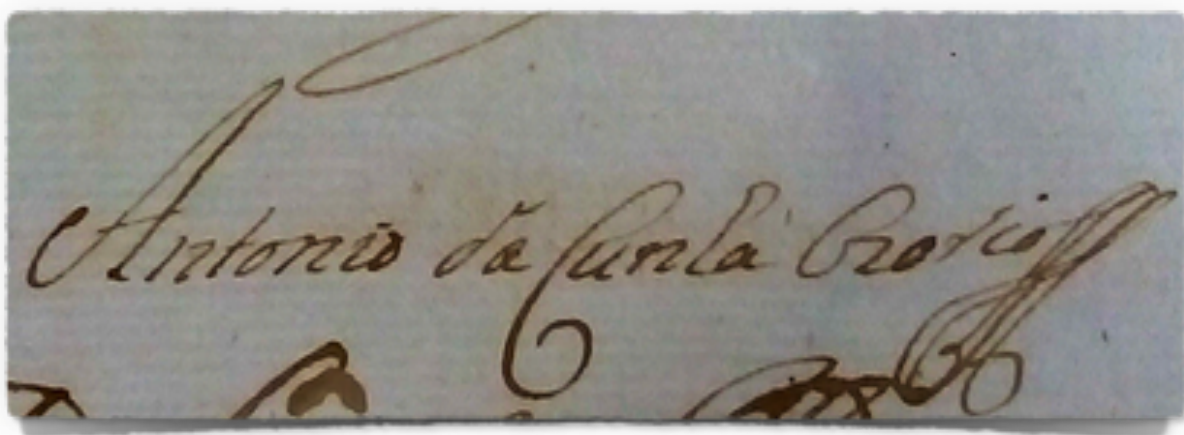
Figura 18 - Assinatura de Domingos Antônio da Cunha Osório.



A close-up photograph of a handwritten signature in dark ink on aged, slightly stained paper. The signature is written in a highly decorative cursive style. The name 'Domingos Antônio da Cunha Osório' is clearly legible, though the final part of the signature is heavily stylized and intertwined.

Fonte: CSM/CSO-I 36/830.

Figura 19 - Assinatura de Antônio da Cunha Osório.



A close-up photograph of a handwritten signature in dark ink on aged paper. The signature is written in a cursive style, with the name 'Antônio da Cunha Osório' being the primary focus. The ink is dark and the paper shows some signs of age and wear.

Fonte: CSM/CSO-I 36/830.

Isso vem reforçar a ideia de que o patrimônio educativo deixado por Manoel da Cunha Osório está diretamente ligado a uma valorização das letras. Nesse sentido, voltando aos filhos religiosos, Manoel afirma que o mais velho, Antônio da Cunha Osório, foi estudar em Coimbra. Nas palavras de Manoel:

entre os nove filhos machos que tive, é um por nome Antônio da Cunha Osório, o qual foi para os Estudos de Coimbra e lá se meteu Religioso na Congregação dos Cônegos Bentrantes do Real mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. O qual, na ocasião de sua profissão, mudou o nome e tomou o nome de Frei Agostinho da Anunciada [a]onde vive...²⁹⁴

²⁹⁴ CSM/CSO-I 36/830.

Podemos verificar que Antônio frequentou a Universidade de Coimbra pelo menos entre os meses de dezembro de 1751 e setembro de 1752, na Faculdade de Cânones.²⁹⁵ Além dele, os demais padres da família, como já observamos, foram professores de Gramática Latina no Colégio dos Padres Osório, o que implica terem desenvolvido a leitura e a escrita em níveis mais avançados. Esse patrimônio educativo estende-se para os netos, filhos de Eugênio da Cunha Osório, para o padre Luís da Cunha Osório e para o padre Francisco da Cunha Osório, que também aparecem como professores no Colégio do Sumidouro.

Nada sobre a educação das meninas foi mencionado nem no processo de inventário nem no testamento de Manoel da Cunha Osório, a não ser o dote que foi dado à filha Maria do Espírito Santo e Cunha quando esta se casou com o Alferes Antônio José de Castro, que podemos considerar um patrimônio educativo de tipo moral, segundo a nossa categorização.

Esta família nos chama a atenção para duas questões importantes relativas à educação das elites locais nas Minas setecentistas. Primeiro, porque, como vimos, neste caso é possível observar um trânsito intenso entre os capitais simbólicos e sociais e o capital econômico. Como capital simbólico, podemos tomar a tradição religiosa cultivada pelos Osórios, muito valorizada nas sociedades do Antigo Regime; e, como capital social, as relações e lugares sociais que ocupavam, como os cargos de prestígio exercidos pelo patriarca em diversas irmandades e, em especial, a distinção de que gozavam por comandarem um reconhecido lugar de educação para o período.

Apesar de não haver referência à educação das meninas, é patente que o patrimônio educativo deixado por Manoel da Cunha Osório se liga à valorização de tradições tanto religiosas quanto das letras. A segunda questão que nos chama a atenção ao tratarmos desses indivíduos é que, pelo demonstrado, podemos inferir que nesta família havia algum tipo de preocupação com a disseminação das letras, ao menos entre os sujeitos do sexo masculino e que possuíam alguns “haveres”. Essa preocupação não pôde ser observada nos demais casos aqui analisados, em que o patrimônio educativo voltado para as letras configura-se como um legado que nos parece ser entendido e idealizado mais como um favorecimento individual.

²⁹⁵ PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/O/001421.

Ao analisarmos os patrimônios educativos legados a seus descendentes por essas famílias, que possuíam uma configuração tida como ideal para o período, ficam patentes duas grandes valorizações. Uma era o envio dos filhos para seguirem vida religiosa, que, como vimos, podia ser considerada uma carreira de prestígios não só moral como econômico. A outra valorização concerne à dada ao desenvolvimento das habilidades da leitura e da escrita. Em todos os três casos, observamos que, se não na totalidade, boa parte dos filhos do sexo masculino dos homens ricos tratados desenvolveram habilidades literárias em níveis altos, de acordo com a tabela utilizada. Verificamos ainda que, embora em menor grau se comparadas aos irmãos, as filhas mulheres também foram, algumas vezes, legatárias das letras.

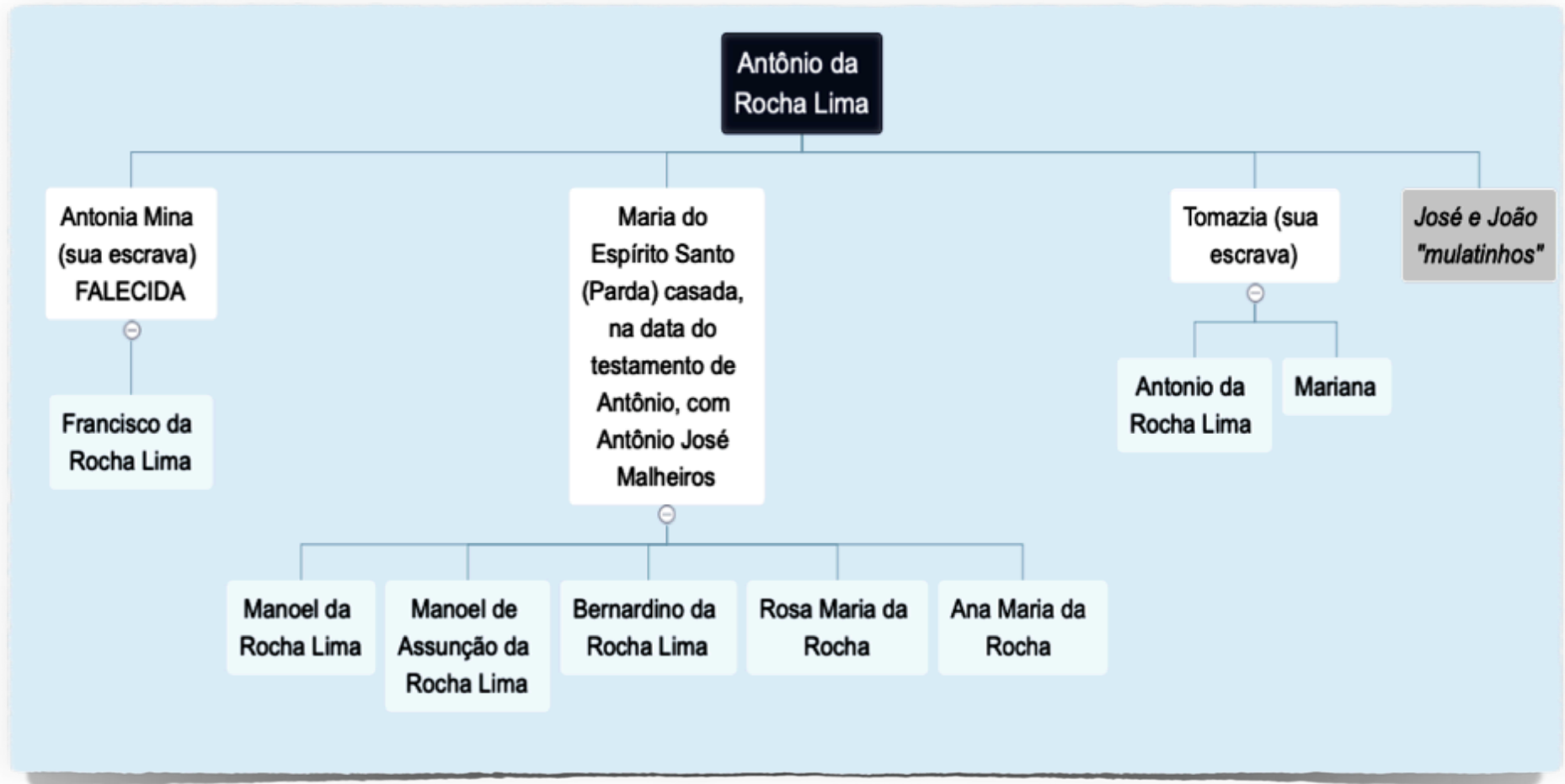
Esses padrões podem ser observados em famílias com diferentes configurações? É buscando responder a essa pergunta que passamos às análises dos casos de outras famílias com conformações bastante distintas das analisadas até aqui.

4.2 - Ofícios e letras – Homens solteiros e seus filhos ilegítimos/naturais

Família de Antônio da Rocha Lima

Outra trajetória de interesse para este estudo é a da família Rocha Lima. Antônio da Rocha Lima, português natural de Braga, morador de Raposos, era solteiro, mas deixou reconhecidos em seu testamento pelo menos oito filhos como seus herdeiros universais. Verifiquemos a conformação dessa família no esquema abaixo.

Esquema 5 - Composição da família de Antônio da Rocha Lima na data de abertura de seu primeiro inventário (1764).



Fonte: CSO-I(25)221. Elaborado por nós.

Antônio da Rocha Lima teve dois inventários feitos: o primeiro, por ter sido declarado demente em 1764; e o segundo por morte, quatro anos depois, em 1768 – ambos arquivados juntos. Não é possível definir com precisão as atividades desenvolvidas por esse homem; mas, de acordo com alguns indícios encontrados nos inventários e no testamento, pode-se afirmar que ele possuía uma “fábrica de escravos e serviços”, ou seja, provavelmente era negociante de cativos, vendendo-os ou alugando seus serviços, e era ainda proprietário de terras minerais. Na *Lista dos Homens Ricos*, ele foi identificado como mineiro.

O que é certo é que Antônio da Rocha Lima possuía uma fortuna vultuosa, com quase 60 escravizados e um monte-mor de quase 6 mil libras, e possivelmente era reconhecido como um membro de certa posição na sociedade, pois, assim como o inventariante analisado no caso anterior, era membro da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo.

Tudo indica que Antônio da Rocha Lima tinha sob seu teto os filhos que reconheceu. Eles, apesar de terem mães diferentes, investiram em capital social construindo redes de sociabilidades, amparadas pelos laços consanguíneos, que foram ativadas quando esses sujeitos se sentiram prejudicados em sua criação, como se pode perceber nesta petição anexada ao processo.

Dizem os herdeiros do defunto Antônio da Rocha Lima que assim foi servido mandar chamar as contas Manoel Machado Evangelho, atual dos bens da herança requerimento dos suplicantes pela razão de desejar e destruir os bens que ficaram aos ditos herdeiros e como por esta razão não deve continuar a administração deles mas antes se deve nomear outro curador e tutor para os menores que () as contas e tome entrega dos bens. Querem os suplicantes que junta esta ao inventário se façam conclusos, para assim nomear novo curador que seja consanguíneo e parente mais chegado, pois sendo esta nomeação na forma da lei poderá ser mais interessante aos órfãos, por termos toda a experiência que os outros curadores estranhos, e mais remotos lhe foram prejudiciais²⁹⁶.

Nesse sentido, outro filho, Bernardino, ajuda-nos a entender um pouco mais essa relação entre os filhos e o pai ao afirmar o seguinte:

Senhor Doutor Ouvidor Geral, e Corregedor: Diz Bernardino da Rocha Lima, por si, e como curador do mudo seu irmão, e mais herdeiros de seu pai Antonio da Rocha Lima, pedem, na respeitável presença de Vossa Senhoria a Representação mais digna da atenção de um

²⁹⁶ CSO-I(25)221.

superior tão justo, como piedoso. Nasceram os suplicantes no seio da opulência, e hoje precisam mendigar para subsistir. O casal de seu pai era um dos principais do continente. Deixou a seus filhos uma rica herança. De nada se utilizaram. Muito ouro, grande escravatura, fazendas importantes, muitas terras minerais, muitas propriedades, tudo isso dissipou, tudo destruiu um curador, que se lhes deu, em bem poucos anos. Os furtos, as extorsões estão manifestas: se os suplicantes procuraram haver ainda alguns restos da sua destruída herança, meio mundo conspira contra eles [...] ²⁹⁷

Luis da Silva Pompeu não era um desconhecido, pelo contrário, tinha sido testamentário de Antônio da Rocha Lima, por ele indicado. Manoel Machado Evangelho, da mesma forma, também não: era cunhado dos órfãos, marido da órfã Marianna. No entanto, essa família demonstrava maior confiança em “um dos seus”. No mesmo ano, 1771, num período inferior a um ano sob a tutela de Manoel, este foi destituído pelo Juiz de Órfãos, que nomeou Francisco da Rocha Lima para assumir tal incumbência.

No processo de inventários de Antônio, há prestação de contas dos dois primeiros tutores. Em 1768, Luis da Silva Pompeu afirmou o seguinte com relação ao estado dos órfãos:

Pelo dito tutor foi respondido que o herdeiro Francisco se achava já casado e vivendo em companhia de sua mulher e filhos. A mesma sorte estava casado o herdeiro Manoel vivendo nesta vila em casa que lhe deu o tutor, aprendendo arte de cirurgião. A herdeira Ana, se acha casada com Manoel da Cunha [porto]. Rosa se acha no estado de solteira com boa educação e na companhia de sua mãe. Antonio por ser surdo e mudo se acha em casa do dito tutor. Manoel e Bernardo, por serem menores, se acham em casa do mesmo. Mariana está casada com o dito Manoel Machado Evangelho.

Em seguida foi a vez do tutor Manoel Machado Evangelho, que respondeu aos questionamentos do Juiz de órfãos afirmando que

os herdeiros Francisco e Manoel se achavam casados e Ana Maria também estava casada com Manoel da Cunha Porto. Rosa estava em companhia de sua mãe e padrasto Antonio José Malheiros. Antonio, surdo e mudo estava em casa ao presente da dita Ana Maria da Rocha. Manoel e Bernardo estavam em companhia do dito seu irmão casado Francisco da Rocha Lima. Mariana era mulher desse tutor, e todos tinham boa educação e recato. Os ditos herdeiros Bernardo e

²⁹⁷ CSO-I(25)221.

Manoel estavam acabando de aprender a escrever com o mestre João Fernandes Santiago.²⁹⁸ (grifos nossos)

Vale ressaltar que, de acordo com as contas apresentadas pelo tutor Manoel, os órfãos Bernardo e Manoel estavam aprendendo a ler e escrever com o nosso já conhecido professor João Fernandes Santiago, que era professor também de Manoel, filho de José Ribeiro de Carvalho.

A família Rocha Lima é um exemplo de um tipo não muito raro dentre as famílias mineiras do século XVIII. Composta pelo pai, um português solteiro e abastado, filhos, que eram dele com suas escravas ou com outras mulheres,²⁹⁹ constituía-se também dos agregados. Além dos herdeiros, reconhecidos como filhos, Antônio da Rocha Lima, em seu testamento, deixou forra Thomásia, mãe de dois de seus filhos, e as filhas que eram apenas dela, juntamente com mais dois mulatinhos,³⁰⁰ João e José, que receberam ainda 200 mil réis. Segundo Solange Silva (2011), eles seriam “crias da casa”. Trataremos deles mais à frente.

Algumas assinaturas encontradas no processo de Antônio da Rocha Lima ajudam a perceber a relação de alguns membros dessa família com a cultura escrita, por meio do nível de letramento proposto por Magalhães (1994) e utilizado, também, nas análises dos casos anteriores para entendermos que tipo de patrimônio educativo esses homens ricos legavam aos seus descendentes.

A figura 23 traz a assinatura de Francisco da Rocha Lima. Filho mais velho, fruto do relacionamento que o inventariado teve com uma escrava sua, portanto pardo, Francisco, como se viu, foi nomeado tutor de seus irmãos a pedido dos mesmos e, em 1770, havia recebido da Coroa a patente de Capitão.

Além da assinatura de Francisco, órfão de Antônio, temos ainda as assinaturas de Luis da Silva Pompeu, testamenteiro de Antônio da Rocha Lima e primeiro tutor dos órfãos, bem como a do já mencionado Manoel Machado Evangelho, marido de Marianna e segundo tutor dos órfãos, como vimos.

²⁹⁸ CSO-I(25)221.

²⁹⁹ Além dos filhos de suas escravas, Antônio da Rocha Lima teve dois filhos com uma mulher parda, Maria do Espírito Santo, conforme descrito acima.

³⁰⁰ Os termos mulatinhos, pardos e brancos são utilizados nesta pesquisa conforme aparecem identificando os sujeitos na própria documentação. Para uma análise mais complexa dos mesmos, ver: Silva (2011), Libby (2010), Viana (2007), Faria (1998) e Paiva (1995).

Figura 20 – Assinaturas de Luis da Silva Pompeu; Francisco da Rocha Lima; Manoel Machado Evangelho.



Fonte: MO/CBG – IBRAM CSO-I(25)221.

De acordo com a tabela de nível de leitura e escrita, as assinaturas tanto de Francisco quanto dos demais correspondem ao nível mais alto, o nível 5, que, como já se disse, caracteriza os assinantes que demonstram um domínio completo das habilidades de leitura e escrita, o que se obtém com muito treinamento. Isso nos permite inferir que as redes de relações de Antônio da Rocha Lima e seus filhos possivelmente se davam com pessoas com capital cultural semelhante aos seus, ou seja, com pessoal com capacidades literárias bem desenvolvidas.

Outro filho de Antônio que demonstra tais habilidades é Manoel da Rocha Lima, como podemos perceber na figura abaixo.

Figura 21 – Assinatura de Manoel da Rocha Lima.



Fonte: MO/CBG – IBRAM CSO-I(25)221.

Como se observa na figura 24, Manoel, filho de Antônio com uma mulher parda – e, portanto, pardo também –, apresenta o mesmo nível de habilidades de leitura e escrita, nível 5. Este é o mesmo órfão que apareceu aprendendo “a arte de cirurgião” na conta de tutela prestada por Luis da Silva Pompeu.

Mesmo que em alguns casos houvesse a combinação com práticas de ofícios mecânicos, como foi também o caso de Antônio – filho do inventariado com sua escrava Thomásia e descrito no testamento de seu pai como oficial de ourives no Rio de Janeiro –, os descendentes de Antônio da Rocha Lima, todos pardos, desenvolveram habilidades de leitura e escrita e passaram à frente este capital cultural e simbólico, típico das famílias abastadas daquela sociedade.

Pode-se perceber tal ação no inventário da órfã herdeira Ana Maria da Rocha, datado de 1803 e analisado por Silva (2011). Nesse processo, consta como testemunha um menino exposto na casa de José da Rocha Lima, um dos dois mulatinhos “crias da casa”. Esse exposto era chamado José Caetano Alberto da Rocha Lima e foi descrito como homem pardo, de 16 anos, quando se aplicava em estudos de Gramática Latina. Além desse, outro exposto na casa de José, segundo Fonseca (2006), por nome José Coelho, adiantava-se nos estudos para ser enviado à Universidade de Coimbra, patrocinado por José Correia da Silva.

A valorização da educação voltada para as letras mantém-se nessa família, ainda que em alguns casos houvesse a combinação com o aprendizado de um ofício. E mais uma vez observamos que há, por parte daqueles que possuíam capacidades literárias, uma intenção de transmitir e aprimorar esse legado educativo à descendência. Contudo, percebemos uma diferença significativa entre os filhos ilegítimos/naturais de Antônio da Rocha Lima: nenhum foi direcionado para uma vida

religiosa. O fato de este sujeito constituir para si uma família que não estava de acordo com o que era pregado pela Igreja pode ser um indício de que, apesar dos valores da época, esse tipo de orientação não era priorizado por ele.

Não encontramos nenhum caso de homem solteiro com filho para a Comarca do Rio das Mortes.

Família de Sebastião Gonçalves Chaves³⁰¹

Da Comarca do Vila Rica, trazemos mais um caso de homem solteiro que lega patrimônio educativo a seus filhos ilegítimos/naturais. Sebastião foi caracterizado como mineiro e alferes. Possuía aproximadamente 13 cativos, e seu monte-mor era de menos de mil libras. No entanto, entre seus bens constavam alguns itens que podem indicar certo requinte nos costumes, como louças da Índia e três livros.³⁰²

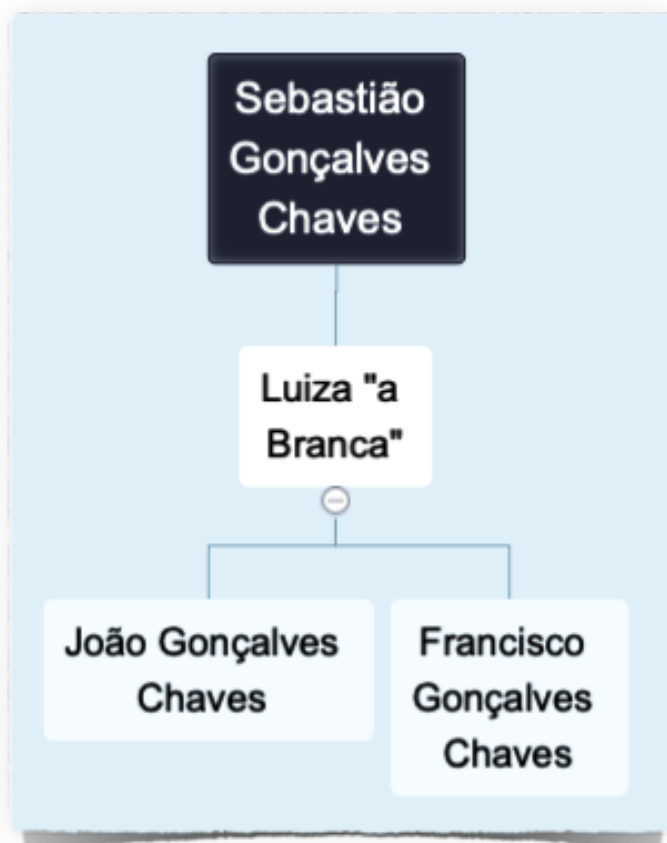
Português, natural de Braga, pediu em seu testamento que seu corpo fosse sepultado na Matriz do Sumidouro Nossa Senhora do Rosário e amortalhado no hábito de São Francisco. Afirmou ainda ser Irmão de Compromisso de todas as Irmandades da dita Matriz, o que, possivelmente, se dava por ocupar certo lugar social de distinção.

A composição familiar de Sebastião era bem simples, como podemos ver no esquema a seguir.

³⁰¹ CSM/CSO-I 80/1735.

³⁰² Misticalidade, Peregrino na América e Horas Portuguesas.

Esquema 6 - Composição da família de Sebastião Gonçalves Chaves na data de abertura de seu inventário (1768).

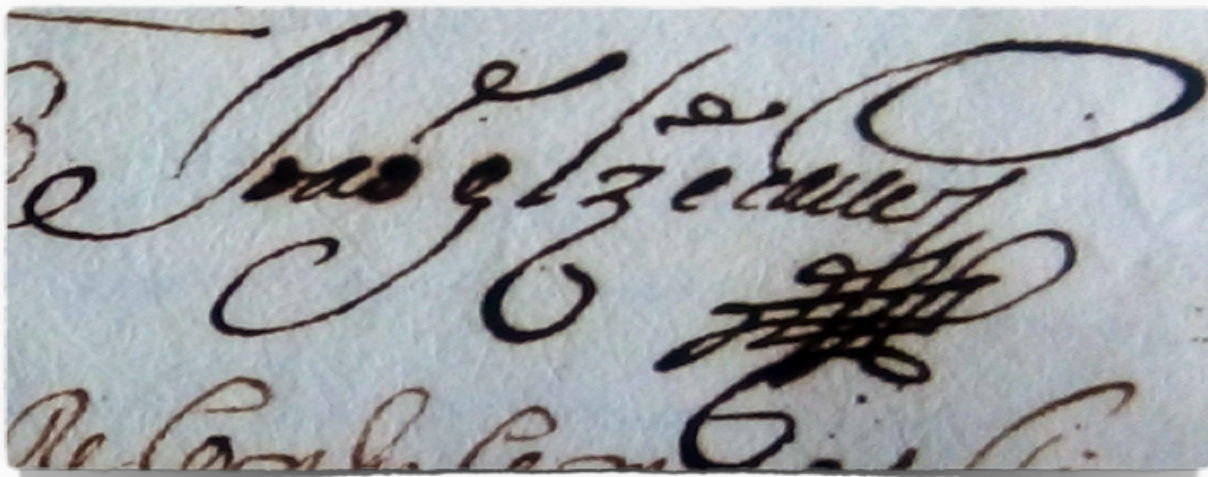


Fonte: CSM/CSO-I 80/1735. Elaborado por nós.

Os filhos de Sebastião já eram adultos quando ele morreu. Assim, mais uma vez estamos observando um patrimônio educativo que foi legado pelo pai ainda em vida. Vale salientar que João e Francisco foram indicados pelo pai como quarto e quintos testamenteiros, nesta ordem. Não há informações sobre como se realizou a educação dos filhos, ou que atividades exerciam. No entanto, podemos vislumbrar, através de suas assinaturas, que eles provavelmente desenvolveram bem suas habilidades de leitura e escrita.

Ambas as assinaturas se apresentam de forma criativa e bem elaborada, podendo ser classificadas como de nível 5 na escala literácita. Observemos:

Figura 22 - Assinatura de João Gonçalves Chaves.

A close-up photograph of a handwritten signature in dark ink on aged, slightly yellowed paper. The signature is written in a highly stylized cursive script. The name 'João Gonçalves Chaves' is clearly legible, with 'João' on the top line, 'Gonçalves' on the middle line, and 'Chaves' on the bottom line. The final part of the signature is a large, decorative flourish that loops back to the left.

Fonte: CSM/CSO-I 80/1735.

Figura 23 - Assinatura de Francisco Gonçalves Chaves.

A close-up photograph of a handwritten signature in dark ink on aged, slightly yellowed paper. The signature is written in a cursive script. The name 'Francisco Gonçalves Chaves' is clearly legible, with 'Francisco' on the top line, 'Gonçalves' on the middle line, and 'Chaves' on the bottom line. The final part of the signature is a large, decorative flourish that loops back to the left.

Fonte: CSM/CSO-I 80/1735.

Os casos analisados até o momento ajudam a perceber que, mesmo oriundos de núcleos familiares distintos e diversos, podemos verificar que há, em certa medida, tipos aproximados de capitais sociais, culturais e simbólicos que eram valorizados. Não é impossível supor que isso aconteça por serem eles membros de um grupo que se caracteriza como elite local, um grupo com privilégios e distinção, como já demonstrado nos capítulos anteriores. Assim sendo, observamos que, com descendência legítima ou ilegítima/natural, transpassaram as fronteiras impostas pela cor/condição, nesse último caso, e por meio de estratégias diversas alguns dos homens ricos encaminharam seus herdeiros em patrimônios educativos

essencialmente relacionados com as letras, apontando, assim, para uma valorização da cultura escrita por parte desse grupo.

Falta-nos, contudo, analisar ainda outra conjuntura familiar bastante presente nas Minas setecentistas: os homens que não se casaram e nem tiveram filhos, mas que ainda assim legaram um patrimônio educativo.

4.3 Educando a sociedade – Homens solteiros e sem filhos

Como demonstramos no capítulo anterior, falar de herdeiro é falar de filho. No caso dos sujeitos ora abordados, essa máxima se mostra verdadeira, especialmente se pensarmos nos legados educativos das letras. Porém, em uma sociedade formada por um alto número de homens solteiros e que não possuíam filhos, não podemos passar por esse tipo de conformação familiar sem nos determos uns instantes.

Os homens solteiros que legavam educação encontrados para este estudo, em sua grande maioria, deixaram como herança legados educativos de cunho moral, como já demonstrado anteriormente. Contudo, um caso se destaca dentre esses homens devido à natureza diversa do legado educativo.

Família de Antônio de Moura

O Sargento-Mor Antônio de Moura³⁰³ era morador de um sítio chamado Corgo, na Vila de São João del Rei, Comarca do Rio das Mortes. Também português, como tantos outros aqui tratados, era natural do Arcebispado de Braga.

Não possuía um monte-mor muito alto, aproximadamente mil libras, porém se destaca por ser senhor de mais de 70 escravizados e por ser o único que declarou ter uma quantia em dinheiro guardada em uma “conta corrente no Rio de Janeiro”. Em seu testamento, instituiu seu sobrinho como seu herdeiro universal, orientando-o "a dar a sua irmã casada em Pernambuco, quatrocentos mil réis e ao seu irmão religioso do Carmo Frei Antônio duzentos mil réis e a cada uma de suas irmãs religiosas no Convento de Mourão cem mil réis”.

³⁰³ Este sujeito também foi tratado no capítulo anterior quando trabalhamos com os dotes. Ver página 169.

Contudo, as heranças deixadas por Antônio de Moura de maior relevância para as presentes análises foram as destinadas à Dona Felícia Theresa de Belém e à Dona Antônia do Pilar, duas religiosas professoras no Convento de [Courão]. Mourão declarou em seu testamento que ambas se achavam nesse convento e que ele as tinha criado em sua casa. Afirmou ainda que "pelo amor de Deus" as havia recolhido no dito Convento, arcando com seus dotes e demais despesas.

Essas duas meninas, também de acordo com o testamento de Mourão, eram filhas de uma escrava sua, as quais ele havia criado como gratidão pelos bons serviços que essa escrava lhe prestara. Deixou uma parte de sua terça para ambas, como esmola, e se disse desobrigado por serem elas, à época, filhas de [Carminha]. Em nenhum outro caso de homens solteiros encontramos esse tipo de legado. É possível que essas meninas fossem filhas de Mourão com essa escrava; porém ele, apesar de criá-las com todo amor e lhes deixar um patrimônio educativo digno de um pai, não as assumiu como tais.

Como ficou claro, podemos perceber que as habilidades de leitura e escrita foram priorizadas como legado educativo quando este patrimônio era direcionado aos filhos, fossem eles legítimos ou não. Nesse caso, o que podia influenciar era o sexo. As habilidades literárias relacionadas à escrita foram mais desenvolvidas, no geral, pelos homens. Essa constatação corrobora a concepção de que as mulheres recebiam uma educação mais voltada para os cuidados com a casa e os filhos. Contudo, observamos capacidades literárias consideráveis para algumas das mulheres, tanto filhas quanto esposas desses homens. Perceber esses altos níveis de letramento dessas mulheres leva-nos a supor que provavelmente este meio em que as letras eram tão valorizadas, demandando altos investimentos dessas famílias (inclusive econômico) acabava de alguma forma refletindo na educação das meninas. Outra conclusão a que podemos chegar é que, em famílias abastadas, com grandes negócios como as que analisamos, cuidar da casa e da família poderia implicar que, em algum momento, as mulheres desse estrato social deveriam administrar os bens familiares e que, por esse motivo, precisavam desenvolver algum nível das habilidades de leitura e escrita. Entretanto, apesar de muitas vezes combinadas com as capacidades literárias, as orientações relativas à moral eram as preferidas quando os legados não eram dirigidos à prole feminina.

Observamos ainda que, para as famílias que podemos considerar como formais, isto é, aquelas provenientes de matrimônios reconhecidos pela Igreja, o

encaminhamento dos filhos para uma vida religiosa se mostrou bastante significativo. Já quando tratamos de homens solteiros com seus filhos ilegítimos/naturais, tal comportamento não foi encontrado. Levantamos a hipótese de que o próprio casamento poderia ser indício de que os preceitos cristãos eram mais valorizados pelos sujeitos que o escolhiam, e, portanto, havia entre os que casavam uma apreciação maior para que seus filhos seguissem pela vida religiosa. Outra hipótese é a de que, havendo por parte da Igreja algumas restrições com relação à natureza de origem, os pais solteiros, portanto, dos filhos ilegítimos/naturais, acabavam optando para que seus filhos ocupassem outros postos que não tivessem tais restrições.

Ao analisarmos como os diferentes tipos de famílias orientavam os patrimônios educativos de sua descendência, tivemos a intenção de pormenorizar e, conseqüentemente, matizar as características apresentadas acerca dos legados no capítulo anterior. Buscamos demonstrar, em alguma medida e lançando mão de análises mais aprofundadas, como os diversos tipos de capitais (cultural, econômico, social e simbólico) foram acionados na busca por uma educação desejada para as gerações futuras e assim compreender a importância que o patrimônio educativo significava para essas famílias, especialmente o voltado para as letras.

Por meio dessas análises, ficou patente que, se por um lado há diferenças significativas com relação ao patrimônio educativo legado pelos arranjos familiares diversos aqui estudados, por outro há também alguns elementos comuns na educação orientada por esse grupo que forma as elites locais nas três comarcas da capitania mineira. Letras e vida religiosa destacam-se nesse âmbito, demonstrando que, mesmo que por caminhos diferentes e em níveis distintos, as elites coloniais buscavam legar para as gerações futuras capitais simbólicos e culturais que iam de acordo com os padrões em voga nos domínios portugueses do período. Assim, de acordo com o contexto da segunda metade do século XVIII, não nos parece impossível pensar que esses padrões sofriam influência tanto dos valores do Antigo Regime, observados aqui como a profunda religiosidade, quanto do Iluminismo, expressos como a valorização das letras. Há que se levar em conta, ainda, outra importante característica da sociedade mineira setecentista: sua composição mestiça, que pode ter sido uma grande influenciadora da possibilidade de desenvolvimento das altas habilidades literárias pelos filhos ilegítimos/naturais, muitas vezes identificados como pardos, desses homens de pretígio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese teve como objetivo analisar a educação como herança das elites de três comarcas da Capitania de Minas Gerais (Rio das Mortes, Rio das Velhas e Vila Rica), na segunda metade do século XVIII e primeira década do XIX. Buscamos, portanto, verificar qual o lugar que a educação, ou o legado de um patrimônio educativo, ocupava na intenção das elites locais de manter, aumentar e perpetuar seus privilégios.

Para analisarmos o legado educativo das elites locais nas Minas setecentistas, elegemos como principais fontes inventários e testamentos, levantados em quatro arquivos referentes às três comarcas abordadas. Os sujeitos eleitos, por sua vez, foram homens que faziam parte de uma lista elaborada em 1756, que continha um levantamento com os nomes dos homens mais ricos da Capitania de Minas.

As análises empíricas nesta tese foram realizadas à luz de um aporte conceitual desenvolvido por Pierre Bourdieu. A teoria dos capitais (capital cultural, econômico, simbólico e social), o conceito de distinção e o de estratégias contribuíram fundamentalmente para as nossas análises. Esses conceitos ajudaram-nos a pensar como os indivíduos das elites nas Minas setecentistas buscaram, através da construção de um capital social ligado ao acúmulo de capital econômico, efetivar a constituição de um tipo de "nobreza da terra" e as *estratégias* usadas para tanto. Dentre essas estratégias, interessou-nos, em particular, perceber como a educação, entendida como *capital cultural e simbólico*, especialmente relativa ao legado de um *patrimônio educativo*, foi usada como forma de distinção, ou de reforço dessa distinção, por parte desses sujeitos e sua descendência.

Antes de iniciarmos a pesquisa empírica, entretanto, foi preciso responder algumas questões fundamentais para construirmos uma base mais sólida para essas análises. Por meio desses questionamentos, entendemos que este estudo pode ser colocado, de forma simbólica, em um "tripé de sustentação": um dos pilares desse tripé seriam as concepções de elites; outro, as concepções de família; e o terceiro, de educação. Assim, procuramos dividir o estudo de forma que os capítulos fossem contextualizando e analisando ao menos um desses três pilares para alcançarmos o objetivo da pesquisa.

Responder a tais questões via uma abordagem teórica foi a principal intenção do Capítulo 1 desta tese. Trabalhamos teoricamente com cada uma dessas bases a

partir das questões que nos fizeram chegar até elas. Nos demais capítulos, fomos analisando de maneira empírica cada uma das bases desse tripé. No Capítulo 2, trabalhamos a composição das elites coloniais abordadas. No Capítulo 3, após analisarmos os tipos de legados deixados por essas elites e para quem foram legados, aprofundamo-nos nos legados educativos. E no Capítulo 4, direcionamos o foco para os diversos tipos de família encontrados e como estas legavam um patrimônio educativo.

Voltemos às questões mencionadas. As primeiras inquietações que surgiram foram acerca do próprio termo elite/elites. O que a historiografia entende como elites? Como esse termo vem sendo usado e em que tipo de análises? Poderíamos chamar nossos sujeitos de elites? Como eram configuradas essas elites? Após realizarmos um levantamento historiográfico sobre o tema, verificamos que os termos elites locais e elites coloniais vêm sendo utilizados para definir os grupos com mais privilégios. Desse modo, optamos por também adotá-los para definir o grupo observado na presente pesquisa, já que seus componentes eram pessoas de distinção nas sociedades analisadas. Ao utilizarmos esses termos, elites locais/regionais/coloniais, acreditamos que conseguimos nos referir à sua distinção como grupo, mas também a suas peculiaridades, se comparados às elites ou aos sujeitos distintos, por exemplo, da Corte.

Após as análises teóricas, debruçamo-nos sobre a documentação e procuramos montar um quadro que nos ajudasse a perceber quem eram os membros das elites locais nas três comarcas analisadas. Algumas variantes puderam ser observadas, tais como: nível de riqueza, origem, estado civil, quantidade e natureza da prole. Assim, conseguimos traçar um perfil econômico, social e cultural daqueles que identificamos como os homens ricos. Pudemos perceber que esses homens eram, no geral, parte de uma elite econômica e escravista; tinham a mineração e o negócio como principais atividades; estavam inseridos nos quadros administrativos de nível médio; possuíam algum nível de letramento; eram, em sua maioria, portugueses e casados (com exceção da comarca do Rio das Mortes); tiveram filhos (com exceção da comarca do Rio das Mortes), sendo que a predominância era de proles legítimas, porém os níveis de ilegitimidades/naturalidades se apresentaram elevados. Partindo dessa base e entendendo sobre quem estávamos falando, sentimo-nos com mais segurança para iniciarmos as demais análises.

Quando tratamos de legados educativos, sobretudo no século XVIII, outros questionamentos surgem, tais como: o que era educação para o período? Se praticamente ainda não havia escola, se não vamos trabalhar com documentos que foram produzidos visando fazer registros de práticas ou processos educativos formalmente, como poderemos observar a educação dada e recebida por esses sujeitos? Considerando as discussões que a historiografia da educação mais recente vem fazendo sobre o tema, percebemos que as concepções de educação nas Minas setecentistas eram diversas. Entender quais eram as concepções atribuídas à educação mostrou-se necessário porque, nesse contexto, a escola tinha ainda uma forma embrionária. Da mesma forma, as instituições educativas não eram e nem se portavam como nos tempos atuais. Assim sendo, compreender as concepções de educação para além da escola se mostrou imprescindível para conseguirmos enxergar os ricos processos educativos presentes naquela sociedade.

Nesse sentido, procuramos observar primeiramente que tipos de legados eram deixados pelos homens das elites locais. Categorizamos esses legados em quatro tipos: material, espiritual, relacional e educativo – sendo que os tipos de legados mais presentes nos testamentos eram, principalmente, o espiritual e o material. Ao analisarmos de forma mais detida as heranças de cunho educativo e, mais especificamente, aquelas voltadas para a aquisição de alguma habilidade relacionada às letras, percebemos que essas foram preocupações da maioria dos homens ricos, ainda que em número inferior se comparadas aos demais legados. Esse tipo de legado era, essencialmente, direcionado aos descendentes diretos, e conseguimos perceber especificidades relacionadas aos sexos e à natureza dos filhos. Percebemos ainda que aqueles que legavam educação não faziam parte daqueles que possuíam os maiores monte-mores, porém eram detentores de bens de distinção, como escravos e livros.

Tal como as concepções de educação, os arranjos familiares nas Minas setecentistas eram diversos. Dessa forma, achamos por bem nos debruçarmos sobre algumas discussões historiográficas relativas aos tipos de família presentes na sociedade colonial. Nossa intenção foi fazer uma breve reflexão sobre esses diferentes arranjos familiares que a historiografia brasileira tem considerado, analisando o relativo consenso de que, nesse contexto, as famílias possuíam contornos próprios e múltiplos. Essa necessidade se apresentou porque, ao observarmos as fontes, percebemos diversos tipos de organização familiar que

precisavam ser compreendidos para averiguarmos a educação que seus membros legavam e recebiam.

Interessou-nos, portanto, focar a observação em alguns estudos de casos eleitos. As escolhas desses casos deram-se de acordo com a representatividade dos tipos de arranjos familiares mais encontrados entre os sujeitos, juntamente com o maior número de informações encontradas sobre eles. Assim, apresentamos de forma mais detida como três tipos diferentes de configurações familiares legaram patrimônios educativos a seus descendentes. Foram eles: famílias formadas por homens casados, seus filhos legítimos e, em alguns casos, ilegítimos/naturais; famílias formadas por homens solteiros, seus inúmeros filhos ilegítimos/naturais e suas mães, que algumas vezes eram escravas, e em alguns casos, escravas dos pais de seus filhos; e por fim, observamos como e a quem os homens solteiros e sem filhos destinavam os legados relativos à educação.

A partir dessas análises, pudemos perceber que há diferenças com relação ao patrimônio educativo legado pelos arranjos familiares diversos, mas também é possível observar alguns elementos comuns na educação orientada por esse grupo que forma as elites locais estudadas. Ficou patente que essas elites coloniais buscavam legar para as gerações futuras capitais simbólicos e culturais, relacionados, especialmente, às letras e à vida religiosa, muito provavelmente se aproximando dos padrões usuais nos domínios portugueses do período.

Outro ponto que vale destaque nesta pesquisa é o fato de que tivemos a preocupação de analisar os legados como um todo, não apenas aqueles que se referem à educação, possibilitando, assim, compará-los entre si.

Perante os resultados obtidos nesta pesquisa, podemos dizer que as elites coloniais abordadas tinham intenção, de certa forma, de educar não somente a sua prole. Nesse sentido, podemos supor que, em alguma medida, essas elites cumpriram o papel que cabia a esse estrato social, de educar e ordenar a sociedade. Esses sujeitos expressavam essa preocupação ao deixarem legados educativos de cunho moral. Vale destacar ainda que os homens ricos solteiros eram os grandes responsáveis por deixar esse tipo de espólio.

Com relação aos filhos, percebemos que os indivíduos dessa camada social buscavam letrar sua descendência. O desenvolvimento das capacidades literárias dos herdeiros, geralmente filhos, deu-se de diferentes maneiras, sendo muito perceptível a diversidade do patrimônio educativo legado para os diferentes sexos e

natureza da prole. Em uma sociedade em que poucos sabiam ler e escrever, mas que, no entanto, valorizava e utilizava as letras de forma cotidiana, possuir um alto nível de letramento podia ser considerado um ponto de distinção para o indivíduo. Então, é possível que o alto grau de letramento das proles das elites regionais, além de questões práticas como a gestão dos bens e negócios da família, tenha a intenção de reforçar o lugar de distinção desses indivíduos.

Podemos afirmar que conseguimos alcançar os objetivos propostos para a presente pesquisa. Ao mesmo tempo, ela acabou por revelar que há ainda muito o que ser estudado. Apresentamos aqui algumas possibilidades. Levando-se em conta análises de viés mais quantitativo, mostra-se interessante a realização de uma pesquisa mais abrangente dentre os mais de mil nomes citados nas listas de homens ricos. Um projeto com um prazo maior e mais pesquisadores envolvidos certamente será capaz de trazer informações relevantes acerca dos legados deixados por esses homens. Outra oportunidade de análise que se mantém aberta apresenta-se a partir do momento que passamos à verticalização das mesmas. Nesse caso, poderia ser frutífero buscar as origens e as trajetórias desses homens ricos: a que tipo de famílias pertenciam; quando chegaram às terras coloniais; que tipo de educação tiveram; onde ela ocorreu. Essas são apenas algumas questões que podem orientar análises que certamente contribuirão para o campo da História da Educação no período colonial. Ainda verticalizando, uma pesquisa que se aprofunde na trajetória da descendência, em como ela se utiliza dos legados para se manter como parte das elites locais, seria também um estudo bastante profícuo.

Desta forma, entendemos que nossa pesquisa, para além do que foi possível analisar nos limites de uma tese, permitiu construir outras possibilidades de estudo para o futuro, ao passo que, ao encontrar algumas respostas, encontrou também muitas outras perguntas.

FONTES

Fontes eletrônicas:

Constituições primeiras do Acerbispado da Bahia. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222291> (acesso 2018)

Ordenações Filipinas. Disponível em: <www.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm> (acesso 2018).

BLUTEAU, D. Raphael. Vocabulário Latino e Português. Coimbra 1712- 1728. Disponível em: <www.ieb.usp.br/online> (acesso 2018/2019)

Registro de Matrícula da Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=264605> (acesso 2018/2019)

Regimento das ordenanças e dos Capitães-Mores Disponível em: <http://www.arqnet.pt/exercito/1570capitaesmores.html> (acesso 2018/2019)

Dicionário Michaelis: [https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/Patrimônio](https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/Patrim%C3%B4nio) (acesso 2018/2019)

Dicionário Aurélio: <https://dicionariodoaurelio.com> (acesso 2018/2019)

Fontes impressas

CARVALHO, José Pereira de. Primeiras Linhas sobre o Processo Orfanológico. 2 ed. Lisboa: Na Tipografia Lacerda, 1816.

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT - Diligência de Habilitação para a Ordem de Cristo de Manuel Antônio Pereira. PT/TT/MCO/A-C/002-11/0039/00041.

ANTT – Carta Patente. Capitão de Ordenanças da Vila Rica. PT/TT/RGM/D/0012/82711.

ANTT – DILIGÊNCIAS de HABILITAÇÃO para o cargo de FAMILIAR do SANTO OFÍCIO de José Gomes da Rocha. PT/TT/TSO–CG/A/008-001/15336A.

ANTT – DILIGÊNCIAS de HABILITAÇÃO para o cargo de FAMILIAR do SANTO OFÍCIO de MANUEL FERREIRA PEREIRA, casado com MARIA LEMES de OLIVEIRA. PT/TT/TSO–CG/A/008–002/4106 – 1743–1745

ANTT - Provisão. – Francisco Mendonça e Sá .PT/TT/RGM/C/0038/41238.

ANTT – Confirmação Posto de Capitão de José Ribeiro de Carvalho (Filho)– 1779. PT/TT/RGM/E/0000/137177.

ANTT - Carta Patente Capitão de Ordenança no Sabará de José Ribeiro de Carvalho PT/TT/RGM/D/0004/76457.

Arquivo da Universidade de Coimbra

UC - Matrícula de Antônio da Cunha Osório. PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/O/001421.

UC - Matrícula de Doutor Francisco Vieira de Souza Ferraz PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/S/011210.

Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência

Inventário de Manoel Coelho Rodrigues. AHMINC/IBRAM. 2º. Ofício, Códice 37, Auto 419, Ano 1777.

Arquivo Histórico Ultramarino

AHU - cx: 70; doc.: 40 (carta) 24/07/1756. Lista dos Homens Ricos da Capitania de Minas Gerais.

Inventários e traslados dos testamentos / IPHAN-SJDR. Referente a comarca do Rio das Mortes

Referência	Nome do inventariado	Data de abertura do inventário
R-10/71	Agostinho Gonçalves Cruz	1768
R-07	Antônio Alves Coelho	1770
R-19/94	Antônio de Freitas	1755
R-31	Antônio de Moura	1765
307	Antônio Fernandes Barbosa	1783
196	Antônio Ferreira Pinto	1761
300	Antônio Francisco Sargento	1778
224	Bento Pereira de Sá	1767
R-040/293	Bernardo Gonçalves Chaves	1787
R-90	Constantino Barbosa da Cunha	1771
C-29	Francisco de Mendonça e Sá	1776
R-53	Francisco Gonçalves	1773
381	Francisco Ribeiro de Souza	1775
R-32/370	João da Silva Gomes	1787
R-23	João de Matos	1786
403	João Rodrigues dos Santos	1758
587	João Soares de Bulhões	1762
444	Joaquim Gomes Pereira	1794
C-13	Joaquim Gonçalves	1778
374	José de Souza	1796
R-79	Manoel de Moraes Coutinho	1777
368	Manoel Dias da Costa	1757

Inventários e traslados dos testamentos / MO/CBG – IBRAM. Referente a comarca do Rio das Velhas		
Referência	Nome do inventariado	Data de abertura do inventário
C-22	Manoel Ferreira Pereira	1764
505	Manoel Martins Ramalho	1787
C-13	Manoel Rodrigues Gondim	1763
R-11/504	Manoel Teixeira de Carvalho	1767
CSO-I (33) 266	Alexandre de Oliveira Braga	1771
CSO-I (48) 361	Alexandre Ferreira Parada	1778
CSO-I (25) 221	Antônio da Rocha Lima	1764 (invalidez) / 1768
CSO-I (25) 223	Antônio da Silva Salgado	1764
CSO-I (44) 327	Antônio de Barros Moreira	1776
CSO-I (27) 231	Antônio de Freitas Cardoso	1766
CSO-I (90) 805	Antônio Francisco da Costa	1809
CSO-I (64) 472	Antônio Francisco da Silva	1787
CSO-I (85) 704	Antônio Monteiro	1807
CSO-I (20) 184	Domingos da Costa Viana	1759
CSO-I (61) 452	Domingos Pinto Carneiro-Jequitibá.	1786
CSO-I (21) 189	Jacinto Vieira da Costa	1760
CSO-I (85) 703	João de Souza Lobo	1807
CSO-I (37) 284	João Francisco da Silva	1772
CSO-I (46) 340	João Rodrigues Chaves	1777
CSO-I (50) 337	José Ferreira do Vale	1779
CSO-I (31) 257	José Ribeiro de Carvalho	1770
CSO-I (38) 285	Manoel da Costa Vale	1772
CSO-I (73) 567	Manoel de Oliveira	1774
CSO-I (75) 590	Manuel da Cunha	1798
CSO-I (41) 313	Manuel da Silva Lopes	1775
CSO-I (69) 529	Manuel Pereira dos Santos	1793
CSO-I (39) 293	Mathias Pereira Pinto	1773
CSO-I (73) 568	Manuel Antônio Pereira	1796
CSO-I 81/1739	Pedro Francisco De Carvalho	1776
CPO-I 129/2712	Francisco Barbosa	1774
CSO-I 96/2048	Manoel Francisco De Souza	1793
CSO-I 66/1457	Miguel De Matos	1770
CPO-I 41/0950	Antônio Alves Da Silva	1769
CPO-I 43/1008	Antônio Gonçalves Chaves	1783
CSO-I 80/1735	Sebastião Gonçalves Chaves	1769

Inventários e traslados dos testamentos / CSM. Referente a comarca de Vila Rica		
Referência	Nome inventariado	Data de abertura do inventário
CPO-I 79/1688	João Gonçalves Vieira	1787
CSO-I 49/1119	João Tabaxo Roubão	1784
CSO-I 118/2372	Pascoal Lopes Braga	1778
CPO-I 114/2368	Manoel Brás Ferreira (Dr).	1787
CSO-I 74/1616	Manoel Fernandes Fialho	1759
CSO-I 94/2026	Manoel Ferreira De Souza	1782
CSO-I 36/830	Manoel Da Cunha Osório	1771
CSO-I 46/1035	João de Arruda e Câmara	1765
CPO-I 39/900	Antônio Luís Brandão	1786
CPO-I 48/1092	Antônio da Costa Monteiro	1768
CPO-I 37/849	Antônio da Ponte	1769
CPO-I 8/321	Antônio Lopes Francisco	1781
CPO-I 147/3078	Antônio Gomes	1796
CP-CPO-21/218	Antônio João Bellas	1783
CP-CPO - 37/455	Domingos de Oliveira Rosa	1761
CP-CPO-45/535	Felipe Gonçalves Santiago	1777
CP-CSO -24/262	João Pereira Pinto	1772
CP-CPO - 80/973	José da Mota Araújo	1801
CP-CSO-45/ 499	Manoel Rodrigues de Almeida	1793
CP-CPO-96/1176	Mateus Gomes da Cunha	1773
CP-CSO-02/20	Antônio José de Lima e Costa	1757

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs). *Cultura Letrada no Brasil: objetivos e práticas*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2005.

ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e Ensino de Primeiras Letras*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997. ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Família e Vida Doméstica*. In: SOUZA, Laura de Mello (org). *História da vida privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Honradas e devotas: mulheres na colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edumb, 1999.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750–1822*. Belo Horizonte: FAPEMIG, 2010.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *As vendas fantásticas dos homens ricos das Minas: estratégias de preservação do patrimônio familiar no século XVIII*. In: LIBBY, Douglas Colle; MENESES, José Newton Coelho; FURTADO, Júnia Ferreira; FRANK, Zephyr L. (Orgs.) *História da Família no Brasil (Séculos XVIII, XIX, XX): Novas análises e perspectivas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

ALVEAL, Carmem Margarida Oliveira. *História e direito: sesmarias e conflito de terras entre índios e freguesias extramuros do Rio de Janeiro (século XVIII)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

ALVES, Maria do Céu G. L. R. *Um tempo sob outros tempos: o processo de escolarização no Concelho de Mafra, anos de 1772 a 1896*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 2003 (Dissertação de Mestrado em Educação).

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil (1769-1771)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Editora Saraiva, 1978.

ANGELO, Fabrício Vinhas Manini. *Herdeiros: o papel da família na educação das futuras gerações nos Termos de Sabará e de Ouro Preto (1721–1780)*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2017 (Tese de Doutorado em Educação).

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Edusp, 2007. ARAÚJO, José de Souza A. Pizarro. *Visitas pastorais na Baixada Fluminense feitas pelo monsenhor Pizarro no ano de 1794*. Nilópolis: Shaovan, 2000.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Espelho das cem faces: o universo relacional de um advogado setecentista*. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. *Os nomes da Justiça: os letrados no exercício jurídico de Minas Gerais no século XVIII*. Oficina do Inconfidência (Ouro Preto), v. 5, p. 33-61, 2009.

_____. *O Inquérito das Letras: a formação universitária e a composição das bibliotecas de Advogados em Minas Gerais no Século XVIII*. Revista LPH (UFOP), v. 20, p. 94-140, 2010.

_____. *Pelo rei, com razão: comentários sobre as reformas pombalinas no campo jurídico*. Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, v. 11, p. 1-1, 2011.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. Brasília: UNB, 1978.

BARCELAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: unicamp, 1997.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (Org.). *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime*. Almanack Braziliense, [S.l.], n. 2, p. 21-34, nov. 2005. ISSN1808-8139. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11616/13385>>. Acesso em: 20 jan. 2018; dentre outros. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1808-8139.v0i2p21-34>.

_____. *Elites coloniais. A nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia*. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. (Org.). *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. 1ed.Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 73-98.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Espaço de Sociabilidades na América Portuguesa e historiografia brasileira contemporânea*. *Vária História*. Belo Horizonte, Vol.22, n. 36, jul/dez 2006, p.291–313;

_____. *Irmandades, religiosidades e sociabilidade*. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, vol.2, 2007.

BOTELHO, Ângela Vianna; REIS, Liana Maria. *Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Família escrava e reprodução natural em Catas Altas do Mato Dentro (MG), séculos XVIII e XIX*. In: *Estudos Afro-asiáticos*. Rio de Janeiro, v.26, 2004, p.135-166.

_____. *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH, 2001.

_____. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: USP, 1994.

BOTO, Carlota. *Iluminismo e educação em Portugal: o legado do século XVIII ao XIX*. *Revista de Educação da Universidade de São Paulo*. Vol. 22, n.1, jan/jun de 1996, p.169-192.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. 1. Reimp. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *O poder simbólico*. 14a ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 1973.

_____. *O Senso Prático*. Trad. Maria Ferreira; rev. da trad. Odaci Luiz Coradini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009 (Coleção Sociologia). 1980.

_____. *Os três estados do capital cultural*. In: NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos da Educação*, 16 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2015.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996. 1972.

BOXER, Charles. *A idade de Ouro do Brasil: dores do crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. *O Império Colonial Português: 1415-1825*. São Paulo: Martins Fontes, 1963.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRETTEL, Carolina B. *Homens que partem, mulheres que esperam: consequências*

da emigração em uma freguesia minhota. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

_____. *Homens de Negócios. A interiorização da Metrópole e do comércio nas*

Minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del*

Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro: APEC, 1973.

CAMPOS, Maria Verônica. *Governo dos Mineiros: 'De como meter-lhe as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado' 1693 a 1737*. Teses de Doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, na USP, São Paulo, 2002.

CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno G. F. Monteiro. *OPTIMA PARS: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2005.

CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. *As luzes da educação: fundamentos, raízes e práticas das aulas régias no Rio de Janeiro (1759- 1834)*. Bragança Paulista- SP: Universidade São Francisco, 2002.

CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais. (1674- 1807)*. Rio de Janeiro: UFRJ, Departamento de História, 1997. Tese de doutorado.

_____. *Padrões de existência, regime alimentar e movimento de preços numa sociedade em transição: Minas Gerais, 1750- 1900*. *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, n. 23, jul 2000, p. 131-153.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Nacional, 1968.

CARVALHO, Feu de. *Instrução Pública: primeiras aulas e escolas de Minas Gerais (1721-1860)*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, Ano XXIV, v.1, 1933.

CARVALHO, José Murilo de. *Federalismo y centralización en el imperio brasileño: historia y argumento*. In: CARMAGNANI, Marcello (Coord.). *Federalismos Latinoamericanos: México, Brasil, Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 51-80.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A configuração da historiografia educacional brasileira*. In: FREITAS, Marcos Cesar de (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1995 (Dissertação de Mestrado em História).

CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. *Negócios de família, gerência de viúvas: senhoras administradoras de bens e pessoas (1750 – 1800)*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2002 (Dissertação de Mestrado em História).

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

_____. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. Idem. *As utilizações do impresso*. Portugal: DIFEL, 1998.

_____. (org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

COTTA, Francis Albert. *Matrizes do Sistema Policial Brasileiro*. Belo Horizonte: Crisálida, 2012.

_____. *Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

COSTA, Ana Paula Pereira. *Recursos e estratégias dos oficiais de Ordenanças: reflexões acerca de sua busca por autoridade e mando nas “conquistas”*. *Locus revista de história*, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 75-88, 2005.

_____. *Organização militar, poder de mando e mobilização de escravos armados nas conquistas: a atuação dos Corpos de Ordenanças em Minas colonial*. Revista de História Regional 11(2): 109-162, Inverno, 2006.

COSTA, Fernando Dores. *Fidalgos e plebeus*. In: HESPANHA, António Manuel (Org). *Nova História Militar de Portugal*. Vol. II – séculos XVI-XVII. Lisboa: círculo de leitores, 2003, p. 106-107.

COSTA, Iraci del Nero da. *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo: IPE/USP, 1981.

CUNHA, Alexandre Mendes e GODOY, Marcelo Magalhães. *O Espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX*. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª. Conferência Internacional de História de Empresas – ABPHE, CDROM. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2003.

CUNHA, Paola Andrezza Bessa. *E com nossas devotas assistências e demonstrações se edificuem os mais cristãos: educação moral e discursos pedagógico nas associações religiosas leigas (Minas Gerais, séculos XVIII e XIX)*. Universidade Federal de Minas Gerais Dissertação de Mestrado em Educação, 2007.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Volume I: Uma História dos Costumes. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERNANDES, Rogério. *Os caminhos do ABC*. Porto: Editora do Porto, 1994.
FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: Vida familiar em Minas*

Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Mulher e Família na América Portuguesa moderna*. São Paulo: Atual, 2003.

FILGUEIRAS, Carlos Alberto Lombardi. *Pioneiros da Ciência no Brasil*. Ciência hoje, São Paulo, v.8, n.44, p.52-58, 1988.

_____. *The mishaps of peripheral science: the life and work of Manoel Joaquim Henriques de Paiva, Luso-Brazilian chemist and physician of the late eighteenth century*. Ambix, v.2, n.39, p. 75-90, July 1992.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Inventários e testamentos como fontes de pesquisa. Revista HISTEDBR, 2005. Disponível em:
<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_074.html>. Acessado em: outubro de 2017; dentre outros.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Tradução de Maria Juliana Gambogi Teixeira e Cláudia Damasceno Fonseca. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *Historiografia da Educação na América portuguesa: balanço e perspectivas*. Anais do II Congresso Mineiro de História da Educação em Minas Gerais. Uberlândia-MG: EDUFU, 2003.

_____. *Sociabilidades e estratégias educativas numa sociedade mestiça: Minas Gerais, Brasil, século XVIII*. Congresso Internacional O Espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005.

_____. *Portugueses em Minas Gerais no século XVIII: cultura escrita e práticas educativas*. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. MNEME – Revista de Humanidades. Caicó-RN: UFRN, v. 9. n. 24, set/out 2008.

_____. *Letras, ofícios e bons costumes. Civilidade e sociabilidade na América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. (org). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições/FAPEMIG, 2011.

_____. *História e Historiografia da Educação na América Portuguesa: A capitania de Minas Gerais*. Revista Eletrônica Documento/Momento, v.15, p. 13–38, 2015.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida; et al. *Ilustração e cultura escrita: Portugal e Brasil, 1750–1840*. Relatório de Pesquisa Projeto Universal CNPq, 2014.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

_____. *A Nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. In: *Topoi*. Revista de História, no. 1, Rio de Janeiro, UFRJ, 2000, pp. 45 - 122

_____. *A Formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp.29- 71.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51 ed. São Paulo: Global, 2006.

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do Cônego*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1957.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa*. In: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei T. (Org.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 65-95.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: CASTELNUOVO, Enrico; GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo (org.). *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, p. 170-175.

GORGULHO, Talítha Maria Brandão. *“Aos órfãos que ficaram”*: estratégias e práticas educativas dos órfãos de famílias abastadas na comarca do Rio das Velhas (1750– 1800). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2011 (Dissertação de Mestrado em Educação).

GOUVEIA, Maria de Fátima Silva. *Redes de Poder na América portuguesa - o caso dos homens bons do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.18, n. 36, pp. 297-330, 1998.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais. São João del Rei (1831–1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010.

JULIO, Kelly Lislie. *“Os têm tratado e educado” – As mulheres e suas ações para a manutenção da família e a educação de menores no termo de Vila Rica, MG (1770–1822)*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2017 (Tese de Doutorado em Educação).

KENNDY, John Norman. *Bahian Elites 1750-1822*. In: *Hispanic American Historical Review*, vol. 53. No 3, agosto de 1973.

KLEIMAN, Angela B. *O que é letramento?* In: KLEIMAN, Angela B. (org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. _____ . *Sobre a Micro-história*. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da História:*

Novas Perspectivas. 2 ed. São Paulo: UNESP, 1992.

LIBBY, Douglas Colle. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX*. In: PAIVA, IVO, MARTINS (orgs). *Escravidão, Mestiçagens, Populações e Identidades Culturais*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitoria da Conquista: Edições UESB, 2010 (coleção olhares).

_____; MENESES, José Newton Coelho; FURTADO, Júnia Ferreira; FRANK, Zephyr L. (Orgs.) *História da Família no Brasil (Séculos XVIII, XIX, XX): Novas análises e perspectivas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

LUNA, Francisco Vidal. *Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1804)*. In: COSTA, Iraci del Nero da (org). *Brasil: História Econômica e Demográfica*. São Paulo: IPE-USP, 1986.

MACHADO, C. *O patriarcalismo possível: relações de poder em uma região do Brasil escravista em que o trabalho familiar era a norma*. Revista Brasileira de Estudos de População, v.23, n.1, Rio de Janeiro, p.167–186. 2006.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Alfabetização e história: tendências e perspectivas*. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (org). *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. *Alquimias da escrita: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do antigo regime*. Bragança Paulista-SP: Universidade São Francisco, 2001 (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia).

_____. *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Braga: Serviço de Publicações, Instituto de Educação da Universidade do Minho, 1994.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *A morte de nossos ancestrais*. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1983. p. 61- 75.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. 2a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal – 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos. Nobres contra Mascates. Pernambuco , 1666-1715*, São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

_____. *Rubro Veio. O imaginário da Restauração Pernambucana*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.

_____. *O Nome e o Sangue. Uma Parábola Familiar no Pernambuco Colonial*. 2o. Ed. Rev. Rio de Janeiro, Topbooks, 2000.

MELLO, Christiane. F. P. de. *Os Corpos de Ordenanças e Auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa*. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 45, p. 29-56, 2006. Editora UFPR

MENESES, José Newton Coelho. *Ensinar com amor uma geometria prática, despida de toda a teoria da ciência e castigar com caridade: a aprendizagem do artesão no mundo português, no final do século XVIII*. Varia História, v. 23, p. 167-183, 2007.

_____. *Educar na oficina: a aprendizagem do artesão no mundo português e as reformas pombalinas no ensino no final do século XVIII*. In: FONSECA, Thaís Nívia de Lima e (Org). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. *O crepúsculo dos grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003.

_____. *Os concelhos e as comunidades*. In: MATTOSO, José. *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, v. 4, 1993, p. 270- 271.

_____. *Elites e Poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais – ICS-UL, 2003, pp. 37-82.

MORAIS, Christianni Cardoso de. *Posses e usos da cultura escrita e difusão da escola: de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del Rei, Minas Gerais (1750–1850)*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2009 (Tese de Doutorado em História).

MORAIS, Christianni Cardoso de; OLIVEIRA, C. C. *Aulas régias, cobrança do subsídio literário e pagamento dos ordenados dos professores em Minas Gerais no período colonial*. Educação em Perspectiva (Online), v. III, p. 81-104, 2012.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

NOLASCO, Edriana Aparecida. *Por fragilidade Humana – constituição familiar do clero: em nome dos padres e filhos – São João del-Rei, (século XIX)*. Universidade Federal de São João del-Rei, Departamento de Ciências Sociais: São João del-Rei, 2014. (Dissertação de Mestrado em História).

NOGUEIRA, Gabriel Parente. *Viver a lei da nobreza. Elites locais e o processo de nobilitação na capitania do Siará Grande (1748-1804)*. Curitiba: Appris, 2017.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Padre José Maurício: “dispensa da cor”, mobilidade social e recriação de hierarquias na América portuguesa*. In: GUEDES,

Roberto (org.). *Dinâmica imperial no antigo regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados: séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737 - 1822*. Niterói, 1999. Tese de doutorado. Departamento de História - UFF.

_____. O império português no sul da América: Estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

_____. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716- 1789*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1995.

_____. *Depois do cativo: a vida dos libertos nas Minas Gerais do século XVIII*. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. v. 1, p. 505-521.

PAULA, Leandro Silva de. *O papel dos tutores na educação e na inserção social de órfãos no Termo de Mariana (1790–1822)*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2016 (Tese de Doutorado em Educação).

PARANHOS, Karina da Mata. *Representação social e riqueza nas Minas Gerais do século XVIII*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2007 (Dissertação de Mestrado em História).

PEDROZA, Manoela. Transmissão de terras e direitos de propriedade desiguais nas freguesias de Irajá e Campo Grande (Rio de Janeiro, 1740-1856). *Revista de História*, n. 160, 2009, p. 323-362. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19113/21176>> Acesso em: 25 set. 2018.

PERARO, Maria Adenir & BORGES, F. T. de M. (Orgs.) *Mulheres e família no Brasil*. Cuiabá: Carlini e Caniato, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 17 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRAXEDES, Vanda Lúcia. *Segurando as pontas e tecendo tramas: mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais 1770 – 1880*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2008 (Tese de Doutorado em História).

RAMINELLI, Ronald. *Nobreza e principais da terra - América Portuguesa, séculos XVII e XVIII*. Topoi. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 217-240, mai./ago. 2018. Disponível em: www.revistatopoi.org Acessado em 19 de agosto de 2018; dentre outros.

RAMOS, Donald. *A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto: 1754–1838*. In: Congresso sobre a história da população na América Latina, 1989, Ouro Preto. Anais, São Paulo: Fundação SEADE, 1990, p.154–163

REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICUPIERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial: Brasil, c.1530 – c.1630*. São Paulo: Alameda, 2009.

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

ROCHE, Daniel. *As práticas da escrita nas cidades francesas do século XVIII*. In: CHARTIER, Roger. (org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 177-200.

RODRIGUES, Aldair Carlos. *Sociedade e Inquisição em Minas colonial: Os Familiares de Santo Ofício (1711-1808)*. Dissertação de mestrado apresentado ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, Henrique. *Índice de alfabetização de imigrantes saídos para o Brasil entre 1835-1860*. *Ler História*, Lisboa, n. 27-28, p. 217-229, 1995.

SAMARA, Eni de M. *A Família Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
_____. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Ed.

Marco Zero / Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

SANTOS, Anderson Pereira dos. *Os afortunados do ultramar: riqueza e distinção na cidade de Sergipe Del Rei (1750-1808)*. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2017.

SANTOS, Raphael Freitas. *“Devo que pagarei”: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas – 1713-1773*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2005 (Dissertação de Mestrado em História).

_____. *Concentração da riqueza e estrutura fundiária nas Minas setecentistas (Comarca do Rio das Velhas, século XVIII)*. Diamantina-MG: XIV Seminário Sobre a Economia Mineira, CEDEPLAR, 2010.

SCHAPOCHNIK, Nelson; ABREU, Márcia (orgs.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 2005.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo, Companhia das Letras. 1995

SELINGARDI, Sérgio Cristóvão. *Educação religiosa, Disciplina e Poder na Terra do ouro: A História do Seminário de Mariana, entre 1750 e 1850*. São Carlos. Universidade Federal de São Carlos, 2007 (Dissertação de Mestrado em Educação).

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Unesp, 2005.

_____. *Elites Pernambucanas do fim do período colonial*. São Paulo: Editora Singunlar, 2018.

SILVA, Solange Maria da. *Estratégias e Práticas Educativas dos Negros na Comarca do Rio das Velhas, Século XVIII*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2011 (Dissertação de Mestrado em Educação).

SILVEIRA, Alessandra da Silva. *Sapopema, Cachoeiras e Nazaré. Estudos sobre a formação da família escrava em engenhos do Rio de Janeiro do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História Social do Trabalho), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1997.

SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOARES, Magda Becker. *Letramento e alfabetização: as muitas facetas*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, 2004.

SOUZA, George F. Cabral de. *Elites e Exercício de poder no Brasil Colonial: a Câmara Municipal do Recife, 1710-1822*. Recife: UFPE, 2015.

SOUZA, Laura de Melloe. *O sol e a sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

STUMPF, Roberta Giannubilo. *Filhos das Minas, americanos e portugueses: identidades coletivas na capitania das Minas Gerais (1763-1792)*. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. *Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes*. Belo Horizonte: Traço Fino, 2014.

_____. *Minas contada em números. A capitania de Minas Gerais e as fontes demográficas (1776–1821)*. In: *R. bras. Est. Pop.*, Belo Horizonte, v.34, n.3, p.529-548, set./dez. 2017.

TELLES, Norma. *Escritoras, escritas e escritos*. In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 401-442.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial. A burocratização do estado Patrimonial Brasileiro no século XIX*. São Paulo: Difel. 1978.

VALADARES, Virgínia Trindade. *Elites Mineiras Setecentistas: Conjugação de dois mundos*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos Pecados - Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VARTULI, Silvia Maria Amâncio Rachi. *Por mãos alheias: usos sociais da escrita na Minas Gerais colonial*. Belo Horizonte. Faculdade de Educação da UFMG, 2014 (Tese de Doutorado em Educação).

VASCONCELLOS, Maria Drosila. *Pierre Bourdieu: a herança sociológica*. Educação & Sociedade. n. 78, p. 77-87, 2002.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Ephemérides Mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais/Fundação João Pinheiro, 1998.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Os pequenos proprietários de escravos em Passagem de Mariana: as listagens de 1723 e 1727*. ANAIS do 7o. Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1995

_____. *Cativos do Reino: a importação de escravos de Portugal para Minas Gerais colonial*. In SILVA, Maria Beatriz N. (org.) *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

VIANA, Larissa. *O Idioma da Mestiçagem: as Irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2007.

VIANNA, Hélio. *A educação no Brasil colonial*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v.5, n.15, 1945.

VILLALTA, Luiz Carlos. *O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura*. In: SOUZA, Laura de Mello (org). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Educação: Nascimento, "haveres" e gêneros*. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, vol.2, 2007a.

_____. *Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social*. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *As Minas setecentistas 2*. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007b.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *A alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e texto*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. 2ª. ed. São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1990.

ANEXO

TRANSCRIÇÃO DA LISTAGEM DOS HOMENS RICOS DE MINAS GERAIS 1756 – ORGANIZADA EM ORDEM ALFABÉTICA, POR COMARCAS E TERMOS). Idem Almeida (2010)			
COMARCA DE VILA RICA – Termo de Vila Rica			
Nome	Patente	Ocupação	Local
Afonso Dias Pereira		negócio	Antônio Dias- Padre Faria
Alexandre da Silva		mineiro	Antônio Dias- Taquaral
Alexandre Pereira de Araújo		–	Carijós
Álvaro Cardoso Lima		–	Carijós
André da Costa		–	Itatiaia
Antônio Afonso		mineiro	Ouro Preto- Morro dos Ramos
Antônio Dutra Gonçalves		–	Ouro Branco
Antônio Francisco Campos		–	Antônio Dias
Antônio Francisco de Souza		negócio	Antônio Dias- Padre Faria
Antônio Francisco França	Cap.	mineiro	Congonhas
Antônio Gomes [Filaens]	Cap.	mineiro	Antônio Dias- Morro
Antônio Gomes Resende		–	Itatiaia
Antônio João Belos	Cap.	mineiro	Congonhas
Antônio José de Lima e Costa		negócio	Ouro Preto
Antônio Luís da Costa		mineiro	Congonhas
Antônio Luís de Carvalho		mineiro	Antônio Dias- Morro
Antônio Mateus [Lugoaça]		mineiro	Itaberavas
Antônio Monteiro de Barros	Dr.	mineiro	Congonhas
Antônio Pereira Duarte		–	Santo Antônio da Casa Branca

Antônio Pereira Vila Nova		mineiro	Antônio Dias- Taquaral
Antônio Ramos dos Reis	CM	mineiro	Ouro Preto
Antônio Rebelo da Silva		negócio	Ouro Preto
Antônio Soares Barros		mineiro	Itaberavas
Antônio Teixeira da Costa		mineiro	Antônio Dias- Morro
Antônio Varela Santiago		mineiro	Antônio Dias – Padre Faria
Antônio Vaz		mineiro	São Bartolomeu
Bartolomeu Corrêa Leite		mineiro	Congonhas
Batista Pereira	Cap.	negócio	Carijós
Bento Gonçalves Pacheco		mineiro	Congonhas
Bento Nogueira		negócio	Ouro Preto
Bernardo de Almeida Silva	Cap.	mineiro	Santo Antônio da Casa Branca
Bernardo Ferreira Trigais		mineiro	Itaubira
Bernardo Joaquim Pessoa	Cap.	mineiro	Itatiaia
Bernardo Martins		negócio	Ouro Preto
Bernardo Moreira dos Santos		mineiro	Cachoeira do Campo
Brás Martins		negócio	Ouro Preto- Morro dos Ramos
Caetano de Souza		negócio	Antônio Dias- Padre Faria
Constantino Barbosa da Cunha		mineiro	Ouro Branco
Custódio de Sá Ferreira	Cap.	mineiro	Antônio Dias – Padre Faria
Custódio Pinheiro da Silva		mineiro	Antônio Dias- Morro
Diogo Antônio de Oliveira		mineiro	Itaberavas
Domingos Alves Velho		mineiro	Itaubira
Domingos da Cruz	Alf.	mineiro	Antônio Dias- Padre Faria

Domingos da Rocha Ferreira	CM	mineiro	Antônio Dias- Morro
Domingos de Carvalho e Araújo		mineiro	Antônio Dias- Padre Faria
Domingos de Oliveira Rosa		mineiro	Itatiaia
Domingos de Oliveira Souza		mineiro	Cachoeira do Campo
Domingos de Sá Rodrigues	Alf.	negócio	Ouro Preto
Domingos Fernandes Souto		negócio	Ouro Preto
Domingos Francisco		mineiro	Itatiaia
Domingos Francisco do Couto		negócio	Ouro Preto
Domingos Francisco dos Reis	Cap.	mineiro	Antônio Dias- Morro
Domingos João dos Santos		negócio	Ouro Preto
Domingos Lourenço de Sampaio		negócio	Ouro Preto
Domingos Moreira	CM	mineiro	Ouro Branco
Domingos Moreira Fernandes	Cap.	mineiro	Ouro Branco
Domingos Vaz de Carvalho		–	Antônio Dias
Estevão Soares		negócio	Antônio Dias
Euzébio Pereira da Trindade		mineiro	Antônio Dias- Taquaral
Felipe Gonçalves Santiago	SM	mineiro	Itatiaia
Francisco da Silva [Culhaço]		mineiro	Antônio Dias- Morro
Francisco José de Araújo	Cap.	negócio	Antônio Dias- Padre Faria
Francisco Leite de Brito		mineiro	São Bartolomeu
Francisco Pereira Duarte	Alf.	negócio	Ouro Preto
Gregório de Mattos Lobo	SM	mineiro	Ouro Preto
Ignácio Mendes “Vasconcelos”		boticário	Antônio Dias- Padre Faria

Jacinto		negócio	Cachoeira do Campo
Jerônimo Fernandes da Fraga		mineiro	Itaberavas
Jervásio Ferreira da Silva		mineiro	Ouro Branco
João Coelho da Barra		mineiro	Antônio Dias
João da Motta Lima		negócio	Ouro Preto
João de Amorim Pereira		caixeiro	Ouro Preto
João de Sequeiras	Ten.	mineiro	Ouro Preto
João de Souza Costa		mineiro	Antônio Dias- Taquaral
João de Souza Lisboa	Cap.	Rematante de contr.	Ouro Preto
João de Souza Lobo	Cap.	negócio (teve)	Ouro Preto
João de Souza Silva		negócio	Antônio Dias- Padre Faria
João Dias Pereira		negócio	Antônio Dias- Padre Faria
João Leite Lobo	Cel.	negócio	Cachoeira do Campo
João Lopes Veloso		negócio	Antônio Dias
João Mendes Ribeiro	Cap.	mineiro	São Bartolomeu
João Pereira Pinto		mineiro	Ouro Preto- Morro dos Ramos
Joaquim Gomes Pereira		mineiro	Itaberavas
José Alvares Maciel	SM	Adm. de contrato	Ouro Preto
José Carneiro		loja de droguista	Ouro Preto
José da Costa de Oliveira		roceiro	Carijós
José da Fonseca		negócio	Ouro Preto
José da Mota Araújo		mineiro	Antônio Dias- Padre Faria
José da Rocha Ferreira		negócio	Antônio Dias
José da Silva Lessa [ou Lena]	Cap.	mineiro	Antônio Dias- Taquaral
José de Barros Viana		negócio	Antônio Dias – Padre Faria
José de Faria Pereira	Cap.	negócio	Antônio Dias – Padre Faria

José de Sá Pereira		negócio	Cachoeira do Campo
José Gomes da Rocha	Cap.	negócio	Antônio Dias
José Gomes de Almeida		negócio	Ouro Preto
José Gonçalves		negócio	Ouro Preto
José Nobre dos Santos		mineiro	Congonhas
José Pereira Cardoso		mineiro	Itaberavas
José Pereira da Fonseca		mineiro	Antônio Dias – Morro
José Pereira Passos		negócio	Cachoeira do Campo
José Soares		ferreiro	Ouro Preto
José Vieira Rijo		negócio	Antônio Dias
Luís Caetano de Almeida		mineiro	Santo Antônio da Casa Branca
Luís da Silva		mineiro	Itaubira
Luís da Silva		negócio	Cachoeira do Campo
Luís de Figueiredo Leitão	Cap.	mineiro	Santo Antônio da Casa Branca
Luís Pereira da Cunha	Cap.	mineiro	Antônio Dias- Morro
Luís Teixeira de Carvalho		roceiro	Carijós
Manoel da Costa Coelho		mineiro	Ouro Preto
Manoel Fernandes da Costa		negócio	Ouro Preto
Manoel Rodrigues Abrantes		negócio (teve)	Ouro Preto
Manoel Vieira		–	Antônio Dias
Manuel Camelo de Souza		mineiro	Itaberavas
Manuel Cardoso		negócio	Antônio Dias
Manuel Carvalho		–	Itatiaia
Manuel da Cunha Souto Maior	Cap.	negócio	Antônio Dias
Manuel da Mota Botelho		roceiro	Carijós

Manuel da Silva Couto		mineiro	Antônio Dias- Taquaral
Manuel de Abreu Gomes		Tam.	Ouro Preto
Manuel de Medeiros Rosa		roceiro	Cachoeira do Campo
Manuel de Paiva Ribeiro		mineiro	Itaubira
Manuel de Sá Tinoco	Cap.	mineiro	Ouro Branco
Manuel de Souza Pereira	TC	mineiro	Antônio Dias- Padre Faria
Manuel Dias da Costa		roceiro	Antônio Dias- Padre Faria
Manuel Fernandes da Costa		mineiro	Ouro Branco
Manuel Fernandes da Silva		mineiro	Congonhas
Manuel Fernandes Pereira		negócio	Antônio Dias- Padre Faria
Manuel Ferreira Lemos		roceiro	Carijós
Manuel Francisco de Souza		mineiro	Congonhas
Manuel Gomes da Cruz		mineiro	Ouro Branco
Manuel Gonçalves de Oliveira		mineiro	Antônio Dias- Padre Faria
Manuel Machado Ferreira		mineiro	Cachoeira do Campo
Manuel Marinho Monteiro		negócio	Antônio Dias- Padre Faria
Manuel Martins Ramalho		mineiro	Santo Antônio da Casa Branca
Manuel Mendes		roceiro	Carijós
Manuel Mendes de Almeida		mineiro	Ouro Preto- Morro
Manuel Moreira Crespo		mineiro	Antônio Dias – Padre Faria
Manuel Neto Ferreira	Alf.	mineiro	Antônio Dias – Morro
Manuel Nogueira Penido		roceiro	Carijós
Manuel Pereira de Magalhães		negócio	Ouro Preto

Manuel Ribeiro dos Santos	Cap.	Adm. de contrato	Ouro Preto
Manuel Rodrigues de Almeida		mineiro	Antônio Dias- Morro
Manuel Simões		mineiro	Congonhas
Manuel Teixeira [Sobrinho]		roceiro	Carijós
Manuel Teixeira Aguiar		roceiro	Carijós
Manuel Teixeira Campos		negócio	Ouro Preto
Manuel Teixeira da Costa		mineiro	Antônio Dias – Morro
Manuel Velho Ferreira		mineiro	São Bartolomeu
Mateus Gomes da Cunha		–	Antônio Dias
Matias Gonçalves Moreira		mineiro	Antônio Dias- Padre Faria
Paulo Pereira de Souza	Cap.	Adm. de contrato	Ouro Preto
Pedro Raposo		–	Itatiaia
Simão da Rocha Pereira	Alf.	negócio	Ouro Preto
Tomás Gomes de Figueiredo	SM	mineiro	Antônio Dias- Morro
Tomé Mira. De Araújo		negócio	Antônio Dias
Ventura Fernandes de Oliveira		negócio	Ouro Preto
Veríssimo da Conceição		mineiro	Antônio Dias- Morro
COMARCA DE VILA RICA- Termo de Mariana			
Aleixo Alves Coura		mineiro	Camargos
Aleixo de Arruda		mineiro	Furquim
Alexandre dos Santos Reis		mineiro	São Sebastião
Alexandre Gomes de Souza		mineiro	Mariana
André Corrêa Lima		mineiro	São Caetano
André Martins		negócio	Guarapiranga

André Ramalho Avelino		mineiro	Furquim
Antônio Alves		mineiro	Camargos
Antônio Alves Castro	Cap.	mineiro	Sumidouro
Antônio Alves de Souza		mineiro	Guarapiranga
Antônio Alves Silva		mineiro	Mariana
Antônio Antunes		mineiro	Guarapiranga
Antônio da Costa Lisboa		senhor de engenho	Furquim
Antônio da Costa Monteiro		mineiro	Mariana
Antônio da Ponte		senhor de engenho	Inficionado
Antônio da Rocha Ferreira	Cap.	mineiro	Sumidouro
Antônio da Silva Corrêa		mineiro	Guarapiranga
Antônio de Araújo Soutelinho		mineiro	Inficionado
Antônio Dias da Cunha		mineiro	Guarapiranga
Antônio Duarte		mineiro (foi)	Mariana- Passagem
Antônio Ferreira	Alf.	mineiro	Guarapiranga
Antônio Ferreira de Souza	Cap.	mineiro	Antônio Pereira
Antônio Ferreira Pinto		mineiro	Catas Altas
Antônio Francisco Pinheiro		mineiro	Barra Longa
Antônio Gomes		mineiro	Guarapiranga
Antônio Gomes Silva		mineiro	Sumidouro
Antônio Gonçalves Chaves		mineiro	Inficionado
Antônio Gonçalves da Gama		mineiro	Mariana
Antônio Gonçalves Torres	Cap.	mineiro	Furquim
Antônio Lopes Francisco		mineiro	Guarapiranga

Antônio Luís Brandão	Cap.	mineiro	Mariana- Passagem
Antônio Luís de Miranda		mineiro	Guarapiranga
Antônio Machado Vieira		mineiro	Furquim
Antônio Martins Campos		negócio	Sumidouro
Antônio Pereira da Cruz		mineiro	Inficionado
Antônio Pinto dos Santos		mineiro	Sumidouro
Antônio Ribeiro de Oliveira		mineiro	São Caetano
Antônio Rozales dos Prazeres		mineiro	Mariana – Morro de Santana
Antônio Teixeira	Alf.	mineiro	São Sebastião
Antônio Teixeira da Costa		negócio	Sumidouro
Baltazar de Lima Gomes	Cap.	mineiro	Sumidouro
Bento Alves		negócio	Sumidouro
Bento Luís da Silva		mineiro	Inficionado
Bernardo Gonçalves Chaves	Alf.	mineiro	Sumidouro
Brás Moreira de Sampaio		mineiro	Mariana
Brás Pires Farinha		roceiro	Guarapiranga
Caetano Alberto		mineiro	São Caetano
Caetano de Souza		mineiro	Mariana- Passagem
Caetano Ferreira Fialho		mineiro	Camargos
Cipriano da Silva Rego	Cap.	mineiro (foi)	Mariana
Domingos Alves Braga	Cap.	mineiro	Mariana- Passagem
Domingos Carvalho		roceiro	Sumidouro
Domingos Coelho		mineiro	Sumidouro
Domingos Coelho		mineiro	Guarapiranga
Domingos da Silva Lobo		senhor de engenho	São Caetano

Domingos Dias Veloso	SM	senhor de engenho	Furquim
Domingos Frz de Carvalho		senhor de engenho	Furquim
Domingos Gonçalves de Carvalho		mineiro	Furquim
Domingos Gonçalves Torres		mineiro	São Sebastião
Domingos João Tarroso		mineiro	São Caetano
Domingos Lopes Aparício		mineiro	Mariana
Domingos Lopes Rodrigues	Alf.	senhor de engenho	Furquim
Domingos Marques Afonso		mineiro	Catas Altas
Domingos Mendes		negócio	Guarapiranga
Domingos Mendes Peixoto		roceiro	Guarapiranga
Domingos Rodrigues Benade		mineiro	Guarapiranga
Domingos Rodrigues Fontes	Cap.	mineiro	Catas Altas
Estevão Gonçalves Fraga		mineiro	Camargos
Francisco Barbosa		mineiro	Furquim
Francisco Barreto Bicudo		mineiro	Barra Longa
Francisco da Cunha Oliveira		negócio	Sumidouro
Francisco da Mota Le Roy		mineiro	Mariana
Francisco da Silva de Carvalho	Cap.	mineiro	Inficionado
Francisco de Abreu Lima	SM	mineiro	Barra Longa
Francisco Ferreira dos Santos	Dr.	mineiro	Catas Altas
Francisco Ferreira Lopes		mineiro	Inficionado
Francisco Gomes Pinheiro		senhor de engenho	Furquim
Francisco Gonçalves de Moraes		mineiro	Furquim

Francisco Jorge de Farias		mineiro	Mariana- Morro de Santana
Francisco Machado		negócio	Sumidouro
Francisco Pereira Lobo		mineiro	São Sebastião
Francisco Veloso de Miranda		mineiro	Inficionado
Francisco Xavier da Costa		mineiro	Barra Longa
Gonçalo Gomes da Costa		mineiro	Mariana- Passagem
Gonçalo Lopes de Camargo		mineiro	São Caetano
Gregório da Costa		mineiro	Sumidouro
Gregório Matias Neves		mineiro	Mariana- Morro de Santana
Inocência Coelho de Faria		mineiro	Sumidouro
João [Tabaxo] Roubão	Cap.	mineiro	Inficionado
João Coelho de Faria		mineiro	Sumidouro
João da Costa Azevedo		escrivão da câmara	Mariana
João da Silva Gomes		mineiro	Sumidouro
João Dantas de Araújo		mineiro	Furquim
João de Arruda e Câmara		roceiro	Guarapiranga
João de Souza		mineiro	Mariana
João Duarte da Costa	Cap.	mineiro	Mariana- Passagem
João Ferreira Almada		mineiro	Mariana
João Ferreira da Silva	Cap.	mineiro	Sumidouro
João Gonçalves Gesteira		senhor de engenho	Furquim
João Gonçalves Vieira	Alf.	mineiro	Guarapiranga
João Martins		roceiro	Guarapiranga
João Pereira de Azevedo		mineiro	Guarapiranga

João Pereira Fagundes		mineiro	Catas Altas
João Pereira Lima		negócio	Mariana
João Pinto Alves	Cap.	mineiro	Mariana- Passagem
João Pires Duarte		mineiro	Mariana
João Rodrigues dos Santos		mineiro	Guarapiranga
José Alves Pereira		–	Catas Altas
José Barbosa		roceiro	Guarapiranga
José Borges		mineiro	Sumidouro
José Caetano Rodrigues Horta		mineiro	São Sebastião
José da Fonseca Vimieiro		mineiro	São Caetano
José da Silva Pontes	Cap.	mineiro	Inficionado
José da Silva Soares Brandão	Dr.	mineiro	Mariana
José Dias Penido		mineiro	Mariana- Morro de Santana
José Ferreira de Araújo	Cap.	mineiro	Catas Altas
José Francisco Espinheira		mineiro	Sumidouro
José Gonçalves		negócio	Guarapiranga
José Gonçalves da Costa		mineiro	Sumidouro
José Gonçalves Pereira		mineiro	Mariana
José Rodrigues Durão		mineiro	Inficionado
Lourenço Pereira Neves		mineiro	Sumidouro
Luís Antônio Rodrigues Lima		mineiro	Catas Altas
Luís de Souza		mineiro	Mariana
Luís Pinto		negócio	Sumidouro
Manoel de Oliveira		mineiro	Sumidouro
Manoel Mateus Tinoco		mineiro	São Sebastião

Manuel Antônio Pereira		mineiro	Barra Longa
Manuel Antônio Rodrigues	Cap.	mineiro	Camargos
Manuel Bernardes de Almeida		mineiro	Mariana- Morro de Santana
Manuel Brás Ferreira	Dr.	advogado	Mariana
Manuel Carvalho Ferreira		mineiro	Mariana
Manuel da Cunha Osório		mineiro	Sumidouro
Manuel da Rocha Ferreira		mineiro	Mariana
Manuel de [Crasto] Guimarães		mineiro	Marina
Manuel de Ciabra Costa	Cap.	mineiro	Catas Altas
Manuel de Miranda		mineiro	Camargos
Manuel de Mota Moreira		mineiro	Catas Altas
Manuel de Souza Moreira		mineiro	Inficionado
Manuel Duarte		mineiro	Camargos
Manuel Fernandes Fialho		mineiro	Furquim
Manuel Ferreira Braga		mineiro	Furquim
Manuel Ferreira de Souza		mineiro	Mariana
Manuel Ferreira Segundo		mineiro	Furquim
Manuel João Soares		mineiro	São Caetano
Manuel Mendes Basto		negócio	Sumidouro
Manuel Moreira Sampaio		mineiro	Sumidouro
Manuel Pereira	Alf.	mineiro	Guarapiranga
Manuel Pereira		mineiro	Sumidouro
Manuel Pereira Barbosa		mineiro	Sumidouro
Manuel Pereira da Cruz		mineiro	Inficionado

Manuel Ribeiro de Carvalho	Dr.	mineiro	Barra Longa
Manuel Rodrigues Benade		mineiro	Guarapiranga
Manuel Rodrigues Coelho		roceiro	Antônio Pereira
Manuel Rodrigues Lima		mineiro	Mariana
Manuel Teixeira de Carvalho		mineiro	Guarapiranga
Martinho de Freitas	Ten.	mineiro	Guarapiranga
Martinho Machado		mineiro	Sumidouro
Matias Teixeira		mineiro	Mariana
Maximiliano de Oliveira Leite		mineiro	São Sebastião
Miguel da Costa Soares	SM	mineiro	Mariana- Morro de Santana
Miguel de Matos		roceiro	Guarapiranga
Miguel Gonçalves de Carvalho	Cap.	mineiro	Catas Altas
Pascoal Lopes Braga		mineiro	Furquim
Pedro da Mota		roceiro	Guarapiranga
Pedro de Almeida		mineiro	Sumidouro
Pedro Francisco de Carvalho		mineiro	Catas Altas
Rafael João		mineiro	Catas Altas
Sebastião Gonçalves Chaves		mineiro	Sumidouro
Sebastião Pereira Leite		mineiro	Mariana- Passagem
Serafim Ferreira de Souza		mineiro	Furquim
Theodósio Fernandes da Costa		mineiro	Catas Altas
Tomé da Cunha		mineiro	Sumidouro
Tomé Dias Coelho		mineiro	Mariana- Morro de Santana
Vicente Ferreira de Souza	Cap.	mineiro	Sumidouro
COMARCA DO RIO DAS MORTES- Termo de São João del Rey			

Antônio da Silva Soares		negócio	São João- Vila
Antônio de Freitas		negócio	São João- Vila
Antônio de Moura e Sá		mineiro	São João- Vila
Antônio Gonçalves de Carvalho		mineiro	Ayuruoca
Antônio Leite	Cap.	–	São João- Vila
Antônio Lopes Guimarães		negócio	São João- Vila
Antônio Martins Meira		roceiro	São João- Vila
Antônio Ribeiro		–	São João- Vila
Antônio Teixeira		mercador	São João- Vila
Bento Pereira de Sá		mineiro	Campanha do Rio Verde
Bernardo Gonçalves		–	Ayuruoca
Caetano da Silva		negócio	São João- Vila
Diogo Garcia		roceiro	São João- Vila
Domingos Alves Chaves		mercador	São João- Vila
Francisco de [Mendonça] e Sá		mineiro	São João- Vila
Francisco Ribeiro de Souza		mercador	São João- Vila
Francisco Rodrigues Gondim		mineiro	São João- Vila
Jacinto José Pereira	Cap.	–	São João- Vila
Jerônimo da Silva Ferraz		roceiro	São João- Vila
João Barbosa		roceiro	São João- Vila
João de Matos	Cap.	negócio	São João- Vila
João Gonçalves Branco		negócio	São João- Vila
João Rodrigues Silva	SM	mineiro	São João- Vila
João Soares de Bulhões		roceiro	São João- Vila
Joaquim José	Cap.	–	São João- Vila

José Alves de Carvalho		negócio	São João- Vila
José de Souza		mercador	São João- Vila
José Madeira		roceiro	São João- Vila
José Rolim		–	São João- Vila
Lourenço Rodrigues Chaves		negócio	São João- Vila
Luís Dias Raposo	Cap.	mineiro	São João- Vila
Manuel [Antunes] Nogueira		negócio	São João- Vila
Manuel da Costa Gouvêa	CM	mineiro	São João- Vila
Manuel de Jesus		negócio	São João- Vila
Manuel Dias		mercador	São João- Vila
Manuel Ferreira Pereira		roceiro	São João- Vila
Manuel Martins Gomes		roceiro	São João- Vila
Manuel Pereira do Amaral		–	São João- Vila
Manuel Rodrigues Gondim		mineiro	São João- Vila
Marcos de Souza		–	São João- Vila
Mário Nunes da Mara [Arantes]		negócio	São João- Vila
Matias da Costa		roceiro	São João- Vila
Matias Gonçalves Moinhos	CM	–	São João- Vila
Roque de Souza		–	Ayuruoca
Sebastião Ferreira Leitão		negócio	São João- Vila
Sebastião Gonçalves Pinto	Cap.	roceiro	São João- Vila
COMARCA DO RIO DAS MORTES- Termo de São José			
Agostinho Gonçalves		–	São José- Vila
Agostinho Gonçalves da Cruz		mineiro	São José- Vila
Ângelo Martins		negócio	São José- Vila

Antônio da Costa		mineiro	São José- Vila
Antônio de Moura	SM	–	São José- Vila
Antônio Fernandes Barbosa		negócio	São José- Vila
Antônio Francisco Capote		negócio	São José- Vila
Antônio Francisco da Costa		–	São José- Vila
Antônio Gomes	Dr.	–	São José- Vila
Antônio Gonçalves [Passos ou Pena]	Alf.	mineiro	Prados
Antônio Gonçalves [Passos] Velho		negócio	Prados
Antônio Gonçalves Gandra		negócio	São José- Vila
Antônio Marques		mineiro	São José- Vila
Antônio Marques de Morais	Cap.	–	Ressaca
Antônio Martins		–	São José- Vila
Antônio Moreira		mineiro	São José- Vila
Antônio Moreira de Carvalho		–	São José- Vila
Antônio Vidal de Medeiros	Cap.	–	Caminho do RJ
Bernardo Rodrigues Dantas	Cap.	mineiro	Prados
Constantino Alves de Azevedo	TC	mineiro	São José- Vila
Custódio Martins		–	São José- Vila
Diogo Pereira		negócio	São José- Vila
Domingos Alves		roceiro	São José- Vila
Domingos Barbosa Pereira		negócio	São José- Vila
Domingos da Costa Borges	Cap.	mineiro	São José- Vila
Domingos da Silva Santos		mineiro	São José- Vila
Domingos Gonçalves de Medeiros		–	Caminho do RJ
Estevão dos Reis		roceiro	Ressaca

Francisco da Costa		roceiro	Ressaca
Francisco Gonçalves		–	Caminho do RJ
Francisco Nunes		–	Caminho do RJ
Hipólito Gonçalves		–	Caminho do RJ
João de Araújo		–	Caminho do RJ
João de Araújo de Oliveira		negócio	São José- Vila
João de Araújo Oliveira		–	São José- Vila
João Francisco Capote		negócio	São José- Vila
João Gonçalves Chaves		mineiro	São José- Vila
João Gonçalves de Moreira		mineiro	Prados
Joaquim Gonçalves		roceiro	Prados
José Antônio		roceiro	Prados
José Ferreira Vilas Novas	Lic.	mineiro	São José- Vila
José Lopes	TC	roceiro	Ressaca
José Lopes de Oliveira		negócio	Borda do Campo
José Maria		mineiro	São José- Vila
José Rodrigues de Souza		roceiro	Prados
José Simões Coimbra		roceiro	Prados
José Viçoso	Cap.	mineiro	Prados
Luís Alexandre		–	Caminho do RJ
Luís Fernandes	SM	mineiro	São José- Vila
Luís Teixeira Cabral		roceiro	São José- Vila
Manuel Barbosa Passos		negócio	São José- Vila
Manuel Carneiro		roceiro	São José- Vila
Manuel da Silva Lourenço		mineiro	São José- Vila

Manuel de Moraes Coutinho		negócio	Prados
Manuel Gonçalves Casado		mineiro	São José- Vila
Manuel Lopes de Oliveira		negócio	Borda do Campo
Manuel Lopes de Oliveira	Cap.	roceiro	Ressaca
Manuel Pereira da Costa		mineiro	São José- Vila
Manuel Pereira da Silva		negócio	São José- Vila
Manuel Rodrigues Pereira	SM	roceiro	Ressaca
Manuel Rodrigues Pereira	SM	negócio	Borda do Campo
Manuel Teixeira de Carvalho		roceiro	São José- Vila
Marçal Casado		mineiro	São José- Vila
Pedro Esteves		roceiro	Prados
Pedro Teixeira de Carvalho	CM	mineiro	Prados
COMARCA DO RIO DAS VELHAS- Termo de Sabará			
De acordo com Carla Almeida - 19 testamentos (1 e 2 ofício)			
Afonso da Costa Lima		“faz. De gado”	Sertão- Possões
Agostinho da Cruz		mineiro	Sabará
Agostinho da Silva Coelho		mineiro	Santo Antônio do Rio Acima
Agostinho de Almeida		negócio	Congonhas
Agostinho Francisco Pereira		mineiro	Santa Luzia
Agostinho Pinto da Afonseca		lojas de fazenda	São Luís e Santana do Paracatú
Alexandre de Faria Barros		negócio	Rio das Pedras
Alexandre de Oliveira Braga		mineiro	Raposos
Alexandre Ferreira Parada		negócio	Santa Luzia

Alexandre José		min.c/ serv. S/roda	São Luís e Santana do Paracatú
Anacleto Tavares		min.c/ serv. S/roda	São Luís e Santana do Paracatú
André da Silva Cardoso		mineiro	Taquarassú
André Francisco Braga	Alf.	mineiro	Sabará
André Gonçalves do Vale		loja de fazenda	São Luís e Santana do Paracatú
André Jorge da Neves	Sarg.	roceiro	Soledade
André Ribeiro		negócio	Caeté
Antônio [Ron] Lamego		“faz. De gado”	Sertão- Gerais
Antônio Alves [Pugas]		mineiro	Santo Antônio do Rio Acima
Antônio Alves Coelho		mineiro	Taquarassú
Antônio Alves da Silva		“faz. De gado”	Sertão- São Gregório
Antônio Antunes da Silva		roceiros eng. pilões	São Luís e Santana do Paracatú
Antônio Botelho		min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Antônio Coelho de Oliveira		negócio	Santa Bárbara
Antônio Coelho Guimarães		negócio	Caeté
Antônio Corrêa Rego		mineiro	São Miguel
Antônio da Costa Porto		—	Sabará
Antônio da Mota Campos		negócio	Raposos
Antônio da Rocha		min.c/ serv. S/roda	São Luís e Santana do Paracatú
Antônio da Rocha Lima		mineiro	Sabará
Antônio da Rocha Vilas Boas		“faz. De gado”	Sertão- Capão
Antônio da Silva Gomes		“faz. De gado”	Sertão- Sete Lagoas
Antônio da Silva Pereira	Dr.	roceiros eng. pilões	São Luís e Santana do Paracatú

Antônio da Silva Salgado		negócio	Santa Luzia
Antônio de Amorim Soares	Cap.	negócio	Arraial Velho
Antônio de Araújo Mesquita		min.c/ serv. S/ roda	São Luís e Santana do Paracatú
Antônio de Araújo Mesquita		lojas de fazenda	São Luís e Santana do Paracatú
Antônio de Araújo Quintão		negócio	São João do Morro Grande
Antônio de Barros Moreira		negócio	Santo Antônio da Roça Grande
Antônio de Brito	Cap.	“faz. De gado”	Sertão- no Cabral
Antônio de Faria Vale		min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Antônio de Freitas Cardoso		negócio	Sabará
Antônio de Macedo Velho		mineiro	Congonhas
Antônio de Oliveira		comboieiros	São Luís e Santana do Paracatú
Antônio de Queiroz Monteiro		mineiro	Santa Bárbara
Antônio de Souza [Santiago]		negócio	Caeté
Antônio de Souza Guimarães		requerte	Sabará
Antônio Dias de Carvalho		lojas de fazenda	São Luís e Santana do Paracatú
Antônio Dias de Matos		mineiro	Brumado
Antônio Dias de Meireles		mineiro	Antônio Dias
Antônio Domingues Garcia		mineiro	Antônio Dias
Antônio dos Santos		mineiro	Raposos
Antônio Felix [z] Braga		negócio	Raposos
Antônio Fernandes Braga	Alf.	min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Antônio Ferreira [Roiz]	SM	mineiro	Santa Bárbara
Antônio Ferreira da Silva	Licenciado	mineiro	Pitangui

Antônio Ferreira da Silva		negócio	Santa Luzia
Antônio Ferreira de Meireles		lojas de fazenda	São Luís e Santana do Paracatú
Antônio Ferreira de Noronha	[Bo.]	min.c/ serv. S/roda	São Luís e Santana do Paracatú
Antônio Ferreira Gameiro		mineiro	Pitangui
Antônio Ferreira Pereira		roceiro	Lapa
Antônio Ferreira Torres		mineiro	Santo Antônio do Rio Acima
Antônio Francisco		comboieiros	São Luís e Santana do Paracatú
Antônio Francisco Bolina*		negócio	Congonhas
Antônio Francisco da Silva		min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Antônio Francisco de Souza		min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Antônio Francisco Ferreira		mineiro	São Miguel
Antônio Francisco Marinho		mineiro	Rio das Velhas Abaixo
Antônio Furtado Leite	Cap.	mineiro	“Cocais”
Antônio Galvão		min.c/ serv. S/roda	São Luís e Santana do Paracatú
Antônio Gomes de Abreu	Cap.	mineiro	Barra do Caeté
Antônio Gomes Diniz	Dr.	min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Antônio Gomes Lemos		negócio	Caeté
Antônio Gonçalves		negócio	Sabará
Antônio Gonçalves Lara		“faz. De gado”	Sertão- Capão
Antônio Gonçalves Pereira		mineiro	Morro Vermelho
Antônio José do Vale		mineiro	Pitangui
Antônio José Gonçalves		loja	Sabará
Antônio Lopes Torres		mineiro	Santa Bárbara

Antônio Machado – Duas Barras		“faz. De gado”	Sertão- Duas Barras
Antônio Machado da Mota	Reverendo	min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Antônio Machado Ribeiro		mineiro	Congonhas
Antônio Manuel Granja	Cap.	loja de fazenda	São Luís e Santana do Paracatú
Antônio Marques Bastos		negócio	Santa Bárbara
Antônio Monteiro		min.c/ serv. S/roda	São Luís e Santana do Paracatú
Antônio Moreira de Carvalho		negócio	Carreira Comprida
Antônio Pereira Braga		negócio	Congonhas
Antônio Pereira Carmo		negócio	Sabará
Antônio Pereira de Freitas		“faz. De gado”	Sertão- Tabira
Antônio Pereira Rodrigues		“faz. De gado”	Sertão- Papagaio
Antônio Rodrigues Esteves		negócio	Barra do Caeté
Antônio Rodrigues Velho	Cap.	mineiro	Pitangui
Antônio Rodrigues Viegas		negócio	Santa Luzia
Atanásio Antônio	SM	mineiro	Brumado
Baltazar de Souza Guimarães		min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Bartolomeu	Pe.	roceiros eng. pilões	São Luís e Santana do Paracatú
Bartolomeu da Silva Lemos		corte	Sabará
Bartolomeu da Silva Perdigão		mineiro	Santa Bárbara
Bartolomeu Rodrigues Silva		roceiro	Caeté
Bento da Mota- Barra		“faz. De gado”	Sertão- Barra
Bento de Araújo		negócio	Raposos
Bento de Barros		mineiro	Antônio Dias

Bento de Magalhães Leite		mineiro	Rio de São Francisco
Bento Gonçalves Barros		“faz. De gado”	Sertão- Barrosos
Bento José	SM	min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Bento Rodrigues Coelho		roceiro	Lapa
Bento Vaz da Silva		negócio	Santana
Bernardo Gomes Pereira		“faz. De gado”	Sertão- Jequitibá
Bernardo Pereira de Castro		negócio	Caeté
Bernardo Ribeiro-Garça	Cap.	“faz. De gado”	Sertão- Garça
Brás da Cunha Pereira	D.	min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Brás Rodrigues da Costa		inqor.	Sabarará
Caetano Ferreira Couto		corte	Santa Luzia
Caetano José Pinheiro	SM	mineiro	São Miguel
Caetano Moreira de Sá	Dr.	min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Caetano Teixeira de Sampaio		min.c/ serv. S/ roda	São Luís e Santana do Paracatú
Carlos Campelo		mineiro	Pompéu
Clemente Simões da Cunha	CM	min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Constantino Rodrigues da Costa		roceiro	Santa Luzia
Comes Rodrigues da Silva		mineiro	Santa Bárbara
Custódio de Araújo Ferreira		mineiro	Motuca
Custódio Fernandes Palmeira		negócio	Santa Luzia
Custódio Lopes		min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
custódio Monteiro Lopes		negócio	Santa Luzia
custódio Pinheiro		lojas de fazenda	São Luís e Santana do Paracatú

Damião Manuel de Carvalho		roceiro	Lapa
Damião Pereira de Macedo		mineiro	Macaúbas
Daniel Gomes		lojas de fazenda	São Luís e Santana do Paracatú
Diogo de Andrade		boticário	Sabarará
Diogo de Souza de Araújo		comboieiros	São Luís e Santana do Paracatú
Dionísio José da Silva	Licenciado	min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Domingos Alves de Oliveira		roceiro	Lapa
Domingos Carneiro Chaves	Cap.	min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Domingos Coelho Ferro		“faz. De gado”	Sertão- Pissarão
Domingos Corrêa Gomes	CM	mineiro	Minhocas
Domingos da Costa Viana		lojas de fazenda	São Luís e Santana do Paracatú
Domingos da Fonseca Silva		negócio	Santa Luzia
Domingos da Silva Maia		mineiro	São João do Morro Grande
Domingos de Amorim	SM	roceiro	Paraopeba
Domingos de Oliveira Mata		min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Domingos de Souza Brito – Mello	Cap.	“faz. De gado”	Sertão- Mello
Domingos de Souza Santiago		negócio	Caeté
Domingos Dias Pacheco	Cap.	min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Domingos Dias Torres		min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Domingos dos Reis Santinho		mineiro	Santa Bárbara
Domingos Fernandes Caldas		negócio	Santa Bárbara
Domingos Ferreira Corrêa [ou Carv.]		mineiro	Percicaba
Domingos Ferreira Ribeiro		negócio	Santa Bárbara

Domingos Francisco Rodrigues		negócio	Pitangui
Domingos Gomes Albernaz		mineiro	Raposos
Domingos Gomes Pedrosa – Pilar		“faz. De gado”	Sertão- Pilar
Domingos Jorge Garrido		lojas de fazenda	São Luís e Santana do Paracatú
Domingos Marques Guimarães		negócio	Pitangui
Domingos Pereira Monteiro		mineiro	São Miguel
Domingos Pinto Carneiro- Jequitibá		“faz. De gado”	Sertão- Jequitibá
Domingos Rodrigues Basto		negócio	São Vicente
Domingos Rodrigues da Cruz		mineiro	Pompéu
Estevão da Costa Peixoto		mineiro	Barra do Caeté
Estevão de Araújo		negócio	Raposos
Estevão de Souza Guimarães		lojas de fazenda	São Luís e Santana do Paracatú
Estevão de Souza Guimarães		min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Estevão Ribeiro		comboieiros	São Luís e Santana do Paracatú
Estevão Rodrigues Maia		mineiro	Pompéu
Euzébio José de Almeida	Licenciado	mineiro	Santa Bárbara
Euzébio Monteiro [Barata]		mineiro	Santa Bárbara
F. Cortez		roceiros eng. pilões	São Luís e Santana do Paracatú
Faustino Luís Pacheco		negócio	Santa Luzia
Faustino Pereira e Silva	Cel.	mineiro	Taquarassú
Felipe Coelho de Avelar		mineiro	Congonhas
Felipe da Costa de Faria		lojas de fazenda	São Luís e Santana do Paracatú
Felipe de Barros		mineiro	São João do Morro Grande

Felix Corrêa da Costa		negócio	Sabará
Felix Pereira Rocha	CM	mineiro	Caeté
Fernando Pereira Guimarães		negócio	“Macacos”
Fenando dos Santos		negócio	Rio das Pedras
Francisco [Thomé] de El Rei	Alf.	roceiro	Lapa
Francisco Alves		comboieiros	São Luís e Santana do Paracatú
Francisco Alves de Carvalho	Cap.	mineiro	Carreira Comprida
Francisco Alves de Magalhães		min.c/ serv. S/roda	São Luís e Santana do Paracatú
Francisco Borges Coelho		mineiro	Rio das Velhas Abaixo
Francisco da Costa Pereira		marchante	“Abobras”
Francisco da Silva Coelho		mineiro	Sabará
Francisco da Silva Magalhães		mineiro	Rio das Pedras
Francisco de Souza Pinto Coimbra		min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Francisco Fernandes Braga		mineiro	Sabará
Francisco Ferreira Frazão		negócio	Congonhas
Francisco Ferreira Velho		mineiro	Taquarassú
Francisco Gonçalves Macedo		negócio	Santana
Francisco José Magalhães		mineiro	Santa Bárbara
Francisco Machado		roceiros eng. pilões	São Luís e Santana do Paracatú
Francisco Moutinho	Cap.	mineiro	Antônio Dias
Francisco Ribeiro da Cunha		mineiro	São Miguel
Francisco Ribeiro de Carvalho	Ten.	min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Francisco Tavares		min.c/ serv. S/roda	São Luís e Santana do Paracatú

Gabriel Alves de Carvalho		“faz. De gado”	Sertão- Crumatahy
Gabriel de Souza de Macedo		negócio	Santa Luzia
Gabriel Rodrigues Tavares		mineiro	Pitangui
Gaspar da Silva		min.c/ serv. S/roda	São Luís e Santana do Paracatú
Gaspar da Silva		lojas de fazenda	São Luís e Santana do Paracatú
Gastão do Rego		mineiro	Morro Vermelho
Gonçalo da Cunha Barreiros		comboieiros	São Luís e Santana do Paracatú
Gonçalo da Fonseca Pires		“faz. De gado”	Sertão- Carmo
Gonçalo de Souza Vaz		mineiro	Santa Bárbara
Gregório Gonçalves Guimarães		negócio	Santa Luzia
Guilherme da Silva Pereira		min.c/ serv. S/roda	São Luís e Santana do Paracatú
Ignácio Martins – Piedade		“faz. De gado”	Sertão- Piedade
Ignácio Xavier da Rocha		mineiro	Santo Antônio da Roça Grande
Jacinto de Sá Barbosa	Cap.	mineiro	Arraial Velho
Jacinto Vieira da Costa	MC	mineiro	Rio das Velhas Abaixo
Jacob Velho do Vale	SM	mineiro	Congonhas
Jerônimo da Silva Guimarães		mineiro	Sabarará
Jerônimo de Abreu Lima	SM	“faz. De gado”	Sertão- Barra
Jerônimo de Souza Carvalho		roceiros eng. pilões	São Luís e Santana do Paracatú
Jerônimo Gomes	Alf.	negócio	Raposos
Jerônimo Marques Reis[ou Rego]		–	São João do Morro Grande
João Alves da Costa		mineiro	Antônio Dias
João Alves da Silva	Dr.	min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú

João Alves dos Reis		lojas de fazenda	São Luís e Santana do Paracatú
João Alves Guerreiro		lojas de fazenda	São Luís e Santana do Paracatú
João Alves Guimarães		roceiro	Lapa
João Antônio da Silva		mineiro	Pitangui
João Antônio Galego		lojas de fazenda	São Luís e Santana do Paracatú
João Antônio Pereira		mineiro	Brumado
João Antônio Pereira		mineiro	Brumado
João Barbosa da Cruz		mineiro	Santa Bárbara
João Barbosa de Brito	Cap.	min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
João Batista de Aguiar		min.c/ serv. S/ roda	São Luís e Santana do Paracatú
João Borges da Cunha		negócio	Congonhas
João Borges Rios		negócio	Sabará
João Carneiro Vilar	Alf.	mineiro	Santa Bárbara
João Coelho Ferreira		mineiro	Santa Bárbara
João Coelho Velho		mineiro	Brumado
João Cordeiro	SM	—	Santa Rita do Rio Acima
João Corrêa Santiago		min.c/ serv. S/roda	São Luís e Santana do Paracatú
João da Costa Mesquita		mineiro	Congonhas
João da Silva Bucelas		mineiro	Sabará
João de Araújo Guimarães		min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
João de Araújo Lenhoso		mineiro	Brumado
João de Chaves Bitencourt		negócio	Santa Luzia
João de Deus de Oliveira		“faz. De gado”	Sertão- Prazeres
João de Freitas Castro		—	Santo Antônio do Rio Acima

João de Freitas Pereira		mineiro	Minhocas
João de Mesquita Teixeira		“faz. De gado”	Sertão- Pissarão
João de Oliveira Portela		mineiro	Pitangui
João de Siqueira da Costa		mineiro	Rio das Velhas Abaixo
João de Souza Dias		lojas de fazenda	São Luís e Santana do Paracatú
João de Souza Furtado	Alf.	“faz. De gado”	Sertão- Possões
João Dias Torres		roceiro	Pompéu
João Fernandes Aranha		comboieiros	São Luís e Santana do Paracatú
João Fernandes Caldas		negócio	Santa Bárbara
João Fernandes Ribeiro		negócio	Santa Luzia
João Ferreira da Costa		mineiro	Pitangui
João Francisco da Silva		negócio	Congonhas
João Furtado Leite	Ten.	mineiro	“Cocais”
João Gomes da Costa		mineiro	Olhos de Água
João Gonçalves Carvalho		mineiro	Morro Vermelho
João Gonçalves Corrêa [Carvalho]	Cap.	mineiro	Morro Vermelho
João Gonçalves Pereira		mineiro	Curral del Rei
João Jorge Portela		roceiros eng. pilões	São Luís e Santana do Paracatú
João Lopes		mineiro	Brumado
João Lopes Coelho		negócio	Santa Luzia
João Luís de Azevedo		roceiro	Paraopeba
João Machado de Aguiar		mineiro	Santa Bárbara
João Marques da Silva	SM	mineiro	Rio das Pedras

João Martins Fagundes		“faz. De gado”	Sertão- Barra
João Martins Gomes		mineiro	Raposos
João Mendes da Cunha		mineiro	Santa Rita do Rio Acima
João Moreira Fernandes		mineiro	Antônio Dias
João Pacheco Ferreira		mineiro	Pitangui
João Pereira da Costa		mineiro	Santa Luzia
João Pereira da Cruz		“faz. De gado”	Sertão- Tejuco
João Pereira de Macedo		mineiro	Macaúbas
João Pereira Guimarães		roceiros eng. pilões	São Luís e Santana do Paracatú
João Ribeiro da Costa		roceiro	Roças Novas
João Ribeiro da Rosa		mineiro	Itatiaia Sú
João Ribeiro de Souza	Alf.	roceiro	Curral del Rei
João Ribeiro Guimarães		mineiro	Pitangui
João Rodrigues Chaves		negócio	Arraial Velho
João Rodrigues Lima		mineiro	Pompéu
João Rodrigues Neves [ou Naves]		negócio	Rio das Pedras
João Rodrigues Nunes		mineiro	Santa Bárbara
João Serqueira Coelho		negócio	Rio das Velhas Abaixo
João Teixeira de Queiróz		negócio	Sabará
João Veloso Ferreira	Licenciado	mineiro	Pitangui
João Vieira Chaves		mineiro	Pitangui
João Vieira Pinto	SM	negócio	Lapa
Joaquim Rodrigues Santiago		roceiros eng. pilões	São Luís e Santana do Paracatú
Joaquim Soares de Menezes	SM	mineiro	Santo Antônio da Roça Grande

Jorge Pereira e Silva		negócio	Penha
José Alves Corrêa		–	Paraopeba
José Alves Fontes		min.c/ serv. S/roda	São Luís e Santana do Paracatú
José Antônio de Castro		negócio	Caeté
José Antunes Claro		comboieiros	São Luís e Santana do Paracatú
José [Bos.] da Rocha		mineiro	Pitangui
José Carvalho [Corrêa] Vilas Boas	SM	mineiro	Santa Rita do Rio Acima
José Corrêa Tavares		negócio	Santa Luzia
José da Costa		lojas de fazenda	São Luís e Santana do Paracatú
José da Costa Pimenta		comboieiros	São Luís e Santana do Paracatú
José da Costa Viana		negócio	Sabará
José da Rocha Macedo	Cap.	mineiro	Curral del Rei
José da Silva		negócio	Sabará
José da Silva Borges		mineiro	São João do Morro Grande
José da Silva Braga		negócio	Penha
José da Silva Campos		mineiro	Congonhas
José da Silva Valadares		negócio	Pompéu
José de [Mirdas.] Ribeiro	Alf.	mineiro	Antônio Dias
José de Almeida Falcão	CM	mineiro	Minhocas
José de Castro Ávila		–	São João do Morro Grande
José de Miranda Pereira	SM	mineiro	Caeté
José de Queiróz- Barra		“faz. De gado”	Sertão- Barra
José de Siqueira Araújo	SM	mineiro	Santa Rita do Rio Acima
José de Siqueira Queiroz		roceiro	Lapa

José de Souza		negócio	Santa Bárbara
José de Souza Câmara		–	São Vicente
José de Souza Ferreira		mineiro	Santa Luzia
José de Souza Porto		mineiro	Congonhas
José dos Santos Freire [ou Fre.]	SM	lojas de fazenda	São Luís e Santana do Paracatú
José Ferreira [ou Teix] Andrade	Alf.	mineiro	Santa Bárbara
José Ferreira Carneiro		mineiro	Morro Vermelho
José Ferreira do Vale	SM	negócio	Santa Luzia
José Francisco Penha	CM	abastado	Sabará
José Gomes Brito	Cap.	–	Itambé
José Gomes Camacho		comboieiros	São Luís e Santana do Paracatú
José Gonçalves Pereira		negócio	Pompéu
José Martins de Araújo	SM	min.c/ serv. S/roda	São Luís e Santana do Paracatú
José Mendes – Riacho Fundo		“faz. De gado”	Sertão- Riacho Fundo
José Moreira Sampaio		negócio	Santa Bárbara
José Nunes		boticário	Congonhas
José Pinheiro de Carvalho	Cap.	“faz. De gado”	Sertão- Boreti
José Ribeiro		mineiro	Congonhas
José Ribeiro de Carvalho	Cap.	negócio	Sabará
José Rodrigues Guerra		negócio	Caeté
José Soares Brandão		min.c/ serv. S/roda	São Luís e Santana do Paracatú
José Soares Ferreira		negócio	Santa Bárbara
José Teixeira da Mota		lojas de fazenda	São Luís e Santana do Paracatú
José Teixeira de Carvalho		negócio	Curral del Rei

José Teixeira de Queiroz		negócio	Sabará
José Thomás de Faria Campos		lojas de fazenda	São Luís e Santana do Paracatú
José Tinoco da Cunha		negócio	Sabará
José Vieira Antunes		–	Rio das Pedras
José Vieira de Souza		marchante	“Abobras”
Julião de Fontes Pinto		roceiro	Paraopeba
Leandro Machado Luz		mineiro	Brumado
Lourenço Bento Barbosa		min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Lourenço Dias de Carvalho		mineiro	Santa Rita do Rio Acima
Lourenço Pereira de Sá Souto Maior		min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Luís Alves		lojas de fazenda	São Luís e Santana do Paracatú
Luís Antônio de Carvalho	Cap.	mineiro	Congonhas
Luís Carvalho de Figueiró		mineiro	Santa Luzia
Luís da Rocha		min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Luís de Castilho		mineiro	Pitangui
Luís de Castro Leite		mineiro	Antônio Dias
Luís de Figueiredo [Magalhães]		mineiro	Antônio Dias
Luís de Souza Silva		–	São Vicente
Luís Dias Tavares		roceiro	São Luís e Santana do Paracatú
Luís Fernandes de Oliveira	Cap.	mineiro	Santa Bárbara
Luís Gonçalves da Silva		negócio	Caeté
Luís José Pinto Coelho		mineiro	Nossa Senhora da Conceição
Luís José Sotto	TC	mineiro	Santo Antônio do Rio Acima
Luís Lopes de Carvalho Frazão		min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú

Luís Marinho		–	Santa Bárbara
Luís Nunes de Carvalho		negócio	Sabará
Luís Pereira da Silva		negócio	São João do Morro Grande
Manoel da Costa Vale		abastado	Sabará
Manoel Soares da Cunha		negócio	Rio das Pedras
Manuel “Torres” de Almeida		“faz. De gado”	Sertão- Possões
Manuel Alves Coelho		roceiro	Taquarassú
Manuel Alves da Rocha		negócio	Morro Vermelho
Manuel Alves da Rocha	Ten.	“faz. De gado”	Sertão- [Capribco]
Manuel Antônio de Oliveira		negócio	Congonhas
Manuel Antônio Ferreira		negócio	Santa Luzia
Manuel Antunes Claro		comboieiros	São Luís e Santana do Paracatú
Manuel Antunes Leal		mineiro	Santa Luzia
Manuel Barbosa [Jacome]		negócio	Caeté
Manuel Barbosa Maciel		mineiro	Morro Vermelho
Manuel Batista Ferreira		negócio	Pitangui
Manuel Borges de Carvalho		mineiro	Santa Bárbara
Manuel Borges de Macedo		“faz. De gado”	Sertão- Ponte
Manuel Caetano da Cruz		–	Sabará
Manuel Carlos da Silveira		marchante	“Abobras”
Manuel Carvalho da Silva		“faz. De gado”	Sertão- Parauna
Manuel Corrêa Spinola		mineiro	Santa Bárbara
Manuel da Costa Viana		negócio	Sabará

Manuel da Cunha		mineiro	Santa Luzia
Manuel da Mota Botelho	Cap.	mineiro	Pitangui
Manuel da Rocha Mendonça		–	São Vicente
Manuel da Silva Cruz		mineiro	Paraopeba
Manuel da Silva Almeida		“faz. De gado”	Sertão- Possões
Manuel da Silva de Carvalho	Cap.	mineiro	Pitangui
Manuel da Silva Lopes		negócio	Congonhas
Manuel da Silva Vieira	Cap.	mineiro	Santa Bárbara
Manuel da Silveira Goulart		mineiro	Sabará
Manuel de Almeida Vande		negócio	Pompéu
Manuel de Araújo Guimarães	Ten.	lojas de fazenda	São Luís e Santana do Paracatú
Manuel de Araújo Guimarães		min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Manuel de Araújo Pinto		mineiro	Pompéu
Manuel de Azevedo Lima		“faz. De gado”	Sertão- Currealinho
Manuel de Bastos Oliveira	Cap.	mineiro	Rio das Velhas Abaixo
Manuel de Bitencourt da Câmara		mineiro	São João do Morro Grande
Manuel de Faria Vale		min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Manuel de Fraga Coelho		mineiro	Congonhas
Manuel de Moura Magalhães		“faz. De gado”	Sertão- Lagoa
Manuel de Oliveira Ramos		“faz. De gado”	Sertão- Parauna
Manuel de Souza Neto		mineiro	Rio de São Francisco
Manuel de Souza Ribeiro		mineiro	Santa Bárbara
Manuel Dias Chaves		mineiro	Morro Vermelho

Manuel Dias da Cunha		mineiro	Santana
Manuel Dias Frazão		negócio	Pompéu
Manuel Fernandes Aleixo		mineiro	Santa Luzia
Manuel Fernandes da Costa		negócio	Pompéu
Manuel Fernandes de Oliveira		mineiro	São João do Morro Grande
Manuel Fernandes dos Reis		mineiro	Antônio Dias
Manuel Fernandes Peixoto		mineiro	Santo Antônio do Rio Acima
Manuel Ferreira de Almeida	Ajudante	roceiros eng. pilões	São Luís e Santana do Paracatú
Manuel Ferreira dos Santos		“faz. De gado”	Sertão- Lavado
Manuel Ferreira Lemos	Cap.	mineiro	Morro Vermelho
Manuel [Fres.] Pereira Braga		mineiro	Ribeirão da Mata
Manuel Gomes Leal		mineiro	“Cocais”
Manuel Gomes Loureiro	SM	mineiro	Rio das Pedras
Manuel Gonçalves da Fonseca		lojas de fazenda	São Luís e Santana do Paracatú
Manuel Gonçalves de Mendonça		[corte]	Santo Antônio da Roça Grande
Manuel Gonçalves Girdes	Cap.	mineiro	Rio das Velhas Abaixo
Manuel Gonçalves Lima		corte	Sabará
Manuel Gonçalves Novaes		negócio	Rio das Pedras
Manuel Gonçalves Torres		mineiro	Morro Vermelho
Manuel João Borges Pires	Cap.	mineiro	Santa Bárbara
Manuel Jorge de Figueiredo		negócio	Santo Antônio do Rio Acima
Manuel José de Carvalho	Cap.	mineiro	Santa Bárbara
Manuel José Teixeira		“faz. De gado”	Sertão- Laranjeiras

Manuel Lopes de Oliveira		roceiro	Roças Novas
Manuel Lourenço Guerra		mineiro	Santa Bárbara
Manuel Martins da Costa		mineiro	São Miguel
Manuel Martins de Carvalho		mineiro	Congonhas
Manuel Martins Ferreira		mineiro	Santa Bárbara
Manuel Martins Ferreira		negócio	Santa Bárbara
Manuel Martins Viana		roceiros eng. pilões	São Luís e Santana do Paracatú
Manuel Mendes da Silva		mineiro	Pitangui
Manuel Moreira Mosso		roceiro	Roças Novas
Manuel Nunes Velho	Cap.	mineiro	Minhocas
Manuel Pereira		lojas de fazenda	São Luís e Santana do Paracatú
Manuel Pereira da Costa	CM	roceiro	Soledade
Manuel Pereira de Castro	Alf.	mineiro	Pitangui
Manuel Pereira de Magalhães		mineiro	Santa Luzia
Manuel Pereira dos Santos		“faz. De gado”	Sertão- Lavada
Manuel Pereira Guimarães		“faz. De gado”	Sertão- Riacho Fundo
Manuel Pereira Pinto		mineiro	Macaúbas
Manuel Pereira Silvério		negócio	Sabará
Manuel Pinto da Cunha		mineiro	São Miguel
Manuel Pinto da Silva		mineiro	Antônio Dias
Manuel Pinto de Azevedo		mineiro	Antônio Dias
Manuel Ribeiro Caldas		lojas de fazenda	São Luís e Santana do Paracatú
Manuel Rodrigues Saraiva		mineiro	São Miguel

Manuel Santos Lisboa	Cap.	mineiro	Pitangui
Manuel Soares de Souza	Cap.	roceiro	Capão Grosso
Manuel Teixeira [Francho]		roceiro	Paraopeba
Manuel Teixeira Coelho		roceiro	Lapa
Manuel Teixeira Pinto		mineiro	Rio das Velhas Abaixo
Manuel Vieira Borges		“faz. De gado”	Sertão- Forquilha
Manuel Vieira de Souza		negócio	Santa Bárbara
Manuel Vieira dos Santos		roceiro	Lapa
Manuel Vieira Duarte	Alf.	mineiro	Pompéu
Manuel Vieira Ramos		“faz. De gado”	Sertão- Parauna
Maria Aldonca de Aguirre (Dona)		mineira	Carreira Comprida
Maria Jaciaca [ou Jaciara]		roceiros eng. pilões	São Luís e Santana do Paracatú
Mário Gomes de Matos		mineiro	Santa Bárbara
Martinho Alves Chaves		mineiro	Santa Bárbara
Mateus dos Santos		mineiro	Santa Bárbara
Mathias da Costa Pinheiro	Alf.	roceiros eng. pilões	São Luís e Santana do Paracatú
Mathias Pereira Pinto		mineiro	Congonhas
Máximo Barbosa		min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Miguel Alves Pereira	Cel.	mineiro	Santa Bárbara
Miguel da Silva Coelho		mineiro	Nossa Senhora da Conceição
Miguel de Faria Sodré	Cap.	mineiro	Pitangui
Miguel de Farias [Monte]	Cap.	mineiro	Pitangui
Miguel de Matos da Costa		mineiro	Pitangui
Miguel de Souza Benevides		mineiro	Antônio Dias

Miguel Gonçalves de Carvalho		comboieiros	São Luís e Santana do Paracatú
Pascoal dos Santos		negócio	Pitangui
Pascoal Machado		“faz. De gado”	Sertão- Barra da Paraopeba
Pascoal Rodrigues Pereira	Alf.		Tanque
Paulo Carneiro Vilar	Cap.	mineiro	Santa Bárbara
Paulo de Araújo Costa	SM	“faz. De gado”	Sertão- Palmital
Pedro Alves Pereira		min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Pedro Alves Pereira		min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Pedro Alves Campos – Jacobina		“faz. De gado”	Sertão- Jacobina
Pedro Costa de Machado		corte	Sabarará
Pedro Dias Raposo	Cap.	min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Po[?] da Costa Pacheco	SM	mineiro	Caeté
Po[?] Francisco Vieira	CM	abastado	Sabarará
Rafael Velho Lima		negócio	Santo Antônio do Rio Acima
Rodrigo da Rocha		mineiro	Santa Bárbara
Roque Alves de Souza		mineiro	Santa Bárbara
Salvador Ribeiro		mineiro	Santa Bárbara
Sebastião de Lucena		negócio	Santa Luzia
Sebastião Ferraz de Magalhães		negócio	Santa Luzia
Sebastião José de Carvalho		min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Sebastião Sutil – Curvelo		“faz. De gado”	Sertão- Curvelo
Serafim Alves de Araújo		mineiro	Rio das Pedras
Silvestre de Souto Maior		min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Simão da Silva Barbosa – Papagaio		“faz. De gado”	Sertão- Papagaio

Simão da Silva Cunha	SM	mineiro	Arraial Velho
Simão Peixoto Magalhães		mineiro	São Miguel
Theodósio Coelho Pires	Cap.	min.c/ serv. S/roda	São Luís e Santana do Paracatú
Theodósio Duarte Coimbra		min.c/ serv. de roda	São Luís e Santana do Paracatú
Theotônio de Souza	Alf.	mineiro	Rio das Velhas Abaixo
Thomé Dias da Silva			“Macacos”
Vicente Ferreira Braga		–	Caeté
COMARCA DO SERRO FRIO- Termo do Tijuco			
Adriano Veloso de Miranda		ocupado no contrato	Tijuco
Amaro Gomes Alves	Cap.	ocupado no contrato	Tijuco
Anacleto Pereira		ocupado no contrato	Tijuco
Antônio de Araújo Freitas	SM	ocupado no contrato	Tijuco
Bernardo de Souza Porto		ocupado no contrato	Tijuco
Domingos da Silva		ocupado no contrato	Tijuco
Domingos da Silva Ferreira		negócio	Tijuco
Domingos Freitas de Oliveira	Cap.	ocupado no contrato	Tijuco
Domingos Pinheiro Mariz		ocupado no contrato	Tijuco
Francisco Malheiros		mineiro	Tijuco
Francisco Xavier da Costa		mineiro	Tijuco
João Batista Fagundes		ocupado no contrato	Tijuco
João da Silva		ocupado no contrato	Tijuco
João dos Santos Souza		ocupado no contrato	Tijuco
Joaquim José Ferreira		ocupado no contrato	Tijuco

José Caetano		ocupado no contrato	Tijuco
José da Silva de Oliveira	SM	mineiro – adm serv.	Tijuco
José Gomes Ferreira		cirurgião	Tijuco
José Velho Barreto	Cel.	mineiro	Tijuco
Lourenço Pereira Veiga		ocupado no contrato	Tijuco
Luís Vaz de Siqueira	SM	mineiro	Tijuco
Manuel Afonso		ocupado no contrato	Tijuco
Manuel Alves da Rocha		ocupado no contrato	Tijuco
Manuel Antônio de Azevedo		ocupado no contrato	Tijuco
Manuel Antônio dos Santos		ocupado no contrato	Tijuco
Manuel Batista Landim	SM	ocupado no contrato	Tijuco